

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH  
INSTITUTO DE HISTÓRIA - IH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA COMPARADA – PPGHC

DIEGO GROSSI PACHECO

**REVOLUÇÃO, SOCIALISMO E DEMOCRACIA:**  
**os aportes do marxismo-leninismo para a questão democrática na resistência armada**  
**contra a ditadura militar no Brasil**

Rio de Janeiro

2015

DIEGO GROSSI PACHECO

**REVOLUÇÃO, SOCIALISMO E DEMOCRACIA:  
os aportes do marxismo-leninismo para a questão democrática na resistência armada  
contra a ditadura militar no Brasil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História Comparada.  
Linha de pesquisa: Poder e instituições

Orientadora: Profa. Dra. Anita Leocadia Prestes

Rio de Janeiro

2015

### CIP - Catalogação na Publicação

P116r Pacheco, Diego Grossi  
Revolução, socialismo e democracia: os aportes do marxismo-leninismo para a questão democrática na resistência armada contra a ditadura militar no Brasil / Diego Grossi Pacheco. -- Rio de Janeiro, 2015.  
152 f.

Orientadora: Anita Leocadia Prestes.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2015.

1. Questão democrática. 2. Ditadura militar. 3. Luta armada. 4. Marxismo-leninismo. I. Prestes, Anita Leocadia, orient. II. Título.

DIEGO GROSSI PACHECO

**REVOLUÇÃO, SOCIALISMO E DEMOCRACIA:  
os aportes do marxismo-leninismo para a questão democrática na resistência armada  
contra a ditadura militar no Brasil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História Comparada.  
Linha de pesquisa: Poder e instituições

Aprovada em:

---

Profa. Dra. Anita Leocadia Prestes (orientadora)  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Profa. Dra. Cristina Buarque de Hollanda  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos  
Universidade Federal Fluminense

Dedico esse trabalho a todos os membros da minha família, especialmente minha mãe, Nadia Maria Pereira Grossi, e meu pai, Julio Cesar de Oliveira Pacheco – verdadeiros e eternos mestres, que me ensinaram as coisas mais importantes da vida. Jamais esquecerei suas lições.

Dedico também à professora Lorena e aos professores que passaram pela minha trajetória.

## **AGRADECIMENTOS**

À professora Anita Leocadia Prestes, por ter compartilhado seu saber - adquirido através de uma grande trajetória prática e teórica. Foi uma honra contar com sua orientação.

À professora Cristina Buarque de Hollanda, cujo apoio em diversas ocasiões vem sendo fundamental. Qualquer palavra escrita aqui seria insuficiente para expressar meus agradecimentos.

Às equipes da Escola Alzira Vargas e do Colégio São Tomás de Aquino (principalmente os professores André Luis Afonso Barboza, Emilce Zanatta e Leandro Couto Carreira Ricon), por todo auxílio.

A todos os colegas que contribuíram com alguma crítica ou sugestão. Mesmo correndo o risco de cometer injustiças ao não citar algum nome, manifesto gratidão, pelas indicações bibliográficas, a Israel Vieira Filho, Ismael Tinoco, Etyelle, Marcos e Giovane.

Como é de costume, lembro que todas as pessoas aqui mencionadas são isentas de qualquer comprometimento com o conteúdo da presente dissertação.

*“Sem as derrotas do passado, não teríamos jamais a  
menor esperança numa vitória final”*

William Morris

*“Eu estava sobre uma colina e vi o Velho se aproximando,  
mas ele vinha como se fosse o Novo.*

*Ele se arrastava em novas muletas, que ninguém antes  
havia visto, e exalava novos odores de putrefação, que  
ninguém antes havia cheirado.*

*A pedra passou rolando como a mais nova invenção, e os  
gritos dos gorilas batendo no peito deveriam ser as novas  
composições.*

*Em toda parte viam-se túmulos abertos vazios, enquanto o  
Novo movia-se em direção à capital.*

*E em torno estavam aqueles que instilavam horror e  
gritavam: Aí vem o Novo, tudo é novo, saúdem o Novo,  
sejam novos como nós! E quem escutava, ouvia apenas os  
seus gritos, mas quem olhava, via pessoas que não  
gritavam.*

*Assim marchou o Velho, travestido de Novo, mas em  
cortejo triunfal levava consigo o Novo e o exibia como  
Velho.*

*O Novo ia preso em ferros e coberto de trapos; estes  
permitiam ver o vigor de seus membros.*

*E o cortejo movia-se na noite, mas o que viram como a luz  
da aurora era a luz de fogos no céu. E o grito: Aí vem o  
Novo, tudo é novo, saúdem o Novo, sejam novos como  
nós! seria ainda audível, não tivesse o trovão das armas  
sobrepujado tudo”*

**Bertold Brecht**



## RESUMO

Nos debates ocorridos na historiografia brasileira ao longo da última década, principalmente por conta das contendas levantadas diante dos marcos de quarenta (2004) e cinquenta (2014) anos do golpe de 1964, a relação entre a luta armada contra a ditadura militar e a questão democrática vem ganhando destaque. Sobressai uma corrente de historiadores que, transformando os paradigmas liberais em axiomas, alegam como inerentes às esquerdas armadas propósitos de caráter não democrático. Tal percepção incorre no erro de desconsiderar que os revolucionários brasileiros desenvolveram seus projetos ancorados em uma perspectiva democrática não liberal, a marxista. Para que haja uma compreensão justa sobre a concepção democrática dos guerrilheiros que enfrentaram o regime militar no Brasil é necessário identificar seu arcabouço teórico marxista-leninista, recorrendo, para tal, à análise comparada entre os clássicos desta corrente e os documentos programáticos da esquerda armada brasileira. A constatação de manifestações das perspectivas democráticas de caráter marxista (que abarca questões de cunho econômico, político e social) entre os projetos dos adeptos da crítica das armas permite demonstrar os equívocos dos que inserem esses guerrilheiros em uma tradição antidemocrática.

**Palavras-chave:** questão democrática; ditadura militar; luta armada.

## ABSTRACT

In the debates that occurred in Brazilian historiography over the last decade, mainly because of the forty and fifty years of *coup d'état* of 1964 (2004 and 2014, respectively), the relationship between the armed struggle against the Military Dictatorship and the democratic issue has excelled, highlighting a group of historians that transform liberal paradigms in axioms and, therefore, understand that the guerrillas had dictatorial goals. However, a comparative analysis between the liberal and Marxist conceptions of democracy demonstrates the limits of this perspective, whose error is to ignore that Brazilian revolutionaries developed their projects anchored in a non-liberal democratic perspective, but Marxist. To understand the democratic conception of these revolutionaries is necessary to identify its Marxist-Leninist influence, making a comparative analysis among the classics of this current and the documents of the Brazilian armed left. The confirmation of Marxist democratic prospects (with points of economic, political and social kind) in the projects of the guerrillas shows the errors of historians who deny its democratic character.

**Keywords:** democratic issue; military dictatorship; guerrilla warfare.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 LIBERALISMO E MARXISMO: DIFERENTES CONCEPÇÕES DE DEMOCRACIA NOS PRINCIPAIS PARADIGMAS POLÍTICOS CONTEMPORÂNEOS	15
1.1 Do liberalismo à democracia liberal	15
1.2 O iluminismo em Rousseau, Robespierre e Hegel (e outras tradições)	35
1.3 O marxismo-leninismo e a(s) democracia(s) como questão de classe	40
2 O GOLPE DE 1964 E O REGIME MILITAR BRASILEIRO (1964-1985)	54
2.1 1º de abril de 1964: um golpe pelo capital e contra os trabalhadores	54
2.2 Modernização conservadora, dependência e repressão	65
2.3 A reação popular: múltiplas formas de resistência	77
3 A OFENSIVA REVOLUCIONÁRIA CONTRA A DITADURA	93
3.1 O desencadeamento da crítica das armas e as primeiras abordagens da historiografia nacional sobre a luta armada no Brasil	93
3.2 Revisionismo histórico: transformação dos paradigmas liberais em axiomas	109
3.3 Os projetos dos guerrilheiros brasileiros e a questão democrática	122
CONCLUSÃO	133
REFERÊNCIAS	137

## INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos dez anos, a historiografia brasileira tem sido espaço privilegiado para as discussões referentes à ditadura militar (1964-1985) e demais aspectos relacionados ao golpe de 1964. Entre 2004 e 2014, as contendas desencadeadas em toda a sociedade por conta dos quarenta e cinquenta anos do golpe (respectivamente) trouxeram à tona diversas questões cujas contribuições da ciência histórica apareceram como imperativas. Nesse quadro, hegemonizou-se entre os historiadores uma corrente voltada para relativizar e/ou questionar abertamente pontos entendidos como tabus<sup>1</sup>, terminando por apresentar versões que tendem a amenizar o papel negativo exercido pelo regime militar no Brasil e, paralelamente, deslegitimar os que a ele se opuseram. Uma das operações mais características de tal vertente historiográfica tem sido a de adotar (de forma nem sempre declarada) os paradigmas liberais como axiomas e, assim, tautologicamente, estabelecer conclusões ancoradas nessa perspectiva. A abordagem na qual ficam explícitos os limites dessa condução, amparada nos fundamentos do liberalismo, pode ser percebida nas discussões sobre a questão democrática, em que prevalecem as leituras que imputam às esquerdas do período valores antidemocráticos. Os referidos pensadores deixam transparecer (de acordo com a condução de seus trabalhos e as conclusões derivadas) que por “democracia” entendem apenas sua vertente liberal, ignorando a própria historicidade da questão democrática.

De forma simplificada, já que não há necessariamente uma perspectiva única nos autores em questão, pode-se dizer que sobressaíram alguns argumentos ao longo desses dez anos: a) alega-se que o desprezo da democracia era compartilhado pelas direitas e pelas esquerdas; b) dilui-se a responsabilidade dos golpistas em um genérico apoio “da sociedade” (e não setores específicos desta) aos militares; c) subestima-se a participação do imperialismo estadunidense no golpe; e d) relativiza-se a magnitude da repressão sutilmente através da redução do período histórico que pode ser encarado como um regime ditatorial (tradicionalmente concebido entre 1964 e 1985/88).

Como antítese diante da hegemonização dos paradigmas liberais, vários historiadores, classificando a historiografia aludida como “revisionista”<sup>2</sup> (MELO, D, 2014, pp. 18-20), vêm

---

<sup>1</sup> O livro *Brasil: nunca mais* (1986) pode ser lido como uma síntese desses tabus ao ser oriundo de um projeto que serviu de fonte para vários estudos posteriores.

<sup>2</sup> É importante não confundir o conceito de revisionismo histórico, usado aqui, com o de revisionismo marxista, elaborado por Lenin e referente ao fenômeno de apropriação e distorção do marxismo por setores sociais não

demonstrando que, diferentemente da necessária renovação do campo historiográfico (incluindo, claro, a própria quebra de tabus), o caráter do fenômeno em questão é o de utilizar a História para legitimar determinadas perspectivas ideológicas que estejam em sintonia com o *status quo*, camuflando-as sob uma alegada “renovação”. Situação que vem sendo notada também em outros países, nos quais o revisionismo histórico se desdobra, geralmente, na tentativa de liquidar a tradição revolucionária (MELO, D, 2014, p. 23), deslegitimando projetos pretéritos ancorados no horizonte revolucionário e/ou reabilitando aqueles que os reprimiram. Tal situação se insere no contexto de ofensiva conservadora no campo político, com a vitória de partidos neoliberais em várias nações a partir dos anos 1980 (MELO, D, 2014, pp. 38; 44), e ideológico, com a difusão do pós-modernismo e sua tese sobre o “fim da História” (MELO, D, 2014, pp. 26-27). Na Itália, De Felice se opõe ao caráter democrático da resistência *partisan* e sustenta que o governo de Mussolini contava com um “consenso social” (MELO, D, 2014, pp. 36-37). Na Espanha, Luiz Suarez busca reabilitar a imagem de Franco e defende que seu governo não foi uma ditadura, mas apenas “autoritário”; enquanto Pía Moa responsabiliza a esquerda pela guerra civil espanhola (MELO, D, 2014, pp. 41-43). Na França, Furet alega que a Revolução Francesa teria sido uma anomalia que perturbou a evolução “natural” da história - com um tipo de leitura que é comum à Revolução dos Cravos e à Revolução Russa (MELO, D, 2014, p. 57). Importantes pensadores, a nível internacional (como Eric Hobsbawm e Domenico Losurdo) e nacional (como Anita Leocadia Prestes, Caio Navarro de Toledo, Demian Bezerra de Melo e Marcelo Badaró Mattos), se mobilizaram na contramão do revisionismo histórico.

Buscando se inserir no campo de respostas aos dilemas colocados pela historiografia revisionista brasileira, a presente dissertação tem como objeto de estudo um elemento específico dentre as polêmicas que ganharam destaque na última década: a relação entre a questão democrática e a luta armada contra a ditadura militar. Tem-se em vista demonstrar como as posições de alguns historiadores são derivadas da limitação da questão democrática aos paradigmas da institucionalidade liberal, incorrendo em que estes ignorem, na prática, que no projeto dos guerrilheiros brasileiros estava presente outra concepção de democracia, a marxista. É necessário, portanto, entender esta concepção e, assim, observar como a mesma se realizou nos discursos adotados pelas esquerdas que optaram pela crítica das armas, grosso modo, entre 1968 e 1974.

---

proletários. Revisionismo histórico seria, grosso modo, uma revisão de paradigmas até então consolidados na historiografia.

As ideias de liberdade e democracia desses revolucionários estavam marcadas pela influência das teses marxistas em um contexto global de ofensiva socialista e anti-imperialista, na qual se insere, dialeticamente, a manifestação armada da luta de classes no Brasil. Tal conjuntura, inaugurada com a Revolução Russa de 1917 e em grande expansão entre o final da II Guerra Mundial e os idos da década de 1970, teve como principal impulsionador ideológico o socialismo científico fundado por Karl Marx e Friedrich Engels - que, ao elaborarem suas propostas, aprofundaram o debate sobre o que realmente seria um governo do povo; ponto discutido também pelos ideólogos das revoluções socialistas vitoriosas, como Vladimir Lenin e Mao Tsé-Tung,

À vista disto, o caminho escolhido para se demonstrar as concepções de democracia dos guerrilheiros brasileiros foi analisar de forma comparada os seus discursos com os documentos clássicos do socialismo revolucionário, que lhes fundamentava. A adoção do método comparativo se dá por conta da declarada adesão da esquerda armada brasileira ao marxismo, prevalecendo, assim, como parte da análise em curso, uma corrente específica dentro do socialismo científico, o marxismo-leninismo, oriunda da interpretação de Lenin e da Internacional Comunista. Alguns pensadores marxistas que forneceram outras perspectivas quanto à questão democrática (como Antonio Gramsci, Leon Trotsky e Rosa Luxemburgo) ficaram de fora do escopo do corrente trabalho por não terem sido adotados de forma majoritária pelos guerrilheiros brasileiros nos anos 1960 e 1970.

No primeiro capítulo apresentam-se as perspectivas teóricas que guiam as demais partes da pesquisa, buscando não só identificar a concepção marxista-leninista de democracia como também observá-la enquanto um processo de superação do liberalismo a partir do encontro entre outras heranças iluministas (especialmente Hegel) e igualitaristas. Insere-se, assim, o desenvolvimento da concepção socialista de democracia no quadro histórico da construção da ideia contemporânea de democracia, na qual o marxismo não aparece como oposto - bem ao contrário, aliás, sendo um dos seus grandes impulsionadores. Um panorama da transição entre os princípios liberais até o enquadramento da ideia de democracia aos mesmos (quando nasce a democracia liberal) permite notar como o próprio liberalismo se baseava em ideias um tanto quanto restritivas e que hoje seriam encaradas como nada democrática (como a exclusão das mulheres da política, por exemplo). Para observar esse processo de evolução do pensamento liberal foram escolhidas algumas obras de pensadores ligados à construção (orgânica e/ou ideológica) das sociedades liberais pioneiras e capazes de

mostrar os aspectos centrais da trajetória do liberalismo em direção à democracia liberal<sup>3</sup>. Os principais pensadores escolhidos, envolvidos com a construção do liberalismo em países como Holanda, Inglaterra, Estados Unidos e França, foram Baruch de Espinosa, John Locke, Barão de Montesquieu, Thomas Paine, Benjamin Constant, François Guizot, Alexis de Tocqueville e John Stuart Mill. Já no caso do marxismo priorizaram-se aqueles que eram aceitos de forma majoritária pela esquerda armada brasileira, sendo constantemente lidos e citados, como Karl Marx, Friedrich Engels, Vladimir Lenin, Mao Tsé-Tung e Fidel Castro. Além destes, nesse capítulo ainda se discute, brevemente, como três pensadores relacionados à Revolução Francesa (que radicalizou as propostas liberais), Jean-Jacques Rousseau, Maximilien de Robespierre e Georg W. Friedrich Hegel, acabaram se tornando dissonantes da tradição liberal majoritária, legando reflexões fundamentais para a compreensão do ulterior surgimento do marxismo. A pretensão principal da primeira parte do presente trabalho é ilustrar como os conceitos de democracia oriundos do iluminismo (liberal e marxista) se desenvolveram, no que divergem e quais são suas insuficiências. Busca-se, dessa maneira, prover as condições para que se observe as propostas da esquerda armada como parte desse processo de reflexão e construção de uma democracia contemporânea – perspectiva oposta aos que, de antemão, descartam os guerrilheiros brasileiros de um possível campo democrático.

No capítulo n.º 2 apresenta-se o panorama do golpe de 1964 e da ditadura militar para fornecer ao leitor o contexto histórico no qual se insere a luta armada, assim como o lugar ocupado pela mesma no vasto campo das forças de oposição, permitindo que se entenda o surgimento das guerrilhas, seu destino e sua derrota.

Já no terceiro capítulo analisa-se, em específico, a luta armada contra o regime militar no Brasil. Não só sua história e propostas como também a trajetória da historiografia brasileira quanto ao tema até chegar às querelas atuais. Diante da constelação de organizações da esquerda armada, foi necessário optar por analisar propostas que contemplassem a diversidade de perspectivas teóricas, prevalecendo a documentação capaz de expressar um panorama programático de seis organizações: Ação Libertadora Nacional (ALN), Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) e Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Chegou-se ao conjunto com base em cinco critérios: a) a perspectiva sobre o caráter da revolução brasileira, nacional-democrática

---

<sup>3</sup> Não tendo por objetivo identificar as diversas variações e subcampos que se formaram sob o liberalismo ao longo do tempo, mas sim seu desenrolar de acordo com os pontos mais importantes.

ou socialista; b) a herança da esquerda do pré-golpe, ou seja, a ligação com as matrizes que deram origem à esquerda armada (ALN, PCBR e MR-8 do PCB; PCdoB por si próprio; e VAR-Palmares e VPR da POLOP)<sup>4</sup>; c) a divisão, proposta por Marcelo Ridenti (2010), entre massistas (aqueles que davam maior importância para o trabalho com as massas) e militaristas (nas quais a luta armada *stricto sensu* tinha maior peso); d) o tamanho dos agrupamentos, com estimativa no número de processados (RIDENTI, 2010, p. 277); e e) a importância política, tendo como base a participação em ações de maior envergadura, a difusão na mídia, a influência exercida no conjunto das esquerdas, etc. Destes agrupamentos foram selecionados documentos importantes e reconhecidos pelo conjunto dos seus membros, especialmente os que contêm os programas e as propostas do planejado governo pós-revolução, permitindo, dessa forma, que se conheça de maneira holística os diversos aspectos (econômicos, políticos e sociais) da democracia almejada pelos guerrilheiros. Exceção foi uma edição do jornal “Crítica das armas”, produzido por militantes da ALN e do MR-8, o qual, apesar de ter valor secundário para estas entidades, não só é rico no detalhamento das intenções, como também expressa elementos de comum acordo entre grupos que entendiam o caráter da revolução, nacional-democrático ou socialista, de diferentes formas - o que o torna especial.

Diante das divergências historiográficas, é imperativo que se analise os documentos dos próprios guerrilheiros para identificar o que era a “democracia revolucionária” pensada pela esquerda armada, levando em consideração, como parte da necessária crítica das fontes, todo o aparato teórico baseado no marxismo por trás das concepções expressas pelos revolucionários brasileiros. Especialmente nos tempos atuais, em que, novamente, o anticomunismo aflora no Brasil e no mundo, servindo como cortina de fumaça para a defesa de propostas anti-humanistas (como vem sendo visto nas manifestações de rua organizadas pela direita brasileira, com apoio da grande imprensa e presença massiva das camadas médias - em que, não raro, encontram-se cartazes pedindo a volta da ditadura militar), é preciso deixar claro o caráter mistificador da exclusão do marxismo e dos marxistas do campo das democracias no mundo contemporâneo, assim como apontar as consequências sociais dessa mistificação (e, no que concerne à nova onda conservadora e anticomunista que vem se alastrando pelo Brasil, a historiografia revisionista tem sua parcela de responsabilidade).

---

<sup>4</sup> Um dos rachas da Ação Popular (AP), o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), desencadeou a guerrilha urbana, mas sua expressão foi pequena, ficando de fora da análise. Além de sua linha não fugir do que é visto nos demais, o “tronco” da AP não deixa de estar indiretamente representado no PCdoB, já que parte da organização se incorporou ao partido em 1972.



# 1 LIBERALISMO E MARXISMO: DIFERENTES CONCEPÇÕES DE DEMOCRACIA NOS PRINCIPAIS PARADIGMAS POLÍTICOS CONTEMPORÂNEOS

## 1.1 Do liberalismo à democracia liberal

O pensamento liberal pode ser caracterizado como um projeto político e econômico baseado na defesa de princípios referentes às liberdades individuais (incluindo especialmente a “liberdade” de dispor de propriedade privada) e à representatividade da sociedade junto ao Estado, garantindo tais direitos através de mecanismos institucionais com vistas a limitar a esfera de interferência do governo e da sociedade na vida dos indivíduos. A partir do século XVII, o liberalismo consolidou uma série de direitos entendidos como inalienáveis, mecanismos políticos com pretensão a torná-los realidade e justificativas ideológicas que legitimam os princípios e os meios liberais. Hoje, suas propostas referentes às liberdades individuais (de consciência, expressão, imprensa, propriedade e comércio), à representatividade política (através da eleição, sob sufrágio universal, dos diversos governantes) e aos instrumentos para concretização de ambos (como a divisão dos poderes do Estado em três e a supremacia constitucional/legal) apresentam-se em conjunto como elementos constitutivos da própria democracia. Entretanto, o processo de metamorfose dos paradigmas liberais em democracia liberal foi longo, correspondendo às nuances das necessidades de segmentos específicos das sociedades em que amadureceu e aos resultados dos conflitos entre estes setores. Esboços das partes do tripé liberal (princípios, meios e justificativas) aparecem como instrumentos de independência de elementos aristocráticos da sociedade feudal diante do Estado e da monarquia<sup>5</sup>, sendo desenvolvidos, porém, pela burguesia contra o absolutismo e, depois, contra os elementos aristocráticos da sociedade contemporânea que viessem a aparecer como obstáculos para a plena dominação burguesa. Nessa luta pela hegemonia da classe capitalista, as ideias liberais enfrentaram também as relações com a classe trabalhadora, utilizando, ao longo do tempo, ferramentas diversas, que vão da exclusão pura e simples (e geralmente contraditória com os próprios princípios declarados) até instrumentos de cooptação e adequação (muitos inevitáveis por conta da ação das próprias classes subalternas).

---

<sup>5</sup> Como a *Carta Magna* de 1215, imposta pelos lordes ingleses enquanto expressão máxima da lei na Inglaterra.

Para que se justificasse a limitação do poder (então absoluto) dos reis (e do Estado), condição *sine qua non* para que as liberdades individuais pudessem se realizar, era necessário tanto deslegitimar a ordem vigente quanto propor uma nova. Utilizando argumentos de traço histórico, lógico e até mesmo teológico, diversos pensadores se lançaram à dupla tarefa. Quanto à primeira, precisaram combater os fundamentos em voga do absolutismo do Estado e da intervenção da Igreja nos assuntos políticos (já que a religião era, além de um dos recursos mais fortes da ideologia absolutista, um grande empecilho para o exercício das liberdades - ao menos quando influenciava os assuntos do governo); quanto à segunda, construíram, primordialmente, pilares ideológicos (os direitos inalienáveis dos seres humanos) e ergueram propostas práticas sobre esses princípios (que serviam tanto para fundamentar as questões propositivas quanto para negar o *ethos* absolutista).

Nos séculos XVII e XVIII, alguns pensadores se envolveram nessa batalha. A ideia de que todos os seres humanos são iguais será uma importante arma para a negação do direito absoluto de uns sobre os outros. Espinosa é enfático: “os reis não são deuses, mas homens” (ESPINOSA, 2009, p. 64). Para Paine, todos na humanidade são procedentes de Deus, logo, nascem iguais e na posse dos mesmos direitos naturais (PAINE, 1817, p. 25). Locke também entendia que os homens são obra de um único criador e, portanto, iguais (LOCKE, 1998, p. 384). Para o liberal inglês, a expressão dessa igualdade estaria nas características do próprio ser humano no estado de natureza<sup>6</sup>, em que todos podem tudo desde que não firam os interesses dos demais (já que são iguais entre si) (LOCKE, 1998, p. 384). Tem-se, assim, a ideia de um direito natural, algo que é intrínseco à natureza de todo ser humano. Para Espinosa, como a natureza é a manifestação do próprio Deus, tudo que está ao alcance da potência natural das pessoas faz parte desse direito natural (ESPINOSA, 2009, p. 12).

No estado da natureza, alegam, o homem seria livre, suas forças seriam os seus limites. Mas individualmente suas potências continuariam baixas (ESPINOSA, 2009, p. 18) e sua situação insegura, pois cada um seria juiz da própria causa (LOCKE, 1998, p. 391). Então, como forma de garantir tanto um árbitro comum e justo para os eventuais conflitos, quanto para aumentar a possibilidade de exercício dos direitos naturais, em comum acordo, algumas pessoas instituem entre si um poder político. Unem-se em comunidade buscando salvaguardar de forma mútua suas vidas, liberdades e bens (LOCKE, 1998, p. 495) para que, juntos, possam habitar, cultivar, se defender e viver segundo o parecer comum de todos. Quanto mais

---

<sup>6</sup> Situação e momento, ora pretensamente histórico, ora meramente hipotético (variando entre os autores que adotaram tal conceito, como Espinosa, Locke e Rousseau), no qual a humanidade (ou parte dela) depende quase que completamente da natureza, não possuindo nenhuma forma de sociedade política estabelecida.

unidos mais fortes ficariam os homens (ESPINOSA, 2009, pp. 18-19). Dessa união nasce então o Estado. O direito natural que uma pessoa tinha de lesar um agressor que, entrando em estado de guerra contra ela, lhe prejudicasse, termina, pois passa para o árbitro comum (LOCKE, 1998, p. 388). Aí, a liberdade passa a ser condicionada pelos limites estabelecidos pela comunidade civil. A lei surge como a própria garantia da liberdade, já que ninguém poderia ser livre se outra pessoa pudesse lhe impor suas vontades (LOCKE, 1998, p. 433). Tudo que não seja proibido pela lei deverá, então, ser permitido (LOCKE, 1998, p. 403).

Entretanto, para os liberais, ao contrário do que pregava Hobbes para justificar o poder absoluto em “O Leviatã”, a multidão não transfere todos os direitos para um soberano. Só transfere para o rei aquilo que é absolutamente impossível ela própria ter em seu poder, como o fato de decidir sobre as controvérsias (ESPINOSA, 2009, p. 66). Para Locke, um dos pais do liberalismo, seria um absurdo crer, por exemplo, que o governo pudesse tirar a propriedade de um homem, pois o que o faz estar inserido na sociedade sob tal governo seria justamente o objetivo de preservar suas propriedades (1998, p. 508). Uma comunidade em que uma pessoa teria poder absoluto sobre as demais seria pior que o próprio estado da natureza, no qual, pelo menos, ninguém está obrigado a se submeter à vontade de outro. O Estado, apesar de soberano, não faz com que as pessoas percam a natureza humana e seus direitos naturais - que não foram cedidos (ESPINOSA, 2009, pp. 38-39). Mesmo que os homens de uma geração tivessem alienado completamente seus direitos não poderiam ter estabelecido um contrato que obrigasse a isso as gerações seguintes (LOCKE, 1998, p. 322).

Assim, o próprio Estado passa a existir para atender aos homens e não os homens ao Estado. Inverte-se o raciocínio de Hobbes, para o qual o Estado, por ser um produto do consenso de uma comunidade, teria poderes absolutos concedidos em sua gênese. Locke e outros concordam com a gênese do Estado no consenso da comunidade, mas esta não lhe teria transferido poderes absolutos e eternos (que nem ela mesma tinha), mas apenas parciais.

Logo, o único governo legítimo seria aquele oriundo do consenso das pessoas que o formaram (LOCKE, 1998, p. 472). Quando não o é, para alguns liberais, a rebelião se justifica - pelo menos na época em que essas rebeliões ainda não colocavam em xeque a própria dominação da burguesia. John Locke entendia que “há apenas uma coisa que reúne as pessoas para a sedição, [...] a opressão” (1973, p. 31). Espinosa sustenta a mesma premissa e diz que geralmente as revoltas são resultado da discórdia e da violação dos direitos dos cidadãos. Situação, se dada, que não se diferiria muito do próprio estado de natureza (ESPINOSA, 2009, p. 44). Locke diz de forma explícita que quando o povo é governado pela força, o príncipe se coloca no estado da natureza diante da população, sendo legítimo que essa reaja

também pela força (1998, p. 523). Mas, acrescenta, tais situações seriam excepcionais e as condições propensas para a revolução deveriam ser evitadas pelos governos (1998, p. 536). O próprio uso da força por parte do povo só seria concebível quando não se pudesse lutar contra a opressão de forma legal (1998, p. 555). Mesmo para Paine (um dos ideólogos mais radicais da revolução de 1776) seria um ato de sabedoria antecipar as revoluções e procurar que se efetuassem de forma racional e moderada ao invés de deixá-las ao resultado das “convulsões” (1817, p. 98). Ainda que, para o ideólogo da independência dos EUA, a soberania pertença apenas à nação e esta tenha o direito de, a qualquer tempo, abolir as formas de governo que não lhe convenham para implantar outras (1817, p. 95), o ato de se recorrer às armas e à guerra civil pertencia a um passado em que não havia a possibilidade de se resolver as contendas quanto aos assuntos de governo através da livre discussão (1817, p. 115). Tocqueville até admite que mesmo em tempos democráticos possa haver revoluções legítimas, mas essas deveriam ser evitadas ao máximo (TOCQUEVILLE, 2004, p. 401).

Porém, acima das decisões humanas havia, em qualquer circunstância, segundo aceito na época, um poder: Deus. Caso o ser supremo outorgasse a alguém autoridade, seria essa, portanto, indiscutível. Para afastar tal possibilidade, o liberalismo teve que estabelecer uma fronteira nítida entre política e religião, separando Estado e Igreja. Não de graça o tema da tolerância religiosa ocupou lugar privilegiado entre os primeiros pensadores liberais, como Locke e Voltaire, que chegaram a dedicar obras voltadas exclusivamente ao assunto.

De acordo com Locke, para quem, assim como Montesquieu (MONTESQUIEU, 1993, p. 492), Estado e Igreja deviam estar separados (LOCKE, 1973, p. 33), a religião não poderia pertencer ao magistrado civil, pois, a crença humana não dependeria de coerção, mas sim da verdadeira persuasão do espírito (1973, p. 11). As consequências da fé se dariam unicamente na vida do indivíduo que a escolhe. Não afetando os demais não há justificativa para que estes (ou em seus nomes) intervenham. Seria, inclusive, absurdo crer que as leis de um país pudessem determinar a salvação da alma, já que, se assim fosse, a salvação ou a danação estariam determinadas pelo acaso do nascimento num ou noutro território (1973, pp. 12-14).

A solução para garantir a liberdade de consciência e evitar a interferência da Igreja no Estado aparece, para os liberais, na defesa da tolerância religiosa, em que o Estado não interferiria em assuntos de caráter religioso (seja de forma direta, através de seus aparatos, ou sendo instrumentalizado por alguma religião em específico). As próprias igrejas deveriam se submeter ao poder civil no que não se relaciona com as questões teológicas, tendo de respeitar as leis da comunidade na qual estivessem inseridas (LOCKE, 1973, p. 12).

Mas, apesar das leis serem importantes, sozinhas seriam insuficientes para garantir os direitos das pessoas de uma comunidade. Para Espinosa, só a legislação não representava nenhuma garantia real (2009, p. 64). Segundo o holandês, os cidadãos são tão mais livres quanto menores são as possibilidades de serem oprimidos. Entre as propostas que apresenta no seu “Tratado político” (2009, p. 73), sustenta que o próprio exército seja formado por todos os cidadãos, que passarão, assim, a deter o poder das armas. Montesquieu, quase um século depois, dirá que em uma república as funções militares e civis devem estar depositadas nas mãos dos cidadãos (1993, p. 79). Porém, a principal proposta de “O espírito das leis” (e de toda a tradição liberal) no que concerne a um mecanismo institucional voltado para a proteção dos cidadãos diante do Estado, será, baseando-se na experiência inglesa e nas trilhas de Locke, a divisão dos poderes estatais em três: legislativo, executivo e judiciário (1993, pp. 167-168). Contudo, Montesquieu entendia que as leis precisavam ir além e garantir as liberdades dos cidadãos mesmo com os poderes de Estado separados (1993, p. 197). O governo e toda sociedade deveriam estar submetidos ao império das leis.

Mas Montesquieu, assim como Locke, não se apresentava, necessariamente, como um democrata. Seu modelo era a monarquia constitucional inglesa. Se Montesquieu e outros liberais temporalmente próximos discutiram sobre o aperfeiçoamento do que entendiam ser a democracia, fizeram isso em paralelo com a reflexão sobre como bem ajustar outros tipos de governo. O que chamavam de democracia estava longe de ser entendida como a melhor forma de se garantir a realização dos princípios liberais bradados. No clássico de 1748, o liberal francês identifica, como Espinosa já fizera (propondo, porém, outra tipologia), três tipos de governo: a) republicano, que pode ser dividido em democracia, quando o povo em conjunto possui o poder, e aristocracia, quando apenas parcela deste governa; b) monárquico, quando uma só pessoa governa sob o império das leis; e c) despótico, quando um sujeito único exerce o governo de forma absoluta (1993, p. 19). Para o autor de “O espírito das leis”, não estava em jogo discutir o melhor, mas sim a maneira mais adequada a cada povo e nação de acordo com suas características culturais e naturais (1993, pp. 16-17). Tanto o “Espírito das leis” quanto o “Tratado político” (2009, p. 107) tinham no horizonte o aperfeiçoamento dos diferentes tipos de Estado, a adequação dos mesmos às situações concretas e a maior aproximação possível entre alguns destes e os valores sustentados. Espinosa chega a dizer que qualquer Estado oriundo de uma união consensual é uma república, independentemente de ser uma monarquia ou não (2009, p. 25). A própria tirania, segundo Locke, não seria, em potência, exclusividade de alguma forma específica (1998, p. 563).

Mesmo Rousseau deixava transparecer nítido assentimento com diversos pressupostos de Montesquieu. Das três formas de governo elencadas pelo pensador suíço (democracia, quando o governo está nas mãos do povo ou de sua maioria, havendo mais cidadãos magistrados do que simples cidadãos particulares; aristocracia, quando uma pequena parcela do povo exerce a função de magistrado<sup>7</sup>; e, monarquia, em que essa função se concentra nas mãos de um só) (ROUSSEAU, 2002, pp. 91-93) não parece haver necessariamente uma universalmente melhor do que a outra, pois cada tipo seria adequado à determinada situação.

O que mudou entre os séculos XVII e XVIII, quando a democracia era apenas uma entre outras formas de governo, para o século XIX, em que essa já tem a preferência de importantes expoentes do liberalismo, não foram os princípios liberais nem seus posicionamentos sobre a democracia, mas sim o próprio conceito de democracia e o entendimento do que seria um governo democrático. Segundo Tocqueville, a única semelhança entre as democracias da Antiguidade (referências para o tipo ideal de democracia adotado pelos pensadores dos séculos XVII e XVIII) e a democracia contemporânea (que tinha como modelo os Estados Unidos), estaria no nome (2004, p. 278). O que era, então, entendido por democracia até o final do século XVIII e início do XIX? Já foi visto que tanto para Montesquieu quanto para Rousseau, o conceito de democracia estava diretamente ligado ao seu significado literal, era o governo exercido pelo povo (ou por parcelas majoritárias deste). Antes desses dois, Espinosa havia classificado como democracia o tipo de governo no qual parcelas dos cidadãos possuem o direito de governar diretamente, através de um conselho da multidão, garantido pela lei (2009, p. 139). Para o holandês, em caso de escolha dos governantes, haveria sempre uma aristocracia, já que mesmo que todos participassem desse processo, os escolhidos constituiriam uma espécie de patriciado (2009, p. 88). Assim como em Rousseau, o conceito de aristocracia se aproximava bastante da ulterior “democracia representativa”. Em Locke (1998, p. 500) um fator de diferenciação entre a democracia e a chamada oligarquia estaria no fato de que, na primeira, parcelas majoritárias da comunidade deteriam todo o poder para fazer as leis e nomear os responsáveis pela sua execução, enquanto na segunda, o poder de fazer as leis estaria em um grupo selecionado de homens e de seus herdeiros ou sucessores. Voltaire, no vocabulário destinado à “democracia” no seu “Dicionário filosófico”, cita como exemplos diversos povos da África e da Ásia que exerciam o governo de forma comum e direta (VOLTAIRE, 1973, p. 153).

---

<sup>7</sup> Pelo esquema de Rousseau, a ulterior “democracia representativa”, elaborada pelos liberais que apareceriam décadas depois da sua obra, estaria mais próxima de uma aristocracia do que de uma democracia. Para o suíço, enquanto houvesse chefes governando no lugar do povo, esses comporiam sempre uma aristocracia (2002, p. 205). Segundo ele, quando um povo tem representantes deixa de ser livre e cessa de ser povo (*ib.*, p. 134).

Para Montesquieu, um aspecto determinante de uma democracia seria a igualdade, não só política como também de condições (mesmo que dificilmente pudesse haver, segundo ele, a igualdade perfeita – e nem seria desejável) (1993, p. 57). “O amor à democracia é o amor à igualdade” (1993, p. 55). Opinião compartilhada por Rousseau (2002, p. 94). O que não significava, necessariamente, uma defesa da democracia por parte de ambos, já que para o próprio autor “Do contrato social” nunca existiu nem jamais existiria uma verdadeira democracia (2002, p. 94), pois “tão perfeito governo não convém aos homens” (2002, p. 96).

Algo que chama a atenção é que entre as diversas propostas de aperfeiçoamento e adequação da democracia presentes nas obras dos séculos XVII e XVIII até aqui citadas não há nenhum estranhamento no fato de que seus modelos, as democracias antigas, eram completamente excludentes. Ao contrário, para Montesquieu um dos perigos do espírito da igualdade extrema era fazer com que mulheres e escravos não mais se submetessem à ordem vigente (1993, p. 121). Espinosa apresenta com bastante naturalidade sua conceitualização de democracia em paralelo às declaradas exceções para mulheres e escravos (2009, p. 139). É uma constante entre o legado das democracias antigas e o pensamento político que então se formava ter o conceito de “cidadania” como chave de, ao mesmo tempo, inclusão e exclusão. Para Espinosa, cidadão é aquele que goza dos direitos do Estado, enquanto súdito é quem se submete às leis e às instituições (2009, p. 25). Mas ainda que todo cidadão seja também súdito, nem todo súdito aparece, necessariamente, como cidadão. Assim, um dos princípios basilares mais evocados pelos pensadores liberais, a ideia de que todos os seres humanos são iguais, coexiste com contradições evidentes. A necessidade de a burguesia corroer os fundamentos do poder da nobreza negando-lhes qualquer tipo de superioridade caminhava *pari passu* à necessidade de consolidar sua ordem capitalista, inerentemente desigual.

As declarações de igualdade eram enfáticas. Para Locke, a lei deveria ser igual para todos, ricos e pobres, e ter como única finalidade o bem do povo (1998, p. 513). Espinosa critica abertamente os que, alegando defeitos inatos, justificam a exclusão política da plebe (2009, p. 80). Mas as palavras, por mais solenes que sejam, encontram, em alguns casos, a própria antítese alguns parágrafos depois. Até Rousseau chega a dizer que povos acostumados a senhores não poderiam passar sem eles. Entre esses, diz o filósofo suíço, tentativas de alcançar a liberdade tenderiam a agravar ainda mais suas situações (ROUSSEAU, 2001, p. 14), já que uns povos teriam nascido para a liberdade e outros para a servidão (2002, p. 75). A liberdade é, sem dúvida, um bem, mas, de acordo com essa tradição, não o é para todos.

Para Espinosa, o fato do sexo feminino, supostamente, ter sido encontrado sempre submetido ao masculino, comprovaria que, por natureza, as mulheres não têm os mesmos

direitos que os homens, estando necessariamente subordinadas (2009, p. 139). Para Locke, a mulher poderia até ser livre para decidir sobre os assuntos que competem à sua vida, mas nos casos de interesse comum a decisão final caberia, diz o filósofo inglês, ao mais forte e capaz: o homem (1998, pp. 454-455). Mesmo Montesquieu, que denuncia que em alguns países as mulheres encontram-se em condições de “servidão doméstica”, análoga à dos escravos (1993, p. 271), e que entende que uma mulher governante possa desempenhar papel positivo, diz que a mulher deve respeito sem limites ao marido (1993, p. 513).

Paralelo ao desenvolvimento do liberalismo se dá a expansão da escravidão nos países liberais (LOSURDO, 2006a, p. 47). Não é de surpreender, portanto, que haja justificativas para essa instituição nos autores citados. Locke, ele mesmo envolvido com tráfico de escravos (LOSURDO, 2006a, p. 28), recorre a uma estranha lógica, segundo a qual quando, em meio a uma “guerra justa”, um homem é capturado, fica pelas leis da natureza sujeito à dominação absoluta do seu senhor - pois este teria o poder de decidir sobre sua vida ou sua morte, assim como sobre seus bens. Entretanto, tal relação não se dá entre dois indivíduos? Como se justificaria a exclusão da pessoa submetida diante do corpo político coletivo? Para Locke, como o escravo encontra-se totalmente privado de qualquer propriedade não pode ser considerado parte da sociedade civil, pois o fim desta seria justamente a preservação das propriedades (1998, p. 456). O próprio Montesquieu, que ironiza os argumentos levantados em prol da escravidão dos negros e declara tal instituição como contrária ao direito (natural e civil) e intolerável em qualquer república ou monarquia moderada (1993, pp. 253-257), acaba por justificá-la. Para o barão francês, os povos de clima quente tenderiam à covardia e, portanto, à escravidão; diferente dos povos de clima frio, supostamente corajosos e propensos à liberdade (1993, p. 285). Alguns povos da Ásia e da África estariam, de acordo com Montesquieu, destinados ao despotismo, em contraste com os povos da Europa (1993, p. 291).

Não é difícil, assim, compreender que a colonização encontre também justificativas nas palavras do ilustre liberal francês. Enquanto no “Segundo tratado” (LOCKE, 1998, p. 547) se dizia que mesmo em caso de conquista oriunda de uma guerra justa o conquistador só teria poderes legítimos (mas limitados) sobre a parcela da comunidade derrotada que tivesse tomado parte ativa no conflito, e que um povo submetido a um governo conquistador estrangeiro teria todo o direito de se libertar pela força (1998, p. 555); em “O espírito das leis” (MONTESQUIEU, 1993, p. 48) se alega que, em alguns casos, uma nação conquistadora pode ser melhor para um povo conquistado do que era o seu próprio príncipe. Na obra, a conquista da América por parte dos espanhóis merece ser condenada como uma das maiores



feridas que a humanidade já recebeu não só pela conquista em si, mas também pelo fato de que se teria perdido uma grande chance de fazer “muitos bens” aos mexicanos (1993, p. 153).

Se a Inglaterra, sob a vigência do liberalismo, tinha na colonização um elemento inerente aos *status quo*, diametralmente oposta era a situação dos EUA no século XVIII, cujas treze colônias tinham no domínio inglês um obstáculo para o seu desenvolvimento capitalista e liberal. A ideia de um inato direito à liberdade dos homens chega de maneira mais enfática à conclusão de que um povo também tinha o direito a ser livre. Mas, no que concerne ao final do século XVIII e ao contexto da independência dos EUA, essa relativa ruptura (que continuará apresentando contradições - como no caso da dizimação dos povos nativos e na ideologia do “destino manifesto”), é a que menos interessa para a discussão corrente, pois, segundo Ellen Wood (WOOD, 2011, p. 184), é nesse quadro que o conceito de democracia é filtrado pelos paradigmas liberais, originando-se a ideia de uma democracia representativa, expressão da democracia liberal. De fato, no final do século XVIII, no contexto revolucionário não só dos EUA, mas também da França, observam-se grandes transformações no liberalismo, oriundas das aplicações dos seus princípios em outras condições históricas.

Para Thomas Paine, em uma das obras mais importantes da luta pela independência dos Estados Unidos, “Senso comum”, a independência do seu povo aparecia como a única forma de garantir a liberdade das pessoas que ali viviam, sendo, então, imperativo livrá-las do jugo da monarquia inglesa e instituir um governo legítimo, fruto do comum acordo desta comunidade. O caminho seria eleger uma conferência, criar uma Constituição própria e estabelecer um governo de tipo republicano, capaz de proteger a propriedade e a liberdade de todos os homens (1920, p. 56). Paine entendia que uma Constituição precede o próprio governo, devendo esta expressar a vontade do povo, definindo a forma de governo, seus limites e deveres (1817, p. 30). A manutenção dos dogmas liberais era evidente. Para o ideólogo da Revolução Americana, todos os homens são procedentes de Deus, portanto nascem iguais e na posse dos mesmos direitos naturais, que são aqueles inerentes à existência do próprio homem, sendo qualquer ser humano livre para buscar os próprios interesses e felicidades desde que não prejudique os direitos dos demais (1817, p. 27). Na conservação destes direitos imprescindíveis estaria a finalidade de toda associação política (1817, pp. 65-66). A defesa dos mesmos, para Paine, fazia parte de uma alegada causa universal da humanidade (1817, p. 96). O governo republicano era entendido pelo revolucionário como o único legítimo, sendo caracterizado pela representatividade e pela eleição desses representantes (1817, p. 25). O recorte com as democracias da Antiguidade era declarado. Essas se fundariam no governo exercido diretamente pelo povo; já o governo representativo,

diante das impossibilidades práticas da chamada “democracia simples” - por conta do crescimento populacional e da complexidade do ato de governar sob as novas condições -, teria como base a substituição dessas pessoas no governo pela eleição de representantes seus. O governo representativo seria, então, uma mistura entre democracia, sua base, e representação (1817, p. 29). Para Madison, um dos principais empecilhos de uma “democracia pura” seria a impossibilidade de garantir e proteção aos direitos individuais, especialmente os direitos de propriedade (HAMILTON; MADISON; JAY, 2011, p. 202).

Uma monarquia, mesmo que constitucional, era categoricamente atacada. Para o autor de “Senso comum”, os governos mistos, que combinavam monarquia com eleição e representação, eram uma aberração. A Inglaterra estaria longe de ser exemplo de liberdade (1920, p. 35). Entre seus problemas, além da monarquia em si, Paine critica a exclusão de muitas pessoas do processo eleitoral e a presença de uma câmara de caráter aristocrático (1817, p. 73). Para o revolucionário, o cargo de rei era algo que “qualquer criança ou idiota pode ocupar” (1817, p. 42). Tocqueville, décadas depois, concordaria que a Inglaterra não poderia ser arrolada entre as nações democráticas (TOCQUEVILLE, 2005, p. 295).

Em Alexis de Tocqueville, aliás, o governo representativo vigente nos EUA, apresentado por seus ideólogos no contexto da independência como uma mistura entre democracia e representatividade (ou como uma democracia que não era a pura), é declarado como a primeira república democrática existente. Tal democracia liberal, a democracia impura, aparece, então, já na primeira metade do século XIX como sendo a própria democracia. A França de 1793, declarada como tal por Robespierre (que entendia “república” e “democracia” como sinônimas) (ROBESPIERRE, 1999, p. 148), não passava de uma oligarquia para Tocqueville (2005, p. 258).

Entretanto, por mais que os critérios liberais sobre representatividade, liberdades individuais, propriedade privada e limitação dos poderes apareçam como elementos constitutivos da própria democracia no autor de “A democracia na América”, outros elementos, tipicamente lembrados pelos liberais precedentes como basilares para a democracia antiga, ainda ocupam papel importante para a compreensão dos Estados Unidos como a primeira república democrática. Para Tocqueville o princípio de igualdade era a lei suprema das sociedades democráticas (2004, p. 306), sendo a igualdade de condições o fator primordial da sociedade americana (2005, p. 7). A própria liberdade aparece como favorecida pela igualdade, que, de acordo com o parisiense, tenderia a criar o gosto pela liberdade através da independência que daria aos homens (2004, p. 357).

As condições que permitiram tal grau de igualdade e liberdade na democracia americana se deviam, de acordo com Tocqueville, a uma série de peculiaridades relacionadas às condições sociais, políticas, econômicas, religiosas e geográficas pelas quais se desenvolveu o povo dos EUA (da colonização inglesa até as opções adotadas após a independência), inclusive a ausência de ameaças militares externas. Entre as causas oriundas da formação estavam o fato dos imigrantes terem herdado da Inglaterra experiência política (2005, p. 37), assim como uma religião puritana que, alega, tinha vários pontos de contato com as teorias democráticas e republicanas. Além disso, principalmente nas colônias do Norte, as pessoas eram, no geral, de condição financeira mediana, não havendo grandes miseráveis nem muito ricos, possuindo, assim, grande nível de instrução e alta moralidade (2005, pp. 40-41). O governo comunal estava já introduzido nos hábitos ingleses e veio junto com os imigrantes, acompanhado do “dogma da soberania do povo”. Além disso, gozavam também de maior liberdade que outras colônias, podendo, inclusive, formar sociedades políticas e se governarem em tudo que não fosse contrário às leis inglesas (2005, p. 45).

Mas Tocqueville alertava: a democracia não impede que existam ricos e pobres, porém muda suas relações (2004, p. 219). Nos EUA a riqueza circularia entre as pessoas e gerações (2005, p. 61). Ainda assim, a pouca desigualdade social, quando existia, era vista como um empecilho. Ao ponto de Tocqueville declarar que a democracia enfrentava os obstáculos dos burgueses e dos ricos (2005, p. 11), consolidando-se nos Estados Unidos pelo fato de que os próprios ricos tiveram que ceder (2005, p. 67) ficando quase completamente fora dos negócios políticos (2005, p. 206). Segundo o mesmo pensador, os ricos manifestavam um “grande desgosto pelas instituições democráticas de seu país”, que poderia levá-los até a abraçar a monarquia caso aparecesse essa oportunidade (2005, p. 206).

A questão do exercício do poder político de forma direta é outro aspecto da democracia “pura” parcialmente presente nos EUA e louvado pelo autor, mesmo declarando que, em comparação com a Antiguidade, o princípio de soberania do povo evoluiu nos EUA - em Atenas quem fazia as leis seria o próprio povo, enquanto na democracia moderna seriam os deputados eleitos sob sufrágio “universal” que representariam esse povo (2005, p. 67). Uma das causas do desenvolvimento democrático americano estava na existência de algumas comunas (forma de governo local), principalmente no Norte - em que a lei da representação não era permitida e todos os cidadãos, na praça pública como em Atenas, discutiam os assuntos de interesse coletivo e local (2005, pp. 48-49). A representação coexistia, então, com alguns pequenos governos locais exercidos de forma direta.

Se, com o processo da revolução burguesa nos EUA e na França, os paradigmas liberais sobre representatividade, direitos individuais e propriedade são acoplados à noção de democracia, produzindo a híbrida democracia liberal<sup>8</sup>; parece que são as revoluções de 1848 (nas quais a classe trabalhadora e seus segmentos socialistas desempenham papel de destaque) que dão impulso para que a ideia de democracia se torne o horizonte legitimador de qualquer proposta política. Guizot apresenta a conjuntura após as agitações revolucionárias:

O caos se oculta hoje sob uma palavra: democracia. Esta é a palavra soberana, universal, que invocam todos os partidos, querendo apropriar-se como um talismã. Os monarquistas dizem: “Nossa monarquia é uma monarquia democrática” [...]. Os republicanos dizem: “A república é a democracia” [...]. Os socialistas, os comunistas e os montanheseiros querem que a república seja uma democracia pura e absoluta, e esta é, em seu conceito, a condição de sua legitimidade (GUIZOT, 1849, pp. 2-3).

Guizot, assim como Tocqueville, identifica na classe trabalhadora um importante elemento impulsionador da democracia, reconhecendo, porém, o papel da burguesia. Segundo o político e historiador francês, entre 1814 e 1848 se consumou um grande progresso, o antigo elemento aristocrático (a nobreza) e o chamado elemento democrático (as camadas médias) se desenvolveram sem oprimir-se mutuamente. Aí teria reinado a liberdade. Porém, com a entrada em cena da classe trabalhadora, o elemento democrático se dividiu entre esta e a classe burguesa (GUIZOT, 1849, p. 69). Assim, para o liberal, a grande tarefa da democracia francesa seria equilibrar a disputa entre esses três setores de forma pacífica, sem que um ameaçasse a existência do outro (1849, p. 19).

A paz entre as classes corria perigo, de acordo com o raciocínio de Guizot, por conta da ação dos trabalhadores. Nessa conjuntura, socialistas e comunistas se apresentavam sob as palavras democracia, igualdade e povo (1849, p. 38). A palavra de ordem de “direito ao trabalho” (que expressava as reivindicações sociais e econômicas das classes trabalhadoras na época) é enfaticamente condenada por Guizot como tendo no horizonte objetivos relacionados à igualdade social (1849, pp. 53-55). Assim sendo, pelo quadro que preocupa Guizot, podemos notar como a entrada da classe operária na cena histórica amplia a ideia de democracia e contribui para que ela mesma viesse a apresentar suas próprias concepções sobre que direitos devem estar garantidos por essa democracia, com destaque para os direitos

---

<sup>8</sup> O que encontra antecedentes em passagens de pensadores como Voltaire e Montesquieu (que foi uma forte influência teórica entre os revolucionários estadunidenses). O último já havia dito que numa democracia seria fundamental estabelecer quem pode ou não votar (1993, p. 20). Para ele, a grande vantagem de se eleger representantes para o corpo legislativo, ao invés de deixar essa atividade ao próprio povo, “um dos grandes inconvenientes da democracia” (*ib.*, p. 171), seria a maior capacidade desses diante da massa. Numa “democracia regrada” haveria a igualdade das pessoas enquanto cidadãos, não enquanto magistrados (*ib.*, p. 123). Voltaire, no verbete destinado à democracia em seu *Dicionário filosófico*, trata república e democracia como sinônimos e atribui à Holanda liberal de sua época características democráticas (1973, pp. 152-153).

sociais e econômicos - o que é visto pela tradição majoritária entre os liberais como violação da própria democracia, edificada sobre a propriedade privada.

O pai do liberalismo, John Locke, apresentou uma teoria da propriedade privada que permitisse entender a mesma como um direito individual. Em seu “Segundo tratado”, Locke sustenta que a terra e os animais pertenciam em comum a todos os homens, mas quando uma pessoa acrescentasse seu trabalho a algum elemento da natureza, colocando “parte de si” no mesmo, passaria a ter direitos sobre essa parcela (1998, p. 408). O único limite para a propriedade seria o elemento racional, no qual careceria de sentido possuir algo para desperdiçar. Daí a importância do surgimento do dinheiro, que permitiria que as pessoas acumulassem grande quantidade de propriedades sem, necessariamente, desperdiçá-las (1998, p. 417). A preservação dessas propriedades particulares seria, para o filósofo, uma das principais finalidades dos homens quando se submetem a um governo comum (1998, p. 495). De acordo com Madison, seria a diversidade de aptidões que originaria diferentes graus de propriedades. Resguardar essas diferenças de aptidões deveria ser o primeiro objetivo do governo (HAMILTON; MADISON; JAY, 2011, p. 200). Para Montesquieu, em casos excepcionais e em prol do bem público poderia até se violar alguma liberdade dos cidadãos, menos suas propriedades (a não ser sob indenização) (1993, pp. 282-283). Outro adepto da monarquia constitucional, Benjamin Constant, ressalta não só como inviolável, nas sociedades modernas, o direito à propriedade, como também o diferencia de outras liberdades. Mesmo sendo uma instituição social, diz Constant, a propriedade privada estaria ligada a diversos aspectos da existência humana e um atentado contra a mesma forçaria a resistência do proprietário, desencadeando, como consequência, reações que poderiam atentar contra as demais liberdades do sujeito lesado (CONSTANT, 1815, p. 88).

Intimamente ligado ao direito à propriedade estaria o comércio, que “inspira aos homens um forte amor pela independência individual”, pois “atende a suas necessidades, satisfaz seus desejos, sem a intervenção da autoridade” (CONSTANT, 1819, p. 5). Um dos ideólogos da independência dos EUA, via no comércio um meio muito eficaz de garantir a paz e o ganho mútuo entre pessoas e nações (PAINE, 1817, p. 62). Para Constant, mesmo um simples excesso de impostos poderia levar à destruição da liberdade individual (1815, p. 94).

A diferenciação de Constant entre a liberdade da Antiguidade e a moderna<sup>9</sup>, na qual o direito à propriedade possui papel destacado, permite observar importantes aspectos da

---

<sup>9</sup> Constant, ao estabelecer como grande diferença entre a liberdade antiga e a moderna o fato de que, na Antiguidade, o governo era exercido diretamente pelos cidadãos, enquanto, nas sociedades contemporâneas,

metamorfose da democracia em democracia liberal (ainda que Constant continue a diferenciar a democracia desse novo governo, o representativo). Aí, fica explícita a ideia que constitui a fronteira intransponível da democracia liberal: qualquer ataque à propriedade privada é, em si mesmo, um ataque à liberdade. Levando à conclusão de que, conforme posteriormente entendido pelos liberais, a democracia seria o governo no qual essas liberdades são sagradas, e, se uma delas for violada, é a própria democracia que se está a violar.

Para os liberais, um grande problema para se equilibrar o direito à propriedade com o governo representativo é o fato de que, geralmente, a maior parte da população é constituída por aqueles a quem é reservado muito pouca ou nenhuma propriedade. Uma tirania de qualquer maioria poderia quebrar diversos direitos das minorias restantes, mas um despotismo dessa maioria despossuída tenderia a violar o mais sagrado de todos: o de propriedade. Assim, o receio sobre a “tirania da maioria” é uma preocupação constante na literatura liberal.

Em “O federalista” a questão está presente. Diz-se que o bem público e os direitos individuais devem sempre ser protegidos diante de um grupo quando este passa a ser maioria em um governo popular (2011, p. 201). De acordo com Mill, a tirania da maioria era um perigo do qual se deve resguardar sob uma democracia representativa, pois a vontade do povo seria sempre a vontade da maioria desse povo. Por isso seria preciso garantir não só a liberdade diante dos magistrados, mas também diante da própria sociedade; impedir a tirania da opinião e dos sentimentos dominantes contra as individualidades (MILL, 1991, p. 48). Mesmo nos EUA, país que tinha sido observado por Tocqueville como possuidor de uma grande igualdade entre seus cidadãos, podia se observar a invasão do público sobre o privado quando o fato de ter muitas propriedades começava a ser alvo de reprovações por parte da sociedade (1991, p. 130). O próprio Tocqueville, em sua época, havia observado que nos estados do país em questão esses “instintos da democracia” se fizeram constantemente presentes, enquanto na União sempre lutaram contra ele (2005, p. 173). Para o político francês, seria uma tendência a combater nas democracias, pois a força social tenderia a se concentrar nas mãos do corpo legislativo, estabelecendo “um despotismo da maioria”. A democracia por vezes secundarizaria e violaria os direitos individuais, seja através do Estado ou da própria sociedade (2004, p. 400). Mill alerta que onde se difundiam ideias socialistas já haveria reivindicações de regulamentação salarial, nas quais “maus trabalhadores” (sic) estariam querendo receber os mesmos salários que os “bons” (1991, p. 130). Tocqueville nota que “a democracia incomoda um e a aristocracia oprime o outro. Esta é uma verdade que se

---

esses governavam através de seus representantes, conclui pela necessidade de se estabelecer limites intransponíveis para a ação do poder político como mecanismos de garantia dos direitos individuais (1819, p. 2).

afirma por si mesma e que não é necessário discutir: você é rico e eu sou pobre” (2005, p. 217).

Portanto, o potencial caráter classista das “maiorias” seria um problema diretamente presente na democracia “pura”, mas não inexistente nas democracias “impuras”, representativas, do tipo liberal, já que essas maiorias poderiam se fazer valer pela escolha do maior número de representantes. Se, como será visto, a solução mais óbvia, de restrição direta e simples dos direitos de cidadania às classes dominantes, não só foi usada como também foi defendida; esta apresentava uma debilidade inerente, ao poder ocasionar a ilegitimidade da ordem burguesa para os expressivos segmentos que fossem excluídos. Tocqueville notou a questão nos EUA. Segundo ele, um dos fatores para que a liberdade de associação política não fosse um perigo na democracia americana era o fato do voto ser “universal”, impedindo que algum partido se apresentasse como representante dos excluídos da cidadania (2005, p. 226). Madison já havia sustentado que tanto ricos quanto pobres deveriam constituir o eleitorado dos EUA. A principal tarefa da legislação moderna seria, então, conseguir harmonizar esses diferentes interesses de classe (HAMILTON; MADISON; JAY, 2011, pp. 192-193).

Era não só o poder político da burguesia que estava em jogo, como também sua hegemonia. Mas, prioritariamente, tratava-se de garantir o primeiro, pois as ameaças eram notadas. Segundo Tocqueville, nos EUA o voto “universal” não era um perigo pelo fato da grande maioria dos cidadãos ter alguma propriedade, podendo ser arriscado implementá-lo na França e ainda mais perigoso caso estivesse instituído na Inglaterra (onde haveria poucos proprietários) (2005, pp. 246-247).

Portanto, além das justificativas históricas e funcionais para o filtro da vontade popular através da representação, tal mecanismo aparecia como possibilidade de as classes dominantes não perderem espaço para outros segmentos da população. Para Montesquieu, a existência de um parlamento bicameral era positiva, devendo haver uma câmara para representar os interesses dos nobres e outra para o povo. Segundo o liberal, uma igualdade excessiva seria a escravidão dos primeiros (1993, pp. 171-172). Ainda que tendo essa garantia, não deveria ser concedido direito ao voto “aqueles que estão em tal estado de baixa, que se considera que não têm vontade própria” (1993, p. 171). Décadas depois, Constant continuava adepto da exclusão, deixando claro que à classe trabalhadora não estava reservado participar da direção do Estado:

Aqueles a quem a pobreza mantém em uma perpétua dependência e condena a trabalhos diários, não possuem maior ilustração que as crianças acerca dos assuntos públicos, nem têm maior interesse que os estrangeiros em uma prosperidade nacional cujos elementos não conhecem e em cujos benéficos só participam indiretamente (1815, p. 41).

Mesmo Stuart Mill, que rompe com seus antecessores ao defender o sufrágio universal de fato - incluindo as mulheres -, diz que é necessário “impedir uma preponderância da classe trabalhadora no parlamento” (MILL, 1980, p. 95). Tal preocupação coexiste, por vezes nas mesmas páginas, com declarações com ares de denúncia, como quando constata o fato das classes trabalhadoras estarem excluídas do governo representativo inglês (1980, p. 32) ou quando reconhece que até aquela época os benefícios da liberdade haviam sido estendidos a apenas partes das comunidades (1980, p. 33). Para Mill, seria necessário que todos gozassem plenamente a posse dos privilégios de cidadão (1980, p. 37). Mas de tal “justiça” derivariam necessariamente perigos que precisariam ser constitucionalmente contidos. Ainda que os pobres não tivessem a intenção de contestar a propriedade privada, poderiam aumentar seus salários ou impor impostos abusivos aos ricos (1980, pp. 64-65). Caso os operários viessem a compor uma maioria de eleitores, além dessa legislação de classe, haveria também, segundo o liberal inglês, o perigo do “baixo nível de inteligência política” (1980, p. 92).

Então, se, para Mill, as democracias que vigoravam em sua época eram imperfeitas por limitarem a participação popular através de um sufrágio mais ou menos restrito (1980, p. 71), em uma verdadeira democracia as parcelas minoritárias precisariam não só ter seus direitos garantidos como estarem também bem representadas (1980, p. 74). Quanto ao potencial desequilíbrio de representação social por conta de uma maioria proletária, o ideal seria que a classe dos ricos e a classe dos pobres dispusessem do mesmo número de representantes (1980, p. 69). O filósofo e político inglês propõe algumas medidas para precaver a sociedade dessa “tirania” da maioria proletária. A principal delas seria o voto plural, no qual pessoas supostamente ilustres, como patrões, universitários e aquelas que, independente da classe social, demonstrassem de maneira inequívoca seu elevado grau de inteligência, teriam direito a mais de um voto no processo eleitoral, aumentando seu peso no resultado final (1980, p. 93). Quanto à remuneração dos parlamentares, Stuart Mill demonstra sintonia com um liberal declaradamente restritivo, Constant, para o qual a ausência de vencimentos aparecia como mecanismo de manutenção do poder da propriedade privada na representação institucional (CONSTANT, 1815, p. 38). Segundo Mill, ofertar remuneração aos representantes poderia estimular a “pretensão de aventureiros de classes baixas” (1980, p. 117). A própria liberdade de associação, apesar de um direito reconhecido pelo autor, não seria desejável nos casos em que uma classe buscasse se impor às demais (1980, p. 68).

O sistema de votação de dois estágios, que Mill entende ter como função obstaculizar a representação da vontade popular, teria como inconveniente gerar na massa dos eleitores o desinteresse pelo processo (1980, pp. 101-102), o que poderia ser um problema para o



reconhecimento da ordem vigente. Mas quanto ao sistema conforme funcionava nos Estados Unidos, Tocqueville e Mill concordavam. Para Mill, fazer da assembleia legislativa estadual um colégio eleitoral para o Senado não só dava mais sentido ao processo de eleição dessa assembleia/colégio eleitoral como também garantiria senadores mais qualificados (1980, p. 103), ao contrário do que, segundo o pensador, seria visto na Câmara Baixa (1980, p. 168). É evidente a anuência com a avaliação feita por Tocqueville poucas décadas antes, quando, no primeiro volume de “A democracia na América”, ao sistema de voto em dois graus é atribuída responsabilidade por garantir um Senado cheio de “grandes homens”, contrariamente ao que, supostamente, se via na Câmara dos Representantes (2005, p. 235). Para Tocqueville, se não quisessem se perder “entre os escolhos da democracia” (2005, p. 236) as repúblicas americanas deveriam expandir o sistema de dois graus nos seus processos eleitorais.

Se a restrição da presença popular deveria ser, dessa forma, não declarada, afinal “o meio mais poderoso, e talvez o único que nos reste, de interessar os homens pela sorte de sua pátria seja fazê-los participar de seu governo” (2005, p. 276), outras formas de exclusão parecem mais aceitáveis para o autor. Na obra máxima de Tocqueville, a integração entre liberdade e escravidão é naturalmente apresentada como fato constituinte da “primeira república democrática”. Se Atenas é chamada de república aristocrática por conta da escravatura, na qual tornava os cidadãos, na prática, elementos de uma nobreza (TOCQUEVILLE, 2004, p. 71), tal critério é deixado de lado na avaliação dos EUA. Justamente no início do capítulo dedicado ao tema no primeiro volume de “A democracia na América” (“Algumas considerações sobre o estado atual e o futuro provável das três raças que habitam o território dos Estados Unidos”), Tocqueville diz que “encontramos na América [...] uma imensa e completa democracia” (2005, p. 373). A preocupação central do autor quanto ao assunto fica nítida no subtítulo que escolhe no tópico para falar do negro: “Posição que ocupa a raça negra nos Estados Unidos – perigos que sua presença faz os brancos correrem”. A presença dos afrodescendentes em solo americano aparece como “o mais temível de todos os males que ameaçam o futuro dos Estados Unidos” (2005, p. 394). Não que o político parisiense fosse insensível à sorte dos negros, ao contrário. Denuncia que “eles [os europeus] violaram, em relação ao negro, todos os direitos da humanidade” (2005, pp. 418-419). Mesmo nos estados nos quais a escravatura estava abolida, o preconceito era permanente:

Em quase todos os estados em que a escravidão foi abolida, deram-se ao negro direitos eleitorais; mas se ele se apresenta para votar corre risco de vida. Oprimido, pode se queixar, mas só encontra brancos entre seus juizes. A lei, no entanto, abre-lhe o banco dos jurados, mas o preconceito afasta-o dele. Seu filho é excluído da escola em que vai se instruir o descendente dos europeus. Nos teatros, ele não conseguiria comprar, nem a preço de ouro, o direito de sentar junto daquele que foi

seu amo; nos hospitais, jaz à parte. Permite-se que o negro implore ao mesmo Deus dos brancos, mas não no mesmo altar. [...] Quando o negro falece, jogam seus ossos em separado, e a diferença de condição se encontra até mesmo na igualdade da morte. Assim o negro é livre, mas não pode compartilhar nem os direitos, nem os prazeres, nem os trabalhos (2005, p. 397).

A escravatura, no meio da liberdade democrática e das luzes, não seria capaz de durar, segundo o autor (2005, p. 419). Mas o fenômeno era tão forte e entranhado na sociedade que, mesmo havendo a tendência ao fim da escravidão, o negro nunca seria visto como igual diante do branco, permanecendo uma espécie de estrangeiro diante deste (2005, pp. 395; 397).

Entretanto, a preocupação manifestada por Tocqueville, conforme o subtítulo mencionado, não era essa. A abolição da escravatura no Sul dos EUA era vista como um iminente risco para os brancos desses estados, pois como os negros acabariam sendo privados de quase todos os direitos de cidadãos, não poderiam ser iguais aos brancos, se tornando inimigos (2005, p. 416). Preocupação essa que deve tributo a Montesquieu, para quem, por “excesso de igualdade”, a libertação de um grande número de escravos poderia colocar em risco uma democracia (1993, p. 58). Assim, para Tocqueville, mesmo com todos os males da instituição, os brancos deveriam ser perdoados por fazerem de tudo para evitar o fim da escravidão, afinal, estariam apenas protegendo-se (2005, p. 419). De qualquer forma, para o político parisiense, o próprio negro talvez fosse lançado à sorte pior em caso de libertação:

[...] ele [o negro] admira seus tiranos mais ainda do que os odeia e encontra sua alegria e seu orgulho na servil imitação dos que o oprimem. [...] aprendeu a submeter-se a tudo, exceto à razão; e, se a razão se tornasse seu único guia, não lhe saberia reconhecer a voz (2005, p. 375).

Análoga era a situação dos povos nativos. Negros e índios formavam, para Tocqueville, “duas raças infortunadas” cujas “desgraças se parecem” e que “ocupam uma posição igualmente inferior no país que habitam; [...] sentem os efeitos da tirania; e, se suas misérias são diferentes, podem lhes ser atribuídos os mesmos autores” (2005, p. 374). O ilustre liberal diz ter percorrido “vastas plagas habitadas outrora por poderosas nações indígenas que hoje já não existem”, habitado “em tribos já mutiladas que cada dia veem decrescer seu número e desaparecer o esplendor de sua glória selvagem” e observado índios que preveem “o destino final que estava reservado à sua raça”. Males que seria, para ele, “impossível narrar”. Percebeu então que, mantidos os rumos, o destino era “uma destruição inevitável” (2005, pp. 262; 381). Tal situação era uma política de Estado.

Se você atentar para as medidas tirânicas adotadas pelos legisladores dos estados do Sul, para a conduta de seus governadores e para os atos de seus tribunais, irá se convencer facilmente de que a expulsão completa dos índios é o objetivo final a que tendem simultaneamente todos os seus esforços (2005, p. 389).

De qualquer forma, a América era “um continente vazio, uma terra deserta, que esperava habitantes” (TOCQUEVILLE, 2005, p. 328), afinal, os índios americanos não

possuíam a terra, apenas ocupavam-na (2005, p. 33). Assim como em Locke, o fato de estar desprovido de propriedade privada parece justificar a privação dos demais direitos.

No caso das mulheres, a situação de inferioridade imposta não só é encarada com naturalidade como também se revela inexplicavelmente parte da democracia, pois, segundo Tocqueville, a igualdade entre homem e mulher não implicaria na imposição de semelhanças entendidas como artificiais. O fato da mulher não participar da política e reconhecer o papel de chefe da família no homem significava, para o autor, que os americanos compreenderam o tipo de “igualdade democrática” que deve haver entre os sexos (2004, pp. 261-262).

Já em Stuart Mill as diferenças entre os sexos ou a cor da pele não poderiam justificar restrições à cidadania (1980, pp. 97-99). Dedicou-se, inclusive, a lutar no campo institucional e teórico em prol do sufrágio feminino. Partindo não de justificativas fundadas em noções abstratas de Direito (como a ideia de um “direito natural”), mas sim do que entende ser mais ou menos útil (1991, p. 54) (ou seja, padrões lógicos e práticos)<sup>10</sup>, defendeu e abarcou entre as liberdades humanas a liberdade de pensamento (filosófica e religiosa, incluindo ateus – diferentemente de vários de seus antecessores) (1991, p. 73), a liberdade de expressão (aparecendo a liberdade de imprensa como um derivado) e a liberdade de associação (1991, p. 56). Cada indivíduo deveria ser livre para conduzir sua vida nos assuntos em que não houvesse nítido prejuízo de terceiros. Nem mesmo as ações que pudessem causar danos ao próprio agente deveriam ser alvo de intervenção alheia (1991, p. 53). À sociedade só caberia o que é de interesse coletivo (1991, pp. 117-118). A soberania deveria se encontrar, em última instância, na massa da comunidade, que deveria ter parte ativa nas funções públicas (1980, p. 31). Como não é possível que todo o povo o faça de forma direta, que a soberania se dê através dos representantes eleitos por essa massa (1980, p. 38). A grande dificuldade das democracias seria garantir as diversas individualidades (1980, p. 80). Para isso, a representação deveria ser capaz de representar a todos, maiorias e minorias (1980, p. 87). O estabelecimento de direitos que seriam inalienáveis (inclusive o de rebelião em caso de violação dos mesmos) e a instituição de freios legislativos sobre a ação de qualquer um no que concerne aos demais teriam sido as duas maneiras encontradas pelos contemporâneos para proteger as individualidades (1991, p. 46).

Mas essa aparente guinada extensiva continuava a carregar, além das preocupações contra a tirania do proletariado, fortes restrições. Se as pessoas deveriam ter o direito de

---

<sup>10</sup> A liberdade de ter e exprimir a opinião seria, por exemplo, um bem para a própria sociedade, pois permitiria o amadurecimento intelectual das pessoas através da livre discussão e da busca pela verdade (Mill, 1991, pp. 93-94). A liberdade de comércio, segundo Mill, seria a garantia para um melhor funcionamento da economia (admitindo, entretanto, interferências pontuais em prol de interesses da coletividade) (*ib.*, p. 138).

conduzir as suas vidas do jeito que desejassem, não estavam incluídos “aqueles estados sociais atrasados nos quais o próprio grupo pode ser tido como ainda na minoridade” (1991, p. 54), que, não possuindo as faculdades amadurecidas, seriam como crianças. Nos povos que estivessem em estágios de desenvolvimento nos quais, segundo Mill, não teriam permitido ainda o desabrochar da capacidade de livre e igual discussão, seria um mérito haver um governo despótico capaz de lhes ensinar a obedecer a autoridade - afinal entendia que essas pessoas não eram muito superiores aos “animais mais inteligentes” (1980, p. 22). Do mesmo jeito, nas “raças” vistas como não civilizadas e avessas ao trabalho, a escravidão poderia ser, paradoxalmente, um meio eficaz de lhes colocar no caminho da liberdade (1980, p. 23). Vê-se uma linha de continuidade com Tocqueville, que não só se diz tentado a crer que, para os povos sul-americanos do século XIX, “o despotismo seria um bem” (2005, p. 263), como também entende que a democracia liberal pressupõe uma sociedade muito “civilizada” e culta, com um povo capaz de administrá-la (2005, p. 244).

As justificativas para a colonização eram várias. Assim como em Montesquieu, em Mill, a dominação por parte de uma nação avançada poderia cumprir papel positivo para o povo vitimado (1980, p. 44) - ainda que, em caso de povos dominados tidos como civilizados (por exemplo, a Austrália), esses pudessem não só gozar de governo representativo próprio a nível local (1980, p. 171), como também, em caso de vontade manifesta, adquirir a independência (1980, pp. 174-175). Mas excluída desse direito estava a Índia, cujo povo, alegava Mill, estaria preparado, no máximo, para uma liberdade “limitada e qualificada” (1980, p. 8). No caso da Guerra do Ópio, quem teria violado o direito da população chinesa não era a invasora Inglaterra, mas sim o próprio imperador asiático, responsável por, supostamente, quebrar a liberdade de comércio dos consumidores de ópio (1991, p. 139).

Vê-se que na transição da “democracia pura” para a democracia liberal houve uma série de transformações, mas a coexistência entre a liberdade para uns com e escravidão (literal ou não) para outros foi uma constante. Aliás, nem a liberdade destes poucos deveria estar sempre salvaguardada. Locke concede a “prerrogativa” ao poder executivo de agir para além da lei (e até mesmo contra ela), desde que no interesse do “bem público” (1998, pp. 528-529). Para Madison, em situações em que o povo venha a assumir posições nas quais se entenda que futuramente possa se arrepender, é necessário que “um grupo de cidadãos moderados e respeitáveis” intervenha a fim de deter a orientação equivocada (HAMILTON; MADISON; JAY, 2011, p. 215). Mill é explícito: para garantir a liberdade é legítimo que o governo assuma poderes absolutos na forma de uma ditadura temporária (1980, pp. 30-31).

## 1.2 O iluminismo em Rousseau, Robespierre e Hegel (e outras tradições)

Sendo a propriedade o fundamento básico do pensamento liberal, há que se buscar a essência dessa relação para além de uma hipotética (e provável) operação eufemística, que estabeleceria a equação entre propriedade privada e democracia apenas enquanto expressão de legitimação ideológica da ordem capitalista. Se não deixa de ser isso também, não o é apenas. De fato, quando o sujeito burguês ou pequeno-burguês (e seus ideólogos) identificam no direito de usufruir de propriedade o aspecto basilar para outros direitos, revelam o próprio *ethos* do ser burguês, do homem capitalista, cuja vida gira em torno das maiores ou menores potencialidades de acordo com a maior ou menor posse de recursos econômicos. Não é uma inverdade ou mera justificativa a constatação liberal de que ter direitos é, antes de tudo, ter propriedade. O problema da lógica liberal não é esse, mas sim o fato de servir para a manutenção de um sistema político e econômico no qual o direito à propriedade é inexistente para a imensa maioria da população! Se, todos os homens são iguais e portadores dos mesmos direitos, por qual motivo a propriedade, que é uma instituição social e pilar dos demais direitos, é exclusividade de uma pequena parcela da comunidade? A tradição majoritária dentro do pensamento liberal rejeita essa pergunta. Para ela, a liberdade que deve ser garantida pelo Estado é, acima de tudo, negativa. Deve se garantir os direitos dos sujeitos evitando a violação dos mesmos por parte do governo ou de outros, não afirmá-los. Caberia aos próprios indivíduos o exercício de seus direitos. Mas essa gritante contradição entre os princípios expostos e o programa realmente defendido gerou conclusões opostas àquelas majoritárias entre os arautos do liberalismo. Não à toa, entre os mais destacados expoentes dessa outra via, há uma íntima ligação com o processo histórico em que o liberalismo foi efetivado de forma mais radical: a Revolução Francesa.

Rousseau, Robespierre e Hegel: o primeiro, inspirador; o segundo, dirigente; e o terceiro, tributário. Todos conectados à derrocada do Antigo Regime na França e à sua substituição por um regime de ordem liberal e capitalista. Entretanto, por maiores que sejam as diferenças entre os mesmos e haja um enorme campo de interseção com ideias fundamentais dos pensadores liberais analisados anteriormente (como, por exemplo, a defesa das liberdades individuais), em um ponto esses três se chocam diretamente contra os demais: negam a sacralidade absoluta da propriedade. Não o fazem de maneira radical, ao ponto de rejeitarem a existência da propriedade privada em prol da propriedade comum (como fará, posteriormente, o marxismo); mas entendem que, se a propriedade é um direito, é legítimo

que o poder constituído intervenha de alguma forma em auxílio aos que se encontrem privados do desfrute desse direito.

Para Robespierre, o principal direito imprescritível dos seres humanos seria o chamado “direito de existir”, isso é, o de ter acesso aos recursos necessários para a sua subsistência (ROBESPIERRE, 1999, p. 48). Hegel, na mesma linha, teoriza sobre o “direito à vida”, do qual fazem parte os “direitos materiais” - incluído aí o direito ao trabalho (LOSURDO, 1998, p. 139). Para o filósofo alemão, um homem que estivesse no limiar da morte por conta da fome teria todo o direito de violar a propriedade de outrem em prol da própria sobrevivência, já que isso não acarretaria a negação do direito do outro usufruir da propriedade - se apossando apenas de uma parte dela estritamente necessária para a conservação de sua vida (LOSURDO, 1998, p. 135). Para Rousseau, o estado social só seria benéfico aos homens quando todos tivessem algo e ninguém gozasse de excessos (ROUSSEAU, 2002, p. 198). Robespierre declara de maneira solene que o direito à propriedade existe apenas para satisfazer as necessidades de todos os membros de uma comunidade:

A primeira lei social é [...] aquela que garante a todos os membros da sociedade os meios de existir; todas as outras estão subordinadas a esta; a propriedade só foi instituída ou garantida para cimentá-la; é para viver, em primeiro lugar, que se tem propriedades (1999, p. 48).

No raciocínio do revolucionário francês, sua postura não colocava sob *judice* a propriedade, o comércio ou o lucro; apenas buscava impedir que a extrema liberdade de uns quanto a esses aspectos colocasse em risco os direitos dos demais (ROBESPIERRE, 1999, p. 53).

Tanto para Rousseau quanto para Robespierre não haveria nenhuma naturalidade nas brutais desigualdades econômicas; ao contrário, essas seriam uma instituição social (ROUSSEAU, 2001, p. 87), resultado, para o jacobino, de incompetência do governo, derivação dos “vícios da administração ou das leis” (ROBESPIERRE, 1999, p. 45). De acordo com Rousseau, seria “manifestamente contra a lei da natureza [...] que um punhado de pessoas nade no supérfluo, enquanto à multidão esfomeada falta o necessário” (2001, p. 141). Robespierre então conclui que haveria uma obrigação por parte da sociedade de garantir a subsistência de todos que a compõem, ofertando trabalho para os membros da comunidade e provendo de recursos aqueles impedidos de trabalhar (1999, p. 92).

O comércio, assim como a propriedade, também deveria atender à função social – estando longe de ser intocável:

O negociante pode bem guardar em seus entrepostos as mercadorias que o luxo e a vaidade cobiçam, até encontrar o momento de vendê-las ao mais alto preço possível; mas nenhum homem tem o direito de acumular montes de trigo ao lado de seu semelhante que morre de fome [...] [pois] a liberdade de comércio é necessária até o

ponto em que a cupidez homicida começa a abusar dela (Robespierre, 1999, pp. 46-47).

Já para Rousseau, o comércio seria responsável, junto da propriedade privada, pela introdução de uma série de vícios negativos na sociedade, pois suas atividades comportariam lucrar com a desgraça alheia (2001, p. 158). Ainda assim, a volta ao estado em que tudo era de todos não seria mais possível e nem desejável (ROUSSEAU, 2001, pp. 169; 200). Para Robespierre, “a igualdade dos bens é uma quimera” (1999, p. 87).

Mas se a igualdade absoluta de propriedade aparecia como uma utopia, a igualdade de direitos entre os que compunham a espécie humana não. Para Rousseau, em contraste direto com Locke, não haveria nenhum tipo de direito que pudesse justificar a escravidão. Ao contrário, tal relação só poderia ser mantida pela força, podendo então, também ser quebrada pela força (ROUSSEAU, 2002, pp. 20-21). Posição correspondente foi adotada também por Hegel, para quem não haveria ordenamento jurídico que pudesse legitimar a perda da liberdade, um direito imprescritível do homem - e não havendo ordenamento jurídico legitimando a situação, o escravo poderia retomar, a qualquer momento, sua liberdade (LOSURDO, 1998, p. 90). Robespierre, ao combater a sacralidade absoluta da propriedade condicionando-a a não ferir os direitos dos demais, lembra que estaria incluída aí a liberdade. Para o líder jacobino, os direitos imprescritíveis pertenceriam a todos os homens, independente da força física ou moral (1999, pp. 91). Dessa maneira, os jacobinos – sob pressão da Revolução Haitiana (1791) - encontravam as justificativas ideológicas para a abolição da escravatura nos territórios sob domínio francês. Tal igualdade valeria não só para os franceses, como também para todas as nações do mundo. Segundo Robespierre, os homens de todos os países eram irmãos e deveriam exercer a solidariedade mútua. Para ele, quem viesse a oprimir uma nação estaria oprimindo todas (1999, pp. 97-98).

Outra importante medida radicalmente democrática implementada sob o governo jacobino - a concessão do sufrágio “universal” masculino - também encontra sua justificativa nas palavras de Robespierre, para quem não haveria sentido em restringir a participação de qualquer cidadão no processo eleitoral. Combatia não só as restrições legais, como também as reais, defendendo, ao contrário do que foi visto em pensadores como Constant e Mill, que, se os representantes não fossem remunerados, a liberdade poderia ser “quimérica” e os direitos “ilusórios” (ROBESPIERRE, 1999, p. 93). As principais preocupações levantadas pela tradição liberal majoritária quanto à presença popular no poder político, a potencial violação da sacralidade da propriedade privada e a suposta desqualificação intelectual e moral dos representantes populares, não tinham, dentro de toda a lógica apresentada, sentido de ser. A

segunda, derivada da primeira, não só não seria um risco, mas sim uma necessidade; já a terceira é, não só em Robespierre, mas também em Rousseau e Hegel, invertida. Para Robespierre, a parte “mais sã” da nação seria justamente a constituída pelos trabalhadores (1999, p. 108). Rousseau se opõe aos que desqualificam os operários e os vê como “magníficos e muito honrados senhores” (2001, p. 23). Hegel vai além e, ao contrário de muitos liberais, avalia a participação dos pobres na história de forma positiva, quando não entusiasta, celebrando o papel da plebe nas lutas travadas em Roma, na Revolução Inglesa de 1640 (esconjurada por grande parte dos liberais em prol da “Revolução Gloriosa”), entre outros episódios (LOSURDO, 1998, p. 154; 161; 168).

A questão central de todas essas polêmicas com o pensamento predominante entre os liberais pode ser expressa na diferenciação que Georg Friedrich Hegel faz entre a liberdade formal, cara aos liberais, e a liberdade real, substancial. Não que uma exclua, necessariamente, a outra; ao contrário, a primeira aparece como condição para a realização da segunda (LOSURDO, 1998, p. 140). A ideia de direito natural presente no autor ajuda a entender a questão (fundamental para a posterior concepção marxista). Hegel nega a ideia de um direito inerente ao estado da natureza (que seria o espaço onde, para o alemão, não haveria direito algum), compreendendo a cristalização dos vários direitos como um resultado dos processos históricos, nos quais determinados valores ganhariam tanta força que não poderiam mais sofrer retrocessos (LOSURDO, 1998, p. 98), passando a compor “a determinação substancial e irrenunciável do homem” - uma segunda natureza, produzida não pela biologia, mas pela história (LOSURDO, 1998, p. 93). Para o filósofo, em sua época a liberdade já figurava como parte dessa natureza humana historicamente construída, então, mesmo que quisesse, não negaria as liberdades individuais. A questão é que Georg Hegel entendia, corretamente, que sem certas condições materiais um indivíduo estaria em um estado caracterizado, na prática, pela total ausência de qualquer direito - logo, privado de liberdade real (LOSURDO, 1998, p. 90). Assim, o conceito de liberdade que vigorava em Hegel é, na contramão dos liberais, inerentemente afirmativo. A liberdade não se daria apenas pela ausência de coerção (isso seria apenas um aspecto), mas sim pela garantia das condições básicas para que venha a se realizar – legitimando, dessa forma, a intervenção do Estado a favor dessa realização.

Lógica análoga pode ser vista, tempos antes, em Maximilien de Robespierre, que convalida o despotismo da revolução como uma intervenção a favor da liberdade. Segundo o líder jacobino:



Disseram que o terror era a mola do governo despótico. Vosso governo se assemelha então ao despotismo? Sim, como o gládio que brilha nas mãos dos heróis da liberdade se assemelha àquele que arma os satélites da tirania [...]. O governo da Revolução é o despotismo da liberdade contra a tirania (1999, p. 150).

Em paralelo ao desenvolvimento do iluminismo, ocorria o redimensionamento da tradição igualitarista (exemplificada nas obras de Tomas Morus e Tomás Campanella nos séculos XVI e XVII) através das manifestações políticas e ideológicas das camadas pobres durante os processos revolucionários de natureza liberal-burguesa. Viu-se, assim, o aparecimento dos anabatistas durante a Reforma; dos niveladores durante a Revolução Inglesa; e da Conspiração dos Iguais, de Graco Babeuf, na Revolução Francesa (ENGELS, 1980, p. 65). Babeuf, ao defender a conquista da “igualdade real” no “Manifesto dos Iguais”, exprime como os pobres da França sentiam a já notada contradição liberal:

A igualdade nunca foi mais do que uma bela e estéril ficção da lei. E hoje, quando essa igualdade é exigida numa voz mais forte do que nunca, a resposta é esta: “Calai-vos, miseráveis! [...] contentai-vos com a igualdade relativa; todos sois iguais em face da lei. Que quereis mais, miseráveis?” (BABEUF, 1796).

O contato entre essa tendência igualitarista e a tradição iluminista renegada pelo liberalismo encontrará sua expressão mais acabada no socialismo científico de Karl Marx e Friedrich Engels. Segundo o próprio Engels (ENGELS, 1980), como seus antecessores diretos, no início do século XIX, aparecem Saint-Simon, Charles Fourier e Robert Owen, os “três grandes utopistas”, que, inspirados nos princípios iluministas de busca pela verdade através da razão, projetaram sociedades perfeitas, nas quais as desigualdades sociais seriam inexistentes. Saint-Simon, identificou a relação inerente entre economia e política, observando também uma tendência ao fim do Estado (ENGELS, 1980, pp. 67-68); Fourier denunciou a falsidade das promessas burguesas, proclamou a necessidade de se emancipar a mulher e observou na história a realização de um processo movido por contradições (ENGELS, 1980, p. 68); Owen, partindo de uma visão materialista do homem, organizou primeiro os seus operários sob melhores condições de vida e depois o próprio movimento operário inglês (levando-o, inclusive, a conquistar, em 1819, a primeira lei limitando o trabalho de mulheres e crianças em fábricas), chegando à conclusão de que o centro da questão social estava no estabelecimento da propriedade comum dos meios de produção (ENGELS, 1980, p. 70). A base dos limites dos três pensadores e militantes socialistas citados (seu caráter utópico) seria superado por Karl Marx e Friedrich Engels. Salto de qualidade permitido pelo desenvolvimento das forças produtivas capitalistas - dado na metade de século que os separa dos socialistas utópicos.

Com os revolucionários alemães o socialismo se expressaria através de algo maior que a simples razão: a ciência.

### 1.3 O marxismo-leninismo e a(s) democracia(s) como questão de classe

Marx e Engels colocaram como objetivo declarado o que era apresentado pelos liberais como um demônio a ser exorcizado: um governo exercido contra a burguesia pela maioria trabalhadora, voltado para interferir despoticamente nos direitos de propriedade. Se, para a tradição liberal, essa tendência a violar a sacralidade da propriedade privada, entendida como inerente a qualquer democracia, aparece como perversão e desvio da (assim alegada) “boa democracia”, para os revolucionários alemães seria a única via pela qual a liberdade real poderia ser alcançada pela humanidade. O despotismo da maioria proletária sobre os direitos de propriedade aparece tanto nos clássicos do liberalismo quanto nos do socialismo como uma consequência radical de uma democracia (seja qual for a sua forma). A diferença é que, para os primeiros, seria uma perversão a ser evitada, enquanto, para os segundos, a única democracia autêntica. Portanto, é necessário considerar que para Marx, Engels e seus sucessores os conceitos de democracia e ditadura não são opostos ou excludentes; ao contrário, compõem necessariamente partes distintas de um todo, que se funda na concepção marxista de Estado (entendido como um instrumento surgido pela e para a luta de classes por conta das necessidades de uma determinada classe dominante consolidar e garantir seu poder político sobre as demais classes da sociedade). Assim, no “Manifesto Comunista”, a revolução socialista, que colocaria os trabalhadores no poder, aparece, ela mesma, como a “conquista da democracia” (MARX; ENGELS, 2005, p. 58). A ideia de uma ditadura do proletariado<sup>11</sup>, período no qual a classe trabalhadora exerceria seu poder contra a burguesia através do seu próprio aparato estatal, não exclui, portanto, a democracia (ou uma forma desta, entendida em seu sentido literal, “governo do povo” - ou da maioria deste).

A manifestação do iluminismo entre a classe trabalhadora encontrou em Marx e Engels diversas expressões. Astronomia, Física, Matemática, Química, Biologia e, principalmente, História (entre outras), foram áreas nas quais ambos os pensadores se dedicaram a realizar algum estudo, quando não a publicá-los<sup>12</sup>. Mas o iluminismo em Marx e

<sup>11</sup> Termo já utilizado por outros socialistas da época e que Marx e Engels passam a utilizar poucos anos após o lançamento do *Manifesto Comunista*, aparecendo, por exemplo, numa carta escrita por Marx a Joseph Weydemeyer, datada de 5 de março de 1852 (Texier, 2005, pp. 18; 214).

<sup>12</sup> O auge desse esforço multidisciplinar pode ser encontrado em duas obras de Engels, o *Anti-Dühring* (1878) e *A dialética da natureza* (publicada postumamente em 1925). Em *A investigação científica no mundo dos espíritos*, publicada apenas em 1898, o autor refuta as teorias espíritas com base em experimentos com supostos espíritos feitos por ele mesmo em laboratório. A coletânea de cartas trocadas entre Marx e Engels na época da produção da primeira obra, presente nas *Obras filosóficas*, organizada por Wenceslao Roces (1986), demonstra a postura de ambos diante dos debates nos diversos campos científicos. Lenin, na obra *Materialismo e empiriocriticismo* (1909), partindo de discussões sobre a filosofia da ciência, conseguiu equilibrar a atualização do marxismo com a defesa de seus fundamentos, travando debates em campos como a Física.

Engels se fundia à tradição socialista/comunista. Assim, todo esse interesse diante da ciência era um complemento necessário a uma perspectiva fortemente humanista, em que a compreensão do todo no qual se insere a humanidade é condição imperativa não apenas para o entendimento pleno dessa humanidade, como também para sua libertação. A 11a tese sobre Feuerbach, que declara que o importante não é interpretar o mundo, mas sim transformá-lo, já é bem conhecida. Estes revolucionários alemães criaram todo um corpo filosófico e científico baseado em fundamentar um objetivo: o fim da propriedade privada dos meios de produção através da luta de classes do proletariado. Abolindo, em todas as nações, a propriedade privada, estariam abolidas também as diferenças entre as classes e as próprias classes sociais. A humanidade poderia, então, saltar do “reino da necessidade para o reino da liberdade” (ENGELS, 1980, p. 83) – no qual ninguém lucraria com a exploração do trabalho alheio. O lema dessa sociedade seria, de acordo com Marx, “de cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades” (MARX, 1971a, p. 21).

A evidente incoerência dos liberais, entre a supervalorização da propriedade privada e o sistema que visavam sustentar, é apontada no “Manifesto Comunista”:

Horrorizai-vos porque queremos suprimir a propriedade privada. Mas em vossa sociedade a propriedade privada está suprimida para nove décimos de seus membros. E é precisamente porque não existe para estes nove décimos que ela existe para vós. Censurai-nos, portanto, por queremos abolir uma forma de propriedade que pressupõe como condição necessária que a imensa maioria da sociedade não possua propriedade. [...] De fato, é isso que queremos (2005, p. 54).

O caminho para se abolir a propriedade privada e, conseqüentemente, alcançar a socialização plena dos meios de produção, seria o da revolução. Os agentes desse processo estariam justamente na classe que, ao mesmo tempo em que é desprovida dos meios de produção, é também a responsável por, através da sua força de trabalho, garantir o metabolismo do capital. Então, os explorados, membros do proletariado, “a classe dos assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver” (MARX; ENGELS, 2005, p. 40), conjugariam a necessidade de se extinguir o sistema capitalista (em prol do comunismo, dando fim à própria exploração) com a capacidade de realizar esse objetivo. A classe trabalhadora seria o carro-chefe da emancipação de toda a humanidade, libertando “para sempre toda sociedade da exploração, da opressão e da luta de classes” (MARX; ENGELS, 2005, p. 74).

Entretanto, Marx e Engels não acreditavam que a derrocada do capitalismo pudesse corresponder, no plano histórico concreto, à imediata edificação do comunismo.

Entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista situa-se o período de transformação revolucionária de uma na outra, a que corresponde um período de transição política em que o Estado não poderá ser outra coisa que não a ditadura revolucionária do proletariado (MARX, 1971a, p. 20).

Portanto, a revolução que derrubaria a burguesia e colocaria a classe trabalhadora no poder seria apenas o primeiro passo rumo à construção da sociedade comunista. Nessa fase (chamada por Lenin de socialismo) (LENIN, 1973c, p. 35), o Estado teria como tarefa socializar, gradualmente, os meios de produção (o que se daria principalmente pela passagem destes ao Estado proletário), e exercer a força sobre e contra a burguesia - consistindo nesse domínio do proletariado sobre a burguesia o caráter de “ditadura” da etapa de transição.

Os fundadores do socialismo científico entendiam que toda sociedade dividida em classes e mediada pelo Estado seria, necessariamente, uma ditadura de uma classe sobre a outra, pois era, em última instância, um poder exercido a favor de uma contra as demais, apoiado pela força das armas. Portanto, a ideia de uma “ditadura” de classe tem como princípio definitivo muito mais o conteúdo da dominação do que sua forma, ainda que pressuponha a força - latente ou explícita. Segundo Engels (1984, pp. 193-194):

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado.

A democracia não era entendida enquanto representante de toda a sociedade, como na concepção liberal, mas sim de uma classe em detrimento da outra. A democracia representativa liberal, fundada nos direitos oriundos da propriedade privada, seria, na “mais democrática” das repúblicas liberais, uma ditadura de classe da burguesia. Só no socialismo, na ditadura do proletariado, poderia haver uma democracia, um governo para imensa maioria da população - os trabalhadores. Só no comunismo, quando teriam fim as classes sociais, a plena democracia estaria realizada (sem a necessidade de haver qualquer tipo de poder de coerção sobre qualquer pessoa, sendo todos plenamente livres e com igual força na direção da sociedade); mas, paradoxalmente, deixaria de ser, enquanto forma de governo, necessária, pois com o fim do Estado estaria definhado também todo governo. Sua realização seria seu próprio fim (LENIN, 1973c, p. 34).

A teoria de Marx e Engels sobre o Estado foi profundamente influenciada pelos acontecimentos de 1871 na França, com o estabelecimento do primeiro Estado proletário da história, a Comuna de Paris; quando, diante da guerra entre a França e a Prússia, o povo parisiense rebelou-se e assumiu o poder na cidade durante dois meses. Tal postura se deu por conta do próprio método característico do materialismo dialético, que é o de formular propostas não a partir de perspectivas ideais, mas sim expressar soluções concretas dentro das

possibilidades reais conforme constatado. Observando a Comuna, puderam refletir sobre as necessidades e as deficiências do proletariado de acordo com a sua nova experiência no comando do Estado. A primeira delas era a que não bastava, ao proletariado, se apossar da máquina estatal já existente. Deveria aboli-la e erguer a sua própria (MARX, 2011, p. 54). Analisando a experiência, Marx valorizou o fato de todos os membros da Comuna, inclusive do corpo judiciário, terem sido eleitos pelo povo, com o mandato revogável e ganhando o mesmo que a média salarial de operários comuns. Além disso, a ampliação do ensino público, o fim da interferência da Igreja na educação e no Estado, entre outros, também foram destacados (2011, pp. 56-57). Engels, em 1891, reafirma a percepção de Marx e acrescenta:

Essa explosão do poder estatal até então existente e sua substituição por um novo poder, verdadeiramente democrático, é descrita com detalhes na terceira parte da Guerra civil. [...] eis que o filisteu alemão foi novamente tomado de um saudável terror com as palavras: ditadura do proletariado. Pois bem, senhores, quereis saber como é esta ditadura? Olhai para a Comuna de Paris. Tal foi a ditadura do proletariado (ENGELS, 2011, pp. 196-197).

Mao Tsé-Tung (1972b), décadas depois, demonstra a concretização dessa lógica<sup>13</sup>:

A democracia se pratica entre o seio do povo, ao qual goza das liberdades de palavra, de reunião, de associação, etc. Só o povo goza do direito eleitoral, e não os reacionários. A combinação destes dois aspectos, democracia para o povo e ditadura para os reacionários, constitui a ditadura democrática popular (p. 432).

Democracia e ditadura, conceitos tratados como excludentes pela tradição liberal hegemônica, estavam, então, vistos pelo marxismo como umbilicalmente ligados. A democracia para uns seria a ditadura para outros. Com a experiência da Comuna, Marx e Engels observaram que o grande elemento democrático da ditadura do proletariado estaria na substituição do Estado burguês por um novo Estado, sustentado diretamente pelos trabalhadores em armas (elemento tido como básico para a democracia em outros pensadores precedentes, como foi visto) (MARX, 2011, p. 56). Essa seria a garantia de exercício pleno de poder por parte dos membros da classe trabalhadora. As divergências com o liberalismo não estavam na maior ou menor presença de representantes como fator que pudesse eclipsar uma democracia direta. Em carta a Ludwig Kugelmann, datada de 12 de abril de 1871, Marx se mostrou partidário de uma centralização ainda maior do que a que se efetivou na Comuna (pelo menos diante das exigências daquela situação), censurando o comitê central revolucionário, formado em Paris por ocasião da sublevação, por ter transferido seus poderes

<sup>13</sup> Apesar de Mao estar se referindo, nessa passagem, não a uma ditadura exclusiva do proletariado - assunto que será tratado logo a seguir. Entretanto, a lógica utilizada é a mesma, servindo para fins expositivos. O resto da passagem é o seguinte: “Na China, na etapa atual, por povo se entende a classe operária, o campesinato, a pequena burguesia urbana e a burguesia nacional. Dirigidas pela classe operária e o Partido Comunista, estas classes se unem, formam seu próprio Estado, elegem seu próprio governo e exercem a ditadura sobre os lacaios do imperialismo, quer dizer, sobre a classe latifundiária e a classe capitalista burocrática, assim como sobre seus representantes, os reacionários do Kuomintang e seus cúmplices, a fim de esmagá-los e só permitir que atuem de maneira devida, não deixando que extrapolem, nem em palavras, nem em atos”.

diretamente para a comuna, órgão representativo, porém bem mais amplo (MARX, 2011, p. 208). A forma da nova democracia, proletária, teria também seus representantes políticos (eleitos por sufrágio universal), mas combinaria essa representação política com o poder militar, sob controle completo dos trabalhadores. Tais representantes estariam sujeitos à vontade dos trabalhadores tanto de forma legal (com seus mandatos podendo ser revogados a qualquer momento e com o recebimento de um salário equivalente ao dos demais membros da sociedade, por exemplo) quanto, se necessário, pela força das armas - o que, em caso de total sintonia entre essa perspectiva teórica e a prática, geraria uma combinação entre democracia direta e representativa.

Lenin (1973c, p. 38) manterá a centralidade da categoria de “povo em armas” como base da democracia socialista, da ditadura do proletariado, combinada com representantes eleitos por sufrágio universal (1973c, p. 19) - ou quase, excetuando-se, em situações particulares, a burguesia (LENIN, 1973a, p. 12).

Percebe-se que a preocupação central nas formulações de Marx e Engels referia-se à conquista e à manutenção do poder político pela classe trabalhadora. Nesse quadro as elaborações referentes aos direitos priorizavam os de caráter social e econômico; ainda assim seria equivocado considerar como consequente desdobramento uma necessária exclusão das liberdades individuais. Em uma obra escrita por ambos em 1845 e publicada apenas postumamente, os revolucionários alemães expressaram a relação dialética entre o indivíduo e a coletividade, demonstrando como a liberdade individual só poderia se realizar plenamente num meio fundado em condições de desenvolvimento coletivamente garantidas<sup>14</sup>:

[...] é somente em comunidade [que cada] indivíduo tem os meios necessários para desenvolver as suas faculdades em todos os sentidos; a liberdade pessoal só é, portanto, possível na comunidade. Nos sucedâneos de comunidades que até agora existiram, no Estado, etc., a liberdade pessoal só existia para os indivíduos que se tinham desenvolvido nas condições da classe dominante e somente na medida em que eram indivíduos dessa classe. A comunidade aparente, anteriormente constituída pelos indivíduos, adquire sempre perante eles uma existência independente e, simultaneamente, porque significa a união de uma classe face a uma outra, representa não apenas uma comunidade ilusória para a classe dominada, mas também uma nova cadeia. Na comunidade real, os indivíduos adquirem a sua liberdade simultaneamente com a sua associação, graças a esta associação e dentro dela (MARX; ENGELS, 2001, pp. 92-93).

Na mesma linha, Lenin, através de um documento da Internacional Comunista, “Teses e relatório sobre a democracia burguesa e a ditadura do proletariado” (em que sintetiza formulações anteriormente apresentadas em obras como “O Estado e a revolução” e “A revolução proletária e o renegado Kautsky”), apresenta as principais considerações sobre a

<sup>14</sup> Uma posição mais qualificada diante daquela adotada por Marx em *A questão judaica* (1843), quando o revolucionário se limitou a apontar os limites da conquista dos direitos formais dentro da ordem burguesa, criticando a noção de “direitos humanos”.

questão democrática sob a perspectiva marxista-leninista: a) a democracia sofreu alterações durante toda a história, portanto seria equivocado tratar apenas sua vertente burguesa como parâmetro; b) dentro da sociedade capitalista tal democracia limita-se à garantia de certos direitos, mas na prática os mesmos são irrealizáveis para a grande maioria; c) o governo socialista realiza uma democracia que sob o capitalismo era meramente formal, não rejeitando as liberdades individuais (com exceção do suposto direito ao usufruto de propriedade privada), mas expandindo-as, acrescentando novos direitos (sociais e econômicos) e garantindo também maneiras reais de serem efetivados; e d) não se pode falar em democracia ou ditadura como conceitos “puros”, já que os mesmos relacionam-se à estrutura de classes de determinada sociedade (LENIN, 1919).

Apesar da ideia de ditadura do proletariado pressupor o exercício do poder armado da classe trabalhadora contra a burguesia, tal condição não sentencia, necessariamente, a violência como forma única para alcançá-la (pelo menos para Marx e Engels). Segundo Marx:

Sabemos que há que ter na devida conta as instituições, os costumes e as tradições dos diferentes países; e não negamos que existem países como a América, a Inglaterra, e se conhecesse melhor as vossas instituições, acrescentaria a Holanda, onde os trabalhadores podem atingir o seu objetivo por meios pacíficos. Se isto é verdade, também devemos reconhecer que na maior parte dos países do continente a força é que deve ser a alavanca das nossas revoluções; é à força que se terá de fazer apelo por algum tempo a fim de estabelecer o reino do trabalho (MARX, 1872).

Como se percebe, a possibilidade de uma via não violenta é até admitida por Marx, em caráter excepcional. Engels, anos depois, adota posição semelhante, mas critica duramente as ilusões institucionalistas presentes entre os socialistas alemães:

Pode conceber-se que a velha sociedade possa evoluir pacificamente para a nova nos países em que a representação popular concentra em si todo o poder, onde, segundo a Constituição, se pode fazer o que se quer, desde que se tenha por trás de si a maioria da nação [...]. Mas na Alemanha, onde o governo é quase todo-poderoso, onde o Reichstag e os outros corpos representativos não têm poder efetivo, proclamar tais coisas na Alemanha, e ainda por cima sem necessidade, é tirar a folha de parra ao absolutismo e cobrir a sua nudez com o próprio corpo (1971, p. 47).

Já Lenin chega à conclusão de que a entrada do capitalismo em sua fase imperialista e o conseqüente fortalecimento do poder estatal nos diversos países, assim como a militarização destes, teriam tornado as condições distintas daquelas observadas por seus inspiradores, concluindo por descartar a possibilidade de uma revolução não armada (1973c, p. 15).

De qualquer forma, o que prevalece nos estudos de Marx e Engels é que jamais visaram dogmatizar as formas e os meios de luta. O próprio Lenin insistia no fato de que "a análise concreta da situação concreta é a alma viva, a essência do marxismo" (1920a). Determinar, de antemão, os caminhos da luta de classes nas infinitas conjunturas possíveis, seria enterrar qualquer possibilidade de revolução. Essa postura fica clara em Friedrich Engels, quando, já no final da vida, muda a perspectiva vista em 1891, não só admitindo

como apostando em uma transição ao socialismo na Alemanha pela via institucional. Ao prefaciar a edição de 1895 de “As lutas de classes na França”, de Marx, Engels coloca que o sufrágio universal poderia impor sérias dificuldades à burguesia, ameaçando-a dentro mesmo da sua própria legalidade. Comentando sobre as formas de luta do proletariado, diz que o desenvolvimento tecnológico teria tornado as lutas de barricadas, conforme feitas nas ruas em 1848, ultrapassadas, sendo qualquer tentativa de repetição um suicídio para as massas (militarmente falando - e Engels era um estudioso dos assuntos militares desde a juventude, tendo tomado parte ativa nas barricadas) (ENGELS, 2012, p. 22). Mas, ainda que apostando em tal possibilidade, Engels rejeita não só a ereção da transição institucional em dogma como ainda não descarta a necessidade da violência revolucionária diante de uma quebra da legalidade por parte da própria burguesia. O direito à revolução seria “o único direito histórico real, o único sobre o qual estão fundados todos os Estados modernos” (2012, p. 23).

No mesmo prefácio, ao apontar algumas consequências da conjuntura europeia após as insurreições de 1848, lemos a abordagem de um tema já analisado sob a ótica dos liberais e que encontra posições dúbias tanto em Engels quanto em Marx: a questão colonial e nacional.

[...] o destino dessas revoluções nacionais ficou subordinado ao destino da revolução proletária, foi privado de sua aparente autonomia, de sua independência da grande convulsão social. O húngaro não será livre, nem o polonês, nem o italiano enquanto os trabalhadores permanecerem escravos (2012, p. 48).

Se, em 1895, essa é a posição de Engels, a do entrelaçamento entre a emancipação dos povos oprimidos com a alforria da classe trabalhadora, tal postura não foi uma constante, mas fruto de amadurecimento (tanto em Engels quanto em Marx). A bandeira de que “um povo que oprime outro não pode ser livre” (LOSURDO, 2006b, p. 20) se manifestou na Primeira Internacional nos episódios de defesa da emancipação dos povos da Irlanda e da Polônia diante da Inglaterra e da Rússia (seus respectivos opressores), mas em outros casos a opressão de um povo tido como “não civilizado” acabou sendo justificada em nome da “civilização” - ainda que, geralmente, acompanhada de denúncias humanitárias quanto às formas sobre as quais se impunham as nações ocupantes. Certa visão pragmática-teleológica parece prevalecer nessas avaliações em específico, pois a condenação moral chega a ser explícita, mas é acompanhada de um raciocínio que termina por amenizar o ato opressivo pelo fato deste estar promovendo o desenvolvimento das forças produtivas nas regiões ocupadas, o que as aproximaria mais do socialismo do que as antigas relações pré-capitalistas. Marx viu a dominação britânica nas Índias como, entre outros aspectos, uma revolução naquele país (LOSURDO, 2006b, pp. 21-23). Engels adotou postura equivalente diante da invasão do México pelos EUA - que estariam, segundo ele, levando a “civilização” para os “indolentes



mexicanos” (LOSURDO, 2006b, p. 79). Quanto ao continente americano, é interessante comparar a avaliação que Marx faz, em momentos próximos, de duas das grandes figuras históricas relacionadas à abolição da escravatura nas Américas. Enquanto na pequena biografia de Bolívar, o “Libertador” aparece como um sujeito oportunista, covarde e traidor (MARX, 1858), Lincoln, em carta, é parabenizado como “filho honesto da classe operária, [responsável por] guiar o seu país na luta incomparável pela salvação de uma raça agrilhoada e pela reconstrução de um mundo social” (MARX, 1864).

Pelo menos quanto à abolição da escravidão nos Estados Unidos percebe-se a coerência de Marx e Engels, que, no que se refere às posturas políticas públicas, sempre condenaram a instituição – o que, diga-se, é uma coerência necessária diante da própria teoria da História presente nos autores, na qual o ser humano é, acima de tudo, um produto histórico, construído pela interação dialética entre o homem animal e o homem social através das relações de produção e do trabalho. Engels, em carta para Piotr Lavrov, escrita em novembro de 1875, confronta a moda do “darwinismo social”, comum à época, e denuncia a aplicação das ideias de Darwin ao contexto histórico e social (ENGELS, 1986, p. 687).

Marx, ao redigir os estatutos da Primeira Internacional, aludiu à igualdade de todos os homens independente de “cor, crença ou nacionalidade” (MARX, 1971b, p. 86), afastando-se de perspectivas racistas, mas, como se pode notar, terminou por ignorar a exclusão que sofria a metade da humanidade composta pelo gênero feminino; falha não repetida na redação do preâmbulo do Partido dos Trabalhadores da França, quando aponta que a emancipação do proletariado seria a “emancipação de toda a humanidade, sem distinção de sexo ou raça” (MARX, 1880). Uma posição mais firme e menos marginal pode ser encontrada no já citado livro “A origem da família, da propriedade e do Estado”, no qual não só se denuncia a opressão sofrida pelas mulheres como também aponta nesse fenômeno uma origem comum com a opressão de classe: o surgimento da propriedade privada. Segundo Engels, o estabelecimento da propriedade privada trazia consigo a instituição da herança e a necessidade de se conservar a mesma sob uma linhagem familiar. A dominação do homem sobre a mulher aparece, então, como forma de dominar seus filhos e manter a propriedade (o que seria impossível fora de uma relação monogâmica, quando não se saberia a qual homem pertenciam os filhos) (1984, pp. 59-60). Assim, “o homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução” (1984, p. 61).

Lenin herda e potencializa as melhores tradições emancipatórias de seus antecessores alemães, fundadores do socialismo científico. Ao promover a entrada do marxismo no século

XX, desencadeando um salto de qualidade com a sua teoria do imperialismo, o revolucionário russo termina também por inverter, de certa maneira, o papel que os povos explorados eram, comumente, chamados a ocupar na História. Segundo Lenin (LENIN, 1973d), entre o final do século XIX e início do século XX, o capitalismo teria entrado em uma nova etapa, o imperialismo, caracterizado pela dominação de grande parte do globo, especialmente América Latina, África e Ásia, por um pequeno grupo de nações desenvolvidas (os países mais poderosos da Europa, EUA e Japão), em uma conexão global para a reprodução do capital. A luta dos povos explorados contra o imperialismo teria, além da legitimidade ética, uma forte tendência anticapitalista, afinal, a dominação imperialista era o aspecto dado da dominação capitalista em escala planetária. Na obra dedicada especialmente ao tema, “O direito das nações à autodeterminação”, Lenin resume o programa nacional marxista em três pontos: “completa igualdade de direitos das nações; direito à autodeterminação das nações; fusão dos trabalhadores de todas as nações” (LENIN, 1973b, p. 71).

Ho Chi Minh, que comandara a libertação do Vietnã diante de Japão, França e EUA, descreveu da seguinte maneira o seu contato com a posição de Lenin sobre a questão colonial:

Que emoção, entusiasmo, esclarecimento e confiança essa obra [“Tese sobre as questões nacionais e coloniais”, de Lenin] provocou em mim! Eu me regozijava em lágrimas. Embora estivesse sentado sozinho em meu quarto, eu gritei fortemente, como se me dirigisse a grandes multidões: “Caros mártires compatriotas! É disso que precisamos, este é o caminho para nossa libertação!” A partir dali, tive plena confiança em Lenin e na Terceira Internacional (HO, 1960).

Kim Il Sung, que esteve à frente da primeira derrota imposta ao imperialismo dos EUA em sua história (1953), destacou o papel da Revolução Russa para ele:

Devemos seguir o caminho marxista, que leva à libertação das massas operárias oprimidas do jugo da tirania imperialista japonesa e as provém com a genuína liberdade e felicidade. O marxismo é a teoria mais progressista, revolucionária e científica da história. Sua verdade e seu poder foram provados claramente através da Revolução Socialista de Outubro na Rússia. Sob a bandeira marxista, o proletariado russo combateu, derrubou a monarquia czarista e estabeleceu pela primeira vez no mundo um sistema social em que o povo oprimido vive uma vida feliz (KIM, 1926).

Lenin e os comunistas da III Internacional condenavam enfaticamente a situação imposta aos negros estadunidenses e aos povos africanos oprimidos pelo imperialismo e pelo preconceito racial. Nos Estados Unidos, por conta da eminência da luta travada pelos comunistas contra o racismo, toda militância em prol dos direitos dos negros acabou tachada como manifestação bolchevique, fazendo com que um militante do movimento negro dissesse: “Se lutar pelos nossos direitos significa ser bolchevique, então eu sou bolchevique e os demais que se calem de uma vez por todas” (*apud* LOSURDO, 2015, p. 369).

Quanto à situação da mulher, Clara Zetkyn, marxista alemã e uma das maiores lideranças feministas da época, atribuiu a Lenin a conclusão de que “o comportamento das

mulheres proletárias durante a revolução foi soberbo; sem elas, muito provavelmente não teríamos vencido” (ZETKYN, 1920). No mesmo ano, o líder da Revolução de Outubro, nas comemorações do Dia Internacional da Mulher, destacou o papel democrático da emancipação feminina e as conquistas da Revolução Russa quanto à questão:

Nenhum Estado burguês, por mais progressista republicano e democrático que fosse, concedeu completa igualdade de direitos ao homem e à mulher. Ao contrário, a República da Rússia Soviética varreu para sempre, de um só golpe, sem exceção, todos os resquícios das leis que colocavam os dois sexos em condições desiguais e garantiu imediatamente à mulher a igualdade jurídica mais completa. [...] Aqueles a quem o capitalismo oprimia de modo direto ou indireto, total ou parcial, o regime dos soviets — e apenas este regime — assegura a democracia. As condições da classe operária e dos camponeses mais pobres comprovam-no claramente. Comprovam-no claramente as condições da mulher (LENIN, 1920b).

Com Lenin, os párias da História se tornaram os seus protagonistas.

Mas a preocupação dos marxistas com a realização, pela revolução socialista, das tarefas tradicionalmente concebidas como típicas da democracia burguesa (plena igualdade jurídica entre todos os cidadãos, formação das nacionalidades, etc.) (LENIN, 1973b, p. 48) não esteve circunscrita às “três grandes discriminações” (colonial, racial e sexual<sup>15</sup>) (LOSURDO, 2015). Como realizar as medidas já cumpridas nos países capitalistas mais desenvolvidos (ao longo dos processos de revolução liberal-burguesa) nas nações em que a revolução proletária se chocava com um desenvolvimento menor das forças produtivas foi um tema que despertou uma série de polêmicas no campo do marxismo. Entre a esquerda armada brasileira, essas querelas se manifestaram principalmente em torno do chamado “caráter” da revolução (revolução democrática ou revolução socialista).

Na tradição marxista, costuma-se agrupar entre os elementos típicos da “revolução democrática” fatores relacionados: a) ao desenvolvimento econômico, como algum tipo de reforma agrária ou o estímulo ao mercado interno; b) ao poder político, com o estabelecimento de uma república, a eleição de uma assembleia constituinte, o sufrágio universal, as liberdades individuais, entre outros; c) aos direitos sociais, como o aumento salarial e a redução da jornada de trabalho; e d) à independência nacional, através da autodeterminação de um povo, a nacionalização de empresas estrangeiras, etc.

Faz-se mister apontar que sob o título de “revolução democrática” conviveram algumas concepções diferentes, nem sempre muito claras ou com as fronteiras nitidamente estabelecidas (inclusive nos trabalhos de um mesmo autor). Existe um degradê de

<sup>15</sup> Infelizmente, no que concerne à questão LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais), muitos países socialistas não se diferenciaram do preconceito institucionalizado visto em nações capitalistas. Até 1990 a homossexualidade era considerada uma doença pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Mas, pelo menos desde os anos 1980, algumas experiências socialistas vêm se dedicando, também, a combater essa forma de discriminação, como Cuba (Castro, 2013) e o Partido Comunista das Filipinas (que atualmente, entre outras medidas, realiza casamentos LGBT nos territórios libertados pela guerrilha).

perspectivas que vai desde o entendimento da revolução democrática como reprodução do que se viu nas revoluções liberais-burguesas até a revolução democrática como antessala do socialismo. Alguns elementos explicam essa variação: a) fatores de ordem estrutural, interpretados como determinantes para o avanço (ou não) rumo ao socialismo, como a maior ou menor industrialização de um país; b) fatores de ordem conjuntural, como uma invasão por parte de uma nação estrangeira ou o controle do aparato estatal por uma força política abertamente ditatorial; e c) a correlação de forças e as posições das classes que compõe determinada sociedade. A avaliação da combinação desses fatores fez com que, em casos específicos, os comunistas mensurassem a maior ou menor possibilidade/condição de se promover uma revolução socialista (dirigida pelos trabalhadores contra a burguesia e tendo como tarefa imediata a socialização de parte majoritária dos meios de produção). Diante de conclusões pessimistas quanto a tal possibilidade, o caminho seria lutar para radicalizar a realização dos objetivos “democráticos” (conforme vistos nos países capitalistas pioneiros) e construir condições favoráveis para a transição ao socialismo.

Em 1850, diante da expectativa de que a Europa viveria, novamente, o crescimento do movimento revolucionário (esperança abandonada pouco tempo depois), Marx e Engels formularam a ideia de “revolução permanente”<sup>16</sup> (MARX; ENGELS, 1980, p. 92), na qual a revolução democrática e a revolução socialista não se excluiriam, pois, com o advento da revolução democrática o proletariado deveria buscar radicalizá-la para transitar ao socialismo. A revolução seria “permanente” por não se deter na conquista da democracia capitalista. Já em 1891, criticando a proposta de programa destinada ao Congresso de Erfurt, Engels entende que, na Alemanha, caberá aos trabalhadores realizar as tarefas democráticas que a própria burguesia teria deixado para trás (ENGELS, 1971). Lenin, no livro “Duas táticas da social-democracia russa na revolução democrática” (LENIN, 1973a), formulará a palavra de ordem sobre a “revolução democrática” por entender que diante do atraso econômico russo o desenvolvimento de relações capitalistas seria um grande avanço, especialmente pelo fortalecimento do mercado interno efetivado com uma possível reforma agrária (pela via da nacionalização das terras<sup>17</sup>). Entretanto, ao contrário das revoluções democráticas “clássicas”, na Rússia, a ordem do dia seria a direção conjunta dessa revolução pelos trabalhadores do campo e da cidade. A revolução burguesa só poderia ser levada às últimas consequências

<sup>16</sup> Depois desenvolvida por Trotsky. Um estudo completo sobre o tema da “revolução democrática” em Marx e Engels pode ser visto no livro *Revolução e democracia em Marx e Engels*, de Jacques Texier (2005).

<sup>17</sup> Em 1917, Lenin aponta que, devido às transformações engendradas pela I Guerra Mundial e por conta do acelerado desenvolvimento capitalista ocorrido, a nacionalização das terras seria uma medida não mais reduzida à revolução democrática, mas sim um passo rumo ao socialismo (Lenin, 1980, pp. 232-233).

através da “ditadura do proletariado e dos camponeses”. A revolução socialista ficaria para uma etapa futura, quando o proletariado teria que combater as demais classes da sociedade. Mao Tsé-Tung se aproximará da formulação de Lenin, defendendo na obra “A Nova Democracia na China” que, para a nação asiática, o caminho seria também uma revolução em duas etapas, a primeira democrática e a segunda socialista. Entretanto, apresenta algumas nuances, como a negação do caráter burguês da revolução, projetando a ideia de uma “Nova Democracia”; contrastada com as “velhas democracias” (liberais) pelo fato de, alega Mao, ser fruto de uma revolução dirigida pelo proletariado em um contexto mundial de lutas rumo ao socialismo (MAO, 1972c). Porém, em alguns momentos (como na obra “A Revolução Chinesa e o Partido Comunista da China”), essa formulação da revolução em duas etapas como processos revolucionários em separado cede lugar a uma expectativa bem próxima da adotada por Marx e Engels quanto á “revolução permanente”, em que a revolução democrática serve de prelúdio para a revolução socialista, alcançada pelo aprofundamento da primeira revolução de forma ininterrupta (MAO, 1972a, p. 342); afastando-se, assim, da perspectiva de duas revoluções em separado (ou, no máximo, concebendo a segunda como uma “revolução pelo alto”, dirigida pelas próprias forças que já estariam no núcleo do poder).

De qualquer forma, mediada por algum tipo de revolução democrática ou não, a revolução socialista não é, nos clássicos aqui discutidos, um fim em si mesmo. O horizonte destes pensadores era, declaradamente, o comunismo, entendido como momento no qual a propriedade privada e as classes sociais estariam completamente extintas, o que faria definhir também o Estado, órgão que, supostamente, teria surgido como produto da luta de classes - logo, irrelevante em um mundo sem as desigualdades de classe. Acompanhando essa utopia central viriam outras, como a crença de que o Estado da ditadura do proletariado poderia basear seu aparato repressivo apenas na posse das armas por parte da coletividade dos trabalhadores, sem um exército permanente e em separado da sociedade. Tais crenças apresentam, basicamente, dois problemas: a) ao contar com a inevitabilidade do fim do Estado tende-se a se subestimar as necessidades de aperfeiçoamento perpétuo do aparato estatal proletário - afinal este seria transitório e fadado à extinção<sup>18</sup>; b) ao considerar o estabelecimento do poder proletário como inerentemente democrático por conta do seu

<sup>18</sup> É importante notar que o próprio Engels tergiversa em algumas passagens, substituindo a imperativa ideia de “fim do Estado” por fórmulas mais amenas: “As funções públicas perderão o seu caráter político e se transformarão em simples funções administrativas” (Engels, 1873). A ideia do surgimento do Estado como consequência direta da luta de classes também encontra posições menos absolutas no autor: “A sociedade havia criado, para a consecução de seus interesses comuns, seus próprios órgãos, originalmente por meio da divisão simples do trabalho. Mas esses órgãos, tendo em seu ápice o poder estatal, converteram-se, com o passar do tempo e em nome de seus próprios interesses, de servidores da sociedade em senhores desta” (Engels, 2011, p. 196).

conteúdo (sem considerações sobre a forma), fundado no poder do povo sobre as armas, acaba-se tornando esse Estado permanentemente dependente de uma mobilização social típica de momentos de exceção para ter o seu poder regulado e limitado de alguma maneira. Marx e Lenin chegaram a considerar supérflua, por exemplo, a divisão dos poderes (MARX, 2011, p. 57) (LENIN, 1973c, p. 18), afinal, se o poder já estaria nas mãos da classe trabalhadora, por qual motivo limitá-lo?

As considerações feitas por Losurdo sobre “uma teoria de comunismo completamente irrealista” (2004b, pp. 60-62) são importantes, pois, apesar do horizonte do não-Estado (ou menos Estado) ser muitas vezes encarado como algo “libertário” e “democrático”, o que pode se dar na realidade, por conta da anacronia entre teoria e prática, é justamente o contrário (2004b, p. 76); já que tais crenças utópicas acabam por relegar as necessidades de se construir esse Estado levando em consideração tanto sua permanência quanto sua falibilidade<sup>19</sup>.

Naturalmente, o futuro não pode ser abortado por decreto e seria pretensão ahistórica declarar, de antemão, que o Estado nunca perecerá conforme apontado pelos clássicos do pensamento marxista. Entretanto, há que se levar dois aspectos em consideração: a) a essência da teoria marxista sobre o fim do Estado aponta uma tendência e não necessariamente um objetivo a ser realizado de forma artificial; b) até que ponto essa tendência apontada se materializou ou não. Logo, ainda que não se exclua, *a priori*, a possibilidade de o Estado vir a definhir algum dia, é importante não a ter enquanto um programa a ser realizado e preparar esse aparato estatal para que sirva de canal para o poder político da classe trabalhadora em uma situação de normalidade constitucional. Um Estado forte para enfrentar os adversários de classe, sendo capaz de proteger aqueles que estão sob seu campo de atuação; regulado e limitado de forma legal, com limites para a própria ação; e flexível para cumprir seu papel diante da maior ou menor participação ativa da massa da população, de forma a não depender dela, mas também incapaz de prescindir-la e tornar-se um órgão usado contra ela.

Preocupações semelhantes podem ser lançadas diante de outro elemento teórico muito presente na tradição marxista-leninista, que é a teoria do partido único enquanto o representante da classe trabalhadora. Fidel Castro, em 1965, sintetiza essa concepção:

Os que [...] pensam que isso de uma só organização dos trabalhadores é uma coisa terrível, porque foram educados no meio das disputas estéreis e intermináveis de organizações que representavam interesses antagônicos numa sociedade de classes, têm que ver na tarde de hoje e na nossa experiência [...] - não pretendemos que nossa experiência seja universalmente aplicada, porém, nas condições peculiares de nosso

---

<sup>19</sup> A ideia de que o poder do Estado proletário não precisaria de limites por ser exercido diretamente pelos trabalhadores em armas, sem um exército profissionalizado enquanto instituição, por exemplo, se mostra ultrapassada diante das necessidades de uma nação socialista contar com Forças Armadas capazes de enfrentar as ameaças imperialistas (em conjunto, claro, com a coletividade armada dos cidadãos).

país – [que] as massas trabalhadoras têm sua organização e seu partido; um partido que às dirige politicamente e as organizações de massa, onde militam os jovens, os operários da indústria, os camponeses, as mulheres e os estudantes. E que as massas de nosso povo têm mil maneiras distintas de expressar suas opiniões, mil maneiras distintas de expressar sua vontade; e que quando um partido, como nosso Partido, é um partido constituído pelos trabalhadores de vanguarda, é um partido constituído pelos homens exemplares em todas as frentes de trabalho, esses homens são a melhor e mais genuína representação da classe operária! E esse partido tem o direito de governar como legítimo representante da classe operária! (CASTRO, 1965).

Assim como na teorização do Estado, os perigos da concepção do partido único<sup>20</sup> como o representante intrínseco à classe trabalhadora são potenciais. Numa determinada conjuntura é plausível que, diante do acirramento da luta de classes, os segmentos mais avançados de uma classe ou de um bloco histórico venham a se unificar e sejam oxigenados pelas massas mobilizadas nas bases, não sendo, assim necessariamente um entrave ao desenvolvimento da democracia - como parece ser o caso da democracia cubana hoje. Entretanto, tais situações se dão em casos excepcionais. Pode ocorrer o fenômeno analisado por Marx em “O 18 de brumário de Luís Bonaparte” (2011) quanto aos dirigentes dos partidos burgueses, que perdem a conexão com a classe que representavam. Isso, em uma revolução socialista, seria a derrocada do poder de classe dos trabalhadores e, conseqüentemente, o fim da revolução. O partido pensado como o *moderno príncipe* poderia acabar se tornando o Leviatã. Portanto, a própria configuração política dos instrumentos da classe trabalhadora para além do Estado durante o socialismo precisa também estar constantemente sob renovação, adequando-se às necessidades específicas e se reinventando.

Na justa combinação entre um Estado forte, democrático e capaz de garantir os direitos de cada cidadão da república socialista, com organizações de classe paralelas, vivas e ativas, é que a classe trabalhadora pode encontrar seus mecanismos de dominação, direta e hegemônica, necessários para o socialismo.

Desenvolver a democracia até o fim, procurar as formas desse desenvolvimento, submetê-las à prova da prática, etc., eis um dos problemas fundamentais da luta pela revolução social. Considerada isoladamente, nenhuma democracia dará o socialismo, mas, na vida, a democracia nunca será "considerada isoladamente", mas sim "em conjunto", e exercerá a sua influência sobre a economia, cuja transformação precipitará, sofrendo também ela a influência do desenvolvimento econômico, etc. Tal é a lógica da história viva (LENIN, 1973c, p. 30).

É nessa tradição democrática socialista de viés marxista, assim como nos seus dilemas, que se insere a esquerda armada brasileira, que tratou a questão democrática à sua maneira, de acordo com as demandas próprias da época, legando, também, suas contribuições para o debate – que continua vivo até hoje.

<sup>20</sup> Único enquanto partido da classe trabalhadora. A existência ou não de pluripartidarismo é algo conjuntural. Cuba trabalha com um sistema político unipartidário, ao contrário da China e da Coreia socialista, por exemplo. Para uma noção sobre a democracia cubana cf. o artigo *O sistema político cubano: uma democracia autêntica*, de Anita Leocadia Prestes. Disponível em <brasildefato.com.br/node/12087>. Acesso em: 10 set. 2015.

## **2 O GOLPE DE 1964 E O REGIME MILITAR BRASILEIRO (1964-1985)**

### **2.1 1º de abril de 1964: um golpe pelo capital e contra os trabalhadores**

O golpe de primeiro de abril de 1964 correspondeu ao momento no qual as classes dominantes brasileiras, oxigenadas por grandes segmentos das camadas médias e pelo imperialismo estadunidense, romperam, através das Forças Armadas, a legalidade liberal então vigente, impondo ao país um regime ditatorial responsável por afastar completamente as camadas populares do poder e adequá-lo às exigências de desenvolvimento capitalista do empresariado nacional e internacional. Tal movimentação (que colocou o país sob os riscos de uma guerra, civil e continental) se deu por conta das irreconciliáveis contradições entre os lados em litígio (no que concerne aos rumos do desenvolvimento nacional).

Pelo menos desde o início da nova ordem liberal em 1945, observou-se a formação de dois campos social e politicamente opostos. Em um extremo, à esquerda, as classes trabalhadoras (da cidade e do campo); no outro, à direita, as parcelas do empresariado ligadas ao imperialismo; na penumbra, a burguesia brasileira e as camadas médias (divididas entre suas parcelas patrióticas e progressistas - formadas principalmente entre os meios intelectuais -, e as parcelas conservadoras preocupadas com a manutenção de seus privilégios). Ao longo da Terceira República (1945-1964), parte da classe proprietária conseguiu aglutinar em seu leque de alianças as classes trabalhadoras sob a potencial perspectiva de desenvolvimento do capitalismo nacional, forjando um amplo campo capaz de dirigir o Estado brasileiro na maior parte de duas décadas; todavia, ao longo desse período, enquanto as camadas exploradas se tornavam cotidianamente mais fortes e esboçavam independência da tutela burguesa, os segmentos empresariais ligados ao imperialismo ocupavam um espaço cada vez maior e mais importante na política e na economia nacional, fazendo com que a burguesia, como um todo, se colocasse contra os trabalhadores em prol de um capitalismo alinhado ao imperialismo. A ordem que foi rompida em 1964 apresentava uma contradição inerente à amplitude de sua base de sustentação ao ter que possibilitar às classes trabalhadoras o acesso a parcelas do poder estatal, municiando-as com ferramentas que eram utilizadas contra os interesses exploratórios da burguesia nacional e internacional. Além disso, o amadurecimento da classe trabalhadora (a nível orgânico e teórico, tanto por conta das experiências na luta de classes no país quanto pelo acúmulo global), poderia ameaçar não só os interesses imediatos da burguesia brasileira e do empresariado internacional dentro da ordem vigente, como também



fornecer um potencial risco a essa ordem e ao capitalismo como um todo – o que ameaçaria a própria existência da classe dominante nacional e alteraria de forma profunda a correlação de forças entre o socialismo e o capitalismo no plano internacional.

Em 1964 dois projetos se confrontaram: 1) do lado das forças populares e patrióticas, formadas pelas classes trabalhadoras da cidade e do campo, assim como pelos setores progressistas das camadas médias (com suas principais entidades aglutinadas na FMP – Frente de Mobilização Popular), formulou-se uma série de propostas conhecidas como “reformas de base”, que buscavam um caminho de desenvolvimento orientado para a justiça social, a participação popular na política e a independência política e econômica do país; 2) do lado das elites brasileiras, liderado pelo empresariado ligado ao imperialismo e inflado pelas camadas médias conservadoras (cujo complexo IPES-IBAD foi a expressão mais desenvolvida), estabeleceu-se um projeto de modernização capitalista associada e dependente do capitalismo global, materializado em uma plataforma de verdadeiras contrarreformas (depois implementadas pela ditadura militar) capazes de tirar a economia da crise em que se encontrava sem, no entanto, colocar em risco o *status quo* – ao contrário, o fortalecimento do mesmo aparecia como condição para a concretização do projeto modernizante. Portanto, o golpe de 1964 correspondeu à culminância da luta de classes que se estendeu ao longo de toda a III República, assim como ao acirramento da Guerra Fria. Essa contrarrevolução preventiva desencadeada pela elite brasileira aparece, dialeticamente, como etapa da revolução burguesa no Brasil, manifestando um processo fundamental para a consolidação e o desenvolvimento do poder burguês e do capitalismo no país, ao mesmo tempo em que tolhia as alternativas potencialmente revolucionárias esboçadas por outros segmentos da população.

O golpe de 1964, assim como a ditadura militar nascida a partir das necessidades colocadas por este, se dá, então, por conta da interseção de uma série de fatores estruturais e conjunturais; econômicos, sociais e políticos; nacionais e internacionais. Todos esses precisam ser levados em conta na análise histórica (FICO, 2004, pp. 42-43), que deve, também, ser capaz de, através do equilíbrio entre os dados factuais e as interpretações teóricas, articulá-los em um plano que represente a real preponderância de cada um.

A situação econômica do Brasil nos anos 1960, pano de fundo dos conflitos citados, apresentava um quadro que combinava baixo crescimento, inflação alta, espoliação estrangeira e desigualdade social extrema; o que contrastava com o crescimento visto nas décadas anteriores<sup>21</sup>. Em 1960, os 70% mais pobres da população brasileira detinham apenas

---

<sup>21</sup> Os governos anteriores aos de Goulart legaram a Jango problemas consideráveis. A reforma cambial iniciada por Quadros privou o poder público de recursos, provocando, em 1961, uma queda de 15% na receita da União.

20% da renda nacional, enquanto 40% ficavam com os 6% mais ricos (MATTOS, 2009, p. 91). Além da concentração de renda, a concentração de propriedade no campo também era evidente. Entre 1950 e 1960, o número de grandes latifúndios baixou de 2,3% do total de propriedades rurais para 0,98% (DREIFUSS, 1981, p. 60). Em 1964, dentre 70 milhões de brasileiros, somente 3.350.000 possuíam terras, sendo que 2,2% destes ocupavam 58% da área total de hectares (BANDEIRA, 1978, p. 164).

Na época, uma pesquisa realizada entre os grandes grupos econômicos presentes no Brasil estimou 276 grupos bilionários, nos quais o valor de capital mais as reservas estavam acima de 900 milhões. 55 grupos, nos quais o capital próprio era superior a 4 bilhões, foram classificados como multibilionários (cerca de metade em SP e 1/3 no RJ). Uma amostragem aleatória dos bilionários identificou que, destes, 65% eram nacionais e 35% multinacionais (com o capital estadunidense proeminente em mais ou menos 50%), sendo que quase a metade dos primeiros possuíam empreendimentos em comum com os multinacionais. Já entre os multibilionários, 56% eram multinacionais em um quadro em que dentre os 44% nacionais restantes mais de 60% possuía vínculos internacionais. Assim, no total, quase 70% dos grupos econômicos bilionários e multibilionários eram multinacionais ou associados (DREIFUSS, 1981, pp. 50-51). Algumas empresas estrangeiras tinham um lucro que alcançava até 500% ao ano (BANDEIRA, 1978, p. 110)<sup>22</sup>.

A dívida externa atingia mais de 3 bilhões de dólares, comprometendo grande parte dos valores ganhos com a exportação (BANDEIRA, 1978, p. 160). Metade da dívida venceria no triênio 1963-65, somando-se a ela os encargos de juros, totalizando 1,8 bilhão de dólares - cerca de 43% da receita das exportações brasileiras estimadas naquele período (BANDEIRA, 1978, p. 109). Agravando a situação, em 1963 o PIB cresceu apenas 1,5%, (contra a média de 6,3% entre 1948 e 1963) (NAPOLITANO, 2014, p. 153), enquanto a inflação atingia 81,3%<sup>23</sup>.

Portanto, quando assume, de fato, o poder no país, no início de 1963, após o fim do parlamentarismo, Goulart encontrava-se diante de uma situação complexa, que exigia medidas que fossem até a raiz dos problemas enfrentados, implicando, necessariamente, em

---

Entre 1960 e 1963 a redução da participação do governo nos investimentos foi de 27,1% para 23,3% (Bandeira, 1978, pp. 44). Só em duas semanas, os ministros militares foram responsáveis pela emissão de 58 bilhões de cruzeiros (Gomes; Ferreira, 2014, p. 88).

<sup>22</sup> Entre 1947 e 1960 entraram, em forma de investimentos e empréstimos, 1.814 milhões de dólares, entretanto, saíram, na forma de remessas de lucros e juros, 2.459 milhões (fora as remessas clandestinas de 1.022 milhões). O próprio Senado dos EUA concluiu que seu país investiu de forma direta apenas 21 milhões no Brasil entre 1961 e 1962, enquanto a transferência de lucros das suas empresas atingiram 59 milhões (Bandeira, *op. cit.*, pp. 91-92).

<sup>23</sup> Entre as causas da inflação no período podem ser citadas o atraso no campo, responsável por um alto preço nos alimentos, a penetração da economia nacional por produtos estrangeiros e a grande emissão de moeda por parte do governo como necessidade para cobrir os gastos (especialmente com dívidas). (Bandeira, 1978, p. 160).

beneficiar determinados segmentos da sociedade em detrimento de outros. Porém, ao que tudo indica, Jango tentou governar, tanto sob o parlamentarismo quanto no presidencialismo (somando dois anos e meio - setembro de 1961 até março de 1964), buscando conciliar os antagônicos interesses das classes trabalhadoras brasileiras com os do empresariado e das potências estrangeiras. As medidas de seu governo ilustram tal linha conciliadora, abandonada apenas diante da oposição do empresariado nacional e internacional ao longo de 1963<sup>24</sup>.

Logo no início do presidencialismo ficaram evidentes os limites da política conciliatória, especialmente diante do fracasso do que deveria ter sido o fio condutor do governo, o Plano Trienal, abandonado em maio de 1963 após rejeição à esquerda e à direita (que inicialmente havia manifestado concordância com o mesmo). Elaborado por Celso Furtado, o plano previa dois momentos: no primeiro, a condução da economia se daria de forma ortodoxa, projetando corte de gastos, arrocho salarial, restrição do crédito e controle dos preços; no segundo, o desenvolvimento seria retomado a partir de reformas estruturais, que aperfeiçoariam os gastos do governo, o recolhimento dos impostos e as condições de crédito, assim como tornaria a agricultura mais produtiva (NAPOLITANO, 2014, p. 37).

Entretanto, será em outubro do mesmo ano que Jango perderá o controle sobre as forças que lhe sustentavam, quando, diante de uma injuriosa declaração de Lacerda à imprensa dos EUA (na qual afirmou que Goulart seria derrubado por um golpe militar a qualquer momento), resolveu solicitar ao Congresso o estado de sítio. Mesmo com a ativa participação dos três ministros militares, uma operação de busca a Lacerda não foi atendida pelos escalões médios das Forças Armadas e, em seguida, cancelada. A esquerda não apoiou a medida, pois acreditava que seria o alvo dos ministros militares. Nas Forças Armadas, na sociedade e no Congresso Nacional houve grande rejeição, fazendo com que o pedido fosse retirado (BANDEIRA, 1978, pp. 130-132).

A esquerda tinha motivos para desconfiar das reais intenções do governo, pois entre os fatos utilizados como justificativa para o estado de sítio estavam a indisciplina de graduados e soldados, as reivindicações salariais dos operários e a existência de supostos governadores conspiradores (o que poderia ser usado tanto contra Lacerda quanto contra Miguel Arraes, governador de PE) (TOLEDO, 2014, p. 47). Tal receio de uma reação drástica por parte da elite brasileira só pode ser compreendida se contextualizado todo o avanço das forças populares e patrióticas ao longo da III República.

---

<sup>24</sup> Sobre as medidas de direita *cf.* Toledo (2014, pp. 46) e Mattos (2008, p. 259; 2009, p. 98). Já as de esquerda (que prevaleceram) podem ser vistas em Bandeira (*op. cit.*, pp. 53; 78; 115; 117; 118; 149) e Fico (2014, p. 24).

A própria existência do governo Jango se devia, em grande parte, à mobilização das camadas populares. Em 1961, quando Quadros renunciou e os ministros militares deram um golpe, assumindo o poder e impedindo a posse de Goulart, foi desencadeada em diversos pontos do Brasil uma série de mobilizações legalistas. Brizola mobilizou cerca de 45.000 pessoas no RS (distribuindo armas à população) e aglutinou 150 emissoras de rádio na “Rede da Legalidade” (FICO, 2014, p. 20). Em GO, Mauro Borges também formou um exército da legalidade. Greves operárias ocorreram em diversas partes do país. Só os portuários paralisaram 300.000 trabalhadores (SILVA; SANTANA, 2007, p. 126). A mobilização popular foi o fiel da balança a desequilibrar as divergências entre as próprias classes dominantes, que tergiversavam. Mas, apesar da situação favorável, Goulart acabou acordando a mudança do regime brasileiro para o parlamentarismo, aprovado em emenda pelo Congresso, e tomando posse enquanto um presidente com poderes limitados. Diante da queda do primeiro gabinete, liderado por Tancredo Neves, uma greve geral foi deflagrada em julho de 1962 por conta da rejeição do Congresso à indicação, à esquerda, de Jango, o deputado trabalhista San Tiago Dantas. Um milhão de pessoas pararam em todo o país, conquistando um gabinete progressista, liderado por Brochado da Rocha (PRESTES, 2012, pp. 72-73). Por conta das insuficiências do sistema parlamentarista, que não fornecia ao governo força suficiente para efetivar as demandas dos diversos segmentos da sociedade (sejam as reformas, como queriam as esquerdas, seja a contenção dessas esquerdas, como exigiam as direitas), os próprios comandantes dos I, II e III Exércitos planejavam um golpe de Estado (BANDEIRA, 1978, pp. 60-62). Mas foi uma nova greve geral por parte dos operários que fez com que o Congresso, já sem alternativas, aprovasse, em setembro de 1962, a antecipação do plebiscito para a escolha do regime da União (que deveria ocorrer apenas no final do mandato de Jango). Em 6 de janeiro de 1963 o presidencialismo receberia mais de 9 dos 11 milhões de votos (FICO, 2014, p. 23).

Nesse meio tempo, mais especificamente entre 11 de setembro e 7 de outubro – período no qual 3 milhões de brasileiros pararam em todo o país - o jornal “Novos Rumos”, foi publicado em edições diárias. O fortalecimento do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que contava com 50.000 membros, se dava também no campo eleitoral, mesmo estando na ilegalidade. Nas eleições legislativas de 7 de outubro de 1962, os pecebistas conseguiram eleger, nas legendas de partidos aliados como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Trabalhista (PST), vários candidatos em diversas assembleias estaduais do país, assim como 17 deputados para a Câmara Federal (sendo alguns mandatos de comunistas cassados no RS e em SP) (PRESTES, 2012, p. 75) (SILVA; SANTANA, 2007, p. 128). O

PTB também conheceu um período de grande crescimento. No Congresso Nacional, o partido avançou, em termos relativos, de 7,7% em 45 para 29,8% em 62. Enquanto isso a União Democrática Nacional (UDN) caiu de 29,0%; para 23,4% e o Partido Social Democrático (PSD) foi de 52,8% para 30,3% (DELGADO, 2003, p. 142). Tal resultado fica ainda mais expressivo se lembrarmos que cerca de 40% da população brasileira era analfabeta e, portanto, estava impedida de votar (NAPOLITANO, 2011, p. 210).

No período em questão houve uma fase de ascensão do movimento sindical, possibilitado, entre outros, pelo surgimento de organizações paralelas ao sindicalismo oficial, como comissões por empresa, intersindicais e centrais, fugindo da estrutura atrelada ao Estado (MATTOS, 2009, p. 96) e com forte trabalho de base, realizado especialmente pelos comunistas (SANTANA, 1999, p. 110)<sup>25</sup>. Ainda assim, a baixa taxa de sindicalização dos trabalhadores brasileiros demonstra como o amadurecimento do proletariado nacional era embrionário. Em 1960 apenas 6,11% da PEA era sindicalizada, concentrando-se no eixo centro-sul, onde se observava exceções com altos índices de sindicalização, merecendo destaque alguns sindicatos no Rio de Janeiro (75% entre os 35.000 bancários; 85% dos 20.000 ferroviários da Leopoldina e 50% entre os metalúrgicos) (MATTOS, 2009, pp. 91-92).

Em nível de comparação: no triênio 1958-1960 ocorreram cerca de 177 greves; já entre 1961 e 1963 foram deflagradas mais de 430 paralisações (TOLEDO, 2004, p. 71). Ao longo de 1963, registrou-se 50 greves no Rio de Janeiro, enquanto em 15 dias de janeiro de 1964 ocorreram 17 (BANDEIRA, 1978, p. 155).

No campo a luta também se intensificara. Em 1963, mesmo tendo sido convocada por setores conservadores do movimento camponês, influenciados pela direita, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) foi fundada sob a direção de forças de esquerda (DREIFUSS, 1981, p. 305). No final do mesmo ano, 4 trabalhadores rurais, dos 200.000 que haviam paralisado engenhos de açúcar em Pernambuco, morreram em confronto com a polícia. Em fevereiro de 1964, 300.000 estavam paralisados, muitos deles armados (BANDEIRA, 1978, p. 155). Uma das expressões da organização dos camponeses brasileiros se deu com as Ligas Camponesas, que nasceram das lutas de resistência de pequenos agricultores e não proprietários contra as tentativas de expulsão das terras que trabalhavam.

---

<sup>25</sup> O crescimento quantitativo do proletariado industrial, segmento historicamente mais combativo da classe trabalhadora, é um dado importante. Entre 1920 e 1960, o número de operários industriais saltou de 275.000 para 3 milhões. Os trabalhadores industriais passaram a representar cerca de 13% da População Economicamente Ativa (PEA). A agricultura empregava mais da metade dessa população, mas seu percentual de participação na renda interna era inferior ao do setor industrial (22,6% e 25,2%) (Mattos, 2009, p. 90).

Em 1964 eram 2.181 espalhadas por 20 estados brasileiros, especialmente no Nordeste (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1986, p. 58).

Outro segmento importante a se mobilizar nas camadas populares foi o dos militares patriotas, que promoveram alguns confrontos diretos contra a ordem vigente - como a Revolta dos Sargentos, em setembro de 1963, e a Revolta dos Marinheiros, em março de 1964. A primeira teve como foco a elegibilidade dos graduados das Forças Armadas, impedidos constitucionalmente do usufruto desse direito. Encontrando brechas na Constituição, militares conseguiram se eleger em 1962, sendo, alguns, impedidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF), fazendo com que uma revolta eclodisse na madrugada do dia 12, liderada por Antônio de Prestes Paula, sargento da Aeronáutica (CARLONI, 2007, p. 294). Os graduados tomaram as ruas de Brasília, cortaram a comunicação da capital com o resto do país, assumiram o controle de diversos órgãos públicos e prenderam parlamentares, oficiais e outras figuras importantes. Mesmo com o apoio da esquerda, já no dia 13 a revolta estava derrotada, fazendo com que 536 pessoas fossem presas por conta da ação (FICO, 2014, p. 40). Já a Revolta dos Marinheiros envolveu mais de 1.000 homens (TOLEDO, 2014, p. 51), sendo desencadeada por conta da perseguição do alto oficialato à Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) (CARLONI, 2007, pp. 296-297). Em 25 de março de 1964, no ato de aniversário de 2 anos da entidade, realizado no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara, vários membros da diretoria encontravam-se presos por conta da organização do evento, fazendo com que os participantes exigissem o reconhecimento da associação e declararem-se em vigília permanente pela libertação dos presos. Ganhando apoio de parte da tropa de fuzileiros enviada pelo ministro da Marinha, Silvío Mota, a revolta terminou com a renúncia de Mota, a indicação de um novo ministro sob influência do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e a anistia aos revoltosos (CARLONI, 2007, pp. 298-300).

Uma das figuras mais influentes entre os militares patriotas era Leonel Brizola. Cálculos sugerem que dos 40.000 sargentos na ativa, 22.000 eram brizolistas (CARLONI, 2007, p. 293). No final de 1963, Brizola conclamará a fundação dos “grupos de onze companheiros” (núcleos formados por 11 pessoas, sob a liderança de uma delas, voltado para a luta pelas reformas de base). Cerca de 60 ou 70 mil militantes teriam se organizado sob a proposta (GOMES; FERREIRA, 2014, pp. 208-209).

Entre as camadas médias, o movimento estudantil, através da União Nacional dos Estudantes (UNE), da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e das Uniões Estaduais dos Estudantes (UEEs), teve atuação destacada (TOLEDO, 2004, p. 70).

Sem acesso aos grandes veículos de imprensa, a esquerda utilizou, além da sua própria imprensa, outros mecanismos para a difusão das suas ideias, especialmente as artes (teatro, cinema, música, etc.) (TOLEDO, 2004, p. 70). Ainda que nem sempre ligadas à esquerda tradicional, no período houve uma série de expressões culturais, como a Bossa Nova, o Cinema Novo e o Movimento de Educação de Base (MEB), que contava com o apoio de vários segmentos da esquerda para a alfabetização crítica e contextualizada de adultos sob as ideias de Paulo Freire (NAPOLITANO, 2014, p. 17). No campo das artes, uma das iniciativas mais interessantes do período se deu através do Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE, surgido em 1962 e responsável por espalhar pelo país e entre as camadas mais pobres uma arte crítica, oriunda especialmente do meio estudantil.

O grande eixo unificador desses vários segmentos eram as chamadas “reformas de base”, uma série de proposições de caráter popular, democrático e patriótico defendidas pela esquerda como necessárias para o desenvolvimento do país - e que seriam parcialmente encampadas pelo governo petebista de Jango. No leque das bandeiras agitadas sobre as reformas econômicas, tributária, administrativa, urbana, universitária e eleitoral estavam presentes questões como o direito de voto aos analfabetos, a legalização do PCB, um controle mais rigoroso das remessas de lucro enviadas ao exterior e a reforma agrária.

Tais propostas contrastavam com os interesses das classes dominantes brasileiras e do imperialismo estadunidense. Assim, no final de 1963, Carvalho Pinto, principal elo de Jango com a burguesia e representante do empresariado de São Paulo, se afastou do governo (BANDEIRA, 1978, p. 147). O acirramento político exigia de Goulart uma definição e essa se deu. No dia 13 de março de 1964, Jango e as esquerdas realizaram um comício em prol das reformas no Rio de Janeiro (ao qual compareceram cerca de 200.000 pessoas), planejando uma série de outros atos que seriam encerrados no dia 1º de maio em São Paulo (esperava-se 1 milhão de pessoas para este). No ato do dia 13, Jango anunciou alguns decretos reformistas (encampando as refinarias de petróleo que ainda não pertenciam à Petrobras, limitando a remessa de lucros das empresas estrangeiras e iniciando a reforma agrária - facilitando a desapropriação de terras antes valorizadas por intervenções do governo federal). Anunciou que enviaria ao Congresso propostas sobre as demais reformas.

As direitas responderam. Cerca de 100 entidades civis apoiaram a realização da “Marcha da família com Deus pela liberdade” no dia 19 de março, que contou com 500.000 pessoas em São Paulo (NAPOLITANO, 2014, p. 56). As camadas médias compareceram em peso, junto de figuras políticas e militares da direita. O discurso que as unificava era uma suposta ameaça comunista representada por Jango e pela esquerda, assim como a

instrumentalização de um cristianismo conservador como símbolo no suposto combate contra o ateísmo. Castello Branco, chefe do Estado-Maior do Exército, tomou a iniciativa de coordenar as forças que conspiravam para a derrubada de Goulart (FICO, 2014, pp. 54-55), articulando com o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, uma insurreição para o início de abril, quando a partir desse estado seria decretado um governo provisório.

Tal resposta rápida só foi possível graças à preparação prévia. A partir do setor do empresariado nacional umbilicalmente ligado aos Estados Unidos foi promovida, desde 1961, uma grande campanha de desestabilização visando atingir o governo de Goulart. Processo no qual a obra de René Dreifuss se tornou referência, demonstrando no livro “1964 A conquista do Estado” (1981) como tal empreitada foi desencadeada através de duas entidades, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)<sup>26</sup>, que, através de grandes meios de comunicação, mandatos políticos, igrejas, oficialato, etc., arregimentaram vastos segmentos das camadas médias conservadoras, culminando com a ofensiva golpista do 1º de abril de 1964. O complexo IPES-IBAD serviu como elo entre os diversos grupos civis e militares conspiradores, chegando, inclusive, a elaborar uma versão burguesa das reformas de base, que seriam as contrarreformas implementadas posteriormente pela ditadura militar.

A burguesia brasileira se preparou para uma guerra civil. Ativistas ligados ao almirante Heck distribuíram armas a empresários no RJ, ES e MG. Já unidades dirigidas pelo marechal Denys armaram latifundiários no Sul do país. Tais atividades contaram com o apoio do governador de São Paulo, Adhemar de Barros, e do IPES (DREIFUSS, 1981, p. 384). Em Alagoas os latifundiários e comerciantes locais formaram uma milícia particular com 10.000 homens, sob o comando do próprio Secretário de Segurança, Coronel João Mendonça. Algumas forças paramilitares de direita, espécie de milícias fascistas, apareceram em vários estados brasileiros. Entre elas a Ação de Vigilantes do Brasil, o Grupo de Ação Patriótica, a Patrulha da Democracia, a Mobilização Democrática Mineira e outras (BANDEIRA, 1978, pp. 124-126). Planos para assassinar Goulart, sua família e outros líderes da esquerda,

---

<sup>26</sup> O complexo IPES-IBAD foi o verdadeiro estado-maior da burguesia multinacional-associada (Dreifuss, 1981, p. 164). Graças à nova *forma-partido* adotada, pode ter sucesso e ir além dos partidos tradicionais das elites. Fundados entre as décadas de 1950/60, o IBAD agia como unidade tática e o IPES como centro estratégico. O IPES chegou a coordenar 3.000 movimentos paralelos. Cerca de 500 corporações, sediadas no RJ e em SP, supriram o IPES. 297 corporações estadunidenses fizeram doações ao grupo, além de cerca de uma centena de empresas de outras nacionalidades (*ib.*, p. 169). Dos 10 ou 20 milhões de dólares gastos para financiar cerca de 850 candidatos nas eleições de 1962, 5 milhões provinham dos EUA (*ib.*, p. 329), elegendo 1/3 da Câmara Federal e levando a uma CPI, que, no ano seguinte, terminou por fechar o IBAD por corrupção eleitoral (*ib.*, 336). Outra entidade fundamental para o golpe de 1964 foi a Escola Superior de Guerra (ESG), fundada nos anos 1940 sob supervisão direta dos EUA, sendo responsável por difundir um projeto voltado para o desenvolvimento capitalista associado, guiado por um Estado “técnico” e autoritário (*ib.*, pp. 78-80).



contando com a participação direta do governo da Guanabara, chegaram a ser descobertos (BANDEIRA, 1978, p. 135). O próprio Magalhães Pinto assumiu que um grupo terrorista chamado Águia planejava executar o presidente quando este estivesse presente no comício da campanha das reformas em Belo Horizonte (19 de abril) (BANDEIRA, 1978, p. 172).

A partir de janeiro de 1964 já estava armado não apenas um golpe, mas também todo o aparato para a guerra civil. Acertou-se que os EUA reconheceriam MG como estado beligerante, formando-se desde o final de 1963 um esboço de governo provisório neste estado (BANDEIRA, 1978, pp. 146-147). O governo dos EUA também se preparava para a guerra. Além do apoio político e financeiro prestado ao complexo IPES-IBAD, estabeleceu-se um plano de intervenção, cuja primeira ação era a chamada “Operação Brother Sam”, que previa o envio de equipamentos para auxiliar os golpistas em um possível conflito, contando com um porta-aviões, um porta-helicópteros, um posto de comando aerotransportado, seis contratorpedeiros carregados com 100 toneladas de armas e quatro navios-petroleiros com combustível (FICO, 2008, pp. 98-99). Apesar de não haver a previsão para a intervenção militar direta, com o envio de tropas, a mesma não era descartada no plano (FICO, 2014, p. 77). Há indícios de que os EUA se preparavam para essa hipótese, já que na época o número de estadunidenses vindos para o Brasil atingiu 5.000 pessoas, batendo recordes e superando, inclusive, a época da II Guerra Mundial, quando construíram, oficialmente, uma base militar no Nordeste. Segundo Moniz Bandeira, eram militares disfarçados (1978, pp. 136-138).

No dia 30 de março, em solenidade comemorativa dos sargentos, João Goulart denunciou toda a conspiração da burguesia e do imperialismo contra o seu governo, através de um discurso transmitido via rádio e TV (TOLEDO, 2014, p. 51). Diante da situação, Mourão Filho, que fazia parte do esquema de MG, resolveu adiantar o golpe, mobilizando 4 batalhões de infantaria e 2 grupos de artilharia, num total de 4.000 homens, seguidos por 12 batalhões da PM mineira, que possuíam cerca de 18.000 pessoas (MORAES, 2014, p. 153). Apesar do voluntarismo, criticado inclusive por Castello Branco, a resistência foi insuficiente, fazendo a própria Brother Sam voltar para os EUA logo após zarpar. No início da madrugada do dia 2, mesmo com Darcy Ribeiro informando que Jango continuava no Brasil e não tinha abandonado o governo, Auro de Moura Andrade, presidente do Senado, em seção conturbada, declarou vaga a presidência da República, empossando Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara, no cargo (FICO, 2014, p. 83) – que, logo depois, foi entregue aos militares.

Por parte da esquerda houve algumas tentativas de resistência. Enquanto Jango (negando ceder à direita, conforme pautado por Krueh, Kubistchek e outros, que exigiam o fechamento das entidades progressistas) viajava do RJ para o DF, e de lá para o RS (de onde,

convencido da impossibilidade de vitória e quase sendo preso, partiu para o Uruguai no dia 4 de abril), iniciativas desorganizadas foram vistas em algumas partes do país. João Goulart, entretanto, não autorizou nenhuma dessas medidas. Jango se negou a dar armas à população diante dos pedidos de dirigentes sindicais e dos comandantes militares leais ao governo. Na Guanabara a detenção de Lacerda era considerada uma tarefa simples (BANDEIRA, 1978, p. 179). Darcy Ribeiro chegou a reunir 1.000 pessoas em Brasília (de onde Jango havia lançado um manifesto dizendo que comandaria a resistência no RS) (FICO, 2014, p. 89). Brizola depôs o governador do RS. Em SP, o general Euríalo Zerbini tentou preparar uma sublevação contra o próprio comandante máximo, Amaury Krueel, mas necessitava de reforços para combater. Apesar da confirmação de Goulart, os reforços não chegaram e a adesão ao golpe afetou também suas tropas. Situação semelhante no RJ, onde o general Moraes Âncora enviou, sob os comandos do general Cunha Melo, as melhores tropas do I Exército para enfrentar Krueel. Entretanto, o Regimento Sampaio (1º Regimento de Infantaria), uma das mais combativas tropas do Exército brasileiro, se bandeou para as forças golpistas, forçando Cunha a se render (2014, pp. 150-154). A greve geral convocada pelo CGT chegou a atingir categorias em cidades como Rio de Janeiro e Santos. Porém, os trabalhadores esperavam que os militares legalistas contivessem o golpe - e acabaram cumprindo um papel meramente defensivo e subordinado, sem grandes efeitos (MATTOS, 2005, p. 10).

Quanto às causas da derrotada das classes trabalhadoras é preciso considerar que, apesar dos inegáveis avanços, a esquerda não foi forte o suficiente para agir independentemente da orientação petebista, ficando a reboque desta no momento crucial, quando enfrentou uma direita que vinha se preparando há anos (e que soube atacar antes que as camadas populares se fortalecessem mais). Preparação esta que contou com vastos recursos financeiros e decisivo apoio de potências imperialistas, culminando no controle das Forças Armadas e em uma penetração social considerável (especialmente entre as camadas médias). Os trabalhadores não conseguiram um nível de conscientização e organização capaz de enfrentar as elites. No momento do conflito, a esquerda mal havia concretizado um plano concreto e unificado (entre as forças governistas) para desencadear as reformas, tendo apenas começado a ensaiar a organização de instrumentos (como os “grupos de onze”) para efetivar tal plano. Quartim de Moraes (2014, pp. 156-157), endossando as ideias de Werneck Sodré, aponta que o elemento central para se compreender o fracasso de 1964 seria a desproporção (favorável à direita) na correlação de forças no campo político, antecedendo à correlação de forças estritamente militar no momento da sublevação golpista. É uma percepção que permite, por exemplo, compreender tanto a indecisão de Jango (para além de suas características

particulares de um inerente conciliador – o que teve seu peso) quanto da esquerda no geral, que salvo alguns poucos casos, permaneceu apática.

Uma das falhas mais comentadas da esquerda no período foi a crença em uma utópica “burguesia patriótica”, que, alegavam, poderia, ainda que de forma vacilante, participar da revolução nacional e democrática. O que se viu, entretanto, foi a migração em massa de todos os setores burgueses para o núcleo multinacional-associado expresso no complexo IPES-IBAD. Florestan Fernandes (1975) e Theotonio dos Santos (1991) entenderam que essa movimentação da burguesia brasileira se deu por conta do caráter dependente da formação histórica nacional, na qual a burguesia nativa se desenvolve em um período em que se vê ameaçada por dois lados: pelo proletariado, que já se encontrava em ebulição no mundo (experiência internacionalizada), e pela burguesia das nações centrais. Assim, a burguesia brasileira acaba por topar o papel de sócia da segunda, tanto para garantir algum poder de barganha com esta quanto para sufocar as ameaças do primeiro. Situação, aliás, comum a várias nações dependentes (quase toda a América do Sul passou, entre os anos 1960 e 1970, por golpes que estabeleceram ditaduras militares). Para Fernandes, tal momento não deixa de ser uma etapa da revolução burguesa, já que consolida o poder político e econômico dessa classe na fase do capitalismo monopolista; mas, entretanto, sem seguir, de forma teleológica, o que se viu nas revoluções burguesas clássicas, com a interseção entre revolução e democracia. Ao contrário, no caso do Brasil, o que se viu foi justamente a derrocada de qualquer possibilidade de democracia para que se pudesse consolidar o monopólio da dominação burguesa em detrimento das camadas populares. O que se viu foi uma etapa da revolução da elite que se manifestou enquanto contrarrevolução para as classes trabalhadoras e para uma potencial situação pré-revolucionária nos horizontes da evolução “natural” destas.

## **2.2 Modernização conservadora, dependência e repressão**

A ditadura militar, que se seguiu ao golpe de 1964, durou mais de duas décadas (1964 – 1985/88), aparecendo como desdobramento do projeto encampado pelo bloco empresarial-militar, cujos eixos centrais eram: a) a modernização do capitalismo brasileiro; b) sua plena integração (política e econômica) à economia de mercado global; e c) a exclusão das camadas populares do poder de Estado, tanto para garantir os dois primeiros pontos quanto para solapar as possibilidades de uma revolução oriunda destas. Ainda que, no limiar da conspiração golpista, não houvesse de forma clara e consensual um projeto determinado de ditadura militar, como de fato ocorreu, as diretrizes que orientavam as forças que se uniram para

derrubar Goulart encontrariam poucas oportunidades para se efetivarem sem o uso permanente e racional da força<sup>27</sup>, especialmente pela forma como chegaram ao poder, deslocando de forma brutal todo um numeroso segmento político e social. Observou-se um fenômeno que foi o equivalente brasileiro do fascismo<sup>28</sup>.

A ditadura caminhou para integrar o elemento moderno de uma economia de mercado aos entulhos arcaicos, ainda presentes em nosso país – alguns derivando até mesmo da formação colonial. De forma que diversas características nitidamente atrasadas e nocivas ao desenvolvimento nacional foram não só toleradas como ainda oxigenadas pela osmose com o setor moderno, reforçando tais entulhos. O desenvolvimento das forças produtivas alçado e concretizado pelo empresariado através dos militares reafirmou a presença do arcaico ao integrá-lo ainda mais ao organismo capitalista nacional e internacional. As reformas que eram pensadas pelo bloco popular-patriótico, que intervinham, de forma drástica ou singela, na estrutura produtiva e na propriedade, foram substituídas pela adequação aos mecanismos de mercado, incapazes de satisfazer plenamente os mais necessitados (as classes trabalhadoras da cidade e do campo), servindo, ao contrário, para tornar mais eficaz a reprodução do capital; favorecendo, portanto, os elementos privilegiados em uma economia capitalista (em maior escala, a classe dominante, e, em menor escala, as camadas médias – ou seja, a menor parte da população). A ausência de uma reforma agrária e urbana eficiente potencializou a má distribuição dos recursos humanos entre as regiões, assim como a favelização e outros problemas urbanos (trânsito, poluição, violência, etc.), que hoje já beiram o insuportável em algumas metrópoles pelo país. No campo político-institucional, a exclusão (através da violência ou da cooptação – incluindo desde a tortura até o corporativismo sindical e um sistema educacional mercantilizado e nada crítico) das camadas populares abortou todo o florescer que estava em gênese nos anos pré-golpe, legando a alienação e a truculência estatal (direta, como no caso da Polícia Militar, ou indireta, através dos diversos mecanismos de

---

<sup>27</sup> A própria ausência de pleno apoio do Congresso Nacional ao executivo militar, dos primórdios do regime até a fase de “abertura”, atesta isso. Mesmo tendo a maioria dos parlamentares, os militares encontraram, diversas vezes, dificuldades para efetivar algumas ações repressivas, sob uma legalidade ainda que aparente e meramente formal – atropelando esta. A violação constante das próprias leis draconianas indica insuficiência drástica diante da repressão que o próprio regime considerava moral e politicamente válido. Os exemplos são vários, entre eles: a derrota eleitoral no pleito de 1966 que levou ao Ato Institucional (AI) n.º 2 (assim como as diversas derrotas eleitorais nos momentos em que a ditadura tentou reduzir seu desgaste liberalizando timidamente o processo eleitoral); a rejeição, no mesmo ano, por parte do Congresso, da solicitação de algumas cassações (fazendo com que este fosse ocupado pelos militares e fechado por mais de um mês), etc. (Napolitano, 2014, p. 85).

<sup>28</sup> O entendimento de que a ditadura militar possuiu algum grau de características fascistas é hoje minoritário entre a historiografia brasileira. Uma exceção pode ser vista em Anita Leocadia Prestes (2014). Outros importantes nomes das ciências humanas que chegaram a trabalhar, de alguma forma, com tal perspectiva foram Florestan Fernandes (cf. *Poder e contrapoder na América Latina*, 1981) e Theotonio dos Santos (cf. apêndice I do livro *Democracia e socialismo no capitalismo dependente*, 1991, pp. 173)

corrupção e conchavos políticos) A independência nacional foi, paradoxalmente, entendida como integração ao centro hegemônico imperialista<sup>29</sup> (EUA), deixando o país não só vulnerável aos interesses e flutuações alienígenas como ainda colocando-o como parceiro na violação à autodeterminação dos povos não alinhados com a política imperialista. A ditadura militar, portanto, deve ser analisada não só pelo que fez e deixou como herança, mas também pelo que impediu de ser feito. A já exposta fórmula dialética de Florestan Fernandes para compreender o processo inaugurado em 1964 como uma revolução-contrarrevolução - revolução sob a perspectiva das classes dominantes e contrarrevolução pela ótica das classes trabalhadoras, é reveladora. Esses aspectos precisam ser observados como partes de um todo.

Para conseguir consolidar seu poder político e levar a cabo a via dependente do capitalismo, as classes dominantes precisaram de mecanismos aperfeiçoados de violência para conter a resistência (real ou potencial) daqueles excluídos das *bénéfices* do sistema. Para Florestan Fernandes (2014, pp. 176-177) e Theotonio dos Santos (1995, p. 124), tal imperativo histórico ajuda a entender, entre outros fatores, por qual motivo os militares foram a força capaz de efetivar essa dupla face da fase final da revolução burguesa no Brasil (contrastando com a “intervenção passageira” vista em outros momentos na história brasileira), já que esses possuíam, pelas características inerentes à função, o monopólio da força em um momento em que esta era o principal instrumento de sobrevivência das elites. Theotonio dos Santos, assim como Carlos Fico (2004, p. 112), lembram também do papel da ideologia que impregnou de forma hegemônica os meios militares, fazendo-os crer que eram superiores aos civis em questões referentes ao patriotismo, ao conhecimento da nação e à moralidade. Por parte do imperialismo, já nos anos 1960, estudos apontavam que os militares poderiam desempenhar papéis importantes no processo de desenvolvimento econômico do Terceiro Mundo, já que estes, por conta dos compromissos com uma estruturação das Forças Armadas baseada em sistemas de administração avançada, poderiam concretizar tal racionalidade em questões de modernização econômica e política (SANTOS, 1995, p. 211).

Para forjar o aparato político, bélico, jurídico e social, os militares recorreram a diversos recursos. Entre 1964 e 1977, foram 17 atos institucionais principais e 104 atos complementares (além de diversos decretos secretos, criando uma legislação supostamente legal em nível de Estado, mas desconhecida da população) (NAPOLITANO, 2014, p. 81).

---

<sup>29</sup> Ainda que tal integração não tenha se dado sem atritos, seja com o centro imperialista hegemônico, os Estados Unidos, seja com outras potências imperialistas - o que variou ao longo do regime militar. O mais importante é não confundir uma ou outra árvore com a floresta. Os conflitos não apagam o caráter geral da economia e da política do regime militar, voltada para a integração à economia de mercado a nível mundial, o que, diante da disparidade de forças entre o elemento nacional e internacional, se manifestava, na prática, como subordinação.

Entre os mecanismos de reforço jurídico da repressão encontravam-se coisas como a pena de morte, o banimento e o asilo interno na selva (SILVA, 2003, p. 260). Os juízes perderam a inamovibilidade, garantia da sua independência, e foram restringidos em sua competência jurisdicional (REIS, 1990, p. 59). Já no primeiro ato institucional, ao declarar que as ações do novo governo não poderiam ser julgadas pelo judiciário (REIS, 1990, p. 60), o executivo se decretava acima dos outros poderes e oficializava juridicamente o regime ditatorial.

Segundo Fico (2007, p. 175), os pilares básicos de qualquer ditadura são: espionagem, polícia política<sup>30</sup>, censura e propaganda política. O que no Brasil deu origem a aparatos como o Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN), cujo núcleo era o conjunto formado por um Conselho de Defesa Interna (CONDI), um Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e um Destacamento de Operações de Informações (DOI); o Sistema Nacional de Informações (SISNI), cujo núcleo era o Serviço Nacional de Informações (SNI) e os serviços secretos das três Armas; a Divisão de Censura do Departamento de Polícia Federal, um dos instrumentos da censura - já que essa não dependia de nenhum núcleo centralizador próprio, sendo ancorada na Lei nº 5.526/68 e no Decreto nº 1.077/70; e a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP). O Sistema CGI (Comissão Geral de Investigações) complementava o aparato do regime militar, tendo como foco um suposto combate à corrupção.

Os instrumentos presentes no SISSEGIN representaram, junto da espionagem, o maior esforço do regime militar no que concerne ao combate contra a oposição, especialmente a luta armada. Seu sucesso deveu-se, em grande medida, à criatividade e originalidade (além dos grandes recursos disponíveis), unindo toda experiência acumulada pelos países imperialistas na luta contrarrevolucionária em várias partes do mundo (como no Vietnã e na Argélia) com as necessidades particulares do Brasil (na qual a centenária repressão e a violência estatal “nativa”, política ou não, teve suas contribuições). A formação do aparato composto por CODIs, CONDIIs e DOIIs se deu como a nacionalização de uma experiência regional, a Operação Bandeirantes (OBAN). Criada em 1969 em SP como resposta ao sucesso das ações da luta armada (como assaltos a bancos), a OBAN contava com uma estrutura *sui generis*, composta por representantes do Exército (ao qual pertencia o comando), da Polícia Militar, da Polícia Federal (PF) e do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Estes se reuniam pelo menos uma vez na semana para discutir as ações da guerrilha (FICO, 2001, p. 117).

---

<sup>30</sup> No que concerne à repressão não exclusivamente política também houve mudanças. Em julho de 1969 as polícias militares (PMs) foram subordinadas ao Estado-Maior do Exército (Fico, 2003, p. 184). Em 1968, as PMs e o Exército contavam, cada um, com cerca de 300.000 pessoas (Santos, 1995, p. 111).

Devido ao sucesso, a OBAN serviu de inspiração para o sistema DOI-CODI, lançado a partir de diretrizes secretas do governo em 1970. Todos os governos estaduais foram orientados e instruídos sobre tal estrutura. Em cada comando do Exército de área deveria ser criado um CONDI, um CODI e um DOI, todos agrupados numa chamada Zona de Defesa Interna (ZDI) e sob o comando do respectivo Exército da área. O país foi dividido em seis ZDIs. Um CONDI era formado por autoridades militares e políticas (até mesmo municipais), voltado para assessorar o comandante da ZDI e facilitar a coordenação das ações entre civis e militares. Um CODI era ocupado por membros das Forças Armadas, do DOPS, da PF e do SNI, tendo como foco o planejamento e a coordenação das ações. Já o DOI era o que executava as ações, sendo concebido especialmente para combater a guerrilha, possuindo formas mais flexíveis e de acordo com as necessidades do momento<sup>31</sup>. Por questões de segurança e carreira, o pessoal era constantemente trocado (a orientação era para que uma pessoa permanecesse na estrutura entre 2 e 4 anos) (FICO, 2001, pp. 118-123).

O aparato de espionagem<sup>32</sup> da ditadura, agrupado sob o SISNI, contava principalmente com o SNI, além de sistemas enraizados nos diversos ministérios civis e militares. O SNI fora criado em 1964, tendo status de ministério e voltado para atividades de informação e contrainformação, a nível nacional e internacional. Chegou a ter cerca de 2.000 funcionários (além de colaboradores eventuais), civis e militares, que, a partir de 1971, passaram a ser selecionados nos diversos ministérios e encaminhados para a Escola Nacional de Informações (EsNI), que os preparava para a ação. Tal escola se baseava nos serviços secretos dos EUA, Alemanha, França, Inglaterra e Israel. Cerca de 120 pessoas eram formadas por ano (grande maioria composta por civis) (FICO, 2001, pp. 81-82). Para se ter uma ideia do tamanho do aparato de espionagem, pode-se lembrar que, no final do regime, em 1981, o SNI mantinha, além da agência central de Brasília, oito agências regionais. Só para os gastos dessas agências houve um aumento de 3.500 vezes de 1964 até 1981, começando com Cr\$ 200.000 e atingindo Cr\$ 700 milhões (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1986, p. 73).

Se o mecanismo voltado principalmente para combater a ameaça revolucionária teve êxito, não se pode dizer o mesmo do sistema voltado para enfrentar a corrupção. Composto pela CGI e por mais de 20 subcomissões estaduais, o Sistema CGI era formado por funcionários públicos indicados pelo executivo. Entre 1968 e 1973, dos 1.153 processos sobre

<sup>31</sup> Os DOIs tinham uma estrutura atípica, contando com administradores, um corpo jurídico, PMs (inclusive mulheres), agrupamentos de interrogatório, inteligência própria, etc. Era obrigatório o uso de codinome e aparência civil. O DOI do II Exército chegou a contar com 250 pessoas (Fico, 2001, pp. 127-128).

<sup>32</sup> O grau de penetração na sociedade e invasão à privacidade era tanto que informações como a homossexualidade ou o não respeito ao matrimônio eram anotadas nas fichas, conforme pode se constatar na documentação disponível hoje (*ib.*, p. 102).

corrupção analisados pela CGI mais de mil foram arquivados. Das 58 propostas de confisco de bens apenas 41 decretos foram efetivamente assinados pelo presidente do país. No final do governo Geisel a CGI foi extinta. Entre os motivos do fracasso pode-se destacar o fato de os militares também estarem envolvidos com a corrupção<sup>33</sup> - fazendo com que muitos protegidos passassem impunes - e a forma autoritária de agir, ignorando as formalidades da justiça e, assim, dificultando a condenação (FICO, 2001, pp. 158-159).

Quanto à censura, o regime ditatorial se deparou com uma legislação básica pronta, em vigência desde o início da III República, expressa na Lei nº 20.493/46. Porém, os militares aperfeiçoaram a mesma (NAPOLITANO, 2014, p. 132), através de legislação complementar, e desenvolveram uma série de práticas, formais e informais, voltadas tanto para a censura de ordem moral como para as questões políticas, afetando os diversos instrumentos de comunicação presentes na sociedade civil (de diversões, como a música e o teatro, até a imprensa)<sup>34</sup>. Dias antes de deixar o governo, Castello Branco editou uma lei que, apesar de anunciar que regulava a liberdade de expressão e de informação, previa a “censura na forma de lei” para propaganda que atentasse supostamente contra a ordem política e social, aparecendo como alvos potenciais a televisão, o cinema, a música, o teatro e até mesmo livros<sup>35</sup> ou periódicos (FICO, 2003, p. 188). Apesar disso, a legislação específica regulamentava a repressão moral<sup>36</sup>, antiga no país, sendo mais comum a atividade de controle político se basear no AI-5. A censura poderia ser prévia, de forma oficial (com um censor acompanhando o cotidiano dos responsáveis pela emissão do material analisado ou verificando-o em órgãos públicos específicos antes do mesmo ser difundido) ou informal (com bilhetes e telefonemas informando os temas que estavam proibidos – o que poderia ser solicitado por qualquer esfera do governo), ou através da fiscalização sistemática e velada do conteúdo em circulação (FICO, 2003, pp. 188-193).

A imprensa foi alvo de censura prévia rígida em algumas situações, como no caso de “O Estado de S. Paulo” (1972-1975). Livros e revistas também sofreram censura prévia entre 1970 e 1979. Entre 1969 e 1979, cerca de 450 peças de teatro foram interditadas (total ou

---

<sup>33</sup> O livro *Brasil: nunca mais* traz alguns exemplos que ilustram a conclusão de Fico. Por exemplo, um caso que ocorreu em Niterói-RJ (1969), no qual o chefe de inspetoria da Secretaria de Finanças do Estado, compartilhou com seus colegas que um general, presidente de uma sub-CGI, havia pedido seu afastamento como represália por este ter multado outro militar, possivelmente protegido deste (Arquidiocese de São Paulo, 1986, p. 165).

<sup>34</sup> Uma lista de assuntos censurados no Brasil nos anos 1971 e 1972 podem ser encontrados no anexo 3 do livro *Como eles agiam*, de Carlos Fico (2001, pp. 237-242).

<sup>35</sup> Entre os autores mais conhecidos atingidos pela atividade censória estão os nomes de Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré, Chico Buarque e Fernando Henrique Cardoso (Fico, 2003, p. 193).

<sup>36</sup> Há que considerar também que muitas questões de ordem moral eram interpretadas pelos militares como políticas, supostamente produzidas pelos comunistas para desestabilizar a pátria, a família e difundir o amor livre e a prostituição (Fico, 2004, p. 93). Uma quimera.



parcialmente), assim como 200 obras literárias e 500 filmes foram proibidos. Só em 1980 mais de 400 músicas foram vetadas (NAPOLITANO, 2014, pp. 134; 205; 363).

A principal base de propaganda política da ditadura militar, a AERP, foi criada em 1968, tendo como foco inicial melhorar a imagem do então presidente Costa e Silva junto ao público. Em um primeiro momento, até o final de 1969, prevaleceu um tipo de propaganda ufanista com linguagem “oficial” e indisfarçadamente política, já a partir de 1970 prevalecerá, ainda que nacionalista, uma linguagem em que a política ficava menos explícita, valorizando a integração do cidadão ao trabalho, à família e promovendo campanhas educacionais sobre saúde e segurança (FICO, 2003, pp. 194-198).

Todo regime baseado na divisão de classes necessita de uma combinação entre os instrumentos de força e os instrumentos de hegemonia. Se no regime militar, como em qualquer ditadura, prevaleceram os primeiros em detrimento dos segundos, não significa que as elites instaladas no poder deram menor atenção aos aspectos de convencimento, cooptação e neutralização das demais camadas da sociedade. Além da já comentada propaganda política, outro recurso (ainda que combinado com sua dose de força) foi o aproveitamento da estrutura sindical corporativa herdada da Era Vargas, em que os sindicatos necessitavam de reconhecimento oficial do governo para terem legitimidade (com os patrões ou com o Estado) e dependiam financeiramente deste (através de mecanismos como o imposto sindical, que coloca o Estado como intermediário entre a contribuição do trabalhador e o sindicato).

Inicialmente, o regime cuidou de expurgar dos sindicatos as lideranças combativas da classe trabalhadora, substituindo-as por interventores “pelegos”, que serviam não só para impor um tipo de direção baseado na colaboração entre as classes como também para denunciar os militantes que destoassem dessa orientação (MATTOS, 2009, p. 105). Com a consolidação do golpe, o governo militar mandou intervir em 433 entidades sindicais, cassando direitos políticos e instaurando inquéritos contra os principais dirigentes (MATTOS, 2009, p. 101). No total, 67% das confederações, 42% das federações e 19% dos sindicatos sofreram intervenções. Entre os sindicatos afetados prevalecem os maiores, potencialmente mais fortes e ameaçadores (70% dos sindicatos com mais de 5.000 trabalhadores foram afetados) (SANTANA, 2008, p. 281). Passada a fase inicial de expurgos, a política sindical da ditadura voltou-se para o corporativismo, em um modelo baseado em assistencialismo, no qual os sindicatos recebiam financiamentos e doações como forma de estarem amenizando os males sociais, como a insuficiência da saúde pública e a grande concentração de renda. Os

sindicatos eram entendidos como auxiliares do Estado<sup>37</sup> junto aos trabalhadores, não mais entidades que deveriam representar estes trabalhadores (MATTOS, 2009, pp. 111-112).

Mas tais instrumentos de hegemonia eram meios auxiliares. Se tivessem sucesso pleno o regime militar não precisaria ser uma ditadura para sobreviver. Desde as primeiras horas, a violência foi amplamente utilizada. Os números ilustram o tamanho da repressão. Só até 11 de junho de 1964, prazo final das cassações de acordo com AI 1, 379 políticos (tanto na esfera executiva quanto na legislativa, nos três âmbitos da federação) foram atingidos, mais de cem militares foram reformados compulsoriamente, cerca de 10.000 funcionários públicos foram demitidos e 40.000 pessoas foram atingidas por investigações (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1986, p. 61). Até 1979, o saldo de vítimas era 50.000 pessoas presas, 20.000 torturadas, 10.000 exilados políticos (130 banidos oficialmente), 4.682 cassados, 6.592 militares punidos, 388 mortos e desaparecidos (426 se contados os que morreram por sequelas da tortura no exterior) e 245 estudantes expulsos (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1986, p. 68; GORENDER, 2001, p. 12; NAPOLITANO, 2014, p. 367). Nem a própria legislação ditatorial era suficiente para dar conta da repressão desencadeada, sendo cotidianamente violada. Dos 7.367 denunciados, o momento da prisão aparece em apenas 3.975 casos, sendo que 1.997 foram presos antes da abertura do inquérito. Advogados foram constantemente coagidos no exercício da profissão, chegando mesmo a serem presos e até processados e condenados. Vários réus foram obrigados a assinar papéis sob tortura, muitos não podendo nem ler o que estava escrito. Houve também a colaboração de médicos e enfermeiros, que acompanhavam as torturas encobertando-as com laudos falsos e ocultando a verdadeira causa de diversas mortes (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1986, pp. 86; 178; 208; 234).

O projeto “Brasil: nunca mais” identificou cerca de 100 métodos de torturas. Mesmo aqueles que se apresentassem espontaneamente podiam ser torturados. A estudante Lúcia Regina Florentino Souto, de 23 anos, foi uma delas, conforme relatou em 1973; assim como o caso mais famoso, do jornalista Wladimir Herzog, morto no DOI-CODI de São Paulo em 1975. Parentes e amigos de suspeitos, de pessoas idosas até crianças, não eram poupados. O carpinteiro Milton Gaia Leite declarou em depoimento que “foi preso e torturado com tentativa de estupro, inclusive os seus filhos [5 e 7 anos] e esposa”. Não havia limites para a repressão. O estudante Humberto da Rocha foi processado em 1969 por ter redigido um trabalho escolar contendo elogios ao processo de mecanização da agricultura nos países socialistas (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1986, pp. 90; 81; 44; 162).

---

<sup>37</sup> Inclusive o número de sindicatos cresce ao longo do regime militar. De 2.730 (625 rurais) em 1968 para 3.845 em 1976 (1.745 rurais) (Mattos, 2009, p. 112).

Evidentemente, nessas situações em que agentes do Estado podem absolutamente tudo, ao contrário dos mitos do senso comum, a corrupção encontra todas as condições para andar em paralelo com a impunidade. Casos que demonstram tal constatação não faltam. A estudante Marta Klagsbrunn teve a casa ocupada por militares, quando desapareceram vários objetos de valor, como roupas e eletrodomésticos. Jodat Kury, de 56 anos, preso em 1975, sofreu tentativa de extorsão na sala de torturas, quando um agente pediu uma alta quantia em dinheiro para lhe salvar a vida (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1986, p. 82).

A combinação entre repressão violenta e cooptação/neutralização ideológica foi a face da qual dependia o projeto econômico da ditadura - voltado para uma minoria empresarial (como também sua integração no capitalismo global, da qual tirava vantagem o imperialismo) e ancorado em segmentos privilegiados das camadas médias. Como orientação geral, o consumo das camadas médias e altas, em detrimento das camadas pobres, serviu como impulsionador do mercado. Entre 1964 e 1966 o salário mínimo teve uma perda real de 25%, assim como entre 1967 e 1973, quando a perda foi de 15% (NAPOLITANO, 2014, p. 154).

Após estabilizar a economia pela via do corte de gastos, do arrocho salarial e da modernização capitalista do aparato financeiro, o regime aproveitou um quadro mundial economicamente favorável<sup>38</sup> e conseguiu adquirir importante pilar social de apoio nas camadas médias durante o período conhecido como “milagre econômico” (1968 até 1973), encontrando bases para difundir sua propaganda política (além da situação econômica favorável, a vitória na Copa do Mundo em 1970 ajudou na criação de um “clima” ufanista acrítico) e enfrentar a luta armada. Entre 1968 e 1970, o PIB brasileiro cresceu na casa dos 10% ao ano, atingindo 14% em 1973. Nesses 6 anos, a inflação ficou entre 16% e 27%, menores índices do período que vai de 1959 até 1994 (PRADO; SÁ EARP, 2003, p. 222).

Alguns aspectos da modernização implementada indicam o caráter de classe do processo. Roberto Campos, ministro do Planejamento de Castello Branco, desenvolveu uma proposta de reforma agrária em sintonia com as diretrizes da Aliança para o Progresso e dos estudos do IPES. O foco da política agrária deveria ser elevar a produtividade agrícola para aliviar as pressões inflacionárias e reduzir os custos da reprodução da força de trabalho (MELO, W, 2014b, p. 187). Para Campos o que deveria ser combatido era o latifúndio improdutivo. Como não havia escassez física de território no país, alegava, a desapropriação de terras era algo secundário, devendo ser priorizada a tributação progressiva sobre a terra

---

<sup>38</sup> Entre 1967 e 1973, o comércio mundial cresceu à taxa de 18% ao ano (Reis, 2002, p. 46). De 1967 e 1971, a exportação de manufaturados e semimanufaturados brasileiros subiu de 270 milhões de dólares para 1 bilhão (Santos, 1995, p. 119).

improdutiva, a abertura de frentes de colonização e a humanização das relações de parceria e arrendamento. O próprio “pai” da proposta dizia que seu projeto de reforma era uma modernização capitalista das relações no campo (MELO, W, 2014b, p. 188). Mesmo com todas as limitações, latifundiários e políticos tradicionais se colocaram contra os planos do regime quanto à questão agrária (MELO, W, 2014b, pp. 190; 192). De forma que mesmo os elementos aprovados, ainda que castrados pelo próprio bloco de poder, não foram colocados em prática ou o foram de forma muito tímida. O PIN (Programa de Integração Nacional), com base no projeto da Transamazônica, ao invés de instalar 1 milhão de famílias, conforme promessa inicial, havia instalado apenas 6.000 quando foi encerrado em 1974 (REIS, 2002, p. 58).

A concentração de terras não só não foi revertida, como se acentuou. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os estabelecimentos rurais com mais de 1.000 hectares representavam 0,97% do total em 1960, ocupando 44,14% da área; já em 1980 representavam 0,92% do total, ocupando 45,1% da área. Os menores de 100 hectares representavam 89,47% do total em 1960, ocupando 21,41% da área. Em 1980 representavam 89,43% do total ocupando 20,14% da área (GRYNZPAN, 2003, p. 345).

Em 1967, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi criada para investigar a atuação dos órgãos governamentais voltados para a reforma agrária, sendo estes qualificados pela própria Arena como inoperantes e paternalistas (GRYNZPAN, 2003, p. 329). Em suas memórias, Roberto Campos irá assumir o fracasso ao lamentar o desinteresse pela questão agrária por parte dos presidentes que sucederam a Castello Branco (MELO, W, 2014b).

Como consequência da fracassada política agrária, 30 milhões de pessoas saíram do campo para a cidade ao longo dos 20 anos de ditadura (SANTOS, 1995, p. 261), legando às gerações futuras, devido à ocupação massiva e desorganizada, o caos urbano<sup>39</sup>.

A política habitacional do regime militar, elaborada por representantes do empresariado, não se diferenciou, em essência, daquela vista quanto ao campo, favorecendo os interesses do capital, especialmente os setores financeiro, imobiliário e da construção civil, servindo também para combater a recessão e gerar empregos para a mão de obra não qualificada (MELO, W, 2014a, p. 3). A principal intervenção da ditadura no setor se deu sob orientações do Plano Nacional de Habitação, que sustentava que o problema da moradia seria resolvido de acordo com as leis de mercado. Para estimular o mercado imobiliário, deu-se fim à política de controle rígido dos alugueis (que vinha desde 1942). Foi criado o Sistema

---

<sup>39</sup> Taxa de evolução da população urbana no Brasil: 1940 31,24%; 1950 36,16%; 1960 45,08%; 1970 55,92%; 1980 65,57% (Grynzpan, 2003, p. 344).

Financeiro de Habitação e seu braço executivo, o Banco Nacional de Habitação (BNH), financiado pelo FGTS<sup>40</sup> desde 1966, grandemente absorvido pelo setor privado, responsável pela efetivação do plano, que o governo deveria apenas regulamentar (GONÇALVES; AMOROSO, 2014, p. 212). Os beneficiados pelas construções do BNH, diante da restrição salarial, acabaram sendo principalmente as famílias de renda média e alta (MELO, W, 2014A, p. 4).

Apesar dos gastos com educação terem caído de 12% no governo Goulart para 4% nos anos 1970 (SANTOS, 1985, p. 110), a modernização conservadora também fica visível no setor. Seguindo as tendências expostas nas áreas anteriores, a Constituição de 1967 estimulou as escolas particulares em detrimento das universidades públicas e gratuitas. A educação superior foi favorecida em detrimento da educação popular, atendendo uma necessidade de formação de mão de obra qualificada (DREIFUSS, 1981, p. 442). O número de pessoas que concluíram o ensino superior em 1960 foi de 18.852, saltando para 64.049 em 1970 e 227.997 em 1980. Em 1969 havia 93 cursos de mestrado e 32 de doutorado, passando para, respectivamente, 717 e 257 em 1979 (NAPOLITANO, 2014, p. 226).

No campo da infraestrutura, a capacidade instalada das usinas elétricas nacionais saiu de 5.959 megawatts em 1964 para 47.894 MW em 1989 (CAMPOS, 2013, p. 5).

Um dos aspectos da modernização efetivada pelo regime militar foi a ênfase nos megaprojetos, como aeroportos supersônicos, portos militares e usinas termonucleares. Além dos possíveis ganhos funcionais e estruturais, esses também apareciam como lucrativos para segmentos das classes dominantes ligados à construção civil (CAMPOS, 2013, p. 6). As empresas brasileiras de engenharia (fortalecidas já na época de JK) chegaram ao final do regime muito poderosas por conta do crescimento iniciado no final dos anos 1960. A partir daquele momento, empreiteiras como Mendes Júnior, Odebrecht, Andrade Gutierrez e Camargo Corrêa, num total de 150 empresas brasileiras de engenharia, assinaram 444 contratos no exterior (em cerca de 50 países na América do Sul, África e Oriente Médio) (CAMPOS, 2012, p. 1). Tais empresas se beneficiavam da ausência de mecanismos de controle social por conta do tipo de regime e, assim, maximizavam seus lucros através de práticas ilícitas. Diante da força que tinham junto a figuras do Estado, pautavam também as prioridades das políticas públicas visando construções lucrativas e desconsiderando impactos sociais negativos, como rodovias em locais inabitados (CAMPOS, 2012, p. 8). As

---

<sup>40</sup> Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Espécie de poupança compulsória que substituiu a estabilidade no emprego (que era adquirida após 10 anos de serviço).

empreiteiras se destacavam entre as maiores empresas nacionais. Em 1979, a Camargo Corrêa aparecia como a 34ª maior empresa privada na América Latina (CAMPOS, 2013, p. 9).

Os dados sobre a concentração de renda no período ilustram quem ganhou com essa modernização de caráter conservador. Em 1960, os 50% mais pobres ficavam com 17,7% da renda nacional, enquanto em 1980 estavam com apenas 13,5%. Já os 5% mais ricos subiram de 27,7% para 34,7% nesse período (MATTOS, 2009, p. 110). Os custos dessa empreitada podem ser ilustrados também pelo crescimento da dívida externa: de aproximadamente 5 bilhões de dólares em 1964 para cerca de 100 bilhões em 1985 (MATTOS, 2009, p. 110). Situação que foi consequência direta do caráter dependente da modernização, manifestado desde os primeiros tempos da ditadura, ainda que com atritos pontuais (especialmente a partir de Geisel) entre um Brasil buscando seu lugar entre “as grandes nações” e as potências imperialistas. A Lei de Remessa de Lucros, uma das poucas reformas que Goulart conseguiu implementar, foi reformulada sob o governo de Castello Branco, passando a considerar, para fins de cálculo da porcentagem permitida de saída de capitais do país, tanto o montante originalmente aplicado quanto os reinvestimentos dos lucros obtidos, conforme reivindicava o empresariado internacional desde a época de Jango (PRADO; SÁ EARP, 2003, p. 218).

A dependência ficava evidente. De acordo com dados sobre a distribuição dos ativos das 10 maiores empresas em cada setor econômico em 1972, percebe-se que as empresas multinacionais eram hegemônicas em vários ramos. Controlavam 40,4% do patrimônio líquido das principais empresas industriais e minerais do país e 55,3% do faturamento das mesmas. Às empresas públicas cabia 35,39% e 20,72% respectivamente. Já as empresas privadas nacionais ficavam com 24,21% e 24,0% (SANTOS, 1995, pp. 177-178). O custo político também era elevado, fazendo do Brasil um legitimador dos interesses geopolíticos estadunidenses. Em 1965 o Brasil invadiu, ao lado dos EUA, a República Dominicana. Além disso, diversos foram os casos de participação brasileira nos golpes militares que ocorreram em nossos vizinhos.

O caráter de classe (empresarial/burguês) da ditadura militar poderia muito bem ficar demonstrado através das considerações sobre os projetos nitidamente pró-capital desencadeados pelo regime, assim como por conta dos beneficiados e os prejudicados por estes. Mas é possível ir mais longe e identificar a penetração empresarial no próprio Estado para além das influências ideológicas nos militares que comandavam o governo ditatorial. No capítulo 9 da obra “A conquista do Estado” (1981, p. 422), Dreifuss arrola diversos nomes de empresários ligados ao IPES que ocuparam importantes cargos no governo de Castello

Branco<sup>41</sup> e em instituições financeiras públicas e privadas, incluindo os ministérios mais importantes e o comando das bolsas de valores. Na formação do SNI o IPES foi fundamental, já que Golbery aproveitou o banco de dados da entidade, com informações sobre cerca de 400.000 brasileiros. Dreifuss nota também que o IPES realizava encontros e reuniões entre empresários e figuras do governo (1981, p. 450). Em 1967 todos os ministros e burocratas do alto escalão com funções chave na direção do Estado haviam participado dessas reuniões.

Todas as evidências históricas apontam para o caráter empresarial e antipopular do regime ditatorial que vigorou no Brasil entre 1964 e 1985.

### **2.3 A reação popular: múltiplas formas de resistência**

Se a ditadura militar saiu da cena histórica após ter cumprido seu papel principal, colocando o Brasil nos rumos do desenvolvimento capitalista dependente, integrando os elementos arcaicos da nossa estrutura a essa evolução e solapando dentro do horizonte previsível as possibilidades de uma revolução oriunda das classes trabalhadoras, há que se considerar que o fez em última instância, não possuindo o controle total do processo de transição para o regime civil - de democracia liberal. Ao contrário, a presença da oposição foi fator importante no processo de “redemocratização”.

Da parte da oposição à ditadura é preciso notar sua variabilidade ao longo do regime, comportando a luta estritamente operária até dissidências no seio da própria burguesia. O que, por ter origem em causas e perspectivas dissemelhantes, implicou, também, em formas diferenciadas de protesto, que podem ser agrupadas em quatro categorias<sup>42</sup>:

1 - A resistência armada, por orientação de algumas organizações de esquerda (cerca de 20) foi a opção mais drástica levada a cabo por setores intelectualizados marginalizados das classes trabalhadoras e das camadas médias. Apesar de tentar trabalhar com alvos de caráter imediato (distribuição de viveres à população, suporte para a autodefesa dos movimentos de massa, punição contra pessoas vistas como algozes, libertação de presos políticos, etc.), o destaque era o de uma revolução (socialista ou democrática-popular) por parte dos trabalhadores da cidade e do campo;

---

<sup>41</sup> Aparentemente, os membros do IPES perderam a hegemonia sob o governo de Costa e Silva, entretanto, para Dreifuss, conseguiram reestabelecer sua predominância durante o governo de Geisel. Em 1979, 300 dos 400 postos chave da administração federal ligados ao executivo eram ocupados por pessoas de confiança de Golbery (1981, pp. 454-455).

<sup>42</sup> Tipologia simplificada e com fins meramente expositivos (assim como a divisão temporal que se verá a seguir), que não possui a pretensão de estancar as múltiplas formas de resistência, já que, além de não haver nenhuma “muralha da China” entre elas, diversas manifestações assumiam características variadas.

2 - A luta de massas, meio encontrado pelas parcelas mobilizadas majoritárias da classe trabalhadora e das camadas médias (especialmente o movimento estudantil) – geralmente dirigida pelas organizações de esquerda (armada ou não, como o PCB), mas com importantes manifestações de espontaneidade (como é característico da própria forma de luta em questão). Os eixos reivindicatórios eram principalmente voltados para questões de ordem imediata (aumento salarial, por exemplo), porém, constantemente ligava tais questões aos elementos da “grande política” (ainda que assumindo bandeiras como as liberdades de expressão e organização);

3 - A contestação cultural, predominantemente manifestada pelas camadas médias por variadas expressões, desde a crítica direta ao regime (de forma estrategicamente ofensiva - pela pregação revolucionária - ou de forma defensiva) até transformações de natureza estritamente comportamental. Predominava a espontaneidade e a descentralização nesse campo, ainda que algumas organizações de esquerda tivessem núcleos próprios voltados para o setor e/ou ligações com alguns artistas;

4 - A luta institucional-liberal, cujo núcleo central foram as camadas médias e setores dissidentes das classes dominantes, especialmente a imprensa e parlamentares ceifados do núcleo do poder. No amplo leque que compunha essas lutas marcadas pela acomodação à lei e à ordem (ainda que para subvertê-la), encontrava-se desde moderados de centro preocupados unicamente com a concessão às pautas liberais (como as liberdades individuais) até setores da esquerda organizada que tinham a perspectiva institucional como tática para acúmulo de forças. O horizonte (tático ou estratégico) comum ao campo em questão era o das liberdades democráticas. No geral, especialmente no final do regime, as parcelas oriundas da minoria dissidente da elite brasileira, com exceção, talvez, da Igreja Católica, se colocaram mais como colaboradores das forças da ordem e da transição pelo alto.

Naturalmente, ao longo das duas décadas de regime militar diferentes setores se mobilizaram em momentos heterogêneos de acordo com a conjuntura – o que implica, como foi visto, em diferentes formas de agir. Observando o processo de resistência por suas características principais (não só a composição e os métodos, como também os eventos simbólicos) é razoável conceber que houve pelo menos quatro ciclos diferentes, que se encaixam, também, nas próprias metamorfoses do Estado militarizado. Entre 1964 e 1968 vê-se uma fase de reação ao golpe de 1964, com a esquerda e as classes trabalhadoras se reorganizando e comparecendo em um cenário histórico de oposição composto também por dissidentes do bloco golpista. Forças que estiveram presentes na luta cultural, institucional e de massas, terminando por serem derrotadas – assim como as primeiras tentativas de luta



armada, protagonizada por militares patriotas perseguidos pela ditadura. Entre 1968 e 1974, a luta armada já aparece como método de enfrentamento utilizado por grande parte da esquerda brasileira, ficando isolada tanto pela eficácia da repressão quanto pela cooptação social que o regime obteve na combinação entre o “milagre econômico” e a propaganda política. A partir de 1973/74 e até 1979, em um quadro de recomposição de forças, o campo da oposição é revigorado e ampliado, ainda que assumindo perspectiva mais moderada a nível tático e estratégico. Parcelas importantes das camadas médias voltam-se gradualmente contra o regime, somando-se até mesmo as forças imperialistas, reorientadas em suas formas de garantir a hegemonia global e incomodadas com a possibilidade de um “nacionalismo militar”. Os principais elementos sobreviventes da luta armada vão realizar autocrítica e buscar outras formas de atingir o regime. Assim, nesse momento a luta institucional e os protestos culturais fortalecem-se e correm paralelos à recomposição das massas (estudantis e trabalhadoras), que dão sinais de influxo; tendência fortalecida na etapa final da luta contra a ditadura, quando, a partir do final dos anos 1970, vão colocar o regime ditatorial na defensiva buscando radicalizar o processo de abertura, conseguindo, ainda que de forma limitada, garantir uma “redemocratização”. Nesse esforço se juntarão, com perspectivas longe de serem simétricas, os trabalhadores da cidade e do campo, as camadas médias progressistas e as forças dissidentes liberais (como as parcelas minoritárias do empresariado). As lutas de massa, acompanhadas pelas manifestações culturais, terão de arcar com os aspectos positivos e negativos da luta institucional (que servirá principalmente para contestar o regime, limitando, entretanto, em muitas situações, seu alcance).

Entre 1964 e 1968 a brutalidade política e econômica do regime, ao mesmo tempo em que castraram, de imediato, as classes trabalhadoras (intervindo em sindicatos, prendendo lideranças, torturando militantes, etc.), causou a insatisfação em setores das camadas médias e provocou dissidências liberais (minoritárias e marginais) entre as forças golpistas. Enquanto as classes populares e a esquerda organizada se reconfiguravam, nos campos cultural e institucional apareciam protestos contra a ditadura. No final desse período, em que a esquerda tradicional e as massas, inclusive operárias, se apresentaram em peso no cenário político, a resposta foi a reafirmação, através da intensificação, da política repressiva e da exclusão das massas do processo político.

Já no primeiro mês pós-golpe, segmentos da imprensa liberal que haviam apoiado a manobra golpista, diante do endurecimento do regime, passaram a denunciá-lo e criticá-lo fortemente, como o jornal “Correio da Manhã” (NAPOLITANO, 2014, p. 217). Em manifesto lançado no dia 14 de março de 1965 no mesmo jornal, 107 intelectuais (entre eles Alceu

Amoroso Lima, Barbosa Lima Sobrinho, Mario Pedrosa, Antonio Callado, Flávio Tavares e Oscar Niemeyer) apresentavam uma plataforma em defesa das liberdades democráticas e dos direitos humanos (NAPOLITANO, 2014, p. 220). Figuras centrais do regime, insatisfeitos com o cancelamento das eleições presidenciais, como Adhemar de Barros e Carlos Lacerda romperam com o governo. Lacerda se unirá a Juscelino Kubitschek em 1966, com adesão de Jango em 1967, e formará a Frente Ampla (proibida pelo regime em 1968) (NAPOLITANO, 2014, p. 85). Outra liderança golpista a romper com o núcleo da ditadura foi o general Peri Bevilacqua, cassado enquanto ministro do Supremo Tribunal Militar e defensor desde 1965 de um processo de anistia “recíproca” (LEMOS, 2002, pp. 303-304).

Diante da oposição, o AI-2, de outubro de 1965, instituiu a eleição indireta para a presidência da República e criou o bipartidarismo (surgindo o partido oficial do regime, a ARENA, Aliança Renovadora Nacional, e a oposição consentida, o MDB, Movimento Democrático Brasileiro), enquanto o AI-3, de fevereiro de 1966, estabeleceu a eleição indireta para governadores e a indicação para as prefeituras das capitais. Com o AI-5, de dezembro de 1968, o MDB perdeu cerca de 60 dos seus 139 deputados federais (MOTTA, 2007, p. 289).

Nessa fase, os segmentos das camadas médias, como de estudantes, profissionais liberais e artistas, tiveram espaço privilegiado para o protesto, pois não foram atingidos diretamente pela repressão (como os movimentos populares) (RIDENTI, 2003, pp. 143). O próprio regime foi relativamente tolerante com o meio artístico, não vendo a integração de artistas da oposição ao mercado como uma grande ameaça (NAPOLITANO, 2014, p. 104). Essa oposição de caráter cultural encontrava-se dividida (sem entrar em pormenores) em duas vertentes. Uma, nacional-popular, voltada para as questões de ordem política, e outra contracultural, o tropicalismo, com foco em elementos comportamentais (liberação sexual, experiência com drogas, liberdade individual, novas formas de vida comunitária, etc.) - manifestação brasileira do fenômeno contracultural em voga no Ocidente na época. Sustentando a absorção da arte oriunda dos EUA e da Europa, o tropicalismo se destacou na área musical (com Tom Zé, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Os Mutantes e outros), mas esteve presente em outros campos, como o cinema, com Glauber Rocha (RIDENTI, 2003, pp. 146-147), e o teatro, com o Grupo Oficina (que tinha como tática chocar a plateia ao invés de lhe transmitir um recado direto) (NAPOLITANO, 2014, pp. 112-118). No amplo setor voltado para questões políticas sob um olhar nacional e popular (no qual podem ser incluídos desde artistas ligados ao PCB até liberais), a Música Popular Brasileira (MPB) tinha grande

penetração social. “Seu” teatro<sup>43</sup> era representado pelo Grupo Arena (onde surge a figura de Augusto Boal), forjado nas ligações entre o pessoal do Teatro Arena e um movimento teatral do PCB (contando depois com militantes das outras organizações de esquerda) (RIDENTI, 2003, pp. 138-139), e pelo Grupo Opinião, oriundo de um show homônimo organizado pelo CPC da UNE após o golpe de 1964, destacando-se figuras como Vianinha (RIDENTI, 2003, pp. 143-144). Um dos momentos mais antológicos da resistência cultural contra a ditadura foi visto na final do Festival Internacional da Canção de 1968, protagonizado por um dos grandes nomes da cultura nacional-popular, Geraldo Vandré, quando, em um Maracanãzinho lotado por 30.000 pessoas, estas cantaram “Para não dizer que não falei das flores” em coro, continuando, inclusive, enquanto voltavam para a casa<sup>44</sup> (NAPOLITANO, 2014, p. 118).

Entretanto, em 1968 o destaque ficará com os movimentos de massa, operário e estudantil. Em março desse ano, antes mesmo do maio parisiense, os estudantes brasileiros iniciaram grandes manifestações unindo reivindicações específicas com o combate ao regime - movimento que se estendeu até o início do segundo semestre, quando manifestações foram expressamente proibidas. A morte do estudante Edson Luís, baleado pela polícia durante uma manifestação no RJ, foi o estopim. Seu enterro foi acompanhado por 60.000 pessoas. No dia 21 de junho, 4 pessoas foram mortas e 23 foram baleadas em novo protesto. No dia 26 do mesmo mês ocorreu a maior das manifestações, com 100.000 pessoas. Além de passeatas em várias cidades do Brasil, os estudantes realizaram ocupações em órgãos públicos, o que, no caso da ocupação do campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) na Praia Vermelha, fez com que vários estudantes fossem presos e agredidos no estádio do Botafogo. Na tentativa de reorganização da UNE, 920 pessoas foram presas no seu XXX Congresso, em Ibiúna, em outubro de 1968 (NAPOLITANO, 2014, pp. 91-93).

Por parte do movimento operário, desde o início do regime este se articulava na luta contra o arrocho, surgindo algumas tentativas tímidas de intersindicais a partir do II Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais (1967), como a Frente Sindical Antiarrocho, no RJ, O Comitê Intersindical Antiarrocho, em MG, e o Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA), em SP (SANTANA, 2008, p. 287), que acabaram sem força e submetidas à influência dos setores pelegos e ligados ao regime. Só em 1968 que serão vistas grandes mobilizações através das greves de Contagem-MG e Osasco-MG. A primeira surgiu em um quadro de muitas demissões, falências de empresas e atrasos nos pagamentos, combinando com o

<sup>43</sup> Entre 1969 e 1971, Arena, Opinião e Oficina, desarticularam-se ou foram extintos (Napolitano, 2014, p. 194).

<sup>44</sup> Por pressão dos militares a música de Vandré ficou em segundo lugar, perdendo para “Sabiá”, de Chico Buarque, e acabou proibida pela censura até 1979. Os diversos festivais de canção, cujos mais importantes eram da Rede Record, foram um importante espaço de difusão da música de resistência.

trabalho clandestino de organizações como a AP, PCBR e COLINA (Comandos de Libertação Nacional), que conseguem ganhar as eleições para o sindicato em 1967, tendo, entretanto, vários nomes vetados, inclusive o presidente (que havia sido cassado em 1964) - optando pela utilização da estrutura sindical de forma camuflada e investindo em comissões de fábrica (SANTANA, 2008, pp. 288-289). A greve foi iniciada no dia 16 de abril, quando operários da siderúrgica Belgo-Mineira pararam suas atividades, atingindo, em poucos dias, 15.000 trabalhadores. O próprio ministro Jarbas Passarinho negociou diretamente com os grevistas, garantindo um abono salarial de 10%, que foi aceito após pesada repressão (SANTANA, 2008, p. 290). Após a vitória parcial, uma segunda paralisação em outubro não teve o mesmo desfecho, sendo rapidamente sufocada, resultando em intervenção no sindicato (SANTANA, 2008, p. 294). Em Osasco, a chapa de oposição, composta por elementos ligados à esquerda cristã e a dissidentes do PCB, havia vencido as eleições para o sindicato dos metalúrgicos em 1967. Esse grupo irá ganhar destaque ao promover uma revolta contra um ato de 1º de maio realizado pelo MIA, para o qual foi chamado o governador de SP, Abreu Sodré. Manifestantes tomaram o evento, expulsaram o governador com pedradas e incendiaram o palanque, saindo, depois, em passeata (SANTANA, 2008, p. 293). O clima serviu para desencadear, em julho, uma greve (com duração de uma semana), quando seis metalúrgicas de Osasco foram paralisadas e a fábrica Cobrasma ocupada, fazendo com que o Exército a invadisse e que o governo intervisse no sindicato (NAPOLITANO, 2014, p. 95).

Além de se mobilizar nas fábricas, a classe trabalhadora também se organizou nas periferias. Entidades de favelas são bem anteriores ao golpe, assim como suas lutas contra as remoções. A União dos Trabalhadores Favelados (UTF), por exemplo, convocou a resistência ao Golpe de 1964, sendo, inclusive, fechada por conta da perseguição da ditadura. A Federação de Associações de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG), que chegou a ter ligações com o IPES-IBAD, conseguiu barrar a remoção da favela de Brás de Pina, impondo uma derrota a Lacerda, que durante seus anos de governo removeu 41.958 pessoas. Em 1968, o II Congresso de Favelados se posicionou de forma crítica contra as remoções e o controle sobre as associações de moradores. Entretanto, a cooptação de lideranças combinada com a repressão, que desencadeou o desaparecimento de quatro dirigentes da Associação de Moradores de Ilha das Dragas (comunidade que lutava contra sua remoção - que veio a acontecer), fez com que as entidades (como a FAFEG, que estava sendo dirigida por um grupo mais combativo desde meados de 67/68) recuassem (situação que perduraria até o final dos anos 1970, quando surge uma nova geração, inclusive com ex-membros da luta armada) (GONÇALVES; AMOROSO, 2014, pp. 213; 221).

O AI-5, imposto no final de 1968 em resposta aos ataques contra a ditadura, materializou a repressão contra tudo e contra todos. Assim, os movimentos de massa, em geral, vão entrar em uma fase de refluxo. A impossibilidade de atuar na legalidade reforçará a opção de segmentos da esquerda pela luta armada (até esse momento desencadeada de forma marginal por algumas organizações e em experiências isoladas de militares patriotas), que será oxigenada por lideranças oriundas desse primeiro ciclo de lutas de massa. Todavia, a eficácia técnica e política da repressão (que, amalgamando o acúmulo contrarrevolucionário e policial, nacional e internacional, conseguirá se adequar para enfrentar as táticas guerrilheiras), somada aos efeitos da combinação entre censura-propaganda mais crescimento econômico, em um quadro de baixíssima mobilização popular, terminará por isolar os adeptos da luta armada, que representarão, em si mesmos e de forma quase solitária<sup>45</sup>, um segundo ciclo de resistência contra a ditadura. Situação que começará a se romper a partir de uma recomposição de forças da oposição a partir de 1973/1974, conjuntura de crise econômica<sup>46</sup> e em que partes relevantes da esquerda armada farão autocrítica (mesmo as que se recusavam a fazer isso de forma explícita abandonaram a luta armada na prática).

A partir de 1974 a oposição passa a comportar segmentos bem heterogêneos, tendo como eixo unificador a “redemocratização” (fim em si mesmo para os setores liberais; e uma conjuntura potencialmente mais favorável para a esquerda revolucionária). Possivelmente a principal bandeira da oposição nesse terceiro ciclo de recomposição de forças tenha sido a da anistia. Nesse momento, o MDB foi um importante espaço para diversas forças de oposição.

Na fase em questão, o apelo ao voto nulo (bandeira antes empunhada por várias organizações da luta armada) diminuiu. No próprio movimento estudantil, um dos antigos polos de difusão da campanha do boicote eleitoral, começaram a surgir mobilizações em defesa de candidatos entendidos como progressistas (MOTTA, 2007, pp. 295-296). Nas eleições de 1974 o MDB elegeu 15 em 21 senadores; obteve 37% dos votos para a Câmara (saltando de 87 para 165 deputados), contra 40% da Arena; e conseguiu a maioria em assembleias legislativas de importantes estados, como SP, RS e RJ (NAPOLITANO, 2014, p. 259; PRESTES, 2012, p. 180). Nas eleições de 1976 várias lideranças oriundas dos

---

<sup>45</sup> O que não significa que não tenham ocorrido lutas pontuais, silenciosas e menores que as anteriores. Na Ford de São Bernardo, entre 1967 e 1969, realizaram-se várias greves de fome contra a alimentação servida pela empresa, assim como uma paralisação geral na fábrica em 1968 e uma paralisação *sui generis* em 1970, com vários trabalhadores “ocupando” as filas da enfermaria. São registrados pelo menos duas dezenas de movimentos como greves e operações-tartaruga em diversas empresas nos anos de 1973 e 1974 (Mattos, 2009, pp. 113-114). Sem dúvida, essas experiências permitiram os saltos vistos nos “ciclos” posteriores.

<sup>46</sup> Durante a crise do petróleo (1973), o Brasil importava 90% do petróleo consumido no país e o fato do preço do barril ter triplicado, saindo de 4 dólares para 12, foi sentido (Napolitano, 2014, p. 176). A crise evidenciava a dependência externa. O fim do “milagre” foi um dos fatores a atrair as camadas médias para a oposição.

movimentos sociais se lançaram às eleições através do MDB. Por esse partido AP e MR-8 conseguiram eleger vereadores e deputados nos anos 1970 (ARAÚJO, 2007, p. 336)<sup>47</sup>.

Essas vitórias institucionais, que embaraçavam a pseudolegitimação da ditadura, eram acompanhadas por ensaios de reorganização popular. Em 1976, a luta contra a alta no custo de vida, através de grandes assembleias e de petições, fez surgir em SP, a partir dos clubes de mães (atuantes desde 1971 na periferia de São Paulo, por conta da presença da Igreja Católica junto aos moradores locais), o Movimento do Custo de Vida (que em 1979, sob a direção do PCdoB, passou a se chamar Movimento de Luta contra a Carestia), cuja primeira assembleia contou com 4.000 pessoas. Em 1978 haviam alcançado mais de 1 milhão de assinaturas pedindo o congelamento dos preços de itens básicos à subsistência e o aumento de salários (NAPOLITANO, 2014, p. 290).

Setores das camadas médias, que haviam apoiado o regime ou se mantido inertes, passavam para a oposição (ARAÚJO, 2007, p. 341). O movimento estudantil, que começava a se rearticular, promoveu diversas mobilizações. No bojo das manifestações realizadas pelos estudantes em 1977, várias entidades começaram a tomar uma posição de oposição mais clara, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), culminando na defesa de uma assembleia nacional constituinte (NAPOLITANO, 2014, pp. 277-279).

A mobilização estudantil foi desencadeada com a prisão, em maio de 1977, de alguns estudantes do Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), que realizaram uma panfletagem por conta do 1º de maio da região do ABC paulista. Em São Paulo, sob a direção do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade de São Paulo (USP), foram mobilizadas entre 7.000 a 10.000 pessoas exigindo a anistia - ampliando um debate que vinha sendo esboçado há algum tempo<sup>48</sup>. Manifestações ocorreram em várias partes do país. Em agosto, uma manifestação em São Paulo driblou a repressão da PM paulista (que mobilizou 20.000 soldados) realizando diversos atos relâmpagos espalhados por várias localidades ao

---

<sup>47</sup> A comparação entre os votos obtidos pela ARENA, pelo MDB e os anulados (ou em branco) nas eleições para a Câmara dos Deputados permite identificar como a insatisfação ao regime crescia e também se expressava nas urnas (mesmo com todos os limites impostos pela ditadura – como será visto). 1966: Arena 50,5%, MDB 28,4%, BeN 21,0%; 1970: Arena 48,4%, MDB 21,3%, BeN 30,3%; 1974: Arena 40,9%, MDB 37,8%, BeN 21,3%; 1978: Arena 40,0%, MDB 39,3%, BeN 20,7%. O número de eleitores saltou de 17.285.556 em 1966 para 37.629.180 em 1978 (Grinberg, 2004, p. 147).

<sup>48</sup> Pelo menos desde 1975 a esquerda pautava a questão da anistia de forma mais objetiva a partir do ato ecumênico por conta da morte de Herzog e da fundação do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), liderado por Terezinha Zerbini. Mães, mulheres e filhas de perseguidos pela ditadura militar seguiram o exemplo de SP e fundaram o movimento em outros estados (Araújo, 2007, p. 343).

longo do dia (NAPOLITANO, 2014, p. 274). No III Encontro Nacional dos Estudantes, a Pontifícia Universidade Católica (PUC) de SP foi invadida pela PM, que deteve cerca de mil estudantes, encaminhando quase uma centena ao DOPS. Cerca de 30 salas foram destruídas pela polícia na ação (NAPOLITANO, 2014, p. 274). No ano seguinte, 1978, foram criados pelo país os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs), composto por militantes das organizações de esquerda e dos movimentos sociais (ARAÚJO, 2007, p. 338). Em julho de 1979 os presos políticos realizam uma greve de fome nacional em prol da anistia. No mesmo ano, o Decreto 477 foi revogado e os estudantes puderam reorganizar os DCEs, tendo estes reaberto, sob a direção de comunistas de várias organizações, a UNE.

Apesar de toda a mobilização, a vitória foi tímida. A Lei da Anistia aprovada em 1979 não foi nem ampla, nem geral e nem irrestrita, excluindo os envolvidos com as ações típicas da guerrilha. Mesmo assim, cerca de 5.000 exilados começaram a retornar ao Brasil (LEMOS, 2002, p. 308), processo em curso desde 1978, com a revogação do AI-5 e a consequente revogação de alguns banimentos (excluindo da medida nomes como o de Prestes e Brizola) (NAPOLITANO, 2014, p. 296). Propostas mais avançadas foram derrotadas no Congresso (por ação, inclusive de setores do MDB), prevalecendo, em grande parte, as diretrizes lançadas pelo governo, que, além das restrições, ainda incluía os agentes do regime militar entre os anistiados, impedindo que estes viessem a ser punidos pelos seus crimes. Mas nos anos seguintes, com importante atuação de grupos como o Tortura Nunca Mais e a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos, foram conquistadas medidas complementares que acabaram permitindo a libertação de todos os presos políticos (ARAÚJO, 2007, p. 346).

A MPB será uma espécie de trilha sonora do processo de abertura conquistado a partir de tais lutas. Tinha como público principal as camadas médias, mas, em alguns casos, chegou a ter boa penetração nos setores populares. Elis Regina, por exemplo, durante 14 meses entre 1975 e 1976, fez shows com a média de 1.500 pessoas por noite. O novo florescer da cultura brasileira vinha de antes. Já na primeira metade dos anos 1970, a música de protesto retomava sua ofensiva contra o regime através de artísticas como Caetano Veloso, Chico Buarque, Elis Regina e Raul Seixas (NAPOLITANO, 2014, pp. 189-192).

Entre os movimentos sociais que marcaram a reorganização da esquerda brasileira estavam as chamadas “lutas de minorias”. Um dos meios de aglutinação dos militantes desses segmentos e da difusão das suas ideias foi a imprensa alternativa, que produziu cerca de 150 periódicos entre 1964 e 1980 (somados os de caráter político objetivo e os de conteúdo contracultural) (NAPOLITANO, 2014, p. 236). As diferentes vertentes da esquerda organizada exerciam maior ou menor influência em parte desses jornais (pelo menos até os

anos 1980, quando vão passar a investir na imprensa oficial própria) e alguns chegaram a ter tiragens de 20 a 40 mil exemplares, durando anos, outros, existiram durante breve período de tempo e de forma irregular. O jornal “Versus” (1975-1979) dava maior espaço aos variados movimentos de “minorias”, enquanto “Brasil Mulher” (1975-1980) e “Maria Quitéria” (1977-1979) enfocavam a questão da mulher (o primeiro com uma pauta especificamente feminista e o segundo voltado para a participação da mulher na política em geral). “O Lampião” (1978) foi importante ao expressar a luta LGBT (NAPOLITANO, 2014, pp. 237-239), assim como o “Gente Gay” (1977) e o “Boca da Noite” (1980). “Sinba”, “Tição” e “Coisa de Crioulo” encontravam-se junto ao movimento negro (ARAÚJO, 2007, pp. 239-342).

Em 1975, a partir de dois grupos de mulheres que se reuniam informalmente para discutir a situação de gênero, nasceu no RJ o primeiro movimento feminista institucionalizado do país, o Centro da Mulher Brasileira, de atuação local e cujo foco, apesar de diferentes correntes internas (que levantavam questões como aborto e sexualidade), esteve ligado às questões tradicionais da esquerda, como trabalho e as pautas mais gerais (anistia, redemocratização, etc.) (SOIHET; ESTEVES, 2007, p. 367). No movimento negro se destacou o Movimento Negro Unificado, criado em 1978, em SP, a partir das articulações em torno do protesto contra a morte de um operário negro numa delegacia e contra a expulsão de quatro atletas negros de um clube paulista (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p. 642).

Outro setor importante nessa fase foi a Igreja Católica<sup>49</sup>. Um marco se dará em 30 de março de 1973, na missa realizada em memória do estudante Alexandre Vannuchi Leme - primeiro ato público de massa contra o regime desde 1968. Nesse evento, liderado por dom Paulo Evaristo Arns, compareceram 5.000 pessoas. Elementos de esquerda na Igreja vinham de muito antes, inclusive do pré-golpe. Mas tal posição era marginal e até mesmo passível de repúdio por parte da Igreja “oficial”. Será diante da repressão de pessoas da (ou ligadas à) Igreja Católica, especialmente após o AI-5, que começará a haver a oposição declarada por parte de segmentos do clero, como dom Helder Câmara (LOWY, 2003, p. 308). Nos anos 1970, o choque entre a moral cristã e a realidade do regime nascido com apoio da Igreja - violação dos direitos humanos e grande desigualdade social - tornará o clero católico uma das principais forças da oposição, inclusive com uma expressão política e teórica mais clara, a teologia de libertação, nascida a partir dos trabalhos de Leonardo Boff, Frei Betto, Hugo Assmann e outros<sup>50</sup>. A fusão entre uma interpretação socialmente crítica do cristianismo, o

<sup>49</sup> Que nos anos 1970 possuía 276 bispos, 12.647 padres e 42.671 outros religiosos (Fico, 2001, p. 195).

<sup>50</sup> Houve também expressões da teologia de libertação entre os protestantes, como nos trabalhos de Júlio de Santana (Lowy, 2003, p. 316).



marxismo e as peculiaridades da América Latina, influenciará os segmentos cristãos militantes organizados em locais como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que serão fundamentais para a ulterior formação de entidades como o Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento Sem Terra (MST).

As dissidências foram vistas não só nas camadas médias e no clero. Entre o empresariado a ditadura já começava a ser encarada como um problema para alguns setores. Desde 1974 segmentos passaram a lutar, dentro da ordem, contra a estatização da economia. No ano seguinte, “O Estado de S. Paulo” e a revista “Visão” assumem posição declarada em prol do liberalismo econômico e contra a estatização. A partir de 1977 tal postura fica ainda maior entre o empresariado, que brada um discurso no qual a democracia passa a estar umbilicalmente ligada à liberdade econômica. O maior símbolo desse rompimento de segmentos da burguesia nacional com o regime militar se dá com a saída do industrial Severo Gomes do Ministério da Indústria e Comércio. Severo era o elo entre o empresariado brasileiro e o governo (NAPOLITANO, 2014, p. 282; 384).

No plano internacional, Carter se somava ao Papa Paulo VI (incomodado com a aprovação do divórcio) nas críticas humanitárias à ditadura. Geisel chegou a ser advertido publicamente pelos EUA por conta das violações dos direitos humanos. Em seu governo, manifestou um nacionalismo militar, enfrentando os EUA em diversas questões, como o acordo nuclear com a Alemanha, a condenação de Israel na ONU e o reconhecimento da China, de Angola e de Moçambique (SILVA, 2003, p. 252). O imperialismo estadunidense, ao mesmo tempo que tinha sua hegemonia ameaçada por um potencial nacionalismo militar, começava, a partir da derrota no Vietnã, a buscar garantir essa dominação através de outros meios - além da força<sup>51</sup>. Assim, colocava-se, de forma moderada e cautelosa, na oposição.

Mas, como lembra Theotonio dos Santos (e outros), as classes dominantes brasileiras (e de casos congêneres) foram forçadas pela pressão das massas a ceder o que inicialmente era um projeto de descompressão e reinstitucionalização; aceitando, para afastar os riscos de um desfecho como o de Portugal (em que o fascismo foi derrubado pela Revolução dos Cravos), um processo de “redemocratização” (SANTOS, 1991, pp. 248-249). Enquanto a ditadura cedia gradualmente, a classe dominante se afastava desta cada vez mais, terminando, por conta do seu controle dos aparatos ideológicos, por se inscrever na História como “opositora” da ditadura, apagando esta como uma expressão dos interesses do grande capital que contou com sua presença ativa (SANTOS, 1991, pp. 251-252).

---

<sup>51</sup> Entre os anos 1960 e 1970, toda a América do Sul, com exceção de Venezuela e Colômbia, passaram por ditaduras militares, que entraram em crise nos anos 1980 (Silva, 2003, p. 245).

O regime fez de tudo para limitar ao máximo o alcance da abertura. Mesmo nas eleições de 1974, quando não havia nenhum plano claro de descompressão, a resposta à vitória eleitoral da oposição foi dura. Como vários deputados eleitos pelo MDB eram ligados ao PCB, o partido foi utilizado como bode expiatório, intensificando a repressão e vitimando vários militantes, como o jornalista Vladimir Herzog e o operário Manuel Filho (SILVA, 2003, p. 265). Diante da repercussão negativa e do desafio às ordens de Geisel (que, diante da morte de Herzog, já havia ordenado maior “controle”), este resolve trocar o comando do II Exército (NAPOLITANO, 2014, p. 264). Ficava explícito que dentro do próprio núcleo militar, um setor não majoritário também passava para a oposição, só que à direita. Esse setor seria responsável por atentados terroristas<sup>52</sup> contra a esquerda (de forma direta, atacando lideranças populares; ou indireta, realizando ações aberrantes em nome da esquerda para culpá-la). Em 1976, o PCdoB teve seu comitê central no Brasil dizimado, quando, em reunião, foram surpreendidos pelos militares após traição de um dos seus membros.

Outras medidas visando esterilizar a abertura foram a Lei Falcão, de 1976, e os Pacotes de Abril, no ano seguinte. A primeira limitou a campanha eleitoral na TV para a exposição limitada das fotos dos candidatos com seus currículos e dados eleitorais, impedindo, assim, o debate político. Deu resultado. Nas eleições municipais a ARENA elegeu 30.000 vereadores pelo Brasil, contra 5.800 do MDB (NAPOLITANO, 2014, p. 269). Em 1977, como as negociações entre o governo e a oposição quanto a mudanças na Constituição não frutificaram, o Congresso foi fechado e medidas impostas. 1/3 do Senado passou a ser eleito indiretamente por um colégio eleitoral estadual de maioria governista, aumentou-se o peso dos estados menos populosos, em que a ARENA tinha melhor votação, reduziu-se o quórum necessário para a aprovação de emendas constitucionais (de 2/3 para maioria simples) e subiu-se o mandato do futuro presidente para 6 anos (NAPOLITANO, 2014, p. 270-271).

Uma das manobras do regime foi tentar dividir a oposição através da multiplicação de partidos por conta da Lei da Reforma Partidária, de 1979 - o que, de fato, enfraqueceu o PMDB (ex-MDB), fazendo parte da esquerda se concentrar em novos partidos, como o

---

<sup>52</sup> No processo de redemocratização houve uma série de atentados da extrema direita visando atingir pessoas, órgãos de imprensa, livrarias, bancas de jornal, universidades e instituições identificadas com a oposição. Entre abril e outubro de 1978 foram registrados 26 atentados; entre julho de 1979 e abril de 1980, 25 atentados. Pessoas sem qualquer ligação com a política foram vitimadas, como a secretária Lyda Monteiro, morta num atentado à OAB-RJ. Os responsáveis por todos esses atos ficaram impunes (Napolitano, 2014, pp. 310-311). Em 1968 os militares já praticavam atentados terroristas ocultos (Ridenti, 2007a, p. 37), chegando a haver planos para explodir um gásômetro no Rio de Janeiro e imputar a culpa à esquerda (o que, se não fosse impedido por denúncias de um capitão, teria vitimado milhares de inocentes).

Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o PT<sup>53</sup>, enquanto, num primeiro momento, o partido oficial, Partido Democrático Social (PDS), ex-ARENA, ficou unido. Eleitoralmente, pode ter tido algum resultado<sup>54</sup>, mas a força da oposição ia além, especialmente com a entrada em cena do principal agente do último ciclo da resistência contra a ditadura: a classe trabalhadora<sup>55</sup>.

Em 12 de maio de 1978, diante do acúmulo alcançado por um silencioso trabalho sindical de base, mas estourando após paralisação espontânea do setor de ferramentaria, 2.000 operários da Saab-Scania, em São Bernardo do Campo, tendo como foco a questão salarial, iniciaram uma greve com táticas novas, sem o sindicato à frente e marcada pela ausência de piquetes ou comícios (e com a ocupação passiva das fábricas, com os operários cumprindo seu horário de trabalho, sem, no entanto, haver produção de mercadorias) (Napolitano, 2014, pp. 291-292). A paralisação se espalhou para outras fábricas e, mesmo com o TRT declarando-a ilegal, atingiu 40.000 pessoas - que terminaram por conquistar 15% de aumento.

Era apenas o começo de um longo processo grevista, com centro na região do ABC paulista<sup>56</sup>. Em março de 1979, cerca de 180.000 metalúrgicos da região, sob a direção sindical oficial, entraram em greve, com assembleias e piquetes. O sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo, tendo Lula despontado como liderança, sofreu intervenção e durante os 14 dias de greve houve diversos conflitos com a PM, ocorrendo casos em que estes foram derrotados pelos operários e tiveram que se retirar (NAPOLITANO, 2014, pp. 301-302). Em 30 de outubro, durante um piquete, Santo Dias da Silva, líder da oposição sindical dos metalúrgicos de São Paulo e ligado à Pastoral Operária, foi assassinado pela PM em um piquete, causando grande comoção (NAPOLITANO, 2014, p. 303). Em 31 de março de 1980 outra grande greve

<sup>53</sup> Os partidos comunistas só seriam legalizados em 1985. Aí PCB e PCdoB se desligam do PMDB. O MR-8 foi exceção, ficando no partido – saindo apenas recentemente para fundar o PPL (Partido Pátria Livre).

<sup>54</sup> Nas eleições de 1982 o PDS conseguiu cerca da metade das cadeiras da Câmara e a maioria dos deputados estaduais em boa parte das assembleias, o que lhe dava maioria no futuro colégio eleitoral. Mas o PMDB, além dos 40% na Câmara, passou a governar os estados mais ricos (como SP, MG e RS) (Napolitano, 2014, pp. 318-319). O RJ também ficou com a oposição (Leonel Brizola - PDT).

<sup>55</sup> Em 1979, especialmente por conta da segunda crise do petróleo, a situação econômica se agrava. Ao longo da década de 1970 o déficit fiscal estadunidense salta de 50 milhões de dólares para 270 milhões, especialmente por conta dos gastos militares. Buscando atrair capitais do resto do mundo, elevam as taxas de juros de 5% para 20%, aumentando a dívida externa brasileira (o Brasil era o maior devedor do mundo – posição perdida em 1985 para os EUA) (Santos, 1995, pp. 262-263). Em 1982, juros e amortizações referentes à dívida consumiam mais de 90% do obtido com as exportações brasileiras. (*ib.*, p. 299). No Brasil a inflação anual decolou da seguinte maneira ao longo dos anos 1979-1989: 77,2%; 110,2%; 95,2%; 99,7%; 211%; 233,8%; 235,1%; 65%; 45,8%; 1037,8%; 1792,9% (Mattos, 2009, p. 122); enquanto o PIB brasileiro evoluiu 9,1% entre 1979 e 1980, -3,1% em 1981, 1,1% em 1982, -2,8% em 1983, 5,7% em 1984, 8,4% em 1985-1986 e 2,9% em 1987 (Santos, 1995, p. 273). A forma militar da ditadura burguesa se mostrava incapaz de garantir o poder das elites de forma estável, tanto no campo da economia quanto no campo político. O momento que pareceu ser uma exceção, o “milagre”, se diluiu diante dos seus custos e das suas heranças, amadurecidas nos anos 1980. Entre 1948 e 1963 o PIB cresceu em média 6,3%; enquanto entre 1964 e 1985 cresceu 6,7% (Napolitano, *op. cit.*, p. 153).

<sup>56</sup> A concentração operária, com 50% da categoria localizada em 5 empresas automobilísticas e 75% em fábricas com mais de quinhentos empregados, assim como o fato destes trabalhadores especializados serem dificilmente substituíveis, ajuda a entender a força da base do sindicato de São Bernardo (*ib.*, p. 293).

foi decretada diante da recusa dos patrões pagarem 7% de produtividade e manterem a estabilidade empregatícia. Em uma assembleia com 100.000 pessoas no estádio Vila Euclides, helicópteros do Exército sobrevoavam a multidão apontando armas de grosso calibre, assim como carros do DOI-CODI rondavam sindicatos e agrupamentos operários. O TRT decretou a greve ilegal e os sindicatos que a apoiavam sofreram intervenção, causando o afastamento de 42 dirigentes. 15 lideranças sindicais, entre eles Lula, foram presas. No dia 24 de abril, 40.000 metalúrgicos escorraçaram a tropa de choque da PM em São Bernardo. Em maio, entretanto, a greve, mesmo com apoio de outros sindicatos, Igreja Católica, movimentos de bairro, estudantil e até do PMDB, atingiu seus limites (NAPOLITANO, 2014, pp. 304-306).

Entre 1978 e 1989 o número de greves no Brasil por ano foi: 118; 246; 144; 150; 1.444; 393; 618; 927; 1.655; 2.188; 2.137; 3.943 (MATTOS, 2009, p. 120). O principal eixo mobilizador era a bandeira por reajustes salariais que pudessem limitar as perdas causadas pela inflação, adquirindo inegável caráter político ao bater de frente com o modelo dos militares, baseado no arrocho. Nas greves gerais, que também levantavam questões mais amplas, como a reforma agrária e o não pagamento da dívida externa, pararam entre 2 e 3 milhões de trabalhadores em 1983; entre 10 e 15 milhões em 1986; 10 milhões em 1987; e 22 milhões em 1989 (COSTA, 2007, p. 632; MATTOS, 2009, pp. 121-122). Para os padrões internacionais o número de greves realizadas nos anos 1980, ponderando o tamanho da força de trabalho brasileira, não foi uma excepcionalidade, entretanto o número de jornadas não trabalhadas, especialmente por conta das greves no setor público, apresentou uma das maiores médias mundiais para o período (NORONHA, 2009).

O movimento operário encontrava-se dividido. De um lado, os “sindicalistas autênticos” do “novo sindicalismo”, comportando os elementos que impulsionaram o processo descrito, nascidos justamente a partir da greve de maio de 1978 e agrupando, com o tempo, os metalúrgicos do ABC (assim como sindicatos sob sua influência) e as oposições sindicais (compostas por militantes de esquerda, egressos ou não da luta armada, em especial ligados à igreja progressista). Esse bloco, coluna vertebral do PT (fundado em 1980), defendia uma atuação para além da estrutura oficial e o enfrentamento direto ao regime a partir das demandas dos trabalhadores. Do outro, a “Unidade sindical”, formada por setores sindicais pelegos e por militantes da esquerda tradicional (como PCB, PCdoB e MR-8). Buscavam atuar dentro da estrutura sindical oficial e evitar enfrentamentos diretos ao regime (alegando que isso colocaria em risco o processo de transição rumo à redemocratização).

Os dois setores vão disputar a I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, realizada em 1981. Ali, ambos se definem pela fundação da CUT, o que ocorreria em um

congresso em agosto de 1983 a partir de iniciativa apenas dos setores combativos, contando com a presença de 5.059 delegados, representando 912 entidades (cuja base atingia mais de 12 milhões de trabalhadores). Em novembro de 1983, a “Unidade sindical” responde através de outro congresso, com 4.234 delegados de 1.243 entidades - optando, porém, por não fundar uma central. Apenas em 1986 fundam a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), que ainda daria origem à Confederação Geral dos Trabalhadores e à Força Sindical. Os adeptos do “sindicalismo de resultados”, anticomunista e defensor da economia de mercado, enfrentariam a esquerda tradicional dentro da própria CGT, levando essa a migrar para a CUT, que, por sua vez, acabou se moderando, assumindo uma posição chamada de “sindicalismo propositivo”, marcada não pela confrontação direta, mas sim pela cooperação conflitiva. Grande marco das mudanças foi seu terceiro congresso nacional em 1988 (SANTANA, 2003, pp. 292-294).

No período se desenvolveu a luta das associações de moradores em favelas e bairros das camadas médias. As organizações de favelas lutavam principalmente contra as remoções, mas não se limitavam a isso, desenvolvendo também atividades de cunho assistencialista, cultural e de politização entre a população local, merecendo destaque, no Rio de Janeiro, lugares como Borel, Jacarezinho e Rocinha (ARAÚJO, 2007, pp. 340-341).

À resistência cultural liderada pela MPB, se somou uma nova vertente do rock no final dos anos 1970, o punk, muito marcada pelas greves e mais politizada que o tropicalismo (apesar de conter, também, fortes elementos comportamentais). Em São Paulo (inclusive na região do ABC, sob influência direta do movimento operário), Brasília e Rio Grande do Sul surgem diversas bandas como Aborto Elétrico, Cólera, Garotos Podres, Olho Seco e Os Replicantes.

Enquanto todos os fenômenos descritos se davam principalmente nas cidades, a luta dos trabalhadores rurais também recomeçava. No final dos anos 1970 viam-se, novamente, ocupações de terra, sem articulações visíveis entre si, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Paralelamente, surgia, no Paraná, o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná, formado por agricultores que estavam sendo descolados por conta da construção da hidrelétrica de Itaipu. Com a atuação da Comissão Pastoral da Terra (surgida por volta de 1975 apoiando as lutas de posseiros acudados por grandes projetos agropecuários no Norte e Centro-Oeste e espalhando-se rapidamente através das CEBs) articularam-se a nível nacional e constituíram o MST em 1984 (MEDEIROS, 2007, p. 567).

A principal campanha da ofensiva contra a ditadura militar foi a luta pelas eleições diretas para a presidência da república, lançada em 1983 sob o slogan “Diretas Já”. Em pouco menos de um ano ocorreram atos em várias regiões do país (sendo, possivelmente, as maiores

manifestações políticas da história do Brasil), com destaque para Belo Horizonte (300.000 em 24 de fevereiro de 1984), Recife (80.000 no dia 05 de abril), Rio de Janeiro (1 milhão em 10 do mesmo mês), Goiânia (250.000 no dia 12), Porto Alegre (200.000 no dia 13) e São Paulo (1 milhão e meio no dia 6 de abril). Em Brasília, deputados e fotógrafos foram presos em meio às mobilizações. O governo também proibiu que emissoras de televisão e de rádio transmitissem, ao vivo, a votação da emenda parlamentar que estabelecia as eleições diretas (DELGADO, 2007, pp. 423-424) - que acabou derrotada na Câmara dos Deputados com 298 votos a favor, 65 contra, 113 ausências e 3 abstenções (faltando 22 votos para que o quórum qualificado de 2/3 fosse alcançado). Com a derrota, a ampliação da abertura conquistada pela oposição encontrara seu limite, tendo de se restringir a evitar retrocessos, garantindo a eleição (indireta) e a posse de um presidente civil comprometido com a transição democrática. O PMDB oficializou a candidatura de Tancredo Neves, angariando uma dissidência do PDS (Frente Liberal) na alternativa ao candidato oficial, Paulo Maluf. Tancredo, após vencer, acabou caindo enfermo antes de tomar posse. Legalmente, Ulysses Guimarães, como presidente da Câmara, é que deveria ser empossado, mas negociações conduziram o vice, Sarney, da Frente Liberal, ao governo (NAPOLITANO, 2014, p. 330). Estava consolidado o primeiro passo, sem voltas, rumo à redemocratização liberal<sup>57</sup>. Processo coroado com a Constituição de 1988 e as eleições diretas para a presidência em 1989. Na Constituinte formada pelos parlamentares eleitos em 1986, as forças de esquerda encontraram-se em minoria, só podendo reforçar a afirmação de um Estado liberal moderno, a defesa de alguns interesses do capital nacional, a garantia de direitos sociais das classes trabalhadoras (SANTOS, 1991, p. 253) e algumas pautas dos movimentos progressistas (como a criminalização constitucional do racismo).

Em 1989, a derrota das esquerdas nas eleições presidenciais, que tinham em Leonel Brizola e Luís Inácio Lula da Silva os seus principais nomes, consolidou a vitória do empresariado brasileiro e do imperialismo no processo pós-ditadura. As classes dominantes abandonaram o militarismo aberto em prol do neoliberalismo. Estava dado o quadro de disputas que se prolonga até os dias de hoje.

---

<sup>57</sup> Um documento do SNI de fevereiro de 1984 mostrava 4 cenários possíveis: a) prorrogação do mandato por dois anos, seguido de eleições diretas e uma constituinte; b) eleição direta de imediato, com aval do governo; c) sucessão via Colégio Eleitoral, conforme Constituição vigente; d) suspensão do projeto de redemocratização (Napolitano, 2014, p. 325). A ditadura militar é, de fato, findada quando o candidato oficial do regime perde pela primeira vez em 20 anos, consolidando uma via sem voltas (nas opções presentes entre os diversos agentes na época). Mesmo que Sarney, um homem historicamente ligado à ditadura, tenha assumido a presidência, isso não apaga o fato do mesmo ser, naquele momento, uma dissidência.

### **3 A OFENSIVA REVOLUCIONÁRIA CONTRA A DITADURA**

#### **3.1 O desencadeamento da crítica das armas e as primeiras abordagens da historiografia nacional sobre a luta armada no Brasil**

As primeiras obras de maior envergadura que buscaram lançar o crivo da História ao processo da luta armada contra a ditadura no Brasil foram empreendidas logo após o fim do regime militar, ainda no processo de restauração da ordem institucional liberal-democrática (consolidada, grosso modo, com a promulgação da Constituição de 1988 e as eleições presidenciais diretas no ano seguinte). Tais trabalhos foram forjados com grande proximidade do objeto estudado, não sendo mera coincidência que, apesar de partirem de premissas distintas e chegarem a conclusões também divergentes, os estudos pioneiros de Jacob Gorender, “Combate nas trevas” (1987), e Daniel Aarão Reis Filho, “A revolução faltou ao encontro” (1990 – fruto da tese de doutorado do autor apresentada no final dos anos 1980), ambos ex-militantes de organizações que empreenderam a crítica das armas (PCBR - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário -, e MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro -, respectivamente), tenham como ponto de interseção o questionamento do por que a luta armada não atingiu os objetivos propostos, concluindo o primeiro que o enfrentamento armado deveria ter se dado como resistência imediata ao golpe (1987, p. 249) e não após o mesmo (sob um Estado militarizado já organizado), enquanto que para Reis não teria havido sintonia entre o projeto dos revolucionários e a sociedade a qual buscavam representar (1990, p. 184). Afora compartilharem a mesma inquietação (as causas da derrota) e estarem inseridas, de maneira evidente, em um esforço intelectual marcado pela inserção dos autores em um contexto de militância política (não só do passado, declarado objeto de estudo, mas do tempo corrente, com perspectivas de intervenção através de seus trabalhos – daí a busca por “lições” da experiência), ambas as obras nutrem-se de vasta pesquisa, combinando a análise teórica que levam aos entendimentos citados (cada um sob seus paradigmas, cujo mérito é, naturalmente, questionável) com a narração histórica factual, tanto dos objetos estudados (as organizações da luta armada, para Gorender, e os comunistas de forma geral, inclusive os guerrilheiros, para Reis) quanto do contexto nacional na qual se realizaram. Em 1993 foi lançado “O fantasma da revolução brasileira”, de Marcelo Ridenti, autor que, ao contrário dos dois anteriormente citados, não possuía qualquer vinculação com as organizações analisadas, o que não o impossibilitou de contribuir tanto quanto seus antecessores para o entendimento

da história das esquerdas armadas. Através dos aportes da Sociologia (o livro de 1993 foi resultado de uma tese de doutorado realizado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP em 1989), concluiu que as organizações guerrilheiras não foram capazes de representar os interesses das classes às quais se entendiam vanguardas – ficando isoladas e, conseqüentemente, derrotadas. Ridenti, porém, apresenta discordância diante da forma como Daniel Reis analisou enquanto realidades separadas as entidades que se pretendiam vanguarda e a dinâmica social na qual estavam inseridas. Para Marcelo Ridenti (2010, p. 257), apenas com a “ilusão de representatividade” (e com o isolamento social derivado) essas organizações, que buscam atuar no papel de vanguarda, tendem ao fim (como foi visto, para o autor, no caso da luta armada no Brasil); enquanto que, para Aarão Reis, os guerrilheiros brasileiros se forjaram como organizações comunistas com as características que, grosso modo, não as distinguiriam das vanguardas dos processos socialistas vitoriosos<sup>58</sup>. Segundo Reis, aqui, diferentemente do que foi visto nas revoluções que tiveram sucesso, a dinâmica social não os teria acompanhado - a revolução “faltara ao encontro”.

Além dessas obras pioneiras com forte penetração acadêmica, ainda no processo de “redemocratização” foram lançadas algumas publicações que se tornaram referência para os estudos posteriores no que concerne à luta armada contra a ditadura militar, inclusive, em maior ou menor escala, para os trabalhos citados. Em 1979 o historiador Marco Aurélio Garcia escreveu uma série para o jornal “Em Tempo” intitulada “Contribuição à história da esquerda brasileira, 1964-1979” e, em 1985, Daniel Aarão Reis e Jair Ferreira de Sá organizaram a coletânea “Imagens da revolução”, com os principais documentos das organizações da chamada “nova esquerda” brasileira<sup>59</sup>, apresentando ao público parte de um acervo, organizado por ambos, com mais de 2.000 documentos (1990, p. 188). Entretanto, o principal destaque do período se deu através do projeto “Brasil: nunca mais” (ou BNM), no qual uma equipe de pesquisadores, sob o comando do rabino Henry Sobel, do revedo James Wright e de dom Paulo Evaristo Arns, realizou a fotocópia de milhares de páginas dos processos judiciais de caráter político ocorridos ao longo do regime militar (mas só até 1979), analisando as informações e quantificando os dados. Produziram, assim, um panorama da ditadura ao descrever todo o aparato repressivo, seu histórico, mecanismos, conseqüências, etc. Uma versão compilada do projeto foi lançada em livro homônimo pela Arquidiocese de São Paulo em 1985 - parte considerável discorrendo sobre os atingidos.

<sup>58</sup> O que, na visão do autor, não seria necessariamente positivo. Pelo contrário. Os comunistas são vistos como, entre outras críticas, inerentemente antidemocráticos (Reis, 1990, p. 182), como será discutido adiante.

<sup>59</sup> Organizações de esquerda surgidas para além do PCB entre os anos 1960 e 1970.



Segundo Jean Rodrigues Sales (2015a, p. 11), a partir do final dos anos 1990, graças à paulatina abertura de alguns arquivos do regime militar e ao crescimento dos programas de pós-graduação em História, os estudos sobre a luta armada se multiplicaram no país, ganhando também novas abordagens – com destaque para aspectos particulares da guerrilha (diferente daquelas citadas anteriormente, voltadas para a compreensão global da luta armada) e com foco em problemáticas relacionadas aos temas de memória e identidade, com especial atenção para o uso da história oral. Atualmente, segundo o autor, fazem parte do leque de estudos questões como a relação entre a guerrilha e segmentos específicos da sociedade (mulheres, trabalhadores urbanos, camponeses, etc.), a trajetória individual de algum militante ou organização guerrilheira, a luta armada em regiões fora do eixo RJ-SP, levantamentos de fontes sobre o assunto, etc. Vale ressaltar que, em alguns destes temas, além das pesquisas de historiadores, observa-se a difusão de trabalhos oriundos de jornalistas – que vêm contribuindo para o acúmulo de conhecimento sobre a experiência da resistência armada.

De acordo com os levantamentos do projeto “Brasil: nunca mais” cerca de 50 organizações foram classificadas como clandestinas (1986, p. 89) e assim perseguidas pelo regime militar, entre as quais 20 optaram pela luta armada (RIDENTI, 2007a, p. 107). Mensurando os dados coletados pelo projeto BNM, Marcelo Ridenti oferece um quadro da composição social da oposição armada ao regime militar, permitindo que se compare quem, de fato, se opôs ao mesmo através das armas com a oposição em geral. Os 3.698 membros das entidades de esquerda processados nos anos 1960 e 1970, cuja ocupação é conhecida, foram divididos por Ridenti em três categorias: a) camadas de base (lavradores, militares de baixa patente e trabalhadores manuais urbanos); b) camadas de transição (autônomos, empregados, funcionários públicos, militantes, técnicos médios e outros); e c) camadas médias intelectualizadas (artistas, empresários, estudantes, oficiais militares, professores, profissionais liberais ou com formação superior e religiosos). No total, 19% desses militantes se enquadram na primeira categoria, 29,4% se encaixam na segunda, e 51,6% aparecem como membros da terceira categoria. No geral, há apenas pequenas variações entre a composição daquelas que optaram pela luta armada para as demais. Uma média entre as seis organizações aqui estudadas (ALN, 458 pessoas; MR-8, 150 pessoas; PCBR, 201 pessoas; PCdoB, 233 pessoas; VAR, 241 pessoas; e VPR, 122 pessoas) indica que 13% dos seus membros se enquadrariam enquanto “camadas de base”, 27% estariam nas camadas de transição, e 60% comporiam as camadas médias intelectualizadas. Para ilustrar, pode-se comparar com quatro organizações que rejeitaram o imediato lançamento à guerra de guerrilhas: AP (18,1%; 26,4%; 55,7% - de 409 pessoas), PCB (23,9%; 41,4%; 34,7% - de 603 pessoas), POLOP

(23,7%; 13,8%; 62,5% - de 80 pessoas) e PORT (36,2%; 23,4%; 40,4% - de 141 pessoas) (RIDENTI, 2010, p. 277). Esses dados, somados ao fato de que apenas 0,3% dos processados pertenciam ao empresariado (agrupados por Ridenti na terceira categoria), demonstra o caráter de classe da resistência, armada ou não, composta majoritariamente pelas camadas médias e com presença considerável dos segmentos mais esclarecidos das classes exploradas – ainda que fosse necessário, para uma qualificação mais acertada, observar outros fatores, como a renda e a posição social das famílias dos militantes. Uma informação que reforça o fato de prevalecer elementos das camadas médias entre a oposição é o grau de escolaridade dos atingidos, entre os quais cerca de 60% possuíam ensino superior enquanto apenas 2,6% eram analfabetos e menos de 15% tinha apenas o grau primário (RIDENTI, 2010, p. 279).

A oposição como um todo se concentrava em três estados, MG, RJ e SP (9,6%, 26,5% e 25,3% dos processados moravam nesses estados, respectivamente – grande maioria nas capitais). PE e RS também tinham um número considerável de residentes entre os processados (5,3% e 6,9%), enquanto 6,4% eram naturais da Bahia (RIDENTI, 2010, p. 283).

A faixa etária e o sexo dos militantes são outros dados importantes. Entre a esquerda armada, 51,8% tinha até 25 anos, 34,1% entre 26 e 35 anos, e apenas 14,1% mais de 36 anos; já na esquerda em geral (armada ou não), os números são, respectivamente, 44,6%, 33,8% e 21,6%, sendo que apenas 16% da militância era composta por mulheres – número sem grande variação entre os adeptos da luta armada, 18,3% (RIDENTI, 2010, pp. 280-281).

Apesar da formação social semelhante, estas organizações possuíam várias divergências, produzindo a constelação conhecida. Essas diferenças são divididas por Ridenti em três: “uma referente ao caráter da revolução; outra, às formas de luta para chegar ao poder; uma terceira, ao tipo de organização necessária à revolução” (2010, p. 32).

Para Gorender, o desencadeamento do processo de realização desses conflitos de caráter teórico e prático em uma série de agrupamentos pode ser explicado pela situação de crise vivida pela esquerda com o fracasso diante do golpe de 1º de abril de 1964:

O número de siglas não tem relevância quando o apoio de massas funciona como seletor. Nas fases de ascenso político, prevalece a tendência aglutinante, importando menos para a ação prática que pequenos grupos sobrevivam à margem das grandes organizações ou gravitem em torno delas. Já nas fases descendentes, após o impacto de derrotas e no ambiente de refluxo do movimento de massas, em condições de clandestinidade cada vez mais densa, quando o intercâmbio flui através de precários canais, prevalece a tendência à fragmentação, às cisões repetidas (1987, p. 79).

Ou seja, se, por um lado, havia, no campo da esquerda, posições díspares quanto aos elementos centrais da sua ação, por outro, a conjuntura não se mostrava favorável para que as mesmas fossem superadas dentro do quadro efetivo da luta de classes, na qual as massas tenderiam a atuar como seletoras diante dos possíveis erros e acertos de determinadas linhas

políticas em detrimento de outras. A crise do pós-64 não foi só uma crise nas entidades de estado-maior da esquerda, mais ou menos alijadas do espaço que ocuparam no anterior quadro político nacional, mas, antes disso, marcou a desestruturação da classe trabalhadora e demais setores progressistas (RIDENTI, 2010, p. 241), desiludidos e imediatamente perseguidos e desarticulados pelo regime ditatorial - o que, por sua vez, foi mais um elemento do aprofundamento da crise nas organizações que vanguardavam tais setores, agora, parcialmente desligados de suas bases. Não só o PCB foi vitimado pelos rachas, que corresponderam à saída de mais da metade do efetivo partidário, como também o foram aquelas que se apresentavam como alternativa mais à esquerda, como PCdoB, ORM-POLOP (Organização Revolucionária Marxista - Política Operária) e AP. Nenhuma destas organizações foi capaz de barrar o golpe ou de responder ao mesmo satisfatoriamente; portanto, grosso modo, suas direções acabaram sendo alvos de críticas (RIDENTI, 2010, pp. 29-30) por setores internos descontentes e significantes.

Além do imperativo prático de se responder à instalação de um governo ditatorial havia a paralela necessidade de enquadrar a conjuntura histórica vivida e as perspectivas diante da mesma aos dilemas da teoria, algo inerente ao marxismo, adotado oficialmente por estas organizações (com relativa exceção da AP, que passará do socialismo cristão para o comunismo ao longo da luta contra a ditadura). Portanto, entre 1964 e 1967/68, as esquerdas brasileiras vivenciaram uma fase de reorganização marcada pela reconfiguração do quadro destas mesmas esquerdas, através do surgimento de novas organizações e com a multiplicação dos prismas teóricos e dos métodos de ação, cujo saldo foi a opção de grande parte pela luta armada. Entretanto, dois segmentos da esquerda não se enquadram na situação descrita: os militares patriotas, que ao longo dos primeiros anos pós-golpe já se lançam à luta armada; e os trotskystas, que, apesar de também sofrerem com rachas<sup>60</sup>, mantiveram-se afastados de ações guerrilheiras, sustentando a perspectiva da revolução como uma futura tomada de poder, fruto do trabalho de massas a ser realizado naquele momento e que desembocaria em uma insurreição aos moldes clássicos (GORENDER, 1987, p. 183).

Soma-se ao quadro de conflitos nacionais a conjuntura global, na qual ofensivas revolucionárias estavam sendo desfechadas em várias partes do mundo (RIDENTI, 2007a, p. 106), especialmente nos países subdesenvolvidos, dirigidas, em boa parte dos casos, por

---

<sup>60</sup> O Partido Operário Revolucionário Trotskysta (PORT) era a principal organização trotskysta brasileira e dela surgiu, em 1966, o Primeiro de Maio e a Fração Bolchevique Trotskysta (FBT) - fortemente atingida pela repressão entre 1970 e 1972, e que sofreu outra divisão em 1973, na qual surgiu a Liga Operária, futura Convergência Socialista. Nota-se, porém, que as divergências e os rachas no trotskysmo internacional desempenharam papel fundamental nesses casos. Em 1976 o que restou do Primeiro de maio e da FBT se fundiram (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1986, pp. 107-108).

forças de caráter marxista. A Revolução Chinesa (1949 - com tentativa de aprofundamento através da “Revolução Cultural” em 1966), a Guerra da Coreia (que culminou com a expulsão dos exércitos estadunidenses da parte norte da península coreana em 1953), a Guerra do Vietnã (vitoriosa apenas em 1975, mas que desde a primeira metade do século XX acumulava sucessos na luta contra as diversas nações invasoras que se sucederam – Japão, França e EUA) e a Independência da Argélia (1962) eram os principais exemplos do processo de guerras de libertação nacional em curso na África e na Ásia. Na América Latina a vitória da Revolução Cubana em 1959 (e a proclamação do caráter socialista da mesma em 1961) interligou a luta dos povos enquanto um grande movimento de libertação de caráter mundial. Todos esses processos tinham em comum a vitória das forças populares contra inimigos militarmente muito superiores, o que estimulava a ousadia dos revolucionários brasileiros e atuava como elemento ideológico de pressão para que aqui também se desencadeasse a guerra de libertação - além de aparecerem como alternativas teóricas aos impasses encontrados pelos brasileiros. A fundação, na segunda metade da década de 1960, da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) foi um dos grandes impulsos à luta armada no continente americano, já que a mesma tinha como objetivo promover um processo revolucionário continental, estimulando o aparecimento de guerrilhas em toda a América Latina. Será em Cuba que Carlos Marighella encontrará suporte prático e teórico para a formação da organização com maior destaque dentre as que optaram pela guerrilha urbana no Brasil, a Ação Libertadora Nacional, cuja origem remonta à oposição ao comitê central do PCB, surgida após o fracasso de 1964 e a manutenção da linha de resistência de massas e institucional (portanto, não armada) por parte do partido (GORENDER, 1987, pp. 88-89).

Ao longo das discussões do pós-golpe, que culminaram com a realização do VI Congresso em 1967, o PCB se dividiu. Do lado do comitê central a análise sobre o golpe empresarial-militar centrava-se no entendimento de que os erros do partido no período anterior teriam sido de caráter “esquerdista”, ou seja, de pressão demasiadamente forte contra a política de conciliação do presidente João Goulart; conseqüentemente sustentavam uma linha cautelosa de enfrentamento à ditadura, prevalecendo a perspectiva de formação de uma frente ampla para as lutas de massa e institucional. Já para os opositores a conclusão era oposta, pois os erros que haviam permitido o golpe de 1964 teriam sido fruto da excessiva moderação do PCB, que não havia se preparado (muito menos as massas) para lutar contra o levante direitista, ficando a reboque de Jango e da burguesia nacional, que capitularam diante da insurreição golpista - a saída, portanto, estaria na luta armada. Entretanto, a Corrente Revolucionária, o grupo opositor, não conseguiu manter a própria unidade no processo

congressual (RIDENTI, 2007a, p. 112). Marighella, por exemplo, que defendia a luta armada desde 1965 e havia vencido a etapa estadual-SP do VI Congresso, viajou para Cuba em 1967 para participar da reunião de fundação da OLAS sem autorização do PCB, o que culminou com sua expulsão do partido, levando consigo grande parte dos militantes de São Paulo. No início de 1968, esses se pronunciariam enquanto “Agrupamento Comunista de São Paulo” e no final do ano adotaram o nome de Ação Libertadora Nacional (GORENDER, 1987, pp. 95-96). Para a ALN a estrutura tradicional de partido político não correspondia às necessidades do momento, pois, alegava, tenderia a se perder em questões burocráticas e em discussões teóricas, quando, para os revolucionários desta entidade, a prioridade era passar imediatamente à ação guerrilheira, derivando daí a formação de uma organização nos moldes de uma federação de grupos armados com independência para agir, apoiados por elementos responsáveis por trabalhos junto às massas e uma rede de auxílios dos mais diversos tipos, não necessariamente militantes da organização (RIDENTI, 2010, p. 43). Marighella compartilhava a tese de Régis Debray sobre a possibilidade de o próprio exército guerrilheiro cumprir o papel de vanguarda (ainda que com uma série de ressalvas, principalmente quanto à ideia de um foco separado da dinâmica das massas) (SILVA JR, 2015, p. 61); assim, ainda em 1967, teve de Cuba o apoio para treinar guerrilheiros da sua organização naquele país (GORENDER, 1987, p. 95). Apesar das relações com a primeira nação socialista das Américas, a perspectiva revolucionária da ALN centrava-se na ideia de uma revolução nacional-libertadora, em que medidas de caráter popular e anti-imperialista estavam no horizonte, e não o imediato socialismo (já que não falavam da abolição da propriedade privada, ainda que sustentassem um discurso de forte teor anticapitalista e advogassem em seu programa a estatização de alguns setores chave da economia e o rumo ao socialismo<sup>61</sup>).

Igualmente derivado do PCB, o PCBR, fundado no início de 1968 e também oriundo do VI Congresso (aglutinando, sob as lideranças de Apolônio de Carvalho, Jacob Gorender e Mario Alves<sup>62</sup>, a principal parte dos militantes que restaram da Corrente Revolucionária, expulsos do PCB no congresso nacional do partido), compartilhava com a ALN o entendimento de que a revolução brasileira não seria ainda de caráter socialista, apesar de que, para os militantes do PCBR, sua defendida revolução popular teria como dever realizar

---

<sup>61</sup> Numa diferenciação não muito clara entre quando terminaria a revolução democrática e quando começaria a revolução socialista – bem em sintonia com os dilemas sobre “revolução democrática” presentes no referencial marxista-leninista (conforme visto no primeiro capítulo).

<sup>62</sup> Jornalista e histórico dirigente do PCB morto de forma brutal pelo regime militar. De acordo com Gorender (*op. cit.*, pp. 180-181), após ser preso em 1970, sob tortura se recusou a dar qualquer informação para os militares - ao contrário, ainda os enfrentou - vindo a falecer por conta de um empalamento. BNM acrescenta o fato do mesmo ter tido sua pele raspada por uma escova de aço (1986, p. 96).

medidas que aproximariam ao máximo o Brasil do socialismo, em um processo ininterrupto (GORENDER, 1987, p. 103) (semelhante à ideia de “revolução permanente” conforme visto em Marx). Uma diferença basilar entre esta organização e o agrupamento de Marighella se dava na manutenção da estrutura partidária no comando das ações armadas (GORENDER, 1987, p. 101), ainda que no momento de fundação do PCBR não se defendesse por parte de todos os seus dirigentes que a revolução armada exigiria o imediato desencadeamento de ações guerrilheiras nas cidades (como as realizadas pela ALN), passando para as mesmas só em 1969, após o endurecimento do regime (GORENDER, 1987, pp. 154-155).

Outra organização oriunda do PCB e que se destacou na luta armada foi o MR-8, originário das dissidências estudantis que discordavam da linha do comitê central pecebista. Tais dissidências se formaram em várias partes do Brasil nas discussões que precederam ao golpe, passando a atuar independente da orientação partidária (RIDENTI, 2007a, p. 114) e dando origem a outras organizações, como a Dissidência Estudantil da Guanabara (DI-GB), futuro MR-8. O ápice das divergências entre os estudantes desta entidade com o PCB se deu nas eleições de 1966, quando os primeiros optaram pelo boicote eleitoral e a defesa do voto nulo, enquanto a orientação do comitê central era a de apoiar o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A DI-GB também fazia restrições à guerrilha urbana, entretanto, assim como o PCBR, a partir de 1969 emergiu no processo guerrilheiro diante do refluxo nos movimentos de massa (RIDENTI, 2007a, pp. 114- 115). É, inclusive, em 1969, na primeira ação de grande envergadura da guerrilha urbana, o sequestro do embaixador dos EUA, Charles Elbrick, que a Dissidência da Guanabara adota o nome de Movimento Revolucionário 8 de Outubro, buscando desmoralizar a repressão - que havia desarticulado a Dissidência Estudantil de Niterói (e um campo de preparação de guerrilha da mesma no Paraná), cujo jornal se chamava “8 de Outubro”, e que, por isso, teve seus militantes presos como integrantes de um suposto “Movimento Revolucionário 8 de Outubro”. Assim como o PCBR, a DI-GB/MR-8 sustentava a necessidade de construção de um novo partido comunista, porém divergia tanto do PCB quanto de seus principais derivados no que concerne ao caráter da revolução. Para o MR-8 o Brasil já estava maduro para o socialismo.

A POLOP<sup>63</sup> não escapou de um processo de desagregação semelhante ao do PCB, no qual também perdeu cerca de metade de seus membros (RIDENTI, 2010, p. 119). Em 1964,

---

<sup>63</sup> Surgida em 1961 a partir da união de cerca de 100 militantes com origens distintas, como Juventude Socialista da Guanabara, Liga Socialista, Juventude Trabalhista e Partido Socialista Brasileiro (PSB), influenciados pelas ideias de pensadores como August Talheiner e, em menor escala, Trotsky (Sales, 2007a, pp. 31-32). Era, portanto, uma organização heterodoxa. Defendia o caráter socialista da revolução brasileira e fazia duras críticas ao PCB.

no imediato pós-golpe, fracassara ao planejar, junto de militares nacionalistas, o desencadeamento de ações guerrilheiras, tendo vários de seus “aparelhos” no Rio de Janeiro invadidos pela polícia (GORENDER, 1987, p. 127). Em 1967, no IV Congresso Nacional, apesar da aprovação do “Programa Socialista”, que defendia a necessidade do caminho armado para se realizar a revolução, setores que desejavam o início imediato da guerrilha urbana e em contato com militares nacionalistas se separaram da organização<sup>64</sup>, formando os agrupamentos que passariam a se chamar, em 1968, Comandos de Libertação Nacional (com base principalmente em Minas Gerais, mas com presença no Rio Grande do Sul e na Guanabara) e Vanguarda Popular Revolucionária (com núcleo em São Paulo). Na primeira coexistiam visões distintas sobre o caráter da revolução brasileira, já a segunda manteve a tradição da POLOP ao entender a imperatividade do socialismo para aquele momento - e não para uma etapa posterior (RIDENTI, 2010, p. 38). Em julho de 1969 ambas as organizações se fundem, dando origem à VAR-Palmares (que não só defendia o caráter socialista da revolução como também a necessidade de um partido para dirigir a luta armada). Porém, já em setembro do mesmo ano, em um congresso que durou um mês, duas perspectivas dividem a entidade recém fundada, tendo como base o grau de relação entre a luta de massas e a guerrilha (RIDENTI, 2007a, pp. 122-123). Fazendo com que um setor voltado para a intensificação das ações armadas com previsão ao lançamento da guerrilha rural (sem uma organização partidária) em detrimento da luta de massas se separe e adote o nome de VPR (apesar de contar em suas fileiras com militantes oriundos tanto da VPR quanto da COLINA).

O PCdoB, apesar de adotar, desde que surgiu de uma cisão do PCB em 1962 (propondo a reorganização do partido comunista no Brasil)<sup>65</sup>, a perspectiva da luta armada (mantendo, porém, a ideia de uma revolução em duas etapas, com a necessidade de uma de caráter nacional-libertador para a derrubada do regime vigente – tanto o governo Jango quanto, depois, a ditadura militar), não concretizou ações do tipo antes do golpe, com exceção de uma leva de militantes deslocados para fazer treinamento militar na China nas vésperas do levante militar (GORENDER, 1987, 107). Muito influenciado pelo processo revolucionário

---

<sup>64</sup> O que sobrou da POLOP se fundiu à Dissidência Leninista, oriunda do PCB no RS, dando origem ao Partido Operário Comunista (POC), que em 1970 passa a executar ações de guerrilha urbana - o que levou importantes setores da organização a refundarem a POLOP (Arquidiocese de São Paulo, 1986, pp. 105-106).

<sup>65</sup> Aglutinando também cerca de 100 militantes, estes saídos das fileiras do PCB por divergirem da linha adotada a partir de 1958 – que privilegiava a possibilidade de uma revolução pacífica – e cujos desdobramentos se materializaram na tentativa de legalização do partido, fazendo com que o mesmo abandonasse o nome de “Partido Comunista do Brasil” para se chamar “Partido Comunista Brasileiro” (a referência das organizações comunistas enquanto “partido comunista de determinado país” era uma característica típica da Internacional Comunista). As autoridades brasileiras alegavam que o nome original indicava que o partido não seria uma entidade nacional, mas apenas uma expressão de um organismo internacional (o que era proibido pela legislação). O PCdoB decidiu resgatar a nomenclatura utilizada desde 1922 e abandonada pelo PCB.

chinês, em 1966, o partido aprovou o documento “União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista”, no qual, aplicando a linha já esboçada no “Manifesto-programa” de 1962, coexistem diversas possibilidades de luta junto à necessidade da luta armada. Em 1969, a formatação das concepções da organização quanto à guerra de guerrilhas fica mais definida em “Guerra popular: o caminho da luta armada no Brasil”. A opção pela crítica das armas não se desdobrou, como na maior parte da esquerda armada, em adotar a guerrilha urbana; pelo contrário, o PCdoB criticava tal via, e, desde o final 1966 (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1986, p. 98), começou a deslocar militantes para a região do Araguaia, onde desencadeou a guerrilha rural entre 1972 e 1974. Entretanto, os preparativos altamente secretos da base guerrilheira fizeram surgir dois rachas na organização, acusando-a de não efetivar a luta armada (GORENDER, 1987, pp. 108-109): o Partido Comunista Revolucionário (PCR) e o PCdoB-Ala Vermelha<sup>66</sup>.

Também a AP<sup>67</sup>, nos primeiros tempos após a instauração do regime militar, optou pelo desenvolvimento da luta armada, aproximando-se de Cuba (GORENDER, 1987, p. 112) e estando presente na fundação da OLAS - apesar de, na época, ainda estar na transição entre seu socialismo libertário de caráter cristão e o marxismo-leninismo. Entretanto, um atentado promovido por iniciativa isolada de alguns importantes militantes (mas que só teve parte da autoria revelada em 1979<sup>68</sup>), que visavam assassinar, com a explosão de uma bomba em um aeroporto em Recife, o general Costa e Silva (então a caminho de se tornar presidente da república), acabou vitimando pessoas inocentes e não atingindo seu objetivo<sup>69</sup>. Ao ficar sabendo do fato a direção desmobilizou todo o aparato de treinamento guerrilheiro e acabou se desvinculando de Cuba, aderindo posteriormente ao maoísmo e adotando a luta armada em perspectiva de longo prazo, realizando trabalhos preparativos em áreas do Nordeste e do Paraná, que, no entanto, não chegaram nunca ao ponto de lançar a guerra de guerrilhas (GORENDER, 1987, p. 113). Em 1971 a organização se proclama partido, mudando de nome para Ação Popular Marxista-Leninista (APML), e em 1972/73 acaba por se fundir ao PCdoB

---

<sup>66</sup> Além de uma peculiaridade fundante, no caso do PCR: o entendimento de que o Nordeste seria a região prioritária para a revolução brasileira, entendida como o elo principal das contradições sociais e com o imperialismo (Ridenti, *op. cit.*, p. 126).

<sup>67</sup> Fundada entre 1962 e 1963 a partir de militantes oriundos da juventude católica de esquerda, especialmente ligados ao movimento estudantil, e outros, ligados ou não ao ativismo religioso. Defendia um socialismo humanista e cristão *sui generis*, criticando o comunismo da União Soviética (Sales, 2007a, pp. 28-29).

<sup>68</sup> Inclusive do próprio padre Alípio de Freitas, importante dirigente da organização e um dos que fundariam o PRT em 1968, após um grupo de adeptos do leninismo ficar descontente com a conversão da entidade ao maoísmo.

<sup>69</sup> O avião onde estava o general sofreu uma pane e o mesmo se locomoveu de automóvel.



(apesar de um grupo minoritário não acompanhar a fusão e continuar a agir em nome da organização) (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1986, pp. 101-102).

Enquanto as organizações tradicionais da esquerda revolucionária brasileira, influenciadas pelo marxismo, passavam por uma fase de crise e reconfigurações, os militares nacionalistas empreenderam algumas tentativas de luta armada entre 1964 e 1967. Além de não terem a discussão teórica como elemento estruturante<sup>70</sup>, os militares não necessitavam de treinamento especial para desencadear a luta armada. Soma-se, também, o fato dos membros das Forças Armadas ligados à esquerda no pré-64 terem sido sistematicamente perseguidos, presos e expulsos do serviço militar no imediato momento de instauração do novo regime (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1986, p. 117). Os principais exemplos de empreendimentos militares-patrióticos do período foram a tentativa de insurreição promovida pelo coronel Jefferson Cardim no Rio Grande do Sul e a Guerrilha do Caparaó, organizada pelo Movimento Nacionalista Revolucionário (GORENDER, 1987. 123-124).

No Rio Grande do Sul, Cardim, com cerca de duas dezenas de homens, ocupou em 1965 a cidade de Três Passos, de onde partiu até o Paraná esperando ser acompanhado por outros levantes, que não se deram – e o grupo acabou derrotado pelo Exército. Já a Guerrilha do Caparaó esteve inserida em um complexo de caráter continental, articulando Cuba, Leonel Brizola (então exilado no Uruguai junto de outros elementos trabalhistas também envolvidos na empreitada), militares nacionalistas e militantes da POLOP no Brasil. Tendo em perspectiva a revolução latino-americana, em que a guerrilha liderada por Che Guevara na Bolívia apareceria como carro-chefe de vários focos de luta armada no continente, em 1966 estabeleceu-se o plano de criar três focos guerrilheiros no país (Minas Gerais, Maranhão e Mato Grosso), vingando apenas o primeiro, no Caparaó, instaurado no final de 1966 e descoberto pela polícia em abril de 1967<sup>71</sup>. Outros agrupamentos oriundos dos setores patrióticos das Forças Armadas surgiram ao longo da luta armada, como a Frente de Libertação Nacional (FLN)<sup>72</sup>, adotando, inclusive, táticas típicas das demais organizações de guerrilha urbana. Entretanto, com o fracasso das experiências, os militares remanescentes tenderam a partir para as organizações armadas marxistas, como, por exemplo, a VPR<sup>73</sup>.

Apesar das citadas diferenças, as organizações que optaram pela luta armada tiveram mais características em comum do que a mera crítica das armas (RIDENTI, 2010, p. 56), nas

---

<sup>70</sup> E é importante notar que a própria postura antiteoricista de algumas organizações guerrilheiras brasileiras, como a ALN, já é, paradoxalmente, um posicionamento teórico que exige forte demonstração para coexistir sob a bandeira do marxismo-leninismo.

<sup>71</sup> A partir daí o apoio de Cuba volta-se para a ALN.

<sup>72</sup> Liderada pelo major Cerveira, responsável pelo resgate do coronel Cardim, preso após a derrota de 1965.

<sup>73</sup> Já no caso de Brizola, após a derrota no Caparaó, houve o abandono da opção pela luta armada.

quais podem ser arroladas: a) a relação com o marxismo, que esteve presente em maior ou menor escala em todas elas (mesmo nas herdeiras da esquerda trabalhista havia afinidades com a Revolução Cubana por conta da ênfase patriótica); b) a análise do golpe como resultado de uma falha das vanguardas, cuja solução estaria em alternativas a tais vanguardas entendidas como inaptas (PCdoB e POLOP, por exemplo, apesar de serem alvos de críticas internas semelhantes, não deixavam de identificar no PCB e em Jango grandes culpados); c) o entendimento de que o regime vigente encontrava-se em um impasse, sob uma crise que não poderia ser resolvida dentro dos marcos econômicos e políticos então em voga; d) a necessidade de se responder à ditadura através da ação concreta, priorizando a ação armada em detrimento de discussões teóricas mais longas; e) o campo como palco estratégico da luta armada (ainda que a imensa maioria não tenha conseguido desenvolver a guerrilha rural, todos os agrupamentos guerrilheiros tinham na guerrilha urbana a perspectiva de um instrumento que daria condições para se desenvolver uma futura luta no campo); e f) os métodos de luta, no caso das guerrilhas urbanas<sup>74</sup> (excetuando-se, portanto, o PCdoB e sua ação no Araguaia), nos quais os leques de possibilidades incluíam, entre outros: 1) assaltos a agências bancárias e meios de transporte voltados para locomoção de dinheiro (buscando arrecadar fundos tanto para a guerrilha rural, que estaria por vir, como para o imediato aparato clandestino necessário à luta armada, sustentando assim a vida de fachada dos guerrilheiros e seus gastos com moradia, alimentação, transporte, etc.); 2) ataques a pontos do aparato repressivo do Estado e expropriação de armamentos dos mesmos; 3) ações de propaganda com cobertura de seguranças armados (como panfletagens, discursos públicos relâmpagos e distribuição de itens expropriados à população pobre) (LIMA, 2007, p. 54); 4) suporte para a autodefesa nas manifestações de massa; 5) “justiçamentos” de pessoas consideradas inimigas ou traidoras; 6) sequestros de diplomatas estrangeiros (buscando trocá-los pela libertação de presos políticos); e 7) rompimento da censura midiática através da difusão forçada de mensagens nos meios de comunicação tradicionais (com a invasão direta, como fez a ALN na Rádio Nacional em 1969; ou por exigência, como quando sequestravam diplomatas estrangeiros e ordenavam a libertação de companheiros e a divulgação de seus manifestos).

A fase de ofensiva inicialmente logrou alguns êxitos, pois, além de pegar de surpresa o aparato repressivo (só no final de 1968 a ditadura conseguiu descobrir a relação entre o elevado número de assaltos e as organizações políticas clandestinas<sup>75</sup>), entrava-se em um

---

<sup>74</sup> Uma das referências dessas ações encontrasse no *Mini-manual do guerrilheiro urbano*, de Marighella (1969).

<sup>75</sup> Após prender um militante da ALN que, sob tortura, acabou revelando o nome de Marighella (Gorender, 1987, p. 99).

momento de ascensão da luta de massas, caracterizada pelas passeatas do movimento estudantil (cujo ápice se deu no Rio de Janeiro, com a passeata dos cem mil em 26 de junho de 1968), nas quais as dissidências estudantis oriundas do PCB tiveram destacado papel de liderança (acompanhadas por outras organizações clandestinas, como o PCBR e a ALN). Havia também as manifestações operárias, especialmente as greves de Osasco-SP (que terminou com a vitória dos trabalhadores após o próprio Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, se locomover ao local para negociar com os grevistas) e Contagem-MG (sufocada pela ocupação militar na cidade), que contaram com ativa presença das esquerdas armadas (com destaque para a VPR em Osasco, que posteriormente arregimentaria lideranças operárias para a guerrilha), nas quais chegaram a planejar até mesmo uma greve geral para outubro de 1968, não concretizada pela derrota em Contagem e por conta do refluxo dos movimentos sociais ao longo do segundo semestre (GORENDER, 1987, p. 144). O descenso das lutas de massa e o endurecimento da repressão por conta do AI-5 acabaram por reforçar ainda mais a opção pela via da guerrilha. Segundo Gorender, em julho de 1969 já haviam sido feitas cerca de 50 expropriações apenas em São Paulo (1987, p. 99). A VAR-Palmares, no mesmo ano, realizou o maior assalto da esquerda armada durante toda a ditadura militar, obtendo 2,5 milhões de dólares, que pertenciam ao falecido governador de São Paulo, Ademar de Barros, e que estavam escondidos na casa de sua ex-amante (1987, p. 136). A ação de maior envergadura do período, de sucesso pioneiro em todo o mundo (1987, p. 168), foi justamente a que custou mais caro aos revolucionários, o sequestro do embaixador dos EUA, Charles Elbrick, realizado pelo MR-8 e pela ALN em 1969, resultando na troca de Elbrick por 15 presos das mais diversas organizações de esquerda.

A repressão que se seguiu ao sequestro foi intensa, ocasionando uma série de mortes e prisões, tendo como ápice a execução de Carlos Marighella em novembro de 1969. A ALN, que no ano anterior havia anunciado que 1969 seria o momento de lançamento da guerrilha rural, perdeu não só sua principal liderança como também ficou impossibilitada de efetivar tal empreendimento no campo. O aparato repressivo do regime militar se aperfeiçoou, adequando-se às necessidades da contraguerrilha com a estruturação da OBAN em SP, generalizando-se em 1970 através da instituição a nível nacional do sistema DOI-CODI. Na mudança de conjuntura, a esquerda armada passou para uma nova etapa, caracterizada pelo ensaio de uma reação diante da situação criada. Na ausência dos enfrentamentos de massa, tentou-se responder à repressão através da intensificação das ações de guerrilha urbana, surgindo, porém, em algumas organizações, setores que propunham a revisão da continuidade das mesmas nas cidades em prol de um maior trabalho entre as massas, levando, inclusive, a

novos rachas (em prol de uma ou de outra linha). No início de 1969 um setor mais recuado da VPR, liderado por João Quartim de Moraes, foi expulso da organização (GORENDER, 1987, p. 133). O MR-8, como um todo, optou pela redução das ações urbanas tendo em vista o trabalho de base junto aos trabalhadores e o desencadeamento da guerrilha rural (GORENDER, 1987, p. 199). Grosso modo, portanto, entre 1969 e 1971, os militantes da esquerda armada reagiram de duas maneiras antagônicas, recuando da guerrilha urbana para um trabalho de base mais sólido ou tentando minar a ofensiva do regime com ações imediatas de caráter militar - em que a VPR aparece como maior expoente ao executar mais três sequestros de diplomatas estrangeiros no ano de 1970<sup>76</sup>. Em 1971 o agrupamento consegue ainda desmobilizar todo um aparato de treinamento guerrilheiro no Vale da Ribeira, descoberto pelo governo, mas que, mesmo após 40 dias de perseguição dos guerrilheiros, terminou com a fuga do grupo liderado por Carlos Lamarca (GORENDER, 1987, p. 187).

A partir de 1971 a esquerda armada entra em evidente declínio caminhando rumo à destruição, sem qualquer grande reação efetiva, e com a desarticulação da maioria dos agrupamentos até 1974 (com alguns formando novas direções apenas no exterior, como a VPR). Gorender oferece o quadro da derrota dos que optaram pela via da crítica das armas. Segundo o autor, diante do esfacelamento de sua organização em 1971, ao escapar do Vale da Ribeira, Carlos Lamarca opta pelo ingresso no MR-8 - que havia recuado da participação na guerrilha urbana em prol do trabalho de base e da preparação da guerrilha rural na Bahia. Durante essa missão, Lamarca foi morto pela polícia em uma operação que atingiu a organização oriunda da DI-GB como um todo (1987, p. 200). O MR-8 se recompõe no Chile em 1972, adotando uma linha política bem distinta da anterior, fazendo autocrítica da luta armada e acabando por priorizar a luta institucional. No ano de 1973 não só a outra organização oriunda da POLOP, VAR-Palmares, foi desmantelada (1987, p. 202), como também o foram o PCBR (1987, p. 201) e a própria ALN (1987, p. 204). Em 1973 e 1974 houve duas tentativas da VPR se reestruturar no Brasil com vistas à guerrilha rural; a primeira, em Recife, terminando com a morte de todos por conta das delações do “Cabo Anselmo” (1987, pp. 198-199); e a segunda, em Foz do Iguaçu, na qual, também por delação, toda a equipe foi morta, inclusive o líder da VPR, Onofre Pinto.

Paralelamente ao fim das organizações armadas urbanas se deu o desenvolvimento, com igual destruição, da única guerrilha rural efetivada, a Guerrilha do Araguaia - preparada

---

<sup>76</sup> Nokuo Okucho, cônsul-geral do Japão em São Paulo, trocado por 5 presos políticos (numa ação de emergência); Ehrefried von Holleben, embaixador da Alemanha Ocidental, trocado por 40 presos; Giovanni Bucker, embaixador suíço, trocado por 70 presos políticos - diferentemente dos outros casos, com condicionantes por parte do governo negociadas com os guerrilheiros.

pelo PCdoB desde 1966, através do deslocamento de militantes para a região do Rio Araguaia - e descoberta pelo Exército em 1972, quando se iniciaram os combates. Desde os primeiros tempos de presença na região, os comunistas buscaram se inserir na vida cotidiana da população local, sem um trabalho abertamente político, ajudando os moradores, realizando atividades assistencialistas, etc. (RIDENTI, 2010, p. 226). Após duas campanhas do Exército, em abril-junho e em setembro-outubro, os cerca de 70 guerrilheiros, divididos em 3 agrupamentos e sob a liderança de Maurício Grabóis, sagraram-se vitoriosos nos combates ocorridos na selva amazônica, onde se esconderam e lançaram oficialmente o MLP (Movimento de Libertação do Povo)<sup>77</sup>, organização com o objetivo de integrar as massas à luta armada, que conseguiu formar com a população local 13 núcleos de apoio, somando, pelo menos, cerca de quatro dezenas de pessoas envolvidas. Entretanto, após ocupar militarmente a região e estabelecer um regime de terror para com o povo, o governo resolve mudar a linha de atuação, trabalhando não só com técnicas específicas de contraguerrilha (como a inserção de um número reduzido de soldados especialmente treinados para o combate na selva e uma maior valorização dos trabalhos de inteligência), mas também oferecendo outra saída para a vida da população com a criação da ação cívico-social, voltada para práticas assistencialistas. Com as mudanças, a terceira campanha, iniciada um ano após o fim da anterior, consegue desarticular as tropas guerrilheiras no final de 1973 e exterminar os revolucionários restantes no início de 1974 (RIDENTI, 2010, pp. 227-228).

O esmagamento da luta armada durante a ditadura militar brasileira, tanto nas cidades quanto na única experiência desenvolvida no campo, concretiza-se por completo no ano de 1974. Os militantes que sobraram das organizações clandestinas de esquerda no país e, principalmente, os agrupamentos que se recompuseram no exterior e recomeçaram abertamente os trabalhos no Brasil só a partir do processo da anistia, adotaram perspectiva mais moderada, tanto no nível tático, que passou a ter como foco as lutas de massas (e, para algumas, como o MR-8, que se tornou corrente do MDB, a luta institucional), quanto estratégico, abandonando a revolução como meta imediata (seja ela de caráter socialista ou nacional-libertador), e lutando pelo fim da ditadura, ainda que isso não significasse a tomada de poder por parte das massas exploradas e se restringisse a adoção de um regime democrático-liberal capaz de garantir liberdade política.

---

<sup>77</sup> Algumas versões referem-se ao movimento como ULDP (União Pela Liberdade e os Direitos do Povo), inclusive a adotada pelo próprio Ridenti (2010). Contudo, no diário de Maurício Grabóis, comandante da experiência guerrilheira na selva amazônica, encontra-se a sigla MLP. Segundo Patricia Mechi, do MLP surgiram os núcleos da ULDP (Mechi, 2015, p. 245).

Eis uma síntese da trajetória das esquerdas armadas urbanas nas palavras de Marcelo Ridenti (2010, p. 58):

Todas eram tipicamente urbanas, jamais chegaram senão a esboçar o início da guerrilha rural, e acabaram enredadas na prática de ações armadas, como assaltos e sequestros, que atraíram sobre elas o peso da repressão nas cidades. De um modo ou de outro, todos os grupos procuraram inserir-se nos movimentos de massas até 1968, logrando relativo êxito, confundindo-se, em alguns casos, até com o devir desses movimentos. Com o aumento da repressão, com a recuperação do capitalismo brasileiro e com o refluxo dos movimentos de massas, os grupos armados foram perdendo suas bases sociais, mas insistiam na ofensiva da luta armada, sem se dar conta do isolamento para que caminhavam e tampouco das transformações da conjuntura, o que viria a implicar a virtual destruição das organizações guerrilheiras.

Ao afirmar o cerne de sua tese de 1993, o caráter umbilical das organizações de vanguarda com a luta de classes promovida pelas massas, Ridenti cita as fontes de oxigênio para os agrupamentos que pegaram em armas entre 1968 e 1974:

[...] os resquícios dos amplos movimentos sociais anteriores ao golpe de 1964 (de militares subalternos, trabalhadores urbanos e rurais, estudantes, sindicalistas, parcelas das camadas médias intelectualizadas - incluindo setores de grupos políticos que se pretendiam representantes populares no pré-64, como PCB, AP, POLOP, brizolistas, etc.), e o impulso imediato dos movimentos sociais, mais restritos, de 1967 e 1968 (operários e sindicais urbanos, mas, sobretudo, de estudantes e camadas intelectualizadas). Contudo, a partir de 1969, exauriam-se as fontes alimentadoras das esquerdas; desapareciam as sobrevivências da representação política até 1964 e esgotavam-se os movimentos sociais de 1967 e 1968, quer pela repressão policial generalizada; quer pela recuperação econômica com o "milagre brasileiro"; quer pela manipulação ideológica desses e de outros fatores pelo regime civil-militar; quer pela atuação política dos movimentos sociais e das próprias esquerdas em geral e, em particular, das armadas (2010, p. 244).

Apesar de essas organizações terem se lançado à luta armada sob uma perspectiva estratégica que se mostrou equivocada (a suposta impossibilidade do Brasil sair da crise iniciada na década de 1960 dentro dos quadros do regime político e econômico vigente na ditadura - o que se viu foi o contrário com os anos de "milagre econômico") e de não conseguirem responder à altura das técnicas de repressão/contraguerrilha utilizadas pelo regime (centradas principalmente nas operações de inteligência, com a conversão de militantes, e na tortura), a esquerda armada não teve um destino tão diferente das organizações comunistas que optaram por outras formas de enfrentar a ditadura (como o próprio PCB, massacrado pela repressão entre 1974 e 1976, após o desmantelamento das esquerdas armadas). A resistência armada, porém, apesar da derrota, deixou registrado nos anais da História do Brasil um raro momento, no qual dezenas de organizações se levantaram em armas contra o poder central, forçando-o até mesmo a negociar e ceder momentaneamente (por exemplo, abrindo espaço para a difusão de ideias revolucionárias nos grandes meios de comunicação). É compreensível, portanto, que a historiografia nacional se debruce sobre esse período provocando polêmicas, no fundo, relacionadas com marcas deixadas na sociedade brasileira e ainda pouco resolvidas, como a questão democrática.

### 3.2 Revisionismo histórico: transformação dos paradigmas liberais em axiomas

Por ocasião dos 40 anos do golpe, os debates referentes à ditadura militar tiveram grande repercussão, principalmente se comparados ao decênio anterior, que passou sem grandes alardes, seja por parte da academia, da grande imprensa ou do público em geral. No jubileu 1964-2004, um dos temas mais discutidos foi a relação entre a luta armada e a questão democrática, que mobilizou, em maior ou menor escala, importantes historiadores do cenário nacional, como Anita Leocadia Prestes, Denise Rollemberg e João Quartim de Moraes, além dos já mencionados Marcelo Ridendi e Daniel Aarão Reis Filho. Este último ganhando relevo ao aprofundar as críticas aos comunistas levantadas nos seus primeiros trabalhos e, assim, de certa forma, “vanguardando” a corrente que tem proposto a revisão da percepção histórica quanto ao papel da oposição ao regime militar - já que, para Reis e outros, a esquerda armada seria inerentemente antidemocrática. Essa suposta tendência não democrática da esquerda vem ganhando tanto espaço na última década que tal perspectiva foi hegemônica no dossiê sobre a luta armada publicado na edição n.º 90 da “Revista de História da Biblioteca Nacional” - alvo de críticas de Anita Leocadia Prestes:

O caráter tendencioso do dossiê é confirmado pelo título que lhe foi atribuído – “Ideais de chumbo”, uma aposta na desqualificação daqueles jovens, homens e mulheres, que se levantaram contra a ditadura e, em muitos casos, foram barbaramente torturados e assassinados, morrendo pelos ideais, que não eram “de chumbo”, mas de democracia e justiça social em nossa terra (2013a).

As contendas sobre a questão democrática e a luta armada contra a ditadura militar brasileira se inserem em um contexto maior de contestação do caráter democrático das propostas das esquerdas do período como um todo, especialmente na conjuntura que culminou com o golpe empresarial-militar do primeiro de abril. Dentre aqueles que imputam às esquerdas do quadro histórico de 1964 projetos que seriam antagônicos à democracia, o nome de Jorge Ferreira se destacou nas discussões sobre os 40 anos do golpe. Ao endossar as teses de Argelina Figueiredo (oriundas do início dos anos 1990), Ferreira (2003) conclui que entre os agentes que se confrontaram ao longo do governo de João Goulart nenhum dos lados (esquerdas e direitas) se preocupava com a democracia, uma vez que ambos estavam dispostos a atropelar o regime vigente para que seus objetivos fossem alcançados. Logo, tanto o campo da esquerda quanto o campo da direita seriam responsáveis pelo golpe de 1964 – esquerda e direita aparecem como golpistas no momento em questão. Nas palavras do autor:

[...] a questão democrática não estava na agenda da direita e da esquerda. A primeira sempre esteve disposta a romper com tais regras, utilizando-as para defender os seus interesses. A segunda, por sua vez, lutava pelas reformas a qualquer preço, inclusive com o sacrifício da democracia. [...] Entre a radicalização da esquerda e da direita,

uma parcela ampla da população apenas assistia aos conflitos, silenciosa (FERREIRA, 2003, p. 400).

A responsabilização mútua, entre os que, de fato, efetivaram um golpe de Estado e implementaram uma ditadura militar de mais de duas décadas e os que foram o alvo tanto desse golpe quanto da repressão posterior, sofreu oposição por parte de outros intelectuais. Caio Navarro de Toledo, no seu artigo “1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo” (2004a), criticando Jorge Ferreira e outros pensadores que, ao longo dos debates, sustentaram posições análogas (como Leandro Konder), afirmou que as ideias sustentadas por estes se baseariam em um arcabouço teórico frágil e falacioso, que, além de endossar a visão conservadora sobre o golpe de 1964, careceria de comprovações factuais (2004a, p. 36). Toledo (2004a, p. 44) concluiu que:

A afirmação do golpismo das esquerdas tem efeitos ideológicos precisos; de imediato, ajuda a reforçar as versões difundidas pelos apoletas do golpe político-militar de 1964. Mais do que isso: contribui para legitimar a ação golpista vitoriosa ou, na melhor das hipóteses, atenua as responsabilidades dos militares.

Outro importante intelectual brasileiro a se colocar na contramão do revisionismo histórico foi Marcelo Badaró Mattos. Em sua intervenção, através do trabalho intitulado “Os trabalhadores e o golpe de 1964: um balanço da historiografia” (2005), Mattos declara:

Não deixa de ser triste observar como, neste seu voo revisionista, acabam por somar-se ao coro dos que, desde 1964, querem absolver os golpistas para condenar os atingidos pelo golpe. Assim, nesta versão, o golpe não se deu para controlar os trabalhadores e garantir o projeto empresarial, mas foi decorrência de uma intransigência mútua, senão de uma maior responsabilidade "das esquerdas" (MATTOS, 2005, p. 18).

Entre os argumentos elencados por Toledo, este nota que jamais se encontrou qualquer plano golpista entre as esquerdas do período pré-golpe (mesmo após décadas de investigações sobre as mesmas, inclusive por parte de seus adversários declarados – os militares golpistas) (2004a, pp. 36, 37). As considerações de Mattos provocam um questionamento: se havia condições concretas para um golpismo de esquerda, por qual motivo essas não se manifestaram no 1º de abril de 1964 através de confrontos com os golpistas? (2005, p. 16)

Para Marcelo Badaró Mattos, o próprio regime vigente em 1964, antes do golpe, era muito restritivo até para os parâmetros de uma democracia liberal, se sustentando em uma estrutura sindical herdada da ditadura varguista e impedindo, por exemplo, a legalização do PCB<sup>78</sup> (2005, p. 15). Para Toledo, entre os pontos levantados pela esquerda do período, havia

<sup>78</sup> O que não é fator menor, pois o PCB, até aquele momento, era reconhecido como um importante representante de segmentos da classe trabalhadora - conforme pode ser visto no desempenho eleitoral do partido em um dos poucos momentos de legalidade. Nas eleições de 1945, em apenas 16 dias de campanha, o partido obteve 9,7% dos votos para à presidência com Yedo Fiúza. Em cidades operárias teve altíssima votação, como em Santos, obtendo 45% dos votos, elegendo 14 deputados federais (quase uma dezena de operários) e um senador, Luiz Carlos Prestes. Nas eleições de 1947 tornou-se a terceira maior bancada da assembleia legislativa de SP, elegendo 11 deputados (na maioria operários), e obtendo a quarta colocação entre os partidos mais bem votados



propostas nitidamente voltadas para a ampliação da democracia liberal, como a extensão do direito de voto aos analfabetos, a ampliação da liberdade sindical, entre outras (2004a, p. 48). Ponto que encontra sintonia em Marcelo Mattos (2005, p. 14) e em Marcos Del Roio (2014, p. 14). Segundo Caio Navarro de Toledo, mostrando concordância com Marly Vianna, mesmo as propostas mais radicais da esquerda na época, como a convocação de uma assembleia nacional constituinte ou a concessão para que fosse permitido que um presidente da república concorresse à reeleição, podem ser entendidas como equivocadas para o momento, mas não golpistas - já que implicariam numa ampla mobilização popular para que fossem efetivadas. No caso da possibilidade de reeleição de Jango, por exemplo, além da grande movimentação da sociedade civil, para ser aprovada necessitava passar por todas as formalidades constitucionais e votada pelo parlamento (2004a, pp. 40-41). Além disso, Mattos ainda lembra que, na época, as forças mais importantes da esquerda defendiam caminhar dentro da ordem, como o PCB - que vislumbrava nas reformas de base a sua esperada revolução democrática (2005, p. 14).

Criticando as teses de Argelina Figueiredo, reproduzidas em Jorge Ferreira, Mattos aponta o equívoco dessas ideias ao julgar a esquerda por concepções democráticas liberais – liberalismo que realmente não guiava suas perspectivas (MATTOS, 2005, p. 14). Toledo afirma que os pensadores dessa corrente limitam a democracia à sua versão liberal, ignorando a possibilidade de se construir uma democracia para além do capitalismo. Assim, "imputam às esquerdas uma cultura política não democrática pelo fato destas serem críticas da democracia liberal" (TOLEDO, 2004a, p. 47).

Para Mattos, a fusão entre a historiografia revisionista e o liberalismo teria relação direta com os dilemas do presente:

O que está em jogo nessa guinada à direita de uma parte da historiografia acadêmica sobre o golpe de 1964 não pode ser dissociado de um processo maior de domínio conservador nas análises históricas e no pensamento universitário em geral, fruto em grande medida do contexto neoliberal de avanço da ordem do capital nos anos 1990 e na década em curso [anos 2000]. Pode ser interessante pensar também como é importante para certos setores intelectuais, neste momento do governo Lula, absolutizarem a dimensão formal da democracia representativa e o caminho da moderação nas reivindicações populares - mesmo as reivindicações de reformas limitadas são perigosas e o único caminho é a paciência dos de baixo para que, através das urnas, do parlamento e das leis, se desperte a possibilidade de concessões leves e graduais dos de cima (MATTOS, 2005, pp. 17-18).

A identificação do liberalismo como pressuposto às análises em questão não é exclusividade de seus críticos marxistas. Lucília de Almeida Neves Delgado, que chegou a

---

no país. Além disso, conseguiu a maioria na bancada de vereadores na capital federal (Silva; Santana, 2007, p. 109). No máximo, poderia se acusar a classe trabalhadora de ter desgastado uma democracia que já havia rompido com ela há décadas.

compartilhar trabalhos com Jorge Ferreira, buscando balancear as críticas que o mesmo sofreu, proferiu as seguintes palavras:

As análises desenvolvidas por Argelina Figueiredo e Jorge Ferreira são identificadas por Toledo e Badaró como revisionistas. Concordamos que, pelo ângulo de sobrevalorização dos conflitos conjunturais em relação aos fatores estruturais, de certa forma, podem assim ser consideradas. A mesma ênfase avaliativa, entretanto, não se adéqua à sua visão sobre a questão da democracia. Isso porque as críticas às proposições de Figueiredo e Ferreira não levam em consideração que a teoria da democracia não é unívoca e sua prática é complexa. [...] Ora, as análises apresentadas por Figueiredo e Ferreira se referem à dimensão política da democracia liberal clássica, que é prioritariamente representativa e inclui em sua dinâmica, entre outras variáveis: eleições rotineiras, possibilidade de alternância no poder, liberdade de organização e expressão, e condições consolidadas e respeitadas de governabilidade (DELGADO, 2010).

No momento dos 50 anos do golpe, tais perspectivas revisionistas continuaram hegemônicas. Jorge Ferreira apresentou um novo trabalho (junto de Angela de Castro Gomes), o livro “1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil” (2014). Nessa obra, Ferreira parece dialogar com algumas críticas que lhe foram dirigidas<sup>79</sup> e apresenta, mesmo assumindo a inexistência de qualquer prova sobre planos golpistas por parte da esquerda (GOMES; FERREIRA, 2014, p. 28), dados que comprovariam suas teses defendidas na década anterior, sobre a corresponsabilidade da esquerda na radicalização política que levou à derrocada da democracia vigente (ainda que utilizando com frequência o adjetivo “liberal” para qualificar a “democracia” que está a se referir). Entre os argumentos colocados por Gomes e Ferreira, pode-se citar: a) a manutenção da perspectiva de que a radicalidade e a suposta intransigência das esquerdas seriam corresponsáveis pelo desfecho golpista; b) por parte de expressivos setores do centro e da direita, postos no poder, haveria margens para negociar as reivindicações da esquerda; e c) pesquisas de opinião realizadas na época mostrariam que cerca de 70% da população, independente da classe social, era favorável às reformas de base, inclusive a agrária (2014, pp. 174; 295), posição compartilhada por lideranças políticas conservadoras (2014, pp. 94; 166-169; 312).

Sobre o suposto consenso social em torno das reformas de base, no próprio livro referido aparece uma observação que não é detalhe (que já havia sido, inclusive, antecipada por Dreifuss no seu clássico citado): o que distintos setores da sociedade, direitas e esquerdas, chamavam de “reformas de base” correspondiam a medidas bem diferentes (2014, p. 95). De

---

<sup>79</sup> Aparentemente, já que quando o faz não menciona diretamente os críticos. No geral, é uma característica dos historiadores da corrente revisionista (sobre o golpe de 1964 e o regime militar) desenvolverem seus trabalhos sem considerar as críticas dos demais pesquisadores. O que deveria ser encarado como um problema em qualquer campo científico – desconsideração diante dos resultados alcançados pelos pares – parece que vem sendo normalmente aceito na História, infelizmente.

forma que não deveria causar espanto que setores das classes dominantes se manifestassem a favor das mesmas, já que estariam pensando em ações dissemelhantes daquelas objetivadas pela esquerda. Sendo assim, não haveria qualquer sintonia. As propostas de “reformas de base” pensadas pela direita através de entidades como o IBAD e o IPES foram implementadas pelo regime militar, sem, no entanto, atender a qualquer necessidade popular. Se havia interesse por parte da elite em implementar verdadeiras reformas de base, capazes, de fato, de atender as demandas dos trabalhadores, por qual motivo não o fizeram quando tiveram totais poderes em suas mãos na época da ditadura? Indo mais além, vale destacar, conforme Toledo apontou (2004a, p. 45), que até hoje algumas destas demandas, como a questão da reforma agrária, não foram resolvidas<sup>80</sup>. Além disso, não se leva em conta a dialética entre as posições assumidas pela direita e pela esquerda - um dos motivos que pode fazer com que segmentos das camadas privilegiadas aceitem ceder às propostas mais moderadas é justamente a ameaça diante de possibilidades mais radicais.

Não se pode esquecer que por mais que os representantes políticos e sociais das classes dominantes pudessem vir, diante da pressão popular sobre eles, a aceitar algum acordo, isso não significa que suas bases os seguiriam. As ações concretas da direita (armando - literalmente - grandes contingentes de pessoas, organizando milícias particulares e financiando grupos terroristas) no período demonstram tal situação. O próprio Jorge Ferreira lembra que havia o perigo de que o presidente Jango fosse alvo de um atentado contra sua vida durante o comício da Central, no 13 de março (2014, p. 262). Como já foi visto, latifundiários resistiram mesmo diante da proposta de reforma agrária ultra moderada de Roberto Campos, durante o regime militar (que não pressupunha qualquer divisão de terras, mas sim a adequação do campo às necessidades do mercado capitalista). Tais ações concretas da direita - que não eram marginais, mas partiam dos seus principais dirigentes políticos com apoio direto do imperialismo estadunidense - quando comparadas com a única semelhante ação da esquerda no período, a instalação de campos guerrilheiros das Ligas Camponesas (1961/1962), evidenciam ainda mais a disparidade de responsabilidades pela radicalização vista. Mesmo essa experiência - que, é preciso ressaltar, foi exceção por parte da esquerda pré-64, diferentemente das numerosas ações paramilitares da direita - esteve marcada por um horizonte de preparo e respostas diante de um (assim entendido) inevitável golpe da direita e

---

<sup>80</sup> Ao contrário. Em pleno 2015, estamos vendo contingentes enormes de setores das camadas médias e da classe dominante ocupando novamente as ruas em oposição às medidas progressistas implementadas pelo governo do PT - que são, aliás, muito mais tímidas do que qualquer reforma pensada até mesmo pelos setores mais moderados da esquerda no pré-64. Muitas dessas pessoas vêm defendendo, abertamente, a deposição da atual presidenta da república, Dilma Rousseff, e a volta da ditadura militar.

do imperialismo (como, de fato, veio a ocorrer). Jean Rodrigues Sales nota que na versão de pessoas envolvidas com o episódio, a decisão de partir para a guerra de guerrilhas teria se dado por conta de questões como o armamento bélico de setores da elite, promovido por figuras como Adhemar de Barros (governador de SP), as tentativas golpistas patrocinadas pela direita contra o regime representativo nos anos anteriores (sete tentativas em sete anos) e o que foi visto em Cuba, com a tentativa de invasão por parte dos EUA (SALES, 2007a, p. 45).

Um dos episódios citados que comprovaria a intransigência por parte da esquerda seria o que se desdobrou na Revolta dos Marinheiros, em março de 1964. Segundo esses autores, o ministro da Marinha, Silvio Mota, teria aceitado negociar com os marinheiros desde que estes cancelassem o evento de comemoração dos dois anos de sua associação (em que, posteriormente, estourou a revolta) (GOMES; FERREIRA, 2014, p. 312). Contudo, segundo outro autor (ALMEIDA, 2014, p. 90), pouco antes, o ministro já teria se mostrado irredutível, negando qualquer negociação com os marinheiros. Ainda segundo Almeida, desde o seu surgimento, a associação foi dirigida com uma perspectiva voltada para a legalidade, tendo sua fundação comunicada à administração naval e seus estatutos registrados em cartório (2014, p. 88). O que, como se sabe, não impediu que os marinheiros (que, na época, recebiam menos do que  $\frac{1}{4}$  projetado como salário mínimo para o Rio de Janeiro) ligados à entidade fossem perseguidos – alguns punidos e presos, como os 12 que se encontravam encarcerados por conta do evento de aniversário (ALMEIDA, 2014, p. 91). Um fator desconsiderado por Ferreira nessa e noutras situações são as lições legadas pela história do Brasil às classes subalternas, na qual as situações de conciliação sempre corresponderam aos interesses das classes dominantes. Um caso significativo foi a Revolta da Chibata, de 1910, na qual o governo traiu os rebelados, quebrando as promessas feitas nas negociações que deram fim ao levante e punindo-os brutalmente após terem se desmobilizado.

Na contramão da reafirmação das teses de Ferreira, no momento de 50 anos do golpe, várias iniciativas que vinham, há tempos, se opondo ao revisionismo histórico sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar, marcaram importante presença nos debates desencadeados, podendo ser citado como exemplo a obra “A miséria da historiografia” (2014), organizada por Demian Bezerra de Melo, na qual diversos aspectos da historiografia revisionista são trabalhados por importantes historiadores nacionais e internacionais, já que, como identifica o próprio Melo, o fenômeno visto no Brasil insere-se em uma ofensiva revisionista global:

Aliada à enorme influência das teorias pós-modernas nos meios letrados, com seu nihilismo conformista/catastrofista que caracterizou o ambiente intelectual daqueles anos [...] a liquidação da tradição revolucionária ganhou forte significação. O revisionismo histórico sobre uma revolução que foi tomada por longo tempo como paradigma da mudança social (1789) insere-se, assim, no contexto de criação dessa

“grande narrativa” do neoliberalismo sobre o “fim da história”. [...] Nesse sentido, tem mais uma vez razão Hobsbawm ao afirmar que “o revisionismo da história da Revolução Francesa é simplesmente um aspecto de um revisionismo muito maior” (MELO, D, 2014, pp. 26-27).

Um dos artigos presentes no livro é de Marcelo Mattos, que em “As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea”, demonstra que tal sintonia com o avanço revisionista internacional vai além dos objetivos anticomunistas<sup>81</sup>, pois tais historiografias chegam a compartilhar as próprias bases teóricas (2014, pp. 77-78):

[...] aquilo que a historiografia brasileira vem buscando nos autores que são suas grandes referências hoje [...] tem evidentes proximidades com o debate dos pós-modernos. [...] E o pensamento pós-moderno se constrói [...] em oposição aos entendimentos totalizantes do real e às propostas de transformação social nele baseadas, em especial ao marxismo. [...] O culturalismo dos historiadores, em grande medida, toma para si essa crítica ao marxismo, ou a qualquer concepção de história que se proponha a formular explicações totalizantes para a vida social.

No que concerne à problemática da questão democrática aplicada à resistência armada contra a ditadura militar brasileira não houve grandes mudanças nos últimos dez anos. Quanto ao tema, na argumentação levantada por Daniel Aarão Reis Filho, destacam-se três pontos principais: a) os valores democráticos não seriam valorizados pelos comunistas, no máximo haveria um interesse instrumental na democracia para que os objetivos maiores fossem alcançados; b) a definição da luta armada como “resistência democrática” estaria equivocada, pois as organizações guerrilheiras possuiriam uma perspectiva revolucionária ofensiva e não meramente de resistir contra a ditadura; e c) a simbiose entre a luta armada e a democracia seria uma reconstrução memorialística da própria esquerda no processo de redemocratização, não correspondendo à realidade.

Na obra “Ditadura militar, esquerdas e sociedade”, Daniel Aarão Reis Filho conclui que:

[um] deslocamento de sentido, promovido pelos partidários da Anistia, apresentou as esquerdas revolucionárias como parte integrante da resistência democrática, uma espécie de braço armado dessa resistência. Apagou-se, assim, a perspectiva ofensiva, revolucionária, que havia moldado aquelas esquerdas. E o fato de que elas não eram de modo nenhum apaixonadas pela democracia, francamente desprezada em seus textos (2002, p. 70).

Ou seja, a participação da esquerda na vida política durante o processo de redemocratização e no sistema supostamente democrático construído a partir daí teria sido, de acordo com Aarão, o propulsor de uma remodelação da visão sobre o passado dessas esquerdas, quando foi criada uma sintonia entre suas lutas do passado, sobretudo a guerrilha, e a presente democracia brasileira, metamorfoseando a proposta ofensiva revolucionária (no

---

<sup>81</sup> Carlos Zacarias Senna Júnior, em outro artigo no mesmo livro, o capítulo *Mito, Memória e História: a historiografia anticomunista no Brasil e no mundo* (2014, pp. 99-121) discute como o revisionismo brasileiro se relaciona à avalanche anticomunista mundial, baseando-se, entre outras, nas chamadas “memórias ressentidas” de ex-comunistas.

geral, socialista) em “resistência democrática”, versão hegemônica, segundo Reis, ao longo da década de 1980<sup>82</sup>.

Neste quadro, as esquerdas, e Jango em particular, ressurgiram como vítimas bem intencionadas, atingidas e perseguidas pelo movimento golpista. [...] Para desespero dos militares golpistas, estigmatizados como gorilas, estas versões predominariam,

<sup>82</sup> Outros dois eixos estiveram presentes nas primeiras obras de Reis, como no citado livro *A revolução faltou ao encontro* (1990) e em sua intervenção no debate sobre as esquerdas e a democracia, organizado por Marco Aurélio Garcia e lançado em livro organizado por este, *As esquerdas e a democracia* (1986). Um refere-se ao funcionamento interno das organizações comunistas (1990, p. 105 *et. seq.*) e outro à relação entre estas organizações e os movimentos sociais (Garcia, 1986, p. 30). Os agrupamentos comunistas, além de, nas palavras de Daniel Aarão Reis Filho, não terem democracia interna (cuja evidência seria o elevado número de divisões e o desdobramento em novas organizações) estabelecem relações com os movimentos sociais através de uma concepção instrumental dos mesmos, utilizando-os como “correias de transmissão” das ideias socialistas.

Quanto ao primeiro ponto, vale destacar a argumentação de dois historiadores, Maria Victória Benevides e Marcelo Ridenti. Benevides, no debate organizado por Garcia e em resposta a Reis, levantou que na época em questão não haveria plena democracia interna em nenhum outro partido brasileiro (1986, p. 35); já Ridenti, no livro *O fantasma da revolução brasileira*, lembrou que as regras internas das organizações eram aceitas por todos os militantes, que concordavam com as necessidades das mesmas num contexto de clandestinidade (2010, p. 259). Além da obviedade dessa imposição conjuntural, que naturalmente limita as possibilidades do pleno funcionamento democrático das organizações (lembrando, por exemplo, que a única experiência de guerrilha rural desencadeada, a do Araguaia, teve de ser preparada com os detalhes sendo escondidos até mesmo dos membros do comitê central do PCdoB - custando ao partido dois rachas por conta da suposta demora em iniciar a luta armada, Ala Vermelha e PCR), é importante notar que as divisões não eram necessariamente estabelecidas por conta da falta de democracia, pois, numa única organização revolucionária dificilmente duas posições completamente díspares, como iniciar ou não a luta armada, podem coexistir, já que de tal posicionamento depende também a própria vida dos militantes envolvidos, principalmente no contexto da ditadura, como lembrou Denise Rollemberg (2003, p. 59). Quanto à segunda questão, da relação entre os comunistas e os movimentos sociais, não é equivocado dizer que os comunistas participam dos mesmos para levar suas ideias. Entretanto é justamente por ter esse horizonte que não só comunistas, mas qualquer outra força político-ideológica, estão presentes entre as massas, caso contrário não faria sentido todo o esforço, a não ser por mero *bom-samaritanismo*. Além disso, muitas vezes, os próprios membros dos agrupamentos comunistas são lideranças nos movimentos sociais antes mesmo de se filiarem ao marxismo, não sendo, portanto, uma via de mão única a relação entre as organizações e as massas. O próprio Daniel Aarão Reis minimiza as suas críticas ao lembrar que os movimentos sociais possuem dinâmica própria, que, ainda que quisessem, dificilmente os revolucionários poderiam agir de forma “mais democrática” (1986, p. 51). Já para Carlos Nelson Coutinho, em intervenção no mesmo debate, todos estes aspectos da falta de democracia entre os comunistas são inerentes às suas concepções leninistas (1986, p. 37). Porém, ao contrário do alegado, o modelo de partido preconizado por Lenin (*cf. Que Fazer?* e *Carta a um camarada*) e difundido pela III Internacional se funda no dialético eixo democracia-disciplina do chamado *centralismo democrático*, no qual é exigida a total disciplina dos militantes diante das orientações adotadas justamente pelas mesmas serem decididas democraticamente, prevalecendo a decisão da maioria - sendo a democracia umbilicalmente necessária em tal concepção. Moraes já demonstrou, no seu artigo *Contra a canonização da democracia* (2001), os fundamentos liberais do pensamento de Coutinho e a impossibilidade das concepções do mesmo se sustentarem sob o marxismo. Ver também o artigo de Caio Navarro de Toledo, *A modernidade democrática da esquerda: adeus à revolução?* (1994).

Naturalmente a realização prática da democracia interna nas organizações e no trato das mesmas com os movimentos sociais não esteve e nunca estará isenta de falhas ou de violações de princípios formalmente expostos. Entretanto, daí concluir que as contradições pontuais são inerentes ao todo (e por si só inevitáveis) é apagar da análise histórica as condições objetivas sobre as quais as ideias se realizam. Nada melhor, também, que a própria história para demonstrar os limites de toda essa corrente “democrática” da neoesquerda dos anos 1980, que se materializou no PT, ao qual boa parte dos ideólogos participantes do debate organizado por Garcia, como Daniel Aarão Reis Filho, Coutinho e o próprio Garcia, fizeram parte. O PT surgiu alegando um “novo socialismo”, de tipo democrático e não comunista; sustentando questões como a autonomia dos movimentos sociais. Três décadas depois não só foi alvo de diversos rachas, como o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) - apesar de permitir a existência de correntes na organização -, como também vem sofrendo críticas por conta do aparelhamento dos movimentos sociais e da gestão do Estado com a manutenção da lógica de repressão aos movimentos populares, fazendo aprovar, no presente ano (2015), na Câmara Federal, a chamada ‘Lei antiterrorismo’, cujo conteúdo prevê punições que podem chegar a trinta anos de prisão para aqueles que se manifestarem de forma aberta contra o Estado brasileiro.

quase incontrastáveis, a partir dos anos 80, quando houve a redemocratização do país. Assim, as esquerdas, derrotadas no campo dos enfrentamentos sociais, históricos, puderam ressurgir vitoriosas, nas batalhas da memória (2004, p. 40).

Percepção esta compartilhada por Denise Rollemberg:

A memória da luta armada fez-se - e ainda se faz - em meio a esta realidade, não sem disputas, trazendo à tona as tensões do passado e do presente. Neste processo, as esquerdas vêm enfatizando o sentido de resistência desta história. A sua luta teria sido, sobretudo, de resistência à ditadura e pelo restabelecimento da democracia violada em 1964 (2003, p. 46).

Marcelo Ridenti, em artigo exclusivamente dedicado à discussão do tema, “Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura” (2004), revela concordância parcial com Daniel Aarão Reis no que concerne à questão da (re)construção das memórias, entretanto, após discorrer sobre seu assentimento, acrescenta aparentemente um detalhe, que é, no entanto, elemento fronteiro:

Faz-se uma leitura do passado que o mistifica, a fim de legitimar o caminho escolhido por alguns ex-militantes e também partidos políticos no presente. Nesse ponto, Daniel Aarão Reis tem razão, ao constatar que assim se apagou “a perspectiva ofensiva, revolucionária, que havia moldado aquelas esquerdas. E o fato de que elas não eram de modo nenhum apaixonadas pela democracia” - ao menos pela democracia tal como ela existe hoje na sociedade brasileira (2004, p. 59).

Ao destacar qual concepção de democracia – a “democracia tal como ela existe hoje na sociedade brasileira”, ou seja, a liberal – não estava presente no discurso das esquerdas armadas e que teria sido adotada pela parte dos militantes e organizações que passaram a limitar sua atuação aos quadros da mesma (fundindo seus interesses do presente às memórias e apagando destas os horizontes norteadores que iam além da democracia liberal), Ridenti acertadamente se resguarda de limitar as diversas concepções de democracia a um modelo único. Paralelamente, não abre mão de identificar os quadros de realização da metamorfose das memórias: a inserção de ex-guerrilheiros na política nacional vigente desde o fim da ditadura e a adequação destes aos limites do regime democrático-liberal (2004, p. 58):

O aspecto mistificador consiste na omissão de que as esquerdas armadas nunca propuseram um mero retorno à democracia nos moldes do pré-1964, tampouco algo que prefigurasse a institucionalidade que viria a se constituir no Brasil depois do final da ditadura. Essa ideologia tende tacitamente a reduzir a luta pela revolução nos anos 60/70 a uma fase preparatória para a democracia brasileira tal qual está hoje estabelecida, legitimando assim o passado de muitos ex-guerrilheiros. Trata-se de uma versão da História conveniente para os que lutaram contra a ditadura e mais tarde chegaram a diferentes governos ou conseguiram uma inserção institucional, sem que houvesse mudanças de fundo na ordem social e econômica estabelecida.

Tal conclusão é incompleta, ainda que verdadeira. O processo descrito de reconstrução memorialística - de redução dos projetos da esquerda armada em “redemocratização”- foi um dos caminhos de adequação encontrados pelas forças políticas que abdicaram, ainda que em curto/médio prazo, da perspectiva revolucionária e se limitaram à ordem democrática-liberal. Também se materializou outra via, marcada não pelo apego ao legado das esquerdas armadas

(ainda que o castrando), mas, ao contrário, pela negação da legitimidade das propostas pretéritas, na medida em que estas aparecerão como forças que representam objetivos historicamente superados - os ideais do comunismo - que seriam válidos no contexto dos anos 1960, mas que teriam perdido legitimidade diante da alegada falência das experiências socialistas a partir dos anos 1980. Apesar de partirem de posições divergentes (uma versão faz questão de defender o próprio passado e a outra o renega), ambas convergem para a negação da legitimidade do projeto revolucionário de caráter comunista, justificando, assim, a atuação limitada aos parâmetros da Nova República. Para a primeira, seria como se essa perspectiva, de superação do modo de produção capitalista pela revolução socialista, nunca tivesse existido, não havendo, portanto, contradição com a aceitação da ordem pós-85; para a segunda, tal perspectiva não só existiu como estaria superada, justificando-se o abandono da mesma em prol da atuação dentro dos marcos do sistema vigente.

Nesse quadro, a formação do PT aparece como processo privilegiado de observação das disputas de memória, já que este partido estará marcado tanto pelas disputas internas das mais diversas matizes ideológicas quanto pela necessidade de afirmação de uma identidade supostamente nova e superior no que se refere à esquerda dos anos 1960 e 1970 (na qual tanto as ideias, o comunismo, quanto alguns dos partidos, como o PCB, continuavam a disputar os espaços da sociedade - em sindicatos, associações de estudantes, parlamento, etc.).

As disputas de memória que marcaram a sociedade brasileira na transição entre a ditadura militar e a Nova República não se reduzem aos conflitos entre a direita e a esquerda, mas estiveram implicadas também nos conflitos ocorridos no interior das esquerdas. Dentro do próprio PT os dois caminhos de reconstrução memorialística acabaram por coexistir, já que militantes da época da luta armada desempenharam papel importante na formação da organização, junto, também, de diversos segmentos da esquerda não armada do mesmo período, como, por exemplo, os trotskistas. Convergiam, assim, na afirmação do caráter ditatorial dos comunistas: os ex-comunistas que buscavam estabelecer uma rejeição objetiva aos ideais do passado; os elementos da oposição à ditadura que não tiveram ligação com a luta armada ou com o comunismo tradicional; e as novas gerações de militantes de diversas filiações ideológicas, especialmente os social-democratas, críticos ao marxismo-leninismo. Tal perspectiva coabitou também com aquela adotada pelos ex-guerrilheiros que mantiveram a identidade com a luta armada, mas reduzindo-a ao objetivo da redemocratização, que estiverem presentes na formação do PT. No primeiro caso, os diversos elementos possuíam em comum a afirmação de uma identidade supostamente nova (ou alternativa), democrática, diante do comunismo, representado por outras forças políticas. Já a coexistência destes com



os que reduziram a luta armada ao seu aspecto democratizante foi possível pela aceitação do regime vigente, a democracia liberal, como o campo limite, ainda que tal perspectiva aparecesse para os setores mais radicais do PT, por exemplo, os trotskistas, como de adequação de caráter tático, pois continuavam a sustentar a necessidade de superação revolucionária do capitalismo. Porém, essa diferença de caráter estratégico com os social-democratas, que terminaram por hegemonizar a legenda, acabará por gerar, mais tarde, alguns rachas, levando ao surgimento de novos partidos. Esse leque de perspectivas não se deu sem conflitos, inclusive com setores minoritários que continuavam adeptos do marxismo revolucionário, como, por exemplo, Florestan Fernandes (cujo posicionamento quanto à questão democrática e o PT pode ser visto na obra “O PT em movimento”)<sup>83</sup>.

Assim, a concepção marxista-leninista de democracia foi eclipsada diante da democracia liberal em um processo diversificado de reconfiguração memorialística e marcado por disputas não só entre esquerda e direita, mas também por conflitos no seio da própria esquerda. A mistificação tem, portanto, múltiplas faces.

A existência dessa outra concepção, na qual os guerrilheiros brasileiros se filiavam e que foi apagada, é lembrada por Duarte Pereira em comentário a uma versão prévia do citado artigo de Ridenti, que reproduz sua fala em nota de rodapé (n.º 15):

Pode (e deve-se) questionar a ideia tradicional de democracia popular, revolucionária, mas ela é que permite inserir as chamadas esquerdas armadas na frente de resistência democrática, a título pelo menos tão justificável quanto às oposições conservadoras ou reformistas que preconizavam (preconizam) uma democracia burguesa, restrita ou ampliada. Por que as oposições não-armadas seriam democráticas e as oposições armadas ou revolucionárias, não? Antes e depois da ditadura militar, trata-se de duas concepções de democracia, que hoje se procura reavaliar e renovar em ambos os casos (2004, p. 59).

A conclusão de Marcelo Ridenti é, então, evitar o uso do adjetivo “democrática” na qualificação da luta armada para impedir possíveis confusões quanto ao entendimento do que seria uma democracia (2004, p. 59). Porém, discordando de Daniel Reis, entende ser legítimo o substantivo “resistência”, já que os próprios militantes da época assim se denominavam com certa frequência, não sendo, portanto, uma reconstrução da memória, apesar do horizonte revolucionário. Também, alega Ridenti, que, na prática, a luta guerrilheira não conseguiu ir além de uma luta de resistência (sem qualquer ofensividade capaz de ameaçar o regime) –

<sup>83</sup> Os motivos que levam alguns a adaptar o passado em função do presente, a rejeitá-lo ou a continuar a defender os mesmos ideais, merecem, por si só, atenção especial. Porém, não se pode esquecer que a geração que pegou em armas contra o regime militar partiu de uma crença radicalmente transformadora e acabou, após passar por incontáveis sacrifícios (como o exílio, a tortura, a morte de companheiros, etc.), por terminar atingida por vigorosa derrota, seguida ainda por um momento histórico de ofensiva ideológica anticomunista promovida diante da crise do socialismo no Leste Europeu. De que maneira cada sujeito se encaixa na relação presente-passado depende de uma série de fatores relacionados às experiências vivenciadas tanto na época da luta armada (que podem gerar percepções positivas ou negativas em diversos graus) quanto no momento posterior

além do fato de o termo estar consagrado no movimento comunista e aparecer em momentos como os das lutas contra o nazi-fascismo na Europa.

Enfim, para evitar a confusão e a mistificação, parece mais adequado usar apenas o substantivo resistência, sem o adjetivo democrática, para caracterizar a luta das esquerdas em armas contra a ditadura - desde que essa discussão não se torne apenas uma questão nominal (2004, p. 59).

Seria equivocado afirmar que o reconhecimento da existência dessa outra concepção de democracia, marxista, não está presente na obra dos autores que creditam à esquerda armada uma essência antidemocrática, como Reis e Rollemberg. Mas esse reconhecimento não vem acompanhado da esperada crítica que fundamentaria o descarte de sua validade. A adoção dos paradigmas do liberalismo quanto à democracia por essa corrente aparece como premissa, sem nenhuma construção que a fundamente enquanto única. São transformados assim em axiomas históricos. Para Daniel Aarão Reis:

As esquerdas no Brasil, de seu lado, e até meados dos anos de 1970, tenderam a privilegiar, em seus programas e lutas, questões relativas à justiça social e a soberania nacional. [...] a autêntica democracia, para existir, teria, como pré-requisito, a igualdade social e a "segunda" independência, a real e a efetiva, a econômica. Sem isso, a democracia seria uma farsa. Assim, as esquerdas deveriam lutar por reformas e, se fosse o caso, pela revolução, para ganhar a igualdade e a soberania. Como resultado desse processo, teríamos então a democracia, a verdadeira (2006, p. 12).

Nas palavras de Rollemberg:

[...] as esquerdas revolucionárias dos anos 1960 e 1970, como de resto a sociedade, inseridas nestas referências e tradições, não tinham a democracia como um valor supremo. A democracia era burguesa, liberal, parte de um sistema que se queria derrubar. Após a revolução, o socialismo seria o caminho para se chegar à verdadeira democracia, da maioria, do proletariado (2003, pp. 47-48).

Ou seja, no raciocínio construído, a condenação, por parte das esquerdas revolucionárias, da democracia liberal em prol de uma democracia que seria, para estas, a verdadeira, aparece como comprovação do “sentido antidemocrático das propostas políticas dos comunistas” (REIS, 1990, p. 140), o que só pode se sustentar com a adoção da perspectiva liberal como, de fato e ao contrário da alegação das esquerdas armadas, a verdadeira. A argumentação é tautológica ao depender do descarte automático do comunismo enquanto possibilidade de ser uma democracia de outro tipo.

Daniel Reis, na intervenção proferida no seminário sobre as esquerdas e a democracia, realizado em 1986 pelo Centro de Estudos e Cultura Contemporânea (CEDEC) e publicado no livro “As esquerdas e a democracia” (1986), sob a organização de Marco Aurélio Garcia, abordou seu entendimento sobre os comunistas e a democracia através de três dimensões:

a dimensão social, que se refere a proposições relativas à distribuição da riqueza, propriedade, direitos sociais em geral (educação, saúde, habitação, etc.); a dimensão nacional, já que fica muito difícil e problemático falar em democracia em países submetidos à dependência política e econômica; a dimensão propriamente política, ou seja, as propostas relativas à participação política no poder estatal e também na

sociedade, como, por exemplo, nos locais de trabalho, nas fábricas, nos locais de moradia, ou seja, participação não só nas instituições políticas formais da democracia burguesa, mas também uma visão mais ampla da noção de participação no conjunto da sociedade (pp. 17-18).

Minimizava-se, inclusive, o eixo central da sua argumentação no debate, que já naquele momento era o de sustentar o caráter inerentemente antidemocrático dos comunistas:

[...] se tomarmos os anos 50 e 60 como referência, podemos concluir que as organizações comunistas refletiram e formularam sobre as dimensões nacional e social da democracia. Mas avançaram muito pouco (e quando o fizeram, de forma ambígua) no tratamento da dimensão política da democracia (p. 22).

Ao que parece, quatro anos depois, no livro em que sintetiza sua tese de doutorado, Reis possuía perspectiva distinta. Segue sua definição de democracia dada na nota número 88:

O termo democracia subentende no texto os mecanismos, instituições e práticas ligadas à participação no poder de decidir políticas que interessam ao conjunto ou parcela expressiva da sociedade. [...] Para discussão a respeito, cf. Garcia, *op. cit.*, 1986. Há, como se poderá verificar, alterações em relação à intervenção proferida por mim no debate organizado por M. A. Garcia (1990, p. 17).

Além da condução lógica dos trabalhos mais recentes de Reis indicar a adoção dos paradigmas liberais da democracia para a sustentação de suas análises sobre a resistência armada<sup>84</sup>, no prefácio à segunda edição de “Imagens da revolução” (2006), Daniel Aarão Reis expressa qual democracia que, de acordo com a sua opinião, só passou a ser defendida (tanto pela esquerda quanto pela direita) a partir da transição para a Nova República (adicionando alguns adendos quanto ao comentário já citado, feito décadas atrás, mas não rompendo com os paradigmas liberais - os adota sob uma perspectiva ampliada, ainda que à esquerda):

[...] para além de reais divergências conceituais, direitas e esquerdas, salvo as exceções de praxe, tenderam a conferir muito pouca importância ao fortalecimento e ao aperfeiçoamento da democracia em nosso país. Consolidar instituições que garantissem o livre - e imprevisível - jogo democrático da alternância de poder, as liberdades de expressão, de manifestação e de organização - partidária e sindical - neutralizando o mais possível a força do poder estatal e do poder econômico - tais propósitos e valores só ganharam uma certa força após os anos de 1980 (p. 12).

Portanto, a negação do caráter democrático do projeto encampado pela esquerda armada, que desencadeou a crítica das armas buscando acabar com a ditadura e estabelecer um governo revolucionário nacional-libertador ou socialista (baseando-se em ambos os casos nos aportes do marxismo-leninismo), só se sustenta com a incorporação, por parte da historiografia, dos paradigmas liberais e a adoção dos mesmos enquanto axiomas, fazendo, assim, da democracia liberal a única forma de governo aceita como realmente democrática. Sendo necessário, então, para romper com tal limitação, analisar como as organizações que adotaram a luta armada no Brasil traduziram para suas necessidades os aportes do marxismo-leninismo e como configuraram tais contribuições em propostas para a sociedade.

<sup>84</sup> Já em algumas obras sobre as experiências socialistas, o autor parece trabalhar com outras possibilidades de democracia, ainda que mantendo a típica condenação ao comunismo. Um exemplo sintético pode ser encontrado em *Socialismo e democracia no século XXI* (Reis, 2000) < [acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=77](http://acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=77)>.

### 3.3 Os projetos dos guerrilheiros brasileiros e a questão democrática

Na esquerda revolucionária brasileira, ainda que compartilhando elementos comuns do marxismo-leninismo, se manifestaram variados graus de propostas referentes à questão democrática, indo desde a perspectiva mais simplista e ortodoxa, na qual a democracia está implícita como consequência imanente ao próprio socialismo enquanto poder exercido pelos trabalhadores em armas, até a incorporação plena dos direitos arrolados dentro de uma democracia de tipo liberal, inclusive a defesa da convocação de uma assembleia nacional constituinte eleita sob o sufrágio universal. Tal escala pode ser explicada, entre outros motivos, pelo fato dessas organizações apresentarem diferentes avaliações sobre a sociedade brasileira e, assim, proporem também soluções assimétricas (o entendimento de que a revolução seria nacional-libertadora e não socialista e que algum setor da burguesia poderia, por isso, ter interesse na revolução, levaria a considerá-la como sujeito de direito, por exemplo). Logo, na constelação das esquerdas que se lançaram à crítica das armas se pode observar diferentes formas de expressão da concepção marxista-leninista de democracia, o que tende a se desdobrar também em diferentes entendimentos e leituras feitas pelos próprios militantes diante do que as organizações propunham, não sendo, portanto, um universo monolítico, nem, entretanto, completamente heterogêneo, já que tinham em comum a adesão ao socialismo científico. Portanto, diante desse leque de configurações da concepção marxista-leninista de democracia, foi necessário optar por analisar propostas que contemplassem a diversidade de horizontes teóricos de tal campo da esquerda nacional, prevalecendo a documentação capaz de expressar um panorama programático de seis organizações: ALN, MR-8, PCBR, PCdoB, VAR-Palmares e VPR (buscando, segundo os critérios já apresentados na introdução da presente dissertação, atingir uma maior representatividade da pluralidade das esquerdas armadas).

Marcelo Ridenti coloca um elemento importante para o entendimento de como o conceito de democracia poderia soar na época em questão, o que não pode ser ignorado ao se analisar os discursos da esquerda armada, já que era justamente nesse contexto que os mesmos se sucediam:

[...] nem sempre o discurso dos pesquisadores destaca devidamente, é que nos anos 60, antes e depois do golpe de 1964, a questão da democracia estava no contexto da guerra fria, em que os Estados Unidos não hesitavam em apoiar golpes militares para garantir o poder de seus aliados na América Latina, ditos liberais e defensores da democracia (2004, p. 62).

Ao contrário do que poderia se esperar, essa usurpação do significante “democracia” através da atribuição de um único significado (o liberal) à mesma, não se desdobrou em uma

renúncia ao uso dessa palavra por parte daqueles que a concebiam sob outros paradigmas, sendo constante a utilização do conceito e a defesa da “democracia” por parte considerável dos revolucionários brasileiros. Contudo, para se referir ao tipo de governo que seria efetivado após a tomada do poder foi mais comum a utilização de conceitos como “governo operário-camponês”, “ditadura do proletariado”, “governo popular revolucionário”, entre outros também baseados na tradição marxista, o que não significa, necessariamente, a ausência de reivindicações das “liberdades democráticas” típicas da concepção liberal (como será observado).

A ideia da democracia como governo do povo enquanto este o sustenta exercendo o poder de forma direta através das armas, como entendia Marx na sua análise da Comuna de Paris (1871), aparece, por exemplo, nos documentos vistos da ALN, do MR-8 e da VAR-Palmares. Nas gravações da “Rádio Libertadora”, voltada à difusão clandestina de mensagens da organização na voz de Marighella, a ALN expunha seus objetivos. Em uma gravação intitulada “Carta circular aos homens das classes dominantes” o agrupamento diz que “de nossa parte não haverá um só momento de trégua, não descansaremos no combate ao AI-5 e na luta para derrubar a ditadura substituindo-a pelo povo armado” (1969). Para o MR-8, na síntese de “Linha política” e “Orientação para a prática”, apresentada na coletânea “Imagens da revolução”, tal ideia aparece também como uma das tarefas necessárias ao socialismo:

O único Estado capaz de cumprir esta etapa [socialista] até as últimas consequências é a ditadura do proletariado, que se caracteriza pela hegemonia operária sobre os instrumentos de força: o exército revolucionário, as forças militares auxiliares, as milícias populares e a polícia. A ditadura do proletariado revestirá a forma de governo dos trabalhadores das cidades e do campo. O caráter socialista da revolução é determinado, por outro lado, pelo caráter das transformações que se operam na realidade sócio-político-econômica. Tais transformações são concretizadas conforme as tarefas do novo poder:

- nacionalização dos grandes monopólios nos setores rurais e urbanos e do comércio externo;
- destruição das instituições burguesas que são a base e a expressão do capitalismo dependente;
- destruição do exército burguês e do conjunto do aparelho de repressão existente - distribuição de armas ao conjunto das classes exploradas;
- economia planificada;
- pleno emprego e melhoria das condições de habitação, transporte, alimentação, saúde e educação para todo o povo (1985, p. 346).

Perspectiva vista também no “Programa” da VAR-Palmares, de 1969:

O objetivo da Revolução Brasileira é, assim, o da conquista do poder político pelo proletariado, com a destruição do poder burguês que explora e oprime as massas trabalhadoras. Este objetivo, resultado da vitória da guerra revolucionária de classes, será concretizado com a formação do Estado socialista, dirigido pelo governo revolucionário dos trabalhadores, expressão da ditadura do proletariado. O programa estratégico da revolução brasileira é, portanto, o da construção do socialismo, e se expressa nos seguintes pontos fundamentais:

#### Programa Estratégico

- 1 - Constituição do Estado socialista proletário e sua manutenção pelos trabalhadores em armas.
- 2 - Socialização imediata de todas as grandes empresas e extinção progressiva de toda a propriedade privada sobre os meios de produção.
- 3 - Monopolização, pelo Estado, do sistema financeiro.
- 4 - Estabelecimento de uma ampla rede de cooperativas de consumo.
- 5 - Coletivização das grandes propriedades capitalistas no campo; estabelecimento de um regime de cooperativas de pequenas e médias propriedades rurais, estimulando-se sua coletivização.
- 6 - Planejamento socialista da economia e garantia do atendimento às necessidades básicas fundamentais dos trabalhadores (trabalho, habitação, saúde, educação, transporte, serviços públicos, lazer).
- 7 - Extinção do sistema de inquilinato e da especulação imobiliária: urbanização planificada.
- 8 - Rompimento de todos os vínculos econômicos, políticos e militares com o imperialismo: estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais em condições de igualdade, com quaisquer países do mundo, subordinados aos interesses do internacionalismo proletário.
- 9 - Apoio efetivo à Revolução Socialista Mundial (1985, pp. 265-266).

Percebe-se nos dois últimos documentos, do MR-8 e da VAR-Palmares, a definição clássica do marxismo quanto ao governo socialista como a “ditadura do proletariado”, na qual a ideia de democracia aparece apenas implícita, subentendida na noção de um Estado democrático para a ampla maioria explorada da população e ao mesmo tempo repressor da minoria antes pertencente à classe dominante. Outro termo sinônimo encontrado com frequência é o de “Estado operário” ou “Estado operário-camponês”, como se vê, por exemplo, em uma proposta de plataforma de programa mínimo da VPR, expressa no documento “Programa da Vanguarda Popular Revolucionária”, de 1969:

- 1 - Constituição do Estado operário-camponês;
- 2 - Planejamento central da economia, visando atender as necessidades objetivas do operariado, do camponês e do povo em geral;
- 3 - Socialização de todas as grandes empresas, com autogestão das fábricas pelos operários, em conformidade com o Plano Econômico Central;
- 4 - Passagem de todos os serviços de utilidade pública para o controle do Estado;
- 5 - Extinção de todo sistema particular de crédito, financiamento, investimento e proscricção da agiotagem;
- 6 - Estabelecimento de relações comerciais e diplomáticas com todos os países do mundo, sem ferir os interesses do proletariado nos países em que ainda mantiver a dominação do capital internacional;
- 7 - Congelamento da dívida externa;
- 8 - Expropriação dos latifúndios improdutivos e distribuição de suas terras aos camponeses, sempre que a coletivização for inviável;
- 9 - Expropriação dos latifúndios improdutivos e sua transformação em fazendas coletivas, sob autogestão dos trabalhadores agrícolas, respeitado o interesse global da sociedade, expresso no Plano Econômico Central;
- 10 - Estabelecimento de um regime de cooperativas, com autogestão de todos os cooperados, das pequenas e médias propriedades produtivas, de acordo com o Plano Agrícola, constante no Plano Econômico Central estabelecido pelo governo revolucionário;

- 11 - Criação de uma rede de assistência médico-hospitalar nas cidades e no campo que atenda as reais necessidades dos operários, camponeses e do povo em geral;
- 12 - Extinção do sistema de inquilinato, com a passagem dos imóveis para a administração do Estado, cabendo aos antigos moradores o pagamento de uma taxa proporcional a seu salário, a título de amortização do imóvel;
- 13 - Extinção de toda e qualquer especulação imobiliária;
- 14 - Extinção de favelas e garantia de moradia a todo o povo;
- 15 - Mobilização de recursos materiais e humanos para a alfabetização de toda a população. Ensino gratuito para todos e em todos os níveis. Instrução primária e secundária obrigatória para todo o povo. Reformulação completa dos ciclos e currículos;
- 16 - Direção da universidade popular através de comissões paritárias de professores e estudantes, respeitados os interesses históricos do proletariado (1969, p. 6).

Nota-se na arrolada lista de intentos da VPR a ausência de objetivos referentes às chamadas “liberdades democráticas”, assim como pode ser percebido no programa da VAR, ficando as questões tradicionalmente atribuídas à democracia política aí quase ausentes, a não ser por conta do desdobramento da teoria marxista de Estado proletário enquanto democracia da/para maioria. Prevalcem nos 16 itens as questões de caráter econômico e social. Mas, é em um ponto insistentemente repetido no último documento, a autogestão, em que fica mais evidente a impossibilidade de se pensar, dentro do marxismo, a democracia política de forma descolada dos campos econômico e social. Na perspectiva de se socializar os meios de produção estava inserido, também, o controle destes por parte dos trabalhadores<sup>85</sup> – o que representaria um grande salto democrático, de compartilhamento do poder real, diante do que se vê na sociedade capitalista, em que impera a tirania dos patrões nos ambientes em que a imensa maioria da população é obrigada a viver grande parte do seu tempo: o local de trabalho.

De qualquer forma, na “Linha política” (1968) do PCBR nota-se a presença da ditadura do proletariado em perspectiva junto da defesa das “liberdades democráticas” (e do já aludido governo do povo armado):

O objetivo fundamental da revolução brasileira é destruir o aparelho burocrático-militar do Estado burguês-latifundiário, substituindo-o por um governo popular revolucionário em cuja composição predominem forças básicas da revolução. Cabe à classe operária assumir a direção do poder estatal revolucionário, para que este seja capaz de executar consequentemente o programa de transformações radicais na estrutura econômico-social do país, preparando a transição ao socialismo. Ao novo poder estatal cumprirá realizar, entre outras, as seguintes tarefas:

- 1 - dissolução das forças armadas e de todo o aparelho de repressão do Estado burguês-latifundiário, substituindo-o pelo exército popular e pelas milícias populares armadas, que se formarão no curso da luta revolucionária pelo poder;
- 2 - nacionalização das empresas pertencentes ou associadas ao capital monopolista, no terreno econômico e político, com a anulação de todos os tratados lesivos aos interesses nacionais;

---

<sup>85</sup> Assim como o controle das universidades por parte de estudantes e professores, conforme pode se notar no ponto 16 do programa citado.

3 - reforma agrária radical que elimine a propriedade latifundiária, impulse o desenvolvimento da agricultura e eleve o nível de vida dos assalariados rurais e camponeses [...];

4 - reconstrução econômica do país, mediante o controle pelo Estado popular do comércio exterior, do câmbio e dos setores básicos da economia, e a planificação do desenvolvimento econômico [...];

5 - reforma radical e ampliação do sistema educacional, no sentido de estender a educação e a cultura a grandes massas do povo;

6 - garantia das mais amplas e efetivas liberdades democráticas às massas trabalhadoras e populares, assegurando-lhes real participação nos órgãos do poder e o seu controle;

7 - política exterior independente, baseada na igualdade de direitos entre os países, na defesa da soberania nacional, e no apoio às lutas de libertação dos povos. Solidariedade irrestrita às revoluções populares na América Latina.

[...]

O governo popular revolucionário será, portanto, um governo de transição, dirigido pela vanguarda da classe operária, e que criará as bases para a passagem à ditadura do proletariado e à edificação do socialismo (1985, pp. 164-166).

Neste último documento, é possível encontrar o que Daniel Aarão Reis vem chamando de “visão instrumental da democracia”, ou seja, a busca das liberdades democráticas típicas do liberalismo pleno como meio e não como fim. Para o PCBR “a luta pelas liberdades democráticas é de grande importância na situação atual, não significa um fim em si, mas um meio para aglutinar forças contra a ditadura, criar condições mais favoráveis à ação das massas e obter a vitória dos objetivos revolucionários” (1985, p. 175). O que pode ser visto também no já comentado texto do MR-8, pois, as “liberdades democráticas” que não aparecerem listadas como tarefas a serem realizadas pelo poder revolucionário surgem no final do documento como um dos eixos da organização no que concerne ao trabalho político junto das massas (p. 355), como se fosse elemento de agitação e propaganda. Mas, derivar dessa presença “tática” uma necessária ausência estratégica ou contradição com os objetivos que vão além das liberdades formais é não levar em consideração a concepção marxista de democracia adotada pelos revolucionários, na qual há uma perspectiva de transformação social que realmente não se limita à formalização dos direitos. A não contradição entre as liberdades individuais, tidas como táticas, e os objetivos maiores da revolução pode ser vista no mesmo documento do MR-8, quando a organização expressa que seria justamente na revolução socialista que a busca por liberdade, levada a cabo pelos setores intelectuais da sociedade brasileira, poderia ser resolvida:

[...] outro setor social que, por suas características próprias, merece atenção especial por parte dos revolucionários, é constituído pelos estudantes secundaristas e universitários assim como pelos intelectuais: jornalistas, escritores, artistas, etc... Sua exigência de liberdade de opinião choca-se com a prática e as exigências do Estado monopolista. Suas reivindicações neste nível poderão ser igualmente satisfeitas de forma radical pela vitória da revolução das classes exploradas (1985, p. 345).



Já a limitação da luta aos quadros destas liberdades formalmente possíveis dentro do liberalismo é explicitamente rechaçada pela organização, pois, “embora uma abertura democrática seja positiva para a esquerda revolucionária, colocar isto como centro tático é não compreender o que representa a ditadura, é vê-la simplesmente como resposta ao desejo de alguns militares fascistas” (1985, p. 351). VAR-Palmares (1985, p. 261) e PCBR compartilhavam também a rejeição da ideia de redemocratização<sup>86</sup>, um retorno à democracia liberal vigente antes do golpe de 1964. Para a organização de Mário Alves essa democracia liberal, a “democracia representativa não passa, pois, de uma farsa, que serve para mascarar o regime reacionário e o jugo imperialista” (1985, p. 171), e, por isso, “ao lutarmos contra a ditadura, devemos colocar como objetivo a conquista de um governo popular revolucionário e não a chamada redemocratização ou a volta a um regime reacionário sob a capa democrático-representativa, como a existente antes do golpe” (1985, p. 175). Nessa lógica entendiam ser legítima a continuação da luta armada diante de um hipotético quadro de “redemocratização” limitado à estrutura política e sem alterar a ordem social (1985, p. 175).

Conforme foi visto, o intento de se superar a democracia liberal, não tendo a “redemocratização” como limite, não implicava a negação dos direitos referentes às várias formas de liberdade, o que não só se verifica na mencionada “Linha política” do PCBR, como também nos programas da ALN e do PCdoB. Na “Rádio libertadora” foram sintetizadas as cinco metas da Ação Libertadora Nacional:

1. Derrubar a ditadura militar, anular todos os seus atos desde 1964, formar um governo revolucionário do povo;
2. Expulsar os norte-americanos, expropriar suas firmas, bens e propriedades e as firmas, bens e propriedades dos capitalistas privados brasileiros que colaboram com os norte-americanos;
3. Transformar a estrutura agrária do país expropriando e extinguindo o latifúndio, dando terra ao camponês, libertando e valorizando o homem do campo;
4. Pela liberdade desde o campo político ao campo cultural ou religioso e extinguir a censura;
5. Retirar o Brasil da órbita da política externa dos Estados Unidos, colocá-lo no plano mundial como nação independente. Reatar relações com Cuba e todos os demais países socialistas (1969).

Programa este apresentado de forma mais detalhada na estreia da rádio clandestina:

- Derrubar a ditadura militar;
- Anular todos os seus atos desde 1964;
- Formar um governo revolucionário do povo;
- Expulsar do país os norte-americanos, expropriar firmas, bens e propriedades deles e de quem com eles colaboram;
- Expropriar os latifundiários;
- Acabar com o latifúndio;

<sup>86</sup> Carlos Marighella também assevera a indesejabilidade de uma mera “redemocratização”, mas em prol de outro tipo de democracia (Faria, 2008, p. 90).

- Transformar e melhorar as condições de vida dos operários, dos camponeses e das classes médias;
- Extinguir, ao mesmo tempo e definitivamente, a política de aumento dos impostos, dos preços e aluguéis;
- Acabar com a censura;
- Instituir a liberdade de imprensa, de crítica e de organização;
- Retirar o Brasil da condição de satélite da política externa dos Estados Unidos e colocá-lo no plano mundial como uma nação independente;
- Reatar ao mesmo tempo relações diplomáticas com Cuba e todos os demais países socialistas (1969).

No caso do PCdoB e da Guerrilha do Araguaia, a incorporação das bandeiras políticas tipicamente relacionadas à democracia liberal, ainda que de forma radicalizada, aparece peremptoriamente como inerente à revolução de caráter nacional-libertador (ou nacional-democrática, como o próprio partido a chamava), que o partido entendia ser possível através da formação de uma ampla aliança (inclusive com setores da burguesia) contra a ditadura militar e o imperialismo, desde que sob hegemonia dos trabalhadores (1985, p. 68).

Está colocada na ordem do dia a necessidade de organizar a mais ampla união patriótica que, sob o lema de independência, progresso e liberdade, possa aglutinar em um impetuoso movimento nacional as forças populares e as correntes democráticas. É a União para aniquilar a ditadura e postular transformações progressistas. Qualquer que seja a filiação partidária, a tendência filosófica ou religiosa, a classe ou camada social a que pertençam, os verdadeiros patriotas têm o dever irrecusável de se unir para a ação comum contra os inimigos da democracia e da soberania nacional. Estão em jogo os próprios destinos da pátria (1985, p. 65).

Tais palavras, proferidas em junho de 1966 no documento “União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista” (no qual aplicava à nova conjuntura de regime militar as concepções presentes no “Manifesto-programa” de fundação do partido) mostram a disposição de se forjar uma grande corrente de caráter democrático, o que fica mais evidente na plataforma proposta, cujo coroamento estaria na convocação de uma assembleia nacional constituinte eleita por todas essas diferentes forças políticas:

- Oposição decidida à recolonização do Brasil pelos Estados Unidos. Defesa da soberania nacional. Política externa independente. Combate à espoliação do país pelos trustes norte-americanos.
- Desenvolvimento independente da economia nacional. Providências que impeçam a desnacionalização da indústria brasileira. Ajuda às regiões mais atrasadas. Reforma agrária que beneficie as massas camponesas. Preservação e ampliação dos direitos da classe operária. Elevação dos salários dos trabalhadores e contenção da alta do custo de vida. Bem-estar do povo.
- Defesa da cultura nacional. Combate ao analfabetismo. Reforma universitária e liberdade de cátedra. Medidas contra a penetração norte-americana na imprensa, no rádio e na televisão. Proteção ao livro brasileiro.
- Garantia das liberdades democráticas. Voto universal, direto e secreto, inclusive para os analfabetos. Direito de reunião e de organização. Livre manifestação do pensamento. Anulação de todos os atos da ditadura em perseguição aos patriotas.<sup>87</sup>

<sup>87</sup> Presente desde a fundação do partido, a defesa do sufrágio universal chega a ser criticada como “liberalismo burguês” pelo PCB no documento *Reencontro histórico ou simples mistificação?* (lançado para rebater as críticas de um racha liderado por Jover Telles que sai da organização rumo ao PCdoB). Porém, é interessante

- Governo democrático, representativo de todas as forças patrióticas. Convocação de uma assembleia constituinte, livremente eleita (1985, pp. 66-67).

Em uma publicação intitulada “Arma da crítica” (nov. 1970), militantes do MR-8 e da ALN apresentaram um rol de propósitos compartilhados tanto no nível de política interna quanto também nas relações do Brasil com as demais nações. Entre os 16 elementos arrolados à primeira categoria está presente um grande número de reivindicações tipicamente democráticas, inclusive aquelas relacionadas aos direitos dos grupos sociais marginalizados, como a mulher e o negro:

Vamos derrubar a ditadura militar, anular todos os seus atos, formar um governo revolucionário do povo que adotará as seguintes medidas:

- 1 - Garantia do direito do povo escolher seus próprios governantes.
- 2 - Encampação pelo Estado de todas as empresas estrangeiras e das nacionais que colaborem com o imperialismo.
- 3 - Realização da revolução agrária com distribuição de terra aos camponeses e formação de grandes fazendas coletivas.
- 4 - Encampação dos bancos e do comércio exterior.
- 5 - Garantir a participação do trabalhador na direção da empresa em que trabalha.
- 6 - Garantir a todos os trabalhadores salário que permita uma vida digna.
- 7 - Respeito aos legítimos direitos adquiridos dos trabalhadores.
- 8 - Concessão de plena igualdade de direitos à mulher para lograr sua completa emancipação.
- 9 - Integração completa do negro em nossa sociedade, abolindo todas as formas de racismo que há no Brasil.
- 10 - Tornar o ensino obrigatório, gratuito e assegurado até o grau secundário; estimular o estudo de nível superior.
- 11 - Criar condições para proporcionar assistência médico-hospitalar gratuita.
- 12 - Garantia do direito de associação das classes trabalhadores em sindicatos e confederação livres.
- 13 - Garantia da liberdade de imprensa e encampação dos órgãos comprometidos com interesses estrangeiros.
- 14 - Garantia de absoluta liberdade religiosa.
- 15 - Incentivo à pesquisa técnica e científica com o sentido de atendermos às necessidades nacionais de desenvolvimento autônomo.
- 16 - Respeito a toda propriedade particular que não tenha caráter antissocial (1970, pp. 37-38).

Voltando ao PCdoB, percebe-se que a defesa dos setores marginalizados está também presente, incluindo nos projetos da Guerrilha do Araguaia até mesmo os direitos dos povos indígenas. O que pode ser observado entre as diversas propostas “democráticas” contidas nos 27 pontos apresentados no final do manifesto “Em defesa do povo pobre e pelo progresso do

---

notar a contraposição dada: “o dever do Estado revolucionário é garantir os direitos democráticos às grandes massas e isto exige, muitas vezes, restrição à liberdade da minoria exploradora” (1968, pp. 8-9). Ou seja, confirma-se a ideia de que os “direitos democráticos” não são rejeitados pelos comunistas, mas sim incorporados no projeto revolucionário, já que o PCBR sustentava, diferentemente do PCdoB, uma revolução em que toda a burguesia era uma inimiga a ser abatida e, logicamente, a classe retirada do poder não teria liberdade para lutar pelo retorno ao mesmo. Seguindo, portanto, a concepção marxista de democracia para o povo e repressão para as camadas exploradoras, outrora dominantes.

interior”<sup>88</sup>, distribuído na região do Araguaia para informar a população local sobre o início da luta armada (e assim convocá-la para apoiar os revolucionários). Reproduz-se aqui, por conta da grande quantidade de itens, apenas aqueles que interessam mais de perto à discussão em curso. As demais não estão distantes daquelas de caráter social e econômico vistas nas plataformas das outras organizações (além de haver propostas especificamente locais, como o direito de comercializar o babaçu):

O interior só pode sair da situação atual quando houver uma revolução popular que ponha para fora do Brasil os imperialistas norte-americanos, derrube o governo dos inimigos da Pátria, acabe com a ditadura dos militares, uma revolução que estabeleça um governo do povo. [...]

- Liberdade de caça e pesca para sua alimentação, permitindo-se a venda das peles dos animais abatidos para consumo. Proibição da matança generalizada da caça com o único objetivo de comercializar peles. [...]

- Cessaçã das arbitrariedades da polícia contra o povo. [...]

- Proteção à mulher. Direito à mulher no caso de separação do marido ou companheiro, a parte do que lhe cabe na produção ou nos bens do casal, de acordo com seu trabalho direto ou indireto, na obtenção desta produção ou destes bens. Ajuda à maternidade. Cursos práticos para formar novas parceiras [...].

- Respeito a todos os cultos religiosos [...].

- Liberdade para reunir-se, discutir seus problemas, criticar as autoridades, exigir seus direitos, organizar suas associações e sindicatos, eleger seus representantes sem pressão de qualquer natureza.

- Comitês populares eleitos diretamente pelo povo, para administrar os distritos e povoados, orientar as iniciativas que têm relação com a coletividade e resolver as desavenças surgidas entre os habitantes. [...]

- Eleição livre do prefeito e de um conselho administrativo nos municípios, bem como de comitês populares nos bairros das cidades. [...]

- Planos de urbanização e desenvolvimento em todas as cidades. Facilidades para a construção de casas de moradia. Estímulo à criação de bibliotecas e rádio-emissoras locais, não sendo necessário permissão das autoridades para o seu funcionamento. [...]

- Defesa da terra dos índios, respeito a seus hábitos e costumes e ajuda do governo aos indígenas. [...]

- Respeito à propriedade particular, que não prejudique a coletividade. Apoio às iniciativas privadas de caráter progressista, à pequena e médias indústrias e ao artesanato (1972).

As propostas, anteriormente expostas, das organizações que optaram pela luta armada contra a ditadura, permitem observar os objetivos pretendidos de forma integrada, identificando dentro do conjunto qual era o papel ocupado pela questão democrática. Percebe-se que prevalecem as questões voltadas para uma democracia social em detrimento das chamadas “liberdades democráticas”, que aparecem, em maior ou menor grau, de forma variada entre os documentos dos agrupamentos clandestinos. Sobre o tema, Ridenti lembra que:

---

<sup>88</sup> Mais uma vez aqui há a versão que se refere a tal movimento como ULDP e outra como MLP. Optou-se por se reproduzir o manifesto atribuído ao MLP. As diferenças entre os documentos são sutis.

É um anacronismo analisar aquele passado com base numa ideia de democracia estabelecida posteriormente e consolidada no presente (cujos limites os futuros historiadores também apontarão). Outro anacronismo é ressaltar a discussão da democracia em detrimento do tema que mais mobilizava a sociedade no início dos anos 60, a "revolução brasileira", hoje tão esquecida, mas que na época tinha tal legitimidade que os golpistas logo apelidaram seu movimento de "revolução de 1964" (2004, p. 63).

As liberdades formais apareciam, portanto, como parte de todo um projeto político voltado para a transformação total do sistema social brasileiro, baseado nos aportes teóricos do marxismo-leninismo e com perspectiva última no comunismo. Assim, observa-se que a perspectiva revolucionária influenciada pelo socialismo não negava as “liberdades democráticas” clássicas, estando as mesmas inseridas nos projetos da esquerda armada, com maior destaque em alguns documentos do que em outros. Partindo de uma noção ortodoxa simplista, em que a democracia aparece implícita e como derivada da revolução, até chegar à proposta de um amplo movimento democrático para derrubar a ditadura militar e se instaurar uma assembleia nacional constituinte livremente eleita, há um degradê de assimilações das liberdades contemporâneas, existindo desde a noção soviética do partido único no Programa de 1969 da VAR-Palmares (1985, p. 265) até a defesa do pluripartidarismo por parte do PCdoB em 1966 (1985, pp. 73-74). Além disso, na perspectiva do socialismo científico, as liberdades individuais não são só incorporadas como entendidas em permanente insuficiência no caso de não terem condições reais de ser efetivadas, derivando daí a impossibilidade de se separar por completo as reivindicações de caráter econômico e social daquelas de caráter político, já que todas estão relacionadas. Sendo, portanto, inexata a negação do caráter democrático da esquerda armada brasileira que fez da crítica das armas sua via de enfrentamento à ditadura militar.

Quando se defende o caráter democrático das propostas dos comunistas obviamente está se referindo ao conteúdo, às perspectivas dos revolucionários, e não à forma de luta adotada – a armada. Principalmente pelo fato de que o que costuma ser entendido como “formas democráticas de luta” se referir às formas de oposição e pressão legalmente permitidas dentro de uma plena democracia liberal (eleições, manifestações, greves, etc.), o que estava proibido no contexto de ditadura. Ou seja, devem ser evitadas confusões conceituais quanto ao conteúdo democrático de uma luta e as formas pelas quais essa luta se realiza, já que, ainda que não completamente independentes, tais aspectos possuem dinâmica própria, não diretamente determinada em relação ao outro. Na história encontram-se regimes draconianos alcançados, ainda que parcialmente, através de “formas democráticas de luta” (como líderes fascistas eleitos) e conquistas democráticas, inclusive de governos liberais (ou seja, independentemente do paradigma de democracia que se adote), realizadas através das

armas (como foram as próprias revoluções “democráticas” ocidentais - Independência dos Estados Unidos, Revolução Francesa, entre outras).

É preciso fazer tal distinção sobre as formas de luta adotadas pelos revolucionários em questão e o conteúdo dessas lutas. Quanto ao tema, o próprio Daniel Aarão Reis, em sua participação no debate sobre a esquerda e a democracia, fez uma síntese esclarecedora:

[...] acho muito perigosa essa associação mecânica entre violência e falta de democracia. Porque, em determinados momentos, o movimento popular poderá precisar recorrer à violência [...]. É claro que o exercício da violência corresponde quase sempre a restrições no plano da democracia. Mas até isto é relativo. Há exemplos históricos a serem considerados em que o exercício da violência criou margens para a democracia (as áreas libertadas em Moçambique e na China, sejam quais forem as ressalvas enunciadas, é evidente que nestas áreas as populações conheciam um processo democrático, o que não era o caso da China de Chiang Kai-shek, sem falar no colonialismo português). Em outros casos, o exercício da violência defendeu e preservou a democracia (1986, p. 95).

Edson Teixeira da Silva Jr., ao analisar a ALN, principal agrupamento da guerrilha urbana, também não encontrou contradição entre a forma armada de luta e os objetivos democráticos:

O conceito de democracia para a ALN e para os segmentos da esquerda armada – como também para o PCB – não era o da democracia liberal. Os socialistas [...] não têm a mesma definição de democracia que a democracia liberal hegemônica da burguesia. Ao se recusar a denominação da resistência das esquerdas mais radicais como democráticas, abre-se a possibilidade em associá-las a um caráter autoritário. [...] A defesa de tática política baseada na ação de guerrilha armada, levada mesmo ao extremo, não impediu que a ALN mantivesse em suas definições políticas estratégicas uma defesa da democracia, conforme a conotação que esta possui para o movimento socialista de modo geral (SILVA JR, 2005, p. 340).

Sobre o termo “resistência democrática” vale mais o significado do que o significante. Independentemente da opção que o historiador faça quanto à utilização ou não do mesmo, o que não se pode perder de vista é a sua legitimidade por conta da adoção, por parte das esquerdas armadas, da concepção marxista-leninista de democracia, cuja leitura e manifestação, ao longo da luta armada contra a ditadura militar no Brasil, se expressaram de variadas formas, de acordo com os diferentes projetos das distintas organizações. Além de que, mesmo tendo como premissa os paradigmas liberais (ou seja, transformando-os em axiomas), dentro desse universo de posicionamentos, propostas como a formação de uma ampla frente democrática contra a ditadura em prol do pluripartidarismo e de uma da assembleia nacional constituinte eleita por sufrágio universal não podem ser tomadas como antidemocráticas.

## CONCLUSÃO

Na conjuntura que culminou no golpe de 1964, as duas principais tradições democráticas oriundas do iluminismo acabaram se chocando de forma drástica. Do lado das classes trabalhadoras, a busca por uma democracia autêntica exigia profundas transformações políticas, econômicas e sociais, não só ampliando e adquirindo direitos como também criando condições para que esses pudessem ser efetivados. Por parte das classes dominantes, a ameaça à sacralidade da propriedade privada (especialmente através de uma potencial reforma agrária) e o desequilíbrio da representação política, causado pela presença ativa dos trabalhadores na luta política (influenciando as ações do próprio presidente da República), eram encarados como uma ameaça à própria democracia vigente, seguindo as veredas da tradição majoritária entre os clássicos do liberalismo. A crescente demanda por uma democracia real, social, era uma negação da limitada democracia liberal em voga; mas uma negação oriunda das próprias contradições da legalidade que sustentava essa democracia que então vigorava, assim como seus valores declarados. Mais do que uma negação, era uma superação; afinal, concretizava os princípios bradados buscando estender à massa da população o acesso à propriedade, a garantia da liberdade e uma representatividade política que correspondesse aos interesses majoritários dentro da sociedade.

A democracia liberal vigente, caso continuasse a existir, poderia, então, ser negada e superada a partir de si mesma (através da ação política das classes subalternas), extinguindo-se junto com a dominação de classe (ao menos em sua plenitude) da burguesia. A opção das camadas dominantes foi, então, fiel às piores contradições do liberalismo, optando pela “prerrogativa” concedida séculos atrás por Locke e outros de se violar a legalidade em prol da propriedade, atropelando as leis e instaurando uma ditadura “temporária”, apresentando na arena histórica tal ato como a salvação da própria liberdade e da democracia.

O regime que se concretizou, entretanto, não pôde afastar as condições que geraram as contendas que o fez nascer; ao contrário, as intensificou e despiu a dominação burguesa das principais aparências de representação de “toda a sociedade”. O conflito entre as classes e a consequente luta entre duas formas de democracia se intensificou. As margens mais radicais daquela tradição democrática de caráter socialista, filiando-se à sua expressão melhor formulada, a marxista, manifestaram-se através da crítica das armas, vislumbrando uma revolução como meio para conquistar a verdadeira liberdade. Sem conseguir mobilizar massivamente as classes trabalhadoras e diante de um inimigo bem preparado, foram

derrotadas. Posteriormente, o máximo que os setores oprimidos conseguiram, na mixórdia entre a ação dos trabalhadores e a insatisfação de setores da própria burguesia com o regime adotado em estado de exceção (que já havia cumprido seu papel de proteger a propriedade privada e extirpar as potenciais ameaças revolucionárias), foi dar fim à “prerrogativa” - uma ditadura militar que durou mais de duas décadas. Restabeleceu-se um regime político liberal sob relativo consenso social, ainda fundado na propriedade privada e na representatividade enquanto mecanismo de equilíbrio das classes dentro do Estado.

A historiografia que apresenta a proposta política derrotada entre 1964 e 1988 como manifestação de uma tradição antidemocrática acaba acolhendo como premissa de suas análises os paradigmas liberais, que dão sustentação à ideia de que ações que ocorram para além da institucionalidade legal, buscando fazer valer os interesses da maioria explorada (incluindo intervenções no direito de propriedade e os meios necessários para isso), são um atentado à “boa” democracia (liberal). De forma que a alegada “imparcialidade”, sempre evocada diante das vozes dissonantes (geralmente acusadas de “ideológicas”), surge como uma pretensão que não corresponde aos fatos e que chega a possuir pontos de interseção com o discurso dos agentes responsáveis pelo golpe e pela ditadura.

Mas os equívocos presentes em tal corrente vão além da mera exclusão do marxismo enquanto uma tradição do campo democrático. Mesmo ao seguir determinados princípios liberais como axiomas, fica difícil negar a essência democrática de determinados programas adotados por algumas organizações que se envolveram na luta guerrilheira, como a defesa da realização de uma assembleia nacional constituinte eleita sob sufrágio universal. A revolução democrática (com as apontadas nuances dessa categoria dentro do pensamento marxista) era o horizonte imediato de muitos daqueles que pegaram em armas contra o regime militar, e entre as suas propostas figurava grande parte dos parâmetros que costumam determinar o que seria uma democracia sob a própria ótica liberal.

De qualquer forma, todas essas organizações, independente de como entendiam o caráter da revolução, tinham a preocupação de garantir condições dignas de vida (como saúde, educação e alimentação) enquanto base para uma efetiva liberdade a ser realizada na nova democracia que pensavam construir (socialista ou não). Tendo nesse fator (e nas provenientes consequências inerentes à sua realização, como a intervenção no direito de propriedade e a derivada violência revolucionária) uma fronteira com o liberalismo.

Além das considerações sobre a “liberdade real”, herdadas de Hegel pelo marxismo, outro aspecto que precisa ser levado em conta na compreensão das diferenças entre os tipos de democracia abraçados pela tradição liberal e pela tradição socialista é o caráter de classe



dessas propostas. A dominação de classe da burguesia pode se dar através de uma “democracia geral” (que juridicamente garanta a igualdade de todas as pessoas, a representatividade dos diversos conjuntos da sociedade, a garantia dos direitos das minorias e, especialmente, seja capaz de equilibrar os diversos grupos e classes na representatividade política). Seu poder de fato se encontra nas relações sociais e econômicas, derivando daí as demais dominações que sustentam sua hegemonia de classe. A democratização do acesso ao poder político serve até mesmo como forma de mascarar as desigualdades reais e/ou legitimá-las sob uma forma política que é, em tese, de todos. O risco de que a classe trabalhadora possa desequilibrar esse domínio aparece na tradição majoritária entre os liberais como um demônio a ser exorcizado. A melhor forma encontrada para isso foi o equilíbrio formal entre as pessoas e classes, não deixando transparecer para nenhuma delas sua exclusão real. O equilíbrio, ao menos protocolar, foi a forma plena de, através de um tipo de poder político democrático, garantir o desequilíbrio e as desigualdades reais, econômicas e sociais, inerentes à dominação da burguesia. Ainda que essa própria classe tenha demorado séculos para produzir tal fórmula, conforme atesta a explanação da história do liberalismo até sua mutação em democracia representativa, e o tenha feito incorporando as exigências feitas pelos trabalhadores e socialistas nas ruas e nas barricadas, não muda o fato de que as *absorveu a seu favor*.

Adversa era (e é) a condição da classe trabalhadora na sua luta pela conquista do poder político e dos seus objetivos econômicos e sociais. A intervenção no direito de propriedade de uns para garantir que todos tenham acesso ao desfrute desse direito (e, conforme já exposto, possam ser realmente livres) através do estabelecimento da propriedade comum dos meios de produção, elemento básico da proposta marxista, exige o uso da força política para se realizar. Pelo menos essa é a tendência lógica e histórica diante das poucas probabilidades de que alguém vá abdicar de suas riquezas e de suas posições sociais privilegiadas sem oferecer resistência. Assim, o equilíbrio entre as classes, típico da democracia liberal e inerente à dominação burguesa (pelo menos na sua forma plena), é incompatível com a liberdade real da imensa maioria da população composta pela classe trabalhadora, que não busca o equilíbrio entre as classes (que pressupõe a necessária desigualdade entre estes grupos), mas o fim destas (única forma de deixar de ser a classe explorada); sendo incoerente crer que se possa conceber poder igual ao adversário em um poder político cujo fim último é eliminá-lo.

Tal barreira intransponível não é palavreado inventado por Marx, Engels, Lenin e outros, mas sim uma conclusão lógica, compartilhada não só entre marxistas, mas, como foi visto, pelos próprios liberais, que chegaram à fórmula do equilíbrio declarando-a abertamente como um meio de se proteger a propriedade privada. A questão, então, não é entre escolher,

de forma idealista, uma ou outra forma de democracia enquanto melhor ou pior que a outra; mas sim a de se concordar ou não com a derrubada de uma ordem em prol da outra; concordar ou não com o fim da propriedade privada dos meios de produção. Em caso afirmativo, a ditadura do proletariado<sup>89</sup> é uma exigência lógica e histórica. Ainda que, hoje, no século XXI, seja necessário aprimorá-la, levando até as últimas consequências o legado iluminista em prol da busca racional e científica de justiça, igualdade, liberdade e fraternidade entre as pessoas e povos - incluindo, aí, as liberdades individuais, que acabaram se tornando “direitos naturais” conforme a apontada perspectiva hegeliana sobre a “segunda natureza” (histórica).

As formas de dominação de classe e suas expressões ideológicas, teóricas e políticas, não nascem prontas. Desenvolvem-se no processo histórico de acordo com as condições concretas nas quais se realizam. A dominação burguesa na sua forma mais arrematada (justamente por conseguir se apresentar em nome de toda a sociedade) - a república democrática - demorou séculos para ganhar uma expressão sólida. Como foi visto, a trajetória do pensamento liberal (antes ou depois de se expressar em democracia representativa) possui profundas contradições. A classe trabalhadora não é isenta de erros e insuficiências. Também precisará aperfeiçoar constantemente seus meios para que estes sejam capazes de satisfazer as necessidades humanas dadas no momento.

Nesse processo de aperfeiçoamento perpétuo de uma democracia de novo tipo, socialista, é que se inserem as reflexões dos guerrilheiros brasileiros. Considerar esse fator é elemento imperativo para se compreender adequadamente os princípios e horizontes dos revolucionários que optaram pela crítica das armas como forma de enfrentar a ditadura militar no Brasil.

---

<sup>89</sup> O significado do conceito “ditadura do proletariado” mantém-se atual, mas a expressão deve cair em desuso, já que abre brechas para ataques e distorções. Afora o fato de não cumprir, atualmente, o mais importante: expressar de forma clara a ideia de governo dos trabalhadores, de uma democracia superior, para os próprios proletários. Além do desconhecimento do que seria um “proletário”, a ideia de “ditadura” é majoritariamente interpretada como análoga aos episódios de ditadura burguesa aberta, do governo contra o povo – o que está bem distante do ideário marxista-leninista.

## REFERÊNCIAS

### I – Fontes

#### a) Luta armada

ACÇÃO LIBERTADORA NACIONAL. **Gravações da Rádio Libertadora** (1969). Disponível em <marxists.org/portugues/marighella/ano/mes/radio.htm>. Acesso em: 02 jan. 2014.

ACÇÃO LIBERTADORA NACIONAL; MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO. **Arma da Crítica**, especial, nov. 1970. Disponível em <documentosrevelados.com.br/imprensa-clandestina/arma-da-critica-documento-de-autocritica-do-mr8-1970/>. Acesso em 02 jan. 2014.

MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO. Síntese de "Linha política" e "Orientação para a prática". In: REIS, D. A.; SÁ, J. F. (orgs.). **Imagens da revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. 1. ed. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO. Linha política. In: REIS, D. A.; SÁ, J. F. (orgs.). **Imagens da revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. 1. ed. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO. **Reencontro histórico ou simples mistificação?** (1968). Acervo do projeto "Brasil: nunca mais".

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Em defesa do povo pobre e pelo progresso do interior** (1972). Disponível em <marxists.org/portugues/tematica/1972/mes/defesa-povo-pobre.htm>. Acesso em: 28 jan. 2014.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista. In: REIS, D. A.; SÁ, J. F. (orgs.). **Imagens da revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. 1. ed. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

VANGUARDA ARMADA REVOLUCIONÁRIA PALMARES. Programa. In: REIS, D. A.; SÁ, J. F. (orgs.). **Imagens da revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. 1. ed. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA. **Programa da Vanguarda Popular Revolucionária** (proposta) (1969). Acervo do projeto "Brasil: nunca mais".

## b) Clássicos do marxismo-leninismo

CASTRO, Fidel. **Discurso pronunciado en el XII aniversario del ataque al Cuartel Moncada, en Santa Clara, en 26 de julio de 1965**. Disponível em <[cuba.cu/gobierno/discursos/1965/esp/f260765e.html](http://cuba.cu/gobierno/discursos/1965/esp/f260765e.html)>. Acesso em: 25 abr. 2015.

CASTRO, Fidel. **Discurso pronunciado en la clausura del Encuentro Mundial de Solidaridad con Cuba, efectuado en el teatro "Carlos Marx", en 25 de noviembre de 1994**. Disponível em <[cuba.cu/gobierno/discursos/1994/esp/f251194e.html](http://cuba.cu/gobierno/discursos/1994/esp/f251194e.html)>. Acesso em: 25 abr. 2015.

CASTRO, Mariela. **A luta LGBT em Cuba** (2013). Disponível em <[marxists.org/portugues/tematica/2013/02/09.htm](http://marxists.org/portugues/tematica/2013/02/09.htm)>. Acesso em: 25 set. 2015.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

ENGELS, Friedrich. Carta a Piotr Lavrov (nov. 1875). In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras filosóficas** (vol. XVIII). México: FCE, 1986.

ENGELS, Friedrich. **Crítica ao Programa de Erfurt**. Porto: Portucalense, 1971.

ENGELS, Friedrich. Del socialismo utópico al socialismo científico. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escogidas** (t. III). Moscú: Progreso, 1980.

ENGELS, Friedrich. "Introdução". In: MARX, K. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ENGELS, Friedrich. **Para a crítica do projeto do programa social-democrata de 1891**. Disponível em <[marxists.org/portugues/marx/1891/06/29.htm](http://marxists.org/portugues/marx/1891/06/29.htm)>. Acesso em: 29 abr. 2015.

ENGELS, Friedrich. "Prefácio". In: MARX, K. **As lutas de classes na França: de 1848 a 1850**. São Paulo: Boitempo, 2012.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a autoridade** (1873). Disponível em <[marxists.org/portugues/marx/1873/03/autoridade-pt.htm](http://marxists.org/portugues/marx/1873/03/autoridade-pt.htm)>. Acesso em: 20 mar 2015.

HO, Chi Minh. **Igualdade** (1922). Disponível em <[marxists.org/portugues/ho\\_chi\\_minh/1922/06/01.htm](http://marxists.org/portugues/ho_chi_minh/1922/06/01.htm)>. Acesso em: 25 jun. 2015.

HO, Chi Minh. **O caminho que me levou ao leninismo** (1960). Disponível em <[marxists.org/portugues/ho\\_chi\\_minh/1960/04/leninismo.htm](http://marxists.org/portugues/ho_chi_minh/1960/04/leninismo.htm)>. Acesso em: 25 jun. 2015.

KIM, Il Sung. **Derrubemos o imperialismo** (1926). Disponível em <marxists.org/portugues/kim\_il\_sung/1926/10/17.htm>. Acesso em: 25 jun. 2015.

LENIN, Vladimir. Duas tareas de la socialdemocracia en la revolución democrática. In: LENIN, V. **Obras** (t. III). Moscú: Progreso, 1973a.

LENIN, Vladimir. El derecho de las naciones a la autodeterminación. In: LENIN, V. **Obras** (t. V). Moscú: Progreso, 1973b.

LENIN, Vladimir. El Estado y la revolución. In: LENIN, V. **Obras** (t. VII). Moscú: Progreso, 1973c.

LENIN, Vladimir. El imperialismo, fase superior del capitalismo. In: LENIN, V. **Obras** (t. V). Moscú: Progreso, 1973d.

LENIN, Vladimir. **El programa agrario de la socialdemocracia em la primera revolución rusa de 1905-1907**. Moscú: Progreso, 1980.

LENIN, Vladimir. La revolución proletaria y el renegado Kautsky. In: LENIN, V. **Obras** (t. IX). Moscú: Progreso, 1973e.

LENIN, Vladimir. **Kommunismus**: journal of the Communist International (1920a). Disponível em <marxists.org/archive/lenin/works/1920/jun/12.htm>. Acesso em 25 jul. 2015.

LENIN, Vladimir. **O Dia Internacional da Mulher** (1920b). Disponível em <marxists.org/portugues/lenin/1920/03/07.htm>. Acesso em: 20 jul. 2015.

LENIN, Vladimir. **Teses e relatório sobre a democracia burguesa e a ditadura do proletariado** (1919). Disponível em <marxists.org/portugues/lenin/1919/03/04.htm>. Acesso em: 12 mar. 2015.

MAO, Tsé-Tung. La Revolución China y el Partido Comunista de China. MAO, T. In: **Obras escogidas** (t. II). Pekin: Ediciones en lenguas extranjeras, 1972a.

MAO, Tsé-Tung. Sobre la dictadura democrática popular. MAO, T. In: **Obras escogidas** (t. IV). Pekin: Ediciones en lenguas extranjeras, 1972b.

MAO, Tsé-Tung. Sobre la Nueva Democracia. MAO, T. In: **Obras escogidas** (t. II). Pekin: Ediciones en lenguas extranjeras, 1972c.

MARX, Karl. **A Abraham Lincoln, presidente dos Estados Unidos da América** (1864). Disponível em <marxists.org/portugues/marx/1864/11/29.htm>. Acesso em: 25 mar. 2015.

MARX, Karl. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **As lutas de classes na França**: de 1848 a 1850. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **Crítica ao Programa de Gotha**. Porto: Portucalense, 1971a.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Congresso de Haia** (1872). Disponível em <marxists.org/portugues/marx/1872/09/08.htm>. Acesso em: 25 mar. 2015.

MARX, Karl. "**Preâmbulo**" (1880). Disponível em <marxists.org/archive/marx/works/1880/05/parti-ouvrier.htm>. Acesso em: 25 mar. 2015.

MARX, Karl. **Preâmbulo e estatutos da 1ª Internacional**. Porto: Portucalense, 1971b.

MARX, Karl. **Simón Bolívar** (1858). Disponível em <marxists.org/portugues/marx/1858/mes/bolivar.htm>. Acesso em: 25 mar. 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Mensaje del Comitê Central a la Liga de los Comunistas. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escogidas** (t. I). Moscú: Progreso, 1980.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras filosóficas** (vol. XVIII). México: FCE, 1986.

PARTIDO COMUNISTA DAS FILIPINAS. **Gays e lésbicas no movimento revolucionário** (2014). Disponível em <marxists.org/portugues/tematica/2014/06/21.htm>. Acesso em: 25 set. 2015.

ZETKYN, Clara. **Lenin e o movimento feminino** (1920). Disponível em <marxists.org/portugues/zetkin/1920/mes/lenin.htm>. Acesso em: 25 out. 2014.

### c) Clássicos do liberalismo (e outros)

BABEUF, Graco. **Manifesto dos Iguais** (1796). Disponível em <dhnet.org.br/direitos/anthist/a\_pdf/babeuf\_manifesto\_dos\_iguais.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2015.

CONSTANT, Benjamin. **Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos** (1819). Tradução de: Laura Silveira. Disponível em <fafich.ufmg.br/~luarnaut/Constant\_liberdade.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2015.

CONSTANT, Benjamin. **Principios de política aplicables a todos los gobiernos representativos** (1815). Disponível em <archipelagolibertad.org/upload/files2/001%20Liberalismo/1.2%20Obras%20clasicas%20de%20la%20libertad/Constant/0003%20Constant%20-%20Principios%20de%20politica%20aplicables%20a%20todos%20los.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2015.

ESPINOSA, Baruch de. **Tratado político**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GUIZOT, François. **De la democracia en Francia**. Madrid: Biblioteca del siglo, 1849.

HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. O federalista. In: WEFFORT, F. (org.). **Clássicos da política** (vol. I). São Paulo: Ática, 2011.

LOCKE, John. Carta acerca da tolerância. In: LOCKE, J. **Os pensadores**. São Paulo: Abril, 1973.

LOCKE, John. **Dois tratados sobre o governo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MILL, John Stuart. **Considerações sobre o governo representativo**. Brasília: UnB, 1980.

MILL, John Stuart. **Sobre a liberdade**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

MONTESQUIEU, Barão de. **O espírito das leis**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

PAINE, Thomas. **Common sense**. Girard: Haldeman-Julius, 1920.

PAINE, Thomas. **The rights os man**. London: Sherwin, 1817.

ROBESPIERRE, Maximilien de. **Discursos e relatórios na Convenção**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem da desigualdade**. [s.l.]: Mores, 2001.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. [s.l.]: Mores, 2002.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América** (livro I): leis e costumes. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América** (livro II): sentimentos e opiniões. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VOLTAIRE. Dicionário filosófico. In: DIDEROT; VOLTAIRE. **Os pensadores** (vol. XXIII). São Paulo: Abril, 1973.

## II – Bibliografia

### a) Obras de caráter metodológico

CARDOSO, Ciro Flamarion e BRIGNOLI, Héctor Perez. **Os métodos da História**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

PRESTES, Anita Leocadia. **O método comparativo no estudo da história do PCB**. Disponível em <[hcomparada.historia.ufrj.br/comparativopcb\\_anitaleocadia.doc](http://hcomparada.historia.ufrj.br/comparativopcb_anitaleocadia.doc)> Acesso em: 20 out. 2014.

### b) Governo João Goulart, golpe de 1964 e ditadura militar

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araújo. O movimento negro contemporâneo. In: REIS, D. A.; FERREIRA, J (orgs). **As esquerdas no Brasil** (vol. III): revolução e democracia (1964...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ALMEIDA, Anderson da Silva. A grande rebelião: os marinheiros de 1964 por outros faróis. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In: REIS, D. A.; FERREIRA, J (orgs). **As esquerdas no Brasil** (vol. III): revolução e democracia (1964...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. O ovo da serpente: a ditadura civil-militar e o capital monopolista brasileiro - o caso das empreiteiras. **Revista Cantareira**, vol. 18, pp. 2-24, 2013.

CARLONI, Karla Guilherme. A esquerda militar no Brasil (1955-1964). In: REIS, D. A.; FERREIRA, J (orgs). **As esquerdas no Brasil** (vol. II): nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.



CHAGAS, Fábio André Gonçalves das. **A Vanguarda Popular Revolucionária**: dilemas e perspectivas da luta armada no Brasil (1968-1971). 2000. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2000.

COSTA, Hélio da. O novo sindicalismo e a CUT: entre continuidades e rupturas. In: REIS, D. A.; FERREIRA, J (orgs). **As esquerdas no Brasil** (vol. III): revolução e democracia (1964...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DEL ROIO, Marcos Tadeu. A ruptura institucional de 1964 e o sentido da democracia. **Aurora**, vol. 7, n. 2, pp. 11-16, 2014.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Diretas-Já: vozes das cidades. In: REIS, D. A.; FERREIRA, J (orgs). **As esquerdas no Brasil** (vol. III): revolução e democracia (1964...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Tempo**, vol. 14, n. 28, pp. 125-145, 2010.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. **O Brasil republicano** (vol. III) – o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DREIFUSS, René. **1964 A conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

FARIA, Fabiano Godinho. **Ação, tradição e organização**: a evolução do conceito de partido do PCB ao PCBR, ALN e PCdoB (1962-1979). 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, Florestan. **O PT em movimento**; contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Autores Associados 1991.

FERNANDES, Florestan. O que é revolução. In: PRADO JR., C.; FERNANDES, F.; SAMPAIO JR., P. **Clássicos sobre a revolução brasileira**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

FERNANDES, Florestan. O significado da ditadura militar. TOLEDO, C. N. (org.). **1964 – visões críticas do golpe**: democracia e reformas no populismo. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2014.

FERNANDES, Florestan. **Poder e contra-poder na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981

FERREIRA, Jorge. Entre a história e a memória: João Goulart. In: REIS, D. A; FERREIRA, J (orgs). **As esquerdas no Brasil** (vol. II): nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular. In: REIS, D. A; FERREIRA, J (orgs). **As esquerdas no Brasil** (vol. II): nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, J.; DELGADO; L. A. N. **O Brasil republicano** (vol. III) – o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 a a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICOS, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares da repressão. In: FERREIRA, J.; DELGADO; L. A. N. **O Brasil republicano** (vol. IV) – o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO. Carlos. **O golpe de 1964**: momentos decisivos. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FICO, Carlos. **O grande irmão**: da operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FULANETI, Oriana de Nadai. **Utopias em rotação**: análise do discurso da esquerda armada brasileira. 2010. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GARCIA, Marco Aurélio (org.). **As esquerdas e a democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. **1964**: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GONÇALVES, Rafael Soares; AMOROSO, Mauro. Golpe militar e remoções das favelas cariocas: revisitando um passado ainda atual. **Acervo**, vol. 27, n. 1, pp. 209-226, 2014.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas** - a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

GORENDER, Jacob. "Prefácio". In: FICO, C. **Como eles agiam**: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GRINBERG, Lucia. Uma memória política sobre a ARENA: dos "revolucionários de primeira hora" ao "partido do sim, senhor". In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (orgs.). **O golpe e a ditadura militar**: 40 anos depois (1964-2005). Bauru: EDUSC, 2004.

GRYNZPAN, Mario. A questão agrária no Brasil pós-1964 e o MST. In: FERREIRA, J.; DELGADO; L. A. N. **O Brasil republicano** (vol. IV) – o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LEITE, Isabel Cristina. Política Operária e Comandos de Libertação Nacional: a radicalização da esquerda em Minas Gerais no final da década de 1960. In: SALES, J. R. (org.). **Guerrilha e revolução**: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2015.

LEMOS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós-1964. **Topoi**, vol. 5, pp. 287-313, 2002.

LEMOS, Renato. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. **Marx e o marxismo**, vol. 2, pp. 111-138, 2014.

LIMA, Edileuza Pimenta de. **"Trabalhador: arme-se e liberte-se"**: a Ação Libertadora Nacional (ALN) e a resistência operária pela luta guerrilheira. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

LOWY, Michael. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação. In: REIS, D. A.; FERREIRA, J (orgs). **As esquerdas no Brasil** (vol. III): revolução e democracia (1964...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MACIEL, Wilma Antunes. VPR: contra a ditadura, pela revolução. In: SALES, J. R. (org.). **Guerrilha e revolução**: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2015.

MARINI, Ruy Mauro. **Brasil**: da ditadura à democracia, 1964-1990. Disponível em <[marxists.org/portugues/marini/1991/03/brasil.htm](http://marxists.org/portugues/marini/1991/03/brasil.htm)>. Acesso em: 12 ago. 2015.

MARQUES, Rosa Maria. Os grupos trotskystas no Brasil (1960-1990). In: REIS, D. A; FERREIRA, J (orgs). **As esquerdas no Brasil** (vol. III): revolução e democracia (1964...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MATTOS, Marcelo Badaró. As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea. In: MELO, D. B. (org.). **A miséria da historiografia**: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. **Revista Brasileira de História**, vol. 28, n. 55, pp. 245-263, 2008.

MATTOS, Marcelo Badaró. O sentido de classe do golpe de 1964 e da ditadura: um debate historiográfico. In: ZACHARIADES G. C. (org.). **1964: 50 anos depois – a ditadura em debate**. Aracajú: EDISE, 2015.

MATTOS, Marcelo Badaró. Os trabalhadores brasileiros e a contrarrevolução democrática. **Outros Tempos**, vol. 11, pp. 183-195, 2014.

MATTOS, Marcelo Badaró. Os trabalhadores e o golpe de 1964: um balanço da historiografia. **Revista História e Luta de Classes**, vol. 1, pp. 07-18, 2005.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MECHI, Patricia Sposito. A experiência guerrilheira do PCdoB no Araguaia. In: SALES, J. R. (org.). **Guerrilha e revolução**: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2015.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: notas sobre a produção de um movimento social. In: REIS, D. A; FERREIRA, J (orgs). **As esquerdas no Brasil** (vol. III): revolução e democracia (1964...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MELO, Demian Bezerra de (org.). **A miséria da historiografia**: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MELO, Wanderson Fabio de. **A ditadura, a questão da moradia e a modernização excludente**: Roberto Campos em defesa do Sistema Financeiro da Habitação (2014a). Disponível em

<[encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400519461\\_ARQUIVO\\_Texto\\_Final\\_Anais\\_AnpuhRJ\\_2014\\_Wanderson\\_Melo.pdf](http://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400519461_ARQUIVO_Texto_Final_Anais_AnpuhRJ_2014_Wanderson_Melo.pdf)>. Acesso em: 15 set. 2015.

MELO, Wanderson Fabio de. Roberto Campos em defesa do Estatuto da Terra: disputas no encaminhamento da questão agrária na ditadura. **OPSIS**, vol. 1, pp. 178-198, 2014b.

MORAES, João Quartim de. A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas. **Tempo Social**, vol. 1, n. 2, pp. 135-158, 1989.

MORAES, João Quartim de. O colapso da resistência militar ao golpe de 1964. TOLEDO, C. N. (org.). **1964 – visões críticas do golpe**: democracia e reformas no populismo. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O MDB e as esquerdas. In: REIS, D. A.; FERREIRA, J (orgs). **As esquerdas no Brasil** (vol. III): revolução e democracia (1964...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NORONHA, Eduardo. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. **Lua Nova**, vol. 76, pp. 119-168, 2009.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; SÁ EARP, Fábio. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, J.; DELGADO; L. A. N. **O Brasil republicano** (vol. IV) – o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PRESTES, Anita Leocadia. As interpretações do golpe de 1964: o confronto ideológico. **Novos Temas**, vol. 10, pp. 129-144, 2014.

PRESTES, Anita Leocádia. **Ideais de chumbo ou de democracia e justiça social?** (2013a) Disponível em <[revistadehistoria.com.br/secao/cartas-e-dialogos/ideais-de-chumbo-ou-ideais-de-democracia-e-justica-social](http://revistadehistoria.com.br/secao/cartas-e-dialogos/ideais-de-chumbo-ou-ideais-de-democracia-e-justica-social)>. Acesso em: 22 set. 2015.

PRESTES, Anita Leocadia. **Luiz Carlos Prestes**: o combate por um partido revolucionário (1958-1990). São Paulo: Expressão Popular, 2012.

REIS, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**: os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (orgs.). **O golpe e a ditadura militar**: 40 anos depois (1964-2005). Bauru: EDUSC, 2004.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

REIS, Daniel Aarão. “Prefácio à segunda edição”. In: REIS, D. A.; SÁ, J. F. (orgs.). **Imagens da revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

REIS, Daniel Aarão; CAMURÇA, Marcelo Ayres. O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8): da luta armada contra a ditadura à luta eleitoral no PMDB. In: REIS, D. A.; FERREIRA, J (orgs). **As esquerdas no Brasil** (vol. III): revolução e democracia (1964...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

REIS, Daniel Aarão.; RIDENTI, Marcelo (orgs.). **História do marxismo no Brasil** (vol. VI): partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas: UNICAMP, 2007.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto SÁ (orgs.). **O golpe e a ditadura militar**: 40 anos depois (1964-2005). Bauru: EDUSC, 2004.

REIS, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). **Imagens da revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. 1. ed. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

REIS, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). **Imagens da revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e suas heranças. In: FERREIRA, J.; DELGADO; L. A. N. **O Brasil republicano** (vol. IV) – o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

RIDENTI, Marcelo. Esquerdas armadas urbanas: 1964-1974. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M. (orgs.) **História do marxismo no Brasil** (vol. VI): partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas: UNICAMP, 2007a.

RIDENTI, Marcelo. Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970. In: REIS, D. A.; FERREIRA, J (orgs). **As esquerdas no Brasil** (vol. III): revolução e democracia (1964...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Unesp, 2010.

RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (orgs.). **O golpe e a ditadura militar**: 40 anos depois (1964-2005). Bauru: EDUSC, 2004.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, J.; DELGADO; L. A. N. **O Brasil republicano** (vol. IV) – o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SALES, Jean Rodrigues. **A luta armada contra a ditadura militar**: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana. São Paulo: Perseu Abramo, 2007a.

SALES, Jean Rodrigues. Da luta armada ao governo Lula: a história do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). In: REIS, D. A; FERREIRA, J (orgs). **As esquerdas no Brasil** (vol. III): revolução e democracia (1964...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b.

SALES, Jean Rodrigues (org.). **Guerrilha e revolução**: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2015a.

SALES, Jean Rodrigues. Guerrilha e revolução: um balanço dos estudos e debates sobre a luta armada contra a ditadura militar no Brasil. In: ZACHARIADES G. C. (org.). **1964**: 50 anos depois – a ditadura em debate. Aracajú: EDISE, 2015b.

SANTANA, Marco Aurélio. Ditadura militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. **Política & Sociedade**, vol. 13, pp. 279-309, 2008.

SANTANA, Marco Aurélio. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 14, n. 41, pp. 103-120, 1999.

SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. In: FERREIRA, J.; DELGADO; L. A. N. **O Brasil republicano** (vol. IV) – o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Theotônio dos. **América Latina**: democratização e ajuste estrutural. Disponível em <[reggen.org/publicacoes/textos-para-discussao/17-america-latina-democratizacao-e-ajuste-estrutural-theotonio-dos-santos](http://reggen.org/publicacoes/textos-para-discussao/17-america-latina-democratizacao-e-ajuste-estrutural-theotonio-dos-santos)>. Acesso em: 21 set. 2015.

SANTOS, Theotônio dos. **Democracia e socialismo no capitalismo dependente**. Petrópolis: Vozes, 1991.

SANTOS, Theotônio dos. **Evolução história do Brasil**: da colônia à crise da “Nova República”. Petrópolis: Vozes, 1995.

SANTOS, Theotônio dos. **O caminho brasileiro para o socialismo**. Petrópolis: Vozes, 1985.

SENNA JÚNIOR, Carlos Zacarias. Mito, Memória e História: a historiografia anticomunista no Brasil e no mundo. In: MELO, D. B. (org.). **A miséria da historiografia**: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, J.; DELGADO; L. A. N. **O Brasil republicano** (vol. IV) – o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, Francisco Teixeira da; SANTANA, Marco Aurélio. O equilibrista e a política: o “partido da classe operária” (PCB) na democratização (1945-1964) In: REIS, D. A.; FERREIRA, J (orgs). **As esquerdas no Brasil** (vol. II): nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SILVA, Izabel Pimentel da. **Os filhos rebeldes de um velho camarada**: a Dissidência Comunista da Guanabara (1964-1969). 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

SILVA, Izabel Pimentel da. Os filhos rebeldes de um velho camarada: a trajetória da Dissidência Comunista da Guanabara e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro. In: SALES, J. R. (org.). **Guerrilha e revolução**: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2015.

SILVA JR, Edson Teixeira da. ‘Ou ficar a pátria livre, ou morrer pelo Brasil’’: a Ação Libertadora Nacional. In: SALES, J. R. (org.). **Guerrilha e revolução**: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2015.

SILVA JR, Edson Teixeira da. **Um combate em silêncio**: a Ação Libertadora Nacional (ALN) e a repressão política. 2005. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

SOIHET, Rachel; ESTEVES, Flávia Cóprio. O Centro da Mulher Brasileira (CMB-RJ) e suas experiências nos anos 1970 e 1980. In: REIS, D. A.; FERREIRA, J (orgs). **As esquerdas no Brasil** (vol. III): revolução e democracia (1964...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SPOHR, Martina. O empresariado e as relações Brasil-Estados Unidos no caminho do golpe de 1964. **Confluente**, vol. 4, n. 2, pp. 45-62, 2012.

TOLEDO, Caio Navarro de. A democracia populista golpeada. In: TOLEDO, C. N. **1964 – visões críticas do golpe**: democracia e reformas no populismo. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2014.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. **Crítica Marxista**, vol. 19, pp. 27-48, 2004a.



TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (orgs.). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2005)**. Bauru: EDUSC, 2004b.

TOLEDO, Caio Navarro de (org.). **1964 – visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2014.

VECHIA, Renato da Silva Della. O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário no contexto da luta armada no Brasil. In: SALES, J. R. (org.). **Guerrilha e revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2015.

### c) Democracia, liberalismo e marxismo

LOSURDO, Domenico. **Contra-história do liberalismo**. São Paulo: Ideias & letras, 2006a.

LOSURDO, Domenico. **Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004a.

LOSURDO, Domenico. **Fuga da História? A Revolução Russa e a Revolução Chinesa vistas de hoje**. Rio de Janeiro: Revan, 2004b.

LOSURDO, Domenico. **Hegel, Marx e a tradição liberal: liberdade, igualdade, Estado**. São Paulo: UNESP, 1998.

LOSURDO, Domenico. **Liberalismo: entre civilização e barbárie**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006b.

LOSURDO, Domenico. Revolução de Outubro e democracia no mundo. **INTERthesis**, vol. 12, n. 1, pp. 361-374, 2015.

MANENT, Pierre. **História intelectual do liberalismo**. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

MORAES, João Quartim de. Contra a canonização da democracia. **Crítica Marxista**, vol. 12, pp. 9-40, 2001.

TEXIER, Jacques. **Revolução e democracia em Marx e Engels**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

TOLEDO, Caio Navarro de. A modernidade democrática da esquerda: adeus à revolução? **Crítica Marxista**, vol. 1, pp. 27-38, 1994.

WOOD, Ellen Meiksins. **Capitalismo contra democracia**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.